



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DANTE SEVERO GIUDICE

**GEODIVERSIDADE E LÓGICAS TERRITORIAIS NA
CHAPADA DIAMANTINA - BAHIA**

Aracaju
2011

DANTE SEVERO GIUDICE

**GEODIVERSIDADE E LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA
DIAMANTINA - BAHIA**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza

Aracaju
2011

G444g Giudice, Dante Severo
Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia /
Dante Severo Giudice. – 2011.
301 f. : il. ; mapas .

Orientador: Rosemeri Melo e Souza.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-
Graduação em Geografia, 2011.

1.Geodiversidade. 2. Chapada Diamantina - Bahia. 3. Territorialidade.
I. Giudice, Dante Severo.

CDU: 551.098142
CDD: 55 (813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEODIVERSIDADE E LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA
DIAMANTINA – BAHIA

Tese de Doutorado defendida no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Geografia em 25 de março de 2011 e avaliada pelos seguintes examinadores:

Prof. Dr. Washington de Jesus Sant'Anna da Franca Rocha – UEFS-BA
Titular Externo

Profa. Dra. Gicélia Mendes da Silva – DGE e PRODEMA – UFS
Titular Externo

Prof. Dr. José Antônio Pacheco de Almeida – DGEO e NPGeo – UFS
Titular Interno

Profa. Dra. Lillian de Lins Wanderley – DGE e NPGeo – UFS
Titular Interno

Profa. Dra. Rosemeri Melo e Souza – DGE e NPGeo – UFS
Orientadora

Dante Severo Giudice
Candidato



Verdade minha Diamantina

Murillo

*Nas águas da Diamantina
Chamei para chegar
A verdade da minha alma
Eu poder realizar*

*Nos Raios da Diamantina
O sol a me lembrar
As multicores da minha alma
Que está além do só pensar*

*O vento da Diamantina
Chegou para levar
Os pedidos e orações
Que sob estrelas vim cantar*

*Nas trilhas da Diamantina
Sob sol, chuva e luar
Aprendendo a coragem
Em cada passo que se dá*

*Nas cavernas da Diamantina
Um princípio a se provar
É no vazio de pensamento
Que se pode encontrar*

*Nos picos da Diamantina
Flui o Yogi a determinar
Guerreiro da minha alma
Nesse pico a se apresentar*

Dedico com muito carinho este trabalho a Jorge Elías Díaz Chalfun, meu companheiro, amigo, irmão, principal e grande incentivador deste doutorado.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, pois, a memória sempre nos trai, e terminamos esquecendo sempre de alguém que teve/deu sua contribuição, ainda que pequena, no desenrolar desta pesquisa.

Este trabalho é resultado de muito esforço, dedicação e perseverança, já que foi todo elaborado paralelamente as minhas atividades profissionais. No transcorrer dessa árdua jornada, algumas pessoas muito contribuíram para que os resultados fossem alcançados, e a eles dedico meu carinho e reconhecimento.

Em primeiro lugar a DEUS que me deu força para chegar até aqui, vencendo todas as dificuldades, e me dando amparo espiritual para isso.

A minha grande orientadora, Prof^a Dr^a Rosemeri Melo e Souza, uma orientadora na acepção da palavra. Amiga, incentivadora, sempre presente em todos os momentos, independente deles estarem ligados à essência da tese, sem a qual este trabalho não teria sido concluído, mesmo porque todas as vezes que pensei em desistir, me senti traindo a confiança que sempre demonstrou pela minha capacidade em concluí-lo e todo o seu empenho ao longo dessa caminhada. Cada vinda minha para orientação, era uma injeção de ânimo e assim retornava revigorado. Desculpe-me se não consegui ir além.

A meu companheiro Jorge Elias Dias Chalfun, um grande entusiasta e incentivador dessa minha investida no doutorado. Sozinho se chega mais rápido, mas acompanhado se chega mais longe.

Aos componentes e suplentes da banca examinadora.

A amiga e colaboradora Lidsy Fonseca, cujo apoio e ajuda nessa caminhada foram fundamentais para a conclusão desta tese.

A amiga/irmã e 'professora', claro que não na acepção da palavra, mas no sentido de ser minha referência acadêmica, por ser exemplo de competência e dedicação, pela sua inestimável contribuição em momentos cruciais dessa tese.

Aos colegas Denise Magalhães e Rosali Fernandes pela revisão cartográfica e enquadramento do trabalho nas normas ABNT, respectivamente.

A bibliotecária da CBPM Jornildes Castro pela elaboração da ficha catalográfica.

Ao colega/amigo Jailton de Jesus Costa pela sua presteza e disponibilidade em ajudar nesta reta final.

A Tiago Ribeiro e Midiã Santos, meus alunos que deram grande contribuição na elaboração dos meus mapas.

Aos colegas do NPGeo, em especial a Marta Farias que se tornou grande amiga, e assim mantivemos uma relação de cumplicidade que nos apoiava nos momentos de desespero.

A CBPM, na pessoa de seus diretores técnicos, primeiro Dr. Moacyr Moura Marinho, na fase inicial, e nos últimos quatro anos ao Dr. Rafael Avena Neto, sempre compreensivo as minhas eventuais necessidades de me ausentar quando da elaboração desse trabalho.

Aos colegas do Setor de Controle de Áreas que sempre foram incentivadores nos momentos mais críticos. Um agradecimento especial a Dra. Núbia Matos minha compreensiva chefe que trouxe um clima de harmonia para o setor, sem o qual não teria a tranquilidade para desenvolver este trabalho, e também ao colega José Pimentel dos Santos pela sua contribuição (desde o mestrado) na elaboração dos mapas.

Aos meus alunos da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, alguns agora colegas, pela torcida, pelo incentivo e carinho nesta caminhada, expressa das mais distintas formas, com frases do tipo "meu doutorando predileto", ou com a inclusão de familiares no circuito de orações para o êxito do meu trabalho. Minha gratidão por tanta gentileza.

A comunidade da área de estudo, sempre receptiva conosco, em todos os momentos que foram requisitados.

A minha família, sobretudo meus sobrinhos, pela torcida pelo sucesso do meu trabalho. Obrigado pelo carinho.

A todos os amigos pela compreensão do meu 'sumiço' ainda que por causa justa, foi muito ruim estar afastado de vocês.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para elaboração desta tese.

RESUMO

A Chapada Diamantina, situada na parte central do estado da Bahia, apresenta uma rica geodiversidade que vem a ser o conjunto formado por uma variedade de materiais terrestres, formas e processos que constituem e modelam a Terra, e que possuem valor científico, cultural, educativo e/ou recreativo. Tal conjunto é constituído por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos minerais, rochas, solos e outras manifestações geológicas que permitem conhecer, estudar e interpretar a história geológica da terra, bem como os processos que a modelaram. Esses elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente, são fundamentais na compreensão das lógicas territoriais na região, cuja territorialização esteve ligada principalmente à atividade mineral, em especial ao período de extração de diamantes (garimpos). A extração de diamantes criou a estrutura de sustentação, levando ao desenvolvimento da região, expressa no surgimento das cidades e na expansão do comércio. Esse ciclo deixou marcas profundas, que serviram de base para uma nova forma de territorialização - o turismo - que surgiu a partir da atração pelas rugosidades do terreno deixadas pela mineração, e também pelos atrativos naturais, representados por formas de relevo, cachoeiras, grutas, dentre outros. Dessa forma, podemos considerar a prática do turismo nas unidades de conservação da Chapada Diamantina, como a lógica primordial, uma vez que essa atividade envolve também a mineração e suas marcas. É interessante notar que, mesmo proibida, a extração de diamantes ainda persiste na região, devido à falta de fiscalização pelos órgãos competentes do Estado e também pela força do poder econômico, decorrente do novo *boom* mineral no mundo.

Palavras-chave: Geodiversidade; Lógicas Territoriais; Territorialidade; Chapada Diamantina.

ABSTRACT

The Chapada Diamantina, located in the central part of Bahia state, has a rich geodiversity which happens to be the set of a variety of earth materials, forms and processes that constitute and shape the Earth, with scientific, cultural, educational and/or recreational value. This set consists of geologic formations and structures, morphology, mineral deposits, rocks, soils and other geological events that allow people to know, study to interpret the geological history of the earth and the processes that shaped it. These elements of geodiversity, geographically well delimited, are crucial in understanding the territorial logics in the region, whose territorialization was the result primarily of the mining activities, in especial of the diamond extraction period (*garimpos*). The extraction of diamonds has created a support structure, leading to the development of the region, expressed in the emergence of cities and the expansion of trade. This cycle has left deep scars, which were the basis for a new form of territorialization – the tourism - that emerged from the attraction by the roughness of the terrain left by mining activities, and also by the natural attractions, represented by landforms, waterfalls, caves, among others. Thus, we can consider the practice of tourism in protected areas of the Chapada Diamantina, as the primordial logic, since this activity also involves the mining and its scars. It is noteworthy that even banned, the extraction of diamonds still persists in the region due to lack of supervision by the competent organs of the state and also by the strength of economic power, deriving from the new mineral boom in the world.

Keywords: Geodiversity; Territorial Logics; Territoriality; Chapada Diamantina.

RESUMEN

La Chapada Diamantina, ubicada en la parte central del estado de Bahía, tiene una rica diversidad geológica que pasa a ser el conjunto formado por una variedad de materiales de la tierra, las formas y procesos que constituyen y la forma de la tierra, y que tengan valor científico, cultural, educativo y / o recreativas. Este conjunto se compone de formaciones geológicas y las estructuras, la morfología, los depósitos de minerales, rocas, suelos y otros fenómenos geológicos que permiten que la gente sepa, el estudio de interpretar la historia geológica de la tierra y los procesos que se forma. Estos elementos de la geodiversidad y limitada geográficamente, son cruciales en la comprensión de las lógicas territoriales en la región, que se debió principalmente a la actividad minera territorial, en particular a la extracción de diamantes (minería). La extracción de diamantes ha creado una estructura de apoyo, lo que lleva al desarrollo de la región, expresada en el surgimiento de las ciudades y la expansión del comercio. Este ciclo ha dejado cicatrices profundas, que fueron la base para una nueva forma de territorialización - turismo - que surgió de la atracción por la rugosidad del terreno a la izquierda por la minería, y también por los atractivos naturales, representada por los accidentes geográficos, cascadas, cuevas, entre otros. Por lo tanto, consideramos que la práctica del turismo en áreas protegidas de la Chapada Diamantina, como la lógica primaria, ya que esta actividad también incluye la minería y sus marcas. Curiosamente, incluso prohibió la extracción de diamantes sigue existiendo en la región debido a la falta de supervisión por los órganos competentes del Estado y también por la fuerza del poder económico como resultado del auge de nuevos minerales en el mundo.

Palabras clave: Geodiversidad; Territorio; Territorialidad; Chapada Diamantina.

RÉSUMÉ

La Chapada Diamantina, située dans la partie centrale de l'État de Bahia, a une géodiversité riche qui se trouve être l'ensemble formé par une variété de matériaux terrestres, des formes et des processus qui constituent et forment la Terre, et qui ont une valeur scientifique, culturelle, éducative et / ou de loisirs. Cet ensemble est constitué de formations et de structures géologiques, la morphologie, les gisements minéraux, les roches, les sols et autres événements géologiques qui permettent d'étudier, de connaître et d'interpréter l'histoire géologique de la Terre et les processus qui l'ont façonnée. Ces éléments de la géodiversité géographiquement délimités, sont essentiels dans la compréhension des logiques territoriales dans la région, qui était principalement liée à l'activité minière territoriale, en particulier à l'extraction de diamants (exploitation minière). L'extraction de diamants a créé une structure de support, conduisant au développement de la région, exprimé dans l'émergence des villes et l'expansion du commerce. Ce cycle a laissé des cicatrices profondes, qui ont été la base d'une nouvelle forme de territorialisation - le tourisme - qui a émergé de l'intérêt pour les rugosités du terrain laissées par l'exploitation minière, ainsi que des attraits naturels, représentés par le relief, cascades, grottes, entre autres. Ainsi, nous considérons la pratique du tourisme dans les aires protégées de la Chapada Diamantina, comme la logique primordiale, car cette activité embrasse également l'exploitation minière et de ses marques. Il est intéressant de remarquer que, même interdite, l'extraction de diamants existe encore dans la région en raison d'un manque de surveillance par les organes compétents de l'Etat et de la force du pouvoir économique né du nouvel essor de l'extraction minière dans le monde.

Mots-clés: Géodiversité; Logiques territoriales; Territorialité; Chapada Diamantina.

RIASSUNTO

La Chapada Diamantina, che si trova nella parte centrale dello stato di Bahia, ha un ricco geodiversità che risulta essere l'insieme formato da una varietà di materiali della terra, forme e processi che costituiscono la forma e la terra, e che hanno valore scientifico, culturale, educativo e / o ricreative. Questo set è composto da formazioni geologiche e delle strutture, morfologia, giacimenti di minerali, rocce, dei suoli e altri eventi geologici che permettono alle persone di conoscere, studiare per interpretare la storia geologica della terra e dei processi che l'hanno modellata. Questi elementi della geodiversità e geograficamente limitate, sono cruciali per comprendere le logiche territoriali nella regione, che ha riguardato principalmente l'attività mineraria territoriale, in particolare con l'estrazione di diamanti (minerario). L'estrazione dei diamanti ha creato una struttura di supporto, che portano allo sviluppo della regione, espresso nella nascita delle città e l'espansione del commercio. Questo ciclo ha lasciato cicatrici profonde, che sono stati la base per una nuova forma di territorializzazione - Turismo - emerse dalla attrazione dalla rugosità del terreno lasciato da miniere, e anche dalle bellezze naturali, rappresentata dalla morfologia, cascate, grotte, tra gli altri. Pertanto, riteniamo che la pratica del turismo nelle aree protette della Chapada Diamantina, come la logica primaria, dal momento che questa attività coinvolge anche il settore minerario e dei suoi marchi. È interessante notare che anche vietato l'estrazione dei diamanti è ancora presente nella regione a causa della mancanza del controllo da parte degli organi competenti dello Stato e anche con la forza del potere economico a seguito del nuovo boom minerale nel mondo.

Parole chiave: Geodiversità; Logiche territoriali; territorialità; Chapada Diamantina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	– Situação, localização e acesso da área de estudo	35
Figura 1.2	– Alto da bacia do rio Paraguaçu e porção norte da bacia do rio de Contas	36
Figura 1.3	– Região fitoecológica da savana (cerrado). a) Cerrado ralo nos Gerais de Mucugê; b) campo de São João.....	40
Figura 1.4	– Região fitoecológica da estepe (caatinga). a) Caatinga sobre afloramento calcário; b) caatinga arbustiva sobre solo arenoso.	40
Figura 1.5	– Pico das Almas, com campo arenoso dominado por gramíneas e elevação rochosa ao fundo.	40
Figura 1.6	– Região fitoecológica da floresta estacional semidecidual. a) Vista aérea de um trecho da mata de planalto no município de Lençóis; b) vista da mata de planalto no período chuvoso, novembro-fevereiro.....	41
Figura 1.7	– Espécies endêmicas dos campos rupestres da Chapada Diamantina sobre rochas da formação Guiné.....	42
Figura 1.8	– Modelo digital de terreno, enfatizando as características geomorfológicas da área de estudo	44
Figura 1.9	– Geologia da denominada Região Econômica Chapada Diamantina ...	49
Figura 1.10	– Geologia da área de estudo	51
Figura 1.11	– Capitâneas hereditárias do Brasil, no século XIV.....	53
Figura 1.12	– Divisão politicoadministrativa para o estado da Bahia, situação em 1827	56
Figura 1.13	– Divisão politicoadministrativa para o estado da Bahia, situação em 1889	57
Figura 1.14	– Divisão politicoadministrativa do estado da Bahia, situação em 1940	59
Figura 1.15	– Divisão politicoadministrativa do estado da Bahia, situação em 2004	61
Figura 2.1	– Pai Inácio, município de Palmeiras	70
Figura 2.2	– Cachoeira do Sossego, município de Lençóis	70
Figura 2.3	– Principais áreas de relevante interesse turístico na área de estudo	78
Figura 2.4	– Depósitos minerais na área de estudo.....	98
Figura 2.5	– Unidades de Conservação existentes na área de trabalho.....	104

Figura 2.6	– Nova Redenção. Imagem <i>Google Earth</i> versão 6, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.....	114
Figura 2.7	– Iraquara. Imagem <i>Google Earth</i> versão 6, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.....	114
Figura 2.8	– Mucugê. Foto aérea, 2009.....	115
Figura 2.9	– Mucugê. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.....	115
Figura 2.10	– Mucugê. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.....	116
Figura 2.11	– Lençóis. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.....	116
Figura 2.12	– Lençóis. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.....	117
Figura 2.13	– Andaraí. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.....	117
Figura 2.14	– Andaraí. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.....	118
Figura 2.15	– Palmeiras. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.....	118
Figura 2.16	– Palmeiras. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10 ...	119
Figura 2.17	– Ibicoara – Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.....	119
Figura 2.18	– Ibicoara. Imagem <i>Google Earth</i> versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.....	120
Figura 3.1	– Lençóis início do século XX.....	137
Figura 3.2	– Garimpo em funcionamento em Lençóis no ano 1910.....	138
Figura 3.3	– Variação da população de quatro cidades da região econômica baiana Chapada Diamantina, no período de 1830 a 2000.....	139
Figura 3.4	– Lençóis, ano 1910.....	141
Figura 3.5	– Conflitos de convivência na Chapada Diamantina, ou conflitos institucionais na Chapada Diamantina.....	156
Figura 3.6	– Áreas de pesquisa mineral e lavra situadas na área de pesquisa.....	167
Figura 3.7	– Áreas de agropecuária situadas na área de pesquisa.....	168
Figura 3.8	– Esquema das Lógicas Territoriais.....	170
Figura 4.1	– Composição setorial do PIB baiano para o período 1960 a 2010.....	178

Figura 4.2	–	Participação dos estados no PIB nacional (%).....	180
Figura 4.3	–	IDH-M para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	193
Figura 4.4	–	Distribuição IDH-M para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	193
Figura 4.5	–	IDH-E para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	194
Figura 4.6	–	Distribuição IDH-E para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	195
Figura 4.7	–	IDH-L para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	196
Figura 4.8	–	Distribuição IDH-L para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	196
Figura 4.9	–	IDH-R para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	197
Figura 4.10	–	Distribuição IDH-R para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	197
Figura 4.11	–	IDS para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	198
Figura 4.12	–	Distribuição IDS para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	198
Figura 4.13	–	Distribuição PIB para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	200
Figura 4.14	–	PIB para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	200
Figura 4.15	–	Distribuição PIB <i>per capita</i> para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.....	201
Figura 4.16	–	PIB <i>per capita</i> para a Região Econômica Chapada Diamantina.....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Vilas que viriam a constituir a Chapada Diamantina, situação no século XVIII.	54
Quadro 1.2 – Municípios da Chapada Diamantina no século XIX.	57
Quadro 1.3 – Situação dos municípios da Chapada Diamantina na primeira metade do século XX	59
Quadro 1.4 – Evolução territorial da região econômica Chapada Diamantina, a partir de 1943.	60
Quadro 2.1 – Descrição das principais áreas de relevante interesse turístico na área de estudo.....	79
Quadro 2.2 – Correspondência das zonas para o Parque Nacional Chapada Diamantina (PARNA, 1995) em relação à categorização adotada na Figura 2.5	106
Quadro 2.3 – Correspondência das zonas para a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara (SECTUR/SUDETUR, 1998) em relação à categorização adotada na Figura 2.5.	111
Quadro 3.1 – Ocupação do Parque Nacional da Chapada Diamantina	165
Quadro 4.1 – Distribuição das Áreas Programa no Estado da Bahia	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Composição setorial do PIB baiano 1960/2010	177
Tabela 4.2 – Participação dos estados no PIB nacional (%).	180
Tabela 4.3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.	190
Tabela 4.4 – Classes de IDH-M identificadas para a região semiárida da Bahia – 2000.	192

LISTA DE SIGLAS

AP	Áreas Programa
APA	Área de Proteção Ambiental
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CEPLAB	Fundação Centro de Planejamento da Bahia
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DGOT	Direção Geral do Ordenamento Territorial
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano de Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano de Esperança de Vida
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano de Renda
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
NGS	<i>National Geographic Society</i>
Parmu	Parque Municipal de Mucugê
Parna CD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PIB	Produto Interno Bruto

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
RE	Região Econômica
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SECTUR	Secretaria da Cultura e Turismo
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SMARH	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento do Turismo
TIA	<i>Travel Association</i>
UC	Unidade de Conservação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
ZPC	Zona Proteção de Cavernas
ZPP	Zona Preservação Permanente
ZPR	Zona Proteção Rigorosa
ZPVS	Zona de Proteção da Vida Silvestre

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	20
INTRODUÇÃO	22
1 CHAPADA DIAMANTINA – GÊNESE HISTÓRICA E INVENÇÃO TERRITORIAL..	33
1.1 CHAPADA DIAMANTINA – LOCALIZAÇÃO E ALGUNS ASPECTOS FÍSICOS.....	34
1.1.1 Localização.....	34
1.1.2 Hidrografia, Clima e Vegetação	34
1.1.3 Geomorfologia	42
1.1.3.1 Domínio dos Depósitos Quaternários	43
1.1.3.2 Domínio das Coberturas Plataformais Proterozóicas	43
1.1.3.3 Sistema de Dobramentos Proterozóicos	45
1.1.3.4 Cinturão Metamórfico Arqueozóico	46
1.1.4 Síntese da Evolução Geológica do Sistema Espinhaço/ Chapada Diamantina	46
1.2 EVOLUÇÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DA REGIÃO ECONÔMICA CHAPADA DIAMANTINA	52
1.2.1 Século XVI	52
1.2.2 Século XVII	53
1.2.3 Século XVIII	54
1.2.4 Século XIX	55
1.2.4.1 Situação em 1827	55
1.2.4.2 Situação em 1889	56
1.2.5 Século XX	58
1.2.5.1 Situação em 1940	58
1.2.5.2 Situação atual	60
2 GEODIVERSIDADE NA CHAPADA DIAMANTINA	63
2.1 PRINCIPAIS MARCOS ACERCA DA GEODIVERSIDADE NO MUNDO E NO BRASIL.....	63
2.2 GEODIVERSIDADE E ESPAÇO DA CHAPADA DIAMANTINA.....	68
2.3 OS GRANDES CENÁRIOS – GEOSSÍTIOS.....	76
2.4 OS RECURSOS MINERAIS.....	97
2.5 GEODIVERSIDADE E A ATIVIDADE AGRÍCOLA	98
2.6 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GEODIVERSIDADE.....	100
2.6.1 Parque Nacional da Chapada Diamantina	103
2.6.2 A APA Marimbus-Iraquara	108
2.6.3 Parque Municipal de Mucugê (Projeto Sempre Viva).....	111
2.7 GEODIVERSIDADE COMO CONDICIONANTE PARA A EXPANSÃO DAS CIDADES.....	112
3 ORDENAMENTO E LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA	121
3.1 DISCUTINDO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E LÓGICAS TERRITORIAIS.....	121
3.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA CHAPADA DIAMANTINA	124
3.2.1 A Ocupação Humana - Povos Precolombianos, Indígenas e Bandeirantes	124
3.2.2 Sesmarias e Atividades Agropastoris	127
3.2.3 Mineração e Ordenamento Territorial	130

3.3 MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS	132
3.3.1 O Contexto das Cidades Coloniais	134
3.3.2 As Cidades de Mineração na Chapada Diamantina	138
3.3.2.1 <i>Mucugê</i>	139
3.3.2.2 <i>Lençóis</i>	140
3.3.2.3 <i>Andaraí</i>	141
3.3.2.4 <i>Palmeiras</i>	142
3.3.3 Apogeu e Decadência da Região da Chapada Diamantina	142
3.4 A MINERAÇÃO COMO FORMA DE TERRITORIALIZAÇÃO	144
3.5 O TURISMO E A RETERRITORIALIZAÇÃO.....	152
3.6 AÇÃO DO ESTADO E LÓGICAS TERRITORIAIS	162
3.7 CONFLITOS AMBIENTAIS EM ESPAÇOS PROTEGIDOS DA CHAPADA DIAMANTINA.....	165
4 CENÁRIOS GEOECONÔMICOS E REGIONALIZAÇÃO NA CHAPADA DIAMANTINA	173
4.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE REGIÃO E CENÁRIOS GEOECONÔMICOS	173
4.2 DEFININDO AS REGIÕES ECONÔMICAS	176
4.2.1 Aspectos Macroeconômicos	176
4.2.2 Política Governamental	183
4.2.3 Estratégias e Diretrizes Governamentais	184
4.3.3.1 <i>Sociais</i>	184
4.3.3.2 <i>Econômicas</i>	185
4.3.3.3 <i>Estratégias Regionais</i>	186
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ECONÔMICA CHAPADA DIAMANTINA	189
4.3.1 Aspectos Macroeconômicos	189
4.3.2 Cenários Geoeconômicos	202
4.4 AVALIAÇÃO DO CONTEXTO GEOECONOMICO NO DESENVOLVIMENTO DA CHAPADA DIAMANTINA.....	203
CONCLUSÃO	207
REFERÊNCIAS	214
APÊNDICES	228
ANEXO A	296

APRESENTAÇÃO

O meu primeiro contato com a Chapada Diamantina foi em 1980, mais precisamente no mês de dezembro, com um grupo de amigos que resolveu conhecer a região. Naquela época, iniciava-se a sua inserção no roteiro turístico do estado, e meu espírito, imbuído em conhecer novos lugares, levou-me até lá. Tudo era muito embrionário, e o primeiro hotel inaugurado, apesar de boas instalações, trabalhava de maneira amadora. Foram apenas três dias, mas suficiente para explorar os principais atrativos, inclusive a então conhecida como Queda Glass, de acesso muito difícil e precário.

A partir daquele primeiro contato, muitos outros aconteceram nestes trinta anos de muitas viagens à região. Apesar de minha primeira formação acadêmica ser em Geologia, nunca me atentou o fato da importância que a estrutura geológica tinha no contexto, muito menos que ela teria sido a principal responsável pelo seu povoamento/ocupação, talvez porque a Geografia tenha entrado em minha vida acadêmica só muito mais tarde.

Aos poucos fui correlacionando e entendendo o que observava com os ensinamentos aprendidos na academia, bem como via a aplicabilidade do trabalho que desenvolvia como geólogo e os conflitos ambientais decorrentes das recentes leis criadas para preservação e conservação.

Cabe aqui um parêntese: naquele período resolvi resgatar a minha frustração de não ter estudado Geografia, o que fez, ainda que tardiamente, eu voltar ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia para cursá-lo. Essa paixão pela geografia, da qual sou um eterno aprendiz, impeliu-me a graduar e ingressar no curso de mestrado.

Daí em diante, meu interesse pela região só fez crescer e quando surgiu a oportunidade de fazer o doutorado resolvi escolher a região para desenvolver meu trabalho, a princípio com outra vertente, mas depois encaminhado para a linha aqui adotada, por ser muito atual, e completamente inovadora.

Para desenvolver este trabalho, fizeram-se necessárias três etapas de campo; nas quais tive oportunidade de conhecer outra face da região, sobretudo a que inclui a geografia humana, por intermédio das relações que envolvem os atores inseridos no processo de territorialização da mesma.

O resultado de todos esses anos de trabalho gerou muitos produtos apresentados em eventos locais, nacionais e internacionais, publicados em anais, e quatro artigos completos em revistas, duas nacionais (**Geonordeste/UFS – As cidades da Mineração na Chapada Diamantina**, e **Revista de Desenvolvimento Econômico/UNIFACS – Geodiversidade e Lógicas Territoriais na Chapada Diamantina**), e duas internacionais (**TURyDES – Málaga – Espanha – A Importância da atividade turística no desenvolvimento Local: O caso da Chapada Diamantina – Bahia**, e **GESTIÓN TURISTICA – Valdivia – Chile – Geologia e Geoturismo na Chapada Diamantina**) que se encontram nos apêndices A, B, C e D.

Foi grande a nossa satisfação com o resultado dessa jornada, mas, como afirma Lacan, um dos grandes estudiosos de Freud, que dizia que a "fantasia é a verdadeira sustentação do desejo", ou seja, depois que conquistamos algo que desejávamos arduamente, como objeto necessário a nossa felicidade e realização, nós tendemos a minimizá-lo em termos de importância. Essa é a essência de se procurar sempre um novo desafio.

INTRODUÇÃO

A região econômica Chapada Diamantina, situa-se na parte Central do estado da Bahia.

Geologicamente a região faz parte da serra do Espinhaço é uma cadeia de montanhas que se estende desde a parte central do estado de Minas Gerais até o norte do estado da Bahia, ao longo de cerca de 1200km de extensão N-S. As rochas que dão sustentação a essa cadeia pertencem ao supergrupo Espinhaço, uma unidade litoestratigráfica pertencente ao éon Proterozóico e que está dividida em quatro domínios denominados, de norte para sul, de Chapada Diamantina (BA), Espinhaço Setentrional (BA), Platô do Rio Pardo (MG) e Espinhaço Meridional (MG).

DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

As motivações que levaram a enveredar por essa linha de pesquisa foram primeiramente de cunho pessoal, pois a região me encantou ao primeiro contato, depois descobri que, com esse trabalho, faria uma associação das minhas duas formações acadêmicas – Geologia e Geografia – o que permitiria abrir novas perspectivas de atuação, e por fim o interesse em entender como a Geologia, representada pela geodiversidade, poderia me dar resposta em aspectos tão relacionados às Ciências Humanas.

A ideia do estudo da geodiversidade como forma de ocupação da região da Chapada Diamantina – no centro do estado da Bahia – se deu pela perspectiva de que a lógica que regeu essa ocupação estava ligada, pelo menos no momento de maior expressão, – o Ciclo da Mineração – à existência dessa geodiversidade. Esse ciclo levou grande contingente de migrantes até lá, promovendo o primeiro *boom* populacional. É claro que já havia habitantes na região, mesmo porque desde o início da colonização existiam interessados na procura de recursos minerais, sobretudo ouro, considerados muito importantes pela matriz colonial – Portugal.

Posteriormente, no decorrer do processo colonizador, a região foi invadida pela pecuária, expulsa do litoral, por ser incompatível com a cultura agrícola da época, e que sustentava a economia colonial – o Ciclo da Cana de

Açúcar – já que os metais de grande valor, encontrados na porção espanhola, só anos mais tarde, no século XVII, viriam a ser encontrados aqui.

O cerne deste estudo refere-se às formas como a geodiversidade foi utilizada/apropriada para a ocupação, primeiro pela mineração, com a procura dos recursos minerais graças ao substrato geológico constituído pelas formações mineralizadas (parte da geodiversidade), que englobava esses recursos. Dessa forma, a geodiversidade tem importância na (re)valorização e no ordenamento territorial. A exploração desses recursos fez surgir os primeiros aglomerados urbanos, e produziu marcas, as rugosidades, conforme Milton Santos, que fez com que mais tarde, associado às formas do modelado, aqui tratados como geossítios, surgisse o turismo que veio inserir uma nova lógica, inclusive com a criação de áreas de proteção, as Unidades de Conservação, que nem sempre são respeitadas, o que leva ao questionamento dos reais motivos de suas existências.

Dessa forma, a escolha do tema se deu pela necessidade de se direcionar o estudo para abordagens ainda não efetuadas na área, estudos esses ligados a pesquisa de como os condicionantes físicos podem interferir nas lógicas territoriais.

Assim, o objetivo central desta tese consiste em avaliar a contribuição da geodiversidade na formulação e implementação das lógicas territoriais, nos municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras, Ibicoara, Iraquara, e Nova Redenção na parte oriental da Chapada Diamantina, onde se concentraram as atividades de exploração de diamante, e estão a quase totalidade dos atrativos naturais que incrementam o turismo, concentrando uma melhor infraestrutura, um verdadeiro espaço luminoso, no contexto da região econômica.

Com base nesses pressupostos, elaboramos/estabelecemos os seguintes questionamentos para nortear esta tese:

- a) a geodiversidade teve realmente importância nas lógicas territoriais da Chapada Diamantina?
- b) De que modo essa geodiversidade influenciou as lógicas de ocupação na Chapada Diamantina?

- c) A geodiversidade proporcionou a inserção globalizada da Chapada como macroespaço ou enquanto geoespaços isolados?
- d) A Chapada Diamantina, enquanto espaço regional, está integrada a alguma lógica territorial do mundo globalizado?

Para obter respostas a esses questionamentos utilizamos fundamentação teórica embasada nos autores que tratam da temática, que é discutida especificamente em cada capítulo, estabelecendo-se um diálogo com os autores durante a elaboração do texto.

Dessa forma, o objetivo central desta tese consiste em avaliar a contribuição da geodiversidade nas lógicas territoriais, nos sete municípios já citados, da parte oriental da Chapada Diamantina.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

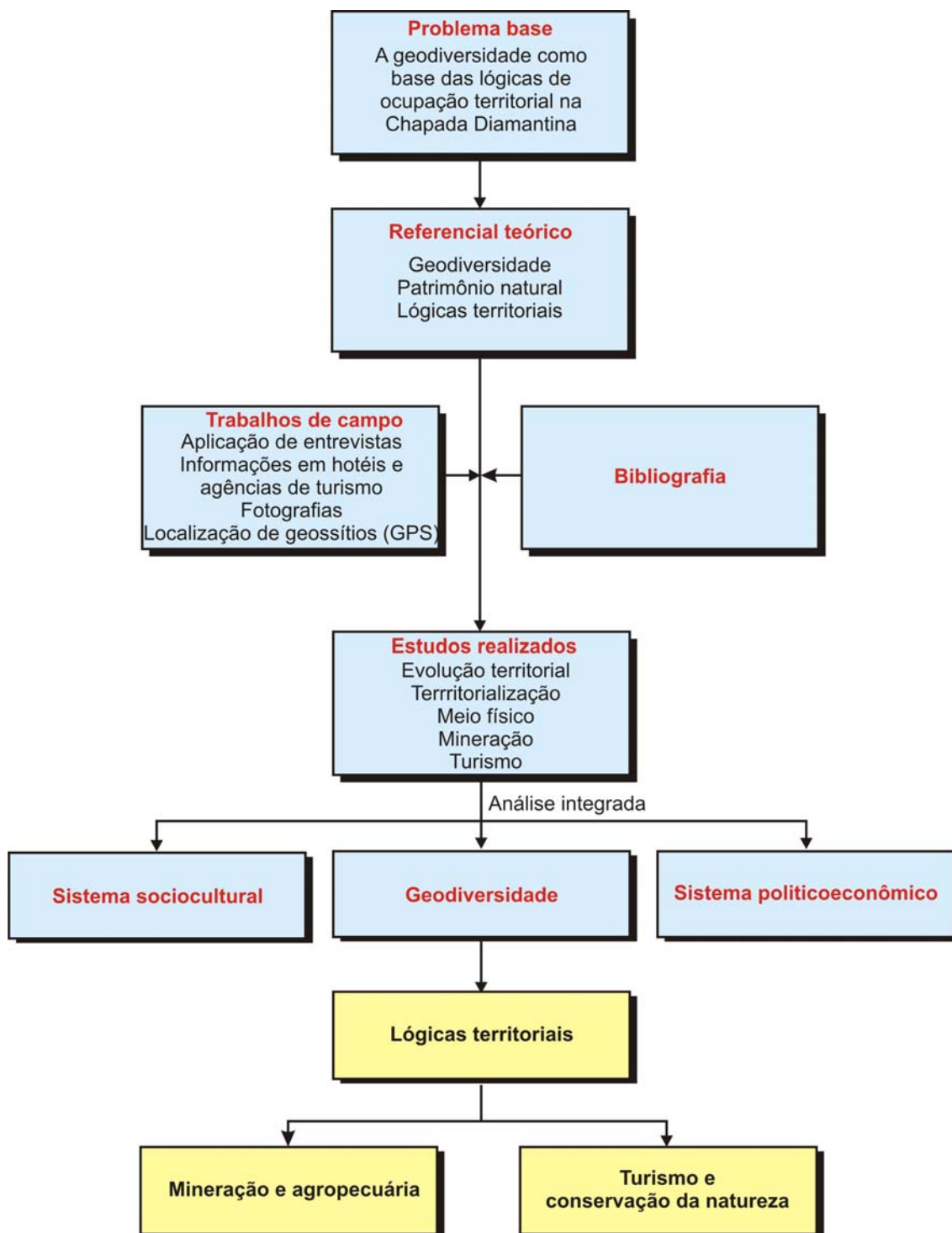
No desenvolvimento das pesquisas, adotamos procedimentos metodológicos visando viabilizar e facilitar a execução da mesma, tais como:

- LEVANTAMENTO DA BIBLIOGRAFIA PERTINENTE AO ASSUNTO – efetuado em pesquisa na internet, bibliotecas de órgãos especializados, e nas próprias bibliografias dos livros e artigos encontrados. Entretanto foi uma tarefa árdua, pois, sobretudo sobre geodiversidade a literatura é muito escassa;
- PESQUISA/LEITURAS DA BIBLIOGRAFIA – envolveu a maior parte do tempo, pois muitos artigos falavam tangencialmente do tema e se fazia necessária uma leitura aprofundada para se resgatar o que realmente era pertinente;
- TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS EM TRES ETAPAS – 2008 (LENÇÓIS E ARREDORES), 2009 (MUGUGÊ E ARREDORES), 2010 (VALE DO CAPÃO E ARREDORES) – foram utilizados recursos próprios para desenvolver as etapas de campo, onde efetuamos o georreferenciamento dos

atrativos naturais levantados, e realizamos entrevistas com o *trinding* turístico, com funcionários e donos de hotéis e pousadas, bem como pessoas das comunidades não envolvidas nessas atividades; Foram realizadas trinta entrevistas em Lençóis, dez em Mucugê, seis em Igatu, seis em Andaraí, e treze no Capão, num total de 65 entrevistados em toda a região de estudo.

- REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS – para realização das entrevistas foi elaborada uma série de questões com o objetivo de obter das pessoas entrevistadas, respostas aos nossos pressupostos da pesquisa (vide Apêndice E);
- SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS – os dados levantados foram agrupados segundo o capítulo a que pertenciam, visando facilitar a consulta e a elaboração do texto final;
- ELABORAÇÃO DE MAPAS E CARTOGRAMAS – os mapas e cartogramas foram elaborados sobre bases já existentes, nas quais foram lançados os resultados da pesquisa, fazendo algumas superposições que facilitaram a interpretação, e, por fim,
- REDAÇÃO/ELABORAÇÃO DO TEXTO – a redação/elaboração do texto feita de modo a expressar os resultados da pesquisa, fazendo uma análise da região em estudo, e mostrando os resultados obtidos.

Obedecendo ao roteiro apresentado no fluxograma a seguir.



Fluxograma metodológico, elaborado pelo autor.

Na perspectiva de averiguar as questões formuladas, esta tese foi estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, denominado **CHAPADA DIAMANTINA – GÊNESE HISTÓRICA E INVENÇÃO TERRITORIAL** é apresentada a localização da área de estudo, caracterização física envolvendo aspectos da

hidrografia, geomorfologia, geologia, recursos minerais, considerados importantes para análise da geodiversidade e dos geossítios, encerrando com a Evolução Territorial e Administrativa.

O segundo capítulo – **GEODIVERSIDADE NA CHAPADA DIAMANTINA** - foi embasado no aprofundamento bibliográfico, sobretudo do estado da arte dos estudos de geodiversidade, e termos correlatos que respalda a análise/discussão. Apresentamos a descrição dos atrativos naturais, e introduzimos discussão sobre as relações da geodiversidade com os recursos minerais, agricultura, expansão urbana, bem como com a criação das unidades de conservação.

O capítulo 3, intitulado **AS LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA**, aborda território e lógicas territoriais, a ocupação humana desde os primórdios, iniciando-se com as populações primitivas, passando pelas sesmarias e atividades agropastoris, até chegar à mineração que originou os primeiros núcleos urbanos. Por fim, tratamos da territorialização pelo turismo que veio dar nova dinâmica a ocupação da região.

No capítulo 4, **CENÁRIOS GEOECONÔMICOS E REGIONALIZAÇÃO NA CHAPADA DIAMANTINA**, discutimos o conceito de região, na perspectiva de problematizá-la já que existem os espaços privilegiados, chamados luminosos, conforme Milton Santos (que utilizava o termo espaços opacos, antagônicos a esses), apresentando como foram criadas/definidas as regiões econômicas, e por fim fazendo uma análise dos índices econômicos dos municípios que compõem o recorte espacial proposto, procurando evidenciar as diferenças existentes, inclusive nos aspectos físicos que estão inseridos na geodiversidade e que dão aspectos diversos a cada parte da região, com o objetivo de desconstruir a visão homogeneizante da economia, acerca da área de estudo.

Por fim, na conclusão, são feitas recomendações, elaboradas com base na interpretação conjunta dos capítulos, dentro dos objetivos propostos, apresentando as conclusões obtidas a partir dos dados analisados à luz da teorização feita, das escolhas teóricas, quando a análise evidencia que os pressupostos se confirmaram.

ESTADO DA ARTE

O acervo de conhecimentos abrange diversos trabalhos no âmbito da evolução territorial do Brasil, da Bahia, e em particular da Chapada Diamantina. Ainda nesse contexto, trabalhos que envolvem a questão de território, territorialidade, reterritorialização, desterritorialização.

Nessa sequência, publicações ligadas à geologia e à geomorfologia, bem como a geodiversidade, patrimônio geológico/natural e geoconservação.

Também trabalhos relacionados ao ordenamento territorial, rede urbana, turismo, desenvolvimento, e legislação mineral e ambiental (envolvendo as Unidades de Conservação).

Por fim, trabalhos acerca de região, regionalização e economia, dentre esses cenários econômicos, e trabalhos técnicos que envolvem a política governamental.

Em ordem cronológica, faremos, a seguir, breve referência àquelas citações que se revestiram de maior importância para o desenvolvimento do trabalho.

Gomes (1952) trabalha a questão do povoamento da Chapada Diamantina com enfoque no período da mineração.

King (1956) discute a geomorfologia da região oriental do Brasil, de modo bem aprofundado, trazendo aspectos importantes da formação do modelado da região.

Frémont (1980) apresenta a discussão de região como objeto político, com base na necessidade de descobrir ou redescobrir uma entidade que não se identifica com o território.

Funch (1982) enfoca a Chapada Diamantina como uma grande reserva natural, expondo justificativas para sua preservação e criação do parque visando a sua conservação.

Corrêa (1986) faz um estudo sobre região e organização espacial, básicos para a compreensão do caráter distinto da geografia no âmbito das Ciências Sociais.

Faissol (1994) traz uma incursão pioneira na abordagem da dimensão espacial do processo de desenvolvimento brasileiro. Faz um resgate de questões de natureza filosóficoideológica no tratamento da questão do

desenvolvimento, envolvendo as estratégias espaciais das políticas voltadas para o desenvolvimento regional, introduzindo a discussão da temática ambiental sob a perspectiva da qualidade de vida e pobreza urbana, enfocando também o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

Andrade (1996) analisa o termo território e os derivados, territorialidade e desterritorialidade no âmbito das Ciências Sociais e Naturais, e sua retomada recente nos estudos de Geografia Política e Geopolítica.

Valcarce e Cortés (1996) trabalham a questão do patrimônio geológico que está englobado no contexto de patrimônio natural, com base na valorização, proteção, conservação e utilização, sob o prisma da visão europeia.

Rodrigues (1997) apresenta textos nos quais propõe reflexões sobre turismo e espaço e a importância do espaço turístico, já que hoje é entendido como fenômeno econômico, social, político e cultural com significativos impactos ambientais.

Teixeira (1998) traz a história da mineração na Bahia, por intermédio dos ciclos históricos, desde os seus primórdios até os dias atuais.

Veiga (1999) analisa a relação entre a geodiversidade e o uso dos recursos minerais da Amazônia, mas, que traz subsídios para estudos semelhantes.

Wimbledon (1999) evidencia a identificação e a seleção dos sítios geológicos, visando à prioridade para a geoconservação desses geossítios.

Cruz (2000) analisa a questão do espaço e geografia, envolvendo Turismo e território, e de que forma essa relação contribui para o desenvolvimento.

Monte-Mór (2001) aborda como as cidades da mineração se formam e como se organizam em função do fluxo que essa atividade promove.

Rodrigues (2001) reúne em publicação mais de uma dezena de especialistas, com trabalhos cujo resultado é fruto de inúmeros debates sobre um tema importante, mas talvez pouco estudado: o Turismo e a Geografia.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2001) apresenta trabalho sobre evolução territorial e administrativa do estado da Bahia, em forma de breve histórico, no decorrer de quatro séculos consecutivos.

Beni (2002) trata da relação da ecologia com o turismo, envolvendo a discussão de turismo rural, agroturismo, turismo ecológico, com destaque para o ecoturismo.

Em sua tese, Nolasco (2002) trabalha a importância dos garimpos nos registros geológicos, mas faz um apanhado interessante e rico sobre aspectos da ocupação e formação das cidades na Chapada Diamantina.

A tese de Gonçalves Alcoforado (2003) tem como objetivo demonstrar que o desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia não vem se viabilizando pela falta de um projeto político progressista que contribua para utilizar na plenitude as forças impulsionadoras de seu desenvolvimento e para neutralizar suas forças restritivas.

Gonçalves (2004) analisa a natureza e a sociedade em suas diferentes culturas, no contexto das relações intrínsecas, avaliando como essas relações, por parte de alguns segmentos da sociedade, tornaram-se de apropriação, domínio, uso e exploração.

Gray (2004), em trabalho precursor, insere a discussão sobre a valoração e conservação da natureza abiótica por ele denominada geodiversidade.

Kozlowski (2004) faz uma revisão conceitual sobre geodiversidade, discutindo os estudos realizados na Polônia.

Pedreira (2004) trabalha aspectos geomorfológicos e geológicos da serra do Sincorá de modo claro e didático, feições essas indispensáveis na compreensão das estruturas que deram origem aos geossítios.

Brilha (2005) aborda a conservação da natureza na vertente geológica, sob o prisma de patrimônio geológico e geoconservação, termos que mais tarde vieram ser a base para definição de geossítios e geodiversidade.

A obra de Camargo (2005) se caracteriza por uma abordagem política e geográfica, ma qual é mostrada a indiferença do capital em relação à natureza, trazendo novos e importantes debates a respeito da dinâmica planetária e das possibilidades de rompimento do atual padrão ambiental ocasionado pela evolução conjunta da cultura, do processo produtivo e do meio natural.

Haesbaert (2005) discute o mito do fim dos territórios, onde o termo é abordado em uma perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, desconstruindo ideias, tais como, o homem pode viver sem território, e que sociedade e espaço podem ser dissociados.

Lazzerini (2005) traz uma discussão conceitual sobre geodiversidade.

López (2005) analisa a geodiversidade como a distribuição espacial de complexos territoriais diferenciados nas distintas escalas geográficas, englobando discussão dos desafios metodológicos.

Bandeira (2006) aborda a história da região, passando por seu desbravamento, ciclo da mineração (diamante e ouro), e pelas lutas de poder dos coronéis.

Guanaes (2006) apresenta uma reflexão sobre as políticas de gestão de parques nacionais no Brasil e a legislação das unidades de conservação de um modo geral dando ênfase ao Parque Nacional da Chapada Diamantina. Nesse trabalho é destacada a problematização da interdição das populações que habitam territórios transformados em áreas de conservação ambiental; sobretudo no caso dos parques nacionais, onde a presença humana é altamente restritiva, e a necessidade de uma gestão partilhada dos recursos naturais e do uso e apropriação da terra.

Kiernan (2006) faz uma revisão do conceito de geodiversidade à luz dos conceitos introduzidos por Gray (2004).

Nascimento, Ruchkys e Montesso-Neto (2008) apresentam trabalho muito importante que vem preencher o hiato existente sobre os conceitos de geodiversidade, geoconservação, geoturismo, termos relativamente novos e que por sua universalidade tem interesse crescente no Brasil e no mundo.

Silva (2008) traz estudo inédito sobre a Geodiversidade do Brasil, apresentando a grande variedade dos aspectos naturais no Brasil. Nesse trabalho, o conhecimento geologicocientífico é trabalhado com vistas a sua aplicação ao uso adequado do território.

Souza (2008), em dissertação cuja pesquisa busca entender a atuação do Estado na minimização e/ou maximização das disparidades regionais, ressalta que tal atuação pode dar-se de diversas formas.

Giudice e Souza (2009), com foco na Chapada Diamantina, tratam da importância da geodiversidade que vem a ser o conjunto de recursos naturais de valor científico, cultural, educativo, e recreativo, nas lógicas territoriais que levaram a ocupação e povoamento da região.

Lobão (2010) faz análise socioambiental da região semiárida da Bahia, utilizando o geoprocessamento como subsídio ao ordenamento territorial, enfocando aspectos socioeconômicos.

1 CHAPADA DIAMANTINA – GÊNESE HISTÓRICA E INVENÇÃO TERRITORIAL

Durante os quatro séculos iniciais da ocupação no estado da Bahia, a evolução foi lenta e gradual. Sabe-se, entretanto que ela não aconteceu de forma linear, nem foram feitos registros precisos. Essa realidade vale também para a Chapada Diamantina, e tudo leva a crer que a ocupação efetiva se deu com a mineração e a descoberta do ouro e diamantes.

Essa assertiva é corroborada por Guanaes (2001, p. 39) que afirma:

A Chapada Diamantina foi inventada¹, em seu sentido cultural e imaginário, pelos garimpeiros em busca de ouro e diamantes; estes foram responsáveis pelo verdadeiro desbravamento e colonização da Chapada Diamantina e seus arredores, e pelas primeiras trilhas que cruzaram a região.

O estado da Bahia sofreu várias regionalizações ao longo do tempo, algumas da alçada federal, e outras, como as regiões econômicas, feitas na esfera estadual, em geral elaborada pelos técnicos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sempre objetivando ações de planejamento.

A escolha dessa regionalização, para servir de base ao nosso trabalho, se deu pelo fato de que, na época da escolha do tema, essa ser a única a englobar os municípios onde a mineração do diamante mais se destacou, como também pelo fato da região possuir os principais atrativos naturais que vieram a incrementar o turismo.

Este capítulo apresenta as transformações ocorridas na Região Econômica Chapada Diamantina como um todo, mas, será dada ênfase ao contexto da serra do Sincorá, onde foram encontradas essas pedras preciosas que fizeram a Chapada Diamantina.

1 Vale aqui esclarecer que invenção territorial é construída por intermédio da identidade territorial, com base nas relações sociais e nas práticas culturais. Assim, na afirmação de Guanaes (2001), fica claro que foram os garimpeiros que deram uma feição característica à região, com a construção e organização de símbolos que se constituíram como códigos fixos, o que vem corroborar com a afirmativa de Albuquerque Júnior (2001) acerca da invenção territorial que pode se traduzir pela construção de territórios cheios de sentido e significados.

1.1 CHAPADA DIAMANTINA – LOCALIZAÇÃO E ALGUNS ASPECTOS FÍSICOS

1.1.1 Localização

A área em estudo situa-se na parte central do estado da Bahia, entre os paralelos de 12°00' a 13°30'S, e os meridianos de 41°00' e 42°00'W (Figura 1.1). Embora a região econômica Chapada Diamantina abranja 33 municípios, neste trabalho somente sete são detalhados, devido a sua importância no ciclo da mineração e posteriormente do turismo. São eles: Andaraí, Ibicoara, Iraquara, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção e Palmeiras, que tem nos seus limites a quase totalidade dos atrativos naturais, e concentram a infraestrutura de apoio ao turismo, tornando-se um espaço luminoso, como denomina Santos (2001).

A rede de estradas é bem constituída, sendo a BR-242 a principal rodovia que corta toda a extensão no sentido E-W.

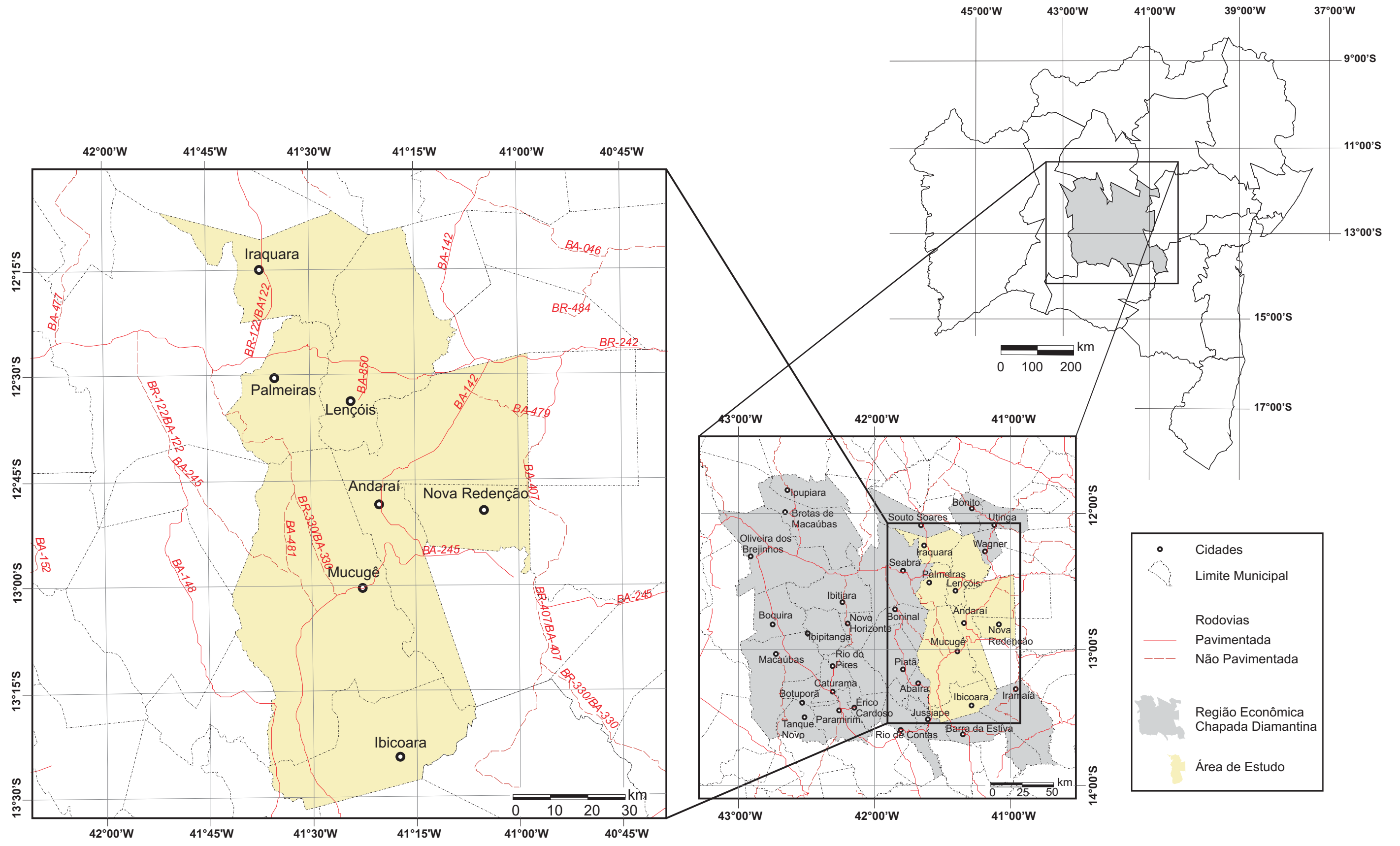
1.1.2 Hidrografia, Clima e Vegetação

- Hidrografia

A rede de drenagem (Figura 1.2) abrange rios de duas bacias: i) a constituída pelo rio Paraguaçu e seus afluentes, e ii) parte da porção norte da bacia do rio de Contas (CEPLAB, 1979).

A bacia do rio Paraguaçu (Figura 1.2), que tem como principais afluentes que percorrem a área de estudo os rios São José e Santo Antonio, é considerada a mais importante concentração fluvial, em termos socioeconômicos, localizada inteiramente em território baiano.

O rio Paraguaçu nasce na serra do Sincorá, nos limites das fazendas Farinha Molhada, Paraguaçu e Brejões, no município de Barra da Estiva, aproximadamente a 1.200 metros de altitude em relação ao nível do mar (CRA, 2001).



Fonte: Adaptado de Bonfim (2001).

Figura 1.1 - Região Econômica Chapada Diamantina e área de estudo: situação, localização e acesso . .

A bacia caracteriza-se pela diversidade de seus afluentes, já que são classificados como efêmeros, intermitentes e perenes, sendo que essa perenidade sofreu alterações causadas pela ação antropogênica, quando do auge da atividade garimpeira. Abrange área de aproximadamente 54.000km² (CEPLAB, 1979).

Na área de estudo, o rio Paraguaçu apresenta características peculiares, com padrão de drenagem retangular, canais retilinizados e ângulos acentuados, sendo que, trechos, como a sub-bacia do rio Utinga, apresentam muitos canais paralelos. Esses elementos demonstram claramente o controle estrutural a que são submetidos os traçados fluviais, normalmente adaptados às falhas e fraturas regionais, o que facilita o encaixamento dos vales (SRH, 1993a).

O rio Paraguaçu atravessa dois ambientes na área de estudo: o chamado planalto da Chapada Diamantina e os terrenos calcários do supergrupo São Francisco. No planalto da Chapada Diamantina, corta terrenos planos e cobertos por solos bastante favoráveis à infiltração, o que contribui para a realimentação dos aquíferos metassedimentares situados em camadas mais profundas, graças ao intenso fraturamento apresentado pelas rochas do embasamento. Por se situarem em cotas elevadas, esses aquíferos alimentam os rios da região, localizados em terrenos mais baixos.

Devido aos processos morfodinâmicos, os desníveis existentes propiciam grande energia para o fluxo das águas armazenadas, o que faz com que elas fluam com maior rapidez para o fundo dos vales (SMARH, 2006), provocando forte predisposição à erosão.

A bacia percorre uma área cujos terrenos se constituem em um conjunto de relevo de influência predominantemente estrutural, com cristas assimétricas, de encostas muito íngremes, intercalados por vales profundos, formados por falhamentos nos anticlinais onde aflora a rocha sã. Esse fato, juntamente com a ocorrência de solos bastante incipientes, facilita o escoamento das chuvas, o que favorece o transporte de material para o leito dos rios. Ao longo da bacia “são comuns os planos rochosos irregulares, e planos com cobertura arenosa e com presença esparsa de lagoas. Os interflúvios são representados por relevos de dissecação estrutural separados por inclinações acentuadas” (SRH, 1993a).

Esse ambiente especificamente tem enorme potencial para o incremento do turismo, entretanto, para tal se faz necessário não só a preservação das áreas

onde se situam as cachoeiras e outros atrativos, mas, também a criação de infraestrutura de acesso a eles.

Na porção nordeste e leste da área de estudo, onde se concentram os terrenos calcários, a formação do fluxo superficial é condicionada pela própria constituição dos solos, que são mais argilosos, portanto mais impermeáveis. O escoamento das águas pluviais, facilitado pelo relevo mais suave, com declividade variando de média a baixa, juntamente com o tipo de solo, promove a chegada dessas águas mais diretamente aos rios e riachos em quantidades significativas, provocando grandes vazões de cheias (SEMARH, 2006). Por outro lado, as reservas subterrâneas têm menor potencial, pois, nem sempre as rochas calcárias da região apresentam estruturas para armazenamento, no entanto, essas infiltrações produzem grutas que possuem grande importância turística.

A bacia do rio de Contas (Figura 1.2) tem forma alongada, com escoamento no sentido geral oeste leste, banha apenas a porção sul da área de estudo, e também se caracteriza pela diversidade de seus afluentes, está entalhada no planalto sul da Bahia, abrangendo uma área de 55.000km², o que a torna a maior bacia, em extensão, genuinamente baiana.

O rio de Contas nasce na serra da Tromba, parte da serra do Sincorá, entre os municípios de Piatã e Rio de Contas, aproximadamente a 1.500 metros de altitude em relação ao nível do mar (CEPLAB, 1979).

O seu curso superior, que corta a área em estudo (sudoeste de Mucugê, e parte leste e oeste de Ibicoara), está encaixado numa paisagem montanhosa, correspondente às zonas úmidas de altimetria elevada. Muitas vezes, o desnível existente propicia grande energia para o fluxo das águas armazenadas e elas fluem para o fundo dos vales, formando cachoeiras (SRH, 1993b).

Tal como a bacia do rio Paraguaçu, a porção norte da bacia do rio de Contas atravessa solos favoráveis à infiltração que facilitam a alimentação de aquíferos, como também rochas metassedimentares, existentes em camadas mais profundas. Por suas características, servem como fonte de abastecimento para os rios situados em terrenos mais baixos (SEMARH, 2006).

A hidrografia teve importância fundamental na ocupação da região, não só como via de acesso, como também porque além dos seus cursos armazenarem os diamantes, eles modelaram a paisagem, dando formas de rara beleza cênica.

- **Clima**

A área em estudo apresenta clima que varia de úmido, em Mucugê, a seco subúmido, em Palmeiras, passando pelo úmido subúmido, em Lençóis.

O clima se caracteriza basicamente por ser quente, com temperaturas médias superiores a 18°C, com verão chuvoso e inverno seco, e precipitação em torno de 750mm (SEMARH, 2006).

A temperatura média anual segue a orientação do relevo: varia de 19,5°C, em Mucugê a 990m de altitude, a 23,5°C em Andaraí, no sopé da serra do Sincorá, a 386m de altitude. Em função da diferença de altitude, a amplitude térmica anual se eleva a 4°C (SRH, 1993a).

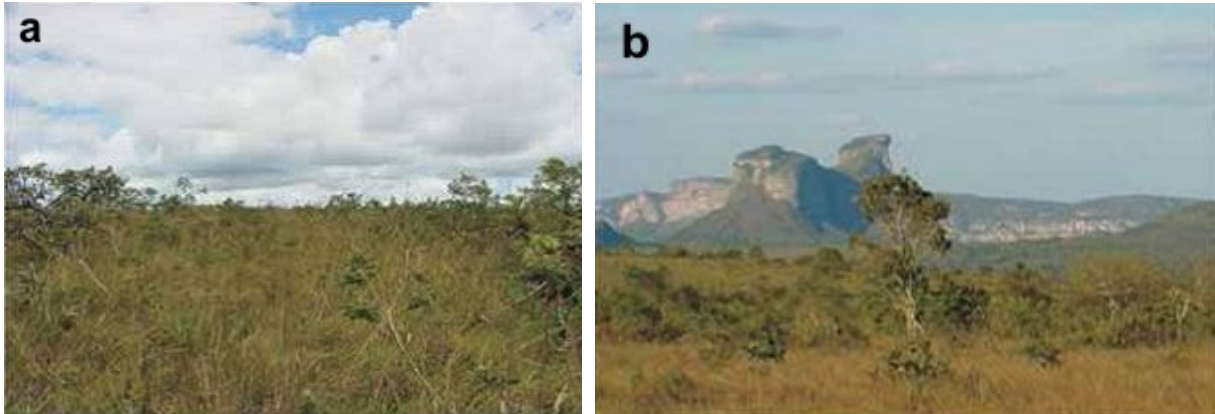
A precipitação pluviométrica total anual varia de 750 mm, em Iraquara na chamada zona de sombra de chuva, a mais de 1200 mm, em Lençóis, na denominada zona de chuvas orográficas.

Segundo a SEMARH (2006), “o posicionamento desse ambiente é extremamente favorável em relação às chuvas, provocando, inclusive, o aparecimento de precipitações causadas pela necessidade de ascensão das massas de ar”.

Leprun (1981) observa que o poder erosivo das chuvas é forte apenas na região da serra de Sincorá, sobretudo no eixo formado pelas localidades de Lençóis, Andaraí, Mucugê e Ibicoara. No restante da área de estudo, o poder erosivo das chuvas é considerado moderado.

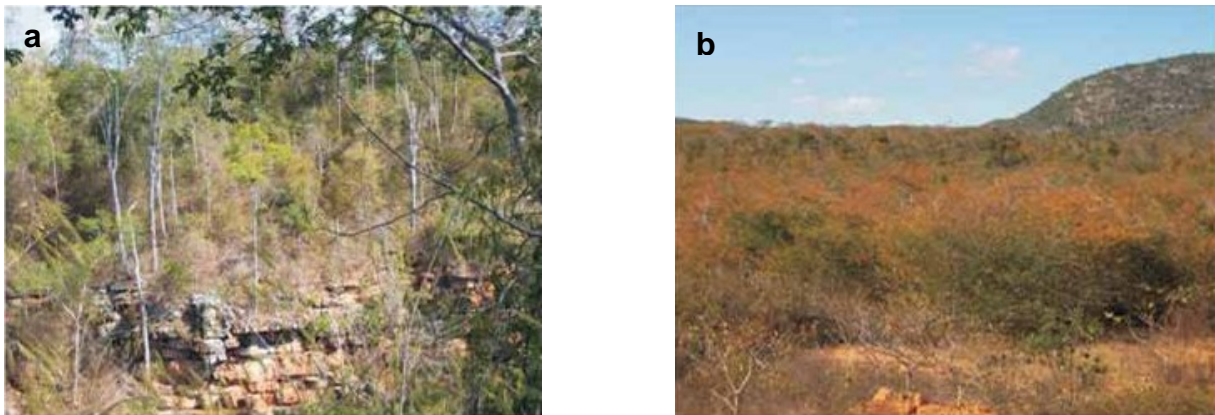
- **Vegetação**

A vegetação apresenta grande diversidade, e, segundo a SRH (1993), ocorrem na área as seguintes regiões fitoecológicas: região fitoecológica da savana (Figura 1.3), abrange os municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê (cerrado); região fitoecológica da estepe (Figura 1.4), engloba sobretudo o município de Iraquara, e parte de Mucugê, Palmeiras e Ibicoara (caatinga); campos rupestres (Figura 1.5); região fitoecológica da floresta estacional semidecidual (Figura 1.6), a região da floresta estacional decidual. Essas duas últimas ocorrem em todos os municípios envolvidos na pesquisa.



Fonte: Harley e colaboradores (2005).

Figura 1.3 - Região fitoecológica da savana (cerrado). a) Cerrado ralo nos Gerais de Mucugê; b) campo de São João.



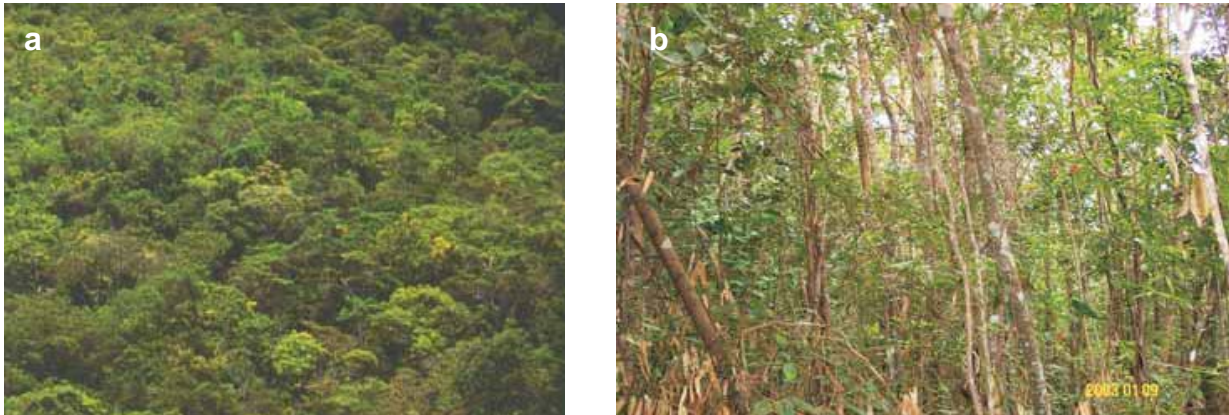
Fonte: Queiroz e colaboradores (2005).

Figura 1.4 - Região fitoecológica da estepe (caatinga). a) Caatinga sobre afloramento calcário; b) caatinga arbustiva sobre solo arenoso.



Fonte: Conceição e colaboradores (2005).

Figura 1.5 - Pico das Almas, com campo arenoso dominado por gramíneas e elevação rochosa ao fundo.



Fonte: Funch e colaboradores (2005).

Figura 1.6 - Região fitoecológica da floresta estacional semidecidual. a) Vista aérea de um trecho da mata de planalto no município de Lençóis; b) vista da mata de planalto no período chuvoso, novembro a fevereiro.

Nessas regiões, ocorrem áreas de interconexão, onde há contato entre as floras que coexistem no mesmo ambiente, são as chamadas Áreas de Tensão Ecológica. Conforme trabalho da SRH, de 1993, foram mapeadas, na área de estudo, três delas, o contato savana/estepe, o contato savana/floresta estacional, e contato estepe/floresta estacional. Ocorre em todos os municípios, a exceção de Nova Redenção.

Recobrando as partes mais elevadas da Chapada Diamantina, ocorre vegetação diferenciada do restante da região, pois nessas partes existem espécies endêmicas (Figura 1.7), provavelmente remanescentes de uma flora pretérita, conservada por condições ecológicas próximas aquelas existentes quando do povoamento vegetal de toda a área. Todas as características físicas (altitude, relevo, topoclima, solos, rochas) permitiram a preservação dessa flora através dos tempos. Esse tipo de cobertura vegetal é denominado de refúgio ecológico, e é encontrado nos municípios de Palmeiras, Mucugê, Lençóis, e Ibicoara.

Em termos gerais, a vegetação na área de estudo se constitui principalmente pelo cerrado que é caracterizado por extrato herbáceo contínuo, mas ocorre também a caatinga arbórea, que se caracteriza por árvores de altura média de oito metros, ocorrendo predominantemente nas encostas das serras e locais de umidade elevada (SEMARH, 2006).



Fonte: Conceição e colaboradores (2005).

Figura 1.7 - Espécies endêmicas dos campos rupestres da Chapada Diamantina sobre rochas da formação Guiné.

1.1.3 Geomorfologia

O conhecimento de processos morfogenéticos passados e presentes que atuam sobre o relevo e vão modelar formas que se constituem nos atrativos naturais, é importante para o planejamento, sendo possível prever, e até controlar, os efeitos que poderão ser desencadeados com atividades de ocupação, principalmente se essas forem feitas de modo muito rápido e intenso.

A compartimentação geomorfológica baseia-se na identificação das condicionantes geológicas como fatores preponderantes para a esculturação do relevo. Esses elementos, litológicos e geotectônicos, são responsáveis pelos grandes traços morfoestruturais que correspondem aos domínios (KING, 1956).

A interação da morfoestrutura com fatores climáticos passados e atuais, topografia, rede de drenagem e solos, dá origem a uma variedade de formas de relevo que, agrupadas em conjuntos relativamente homogêneos, denominados modelados, formam as unidades geomorfológicas (KING, 1956).

A unidade geomorfológica possui, em última instância, a mesma história evolutiva e, seus modelados, quando delimitados, assemelham-se, na geometria, nos tipos de processos atuantes e nos elementos físicos presentes (KING, 1956).

Esses modelados podem ser identificados de acordo com sua gênese, em formas de aplainamento, acumulação, dissecação e dissolução ou cárstica.

Conforme o Projeto Radambrasil:

A morfologia dessa unidade foi esculpida principalmente sobre rochas metamorfasadas (metarenitos, metassiltitos, argilitos e quartzitos), e se caracteriza, sobretudo por elevações residuais correspondentes aos restos de flancos de dobras antigos, hoje desmanteladas. O relevo foi identificado no mapeamento como modelado de dissecação diferencial, regida pela tectônica e pela litologia, onde os interflúvios apresentam de modo geral, encostas íngremes e topos aguçados, tratando-se de morros e outeiros de vertentes irregulares ou eventualmente convexo-côncavas, quase sempre contendo afloramentos rochosos e blocos caídos, em que se notam marcas de fragmentação (Projeto Radambrasil, v. 24, p. 213).

Na área de estudo foram identificados quatro domínios (CEPLAB, 1980), como pode ser visualizado na Figura 1.8.

1.1.3.1 Domínio dos Depósitos Quaternários

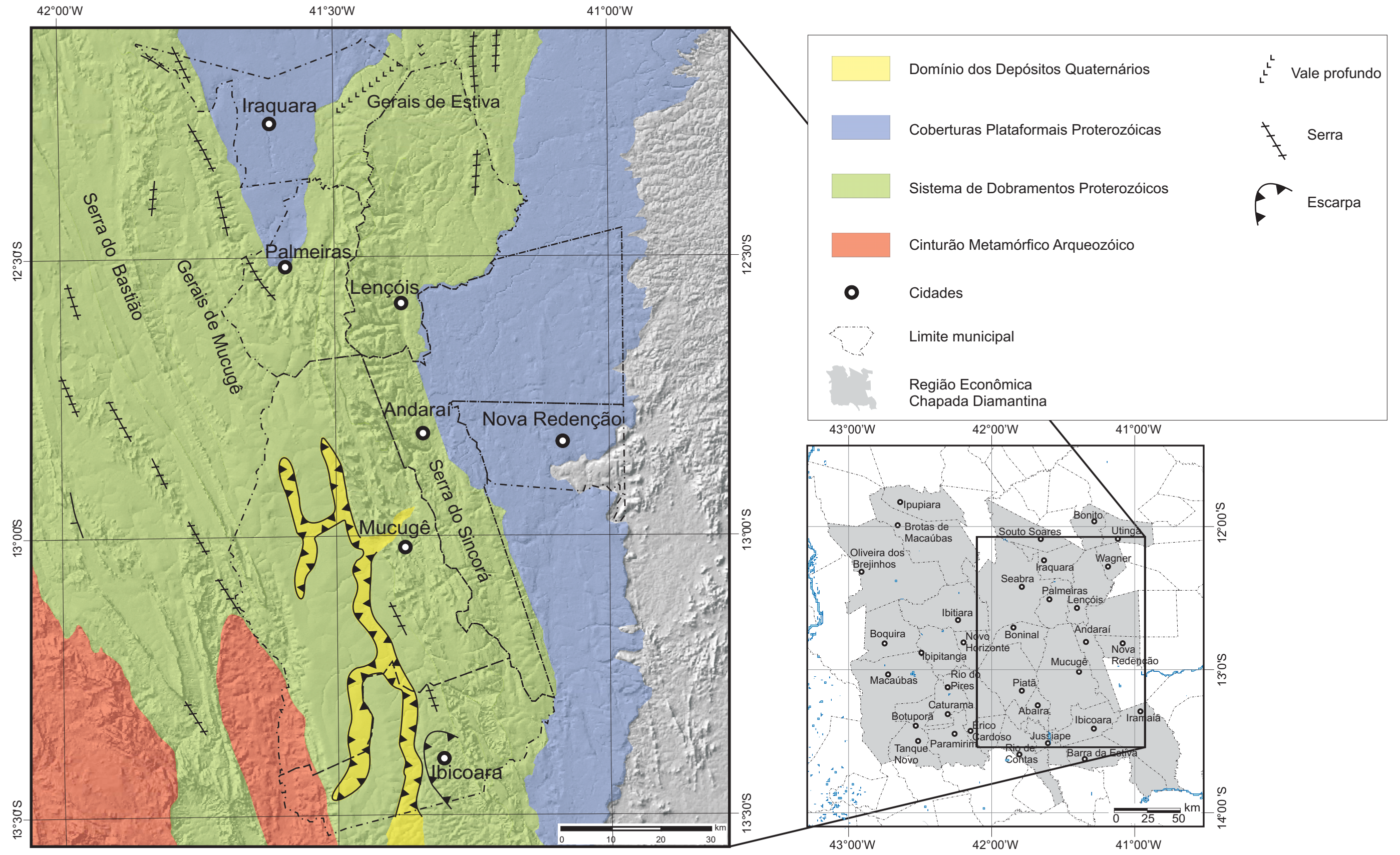
Compreendem os sedimentos quaternários não consolidados ao longo de alguns rios, resultantes da atuação predominante de processos de degradação de origem eluviocoluvial. Nesse domínio encontram-se Planícies e Terraços Fluviais, que estão dispostos ao longo de vales de fundo plano, contendo planícies e terraços eluviocoluviais, limitados por vertentes rampeadas, com ocorrência de áreas marginais sujeitas a inundações ocasionais (PEDREIRA, 1994), tais como o vale do Paty e do Capão.

1.1.3.2 Domínio das Coberturas Plataformais Proterozóicas

Abrange áreas de coberturas proterozóicas com sequências carbonaticopelíticas, fracamente ou não metamorfasadas, com disposição horizontal ou sub-horizontal, compreendendo normalmente relevos tabulares desenvolvidos sobre rochas calcárias.

Esse domínio apresenta formas mais planas, e, segundo Silva (1969):

Formam uma leve depressão sinclinal alongada N – S. As inclinações são geralmente inferiores a 5° e se traduzem menos no relevo do que sobre o bordo oriental. Por toda parte, aliás, ela é formada por um planalto muito uniforme, continuando aquele que trunca o cristalino à oeste. A alteração dos calcários impuros aí dão uma espessa camada de terra limonosa amarela propícia à formação de termiteiras, cujos testemunhos cônicos mostram uma extraordinária densidade (SILVA, 1969, p. 151).



Fonte: Adaptado de Bonfim (2001).

Figura 1.8 – Modelo digital de terreno, enfatizando as características geomorfológicas da área de estudo.

Apresenta planos conservados recobertos, com marimbus, morros cársticos com sopés em rampas e interflúvios de topos planos ligeiramente inclinados nas bordas dos vales. Contém relevos em diferentes fases de dissecação, sendo essa, de uma maneira geral, incipiente, processando-se por meio do escoamento superficial e por dissolução. As formas esculpidas são lombadas e colinas com vertentes convexas que se espraiam em direção a rampas coluviais (SRH, 1993).

Na área identificam-se as bacias carbonáticas de Irecê (centro norte) e Una Utinga (leste). O relevo nas mesmas é plano a suavemente ondulado e as altitudes variam entre 700-800m na primeira e 500-600m na última. Como consequência da maior precipitação atmosférica e circulação de água subterrânea nessas bacias é comum nelas o desenvolvimento de uma morfologia de *karst* coberto, com dolinas, depressões alongadas de fundo plano, escarpas calcárias e cavernas, como as grutas da Pratinha, Lapa Doce, Torrinha, Lapa do Sol (nas proximidades de Iraquara), além de conjuntos residuais (PEDREIRA, 1994).

1.1.3.3 Sistema de Dobramentos Proterozóicos

Corresponde às elevações e superfícies aplanadas remanescentes de estruturas dobradas, em rochas metassedimentares falhadas. Os relevos refletem os dobramentos, principalmente sob a forma de elevações residuais, que correspondem a anticlinais escavadas e sinclinais suspensas. Os arranjos e os tipos de dobras, de longo raio de curvatura, particularizam esse domínio (SRH, 1993).

A serra do Sincorá estende-se desde o paralelo de Iraquara com direção norte sul apresentando inflexão para sul sudeste. Suas altitudes alcançam até 1.700m (PEDREIRA, 1994).

A serra do Sincorá é formada por um conjunto de relevo de influência predominantemente estrutural, com cristas assimétricas, de encostas com declives acentuados, separados por vales profundos que correspondem a falhamentos nas anticlinais onde aflora a rocha sã. São comuns os planos rochosos irregulares, e planos, com cobertura arenosa e com presença esparsa de lagoas. Os interflúvios são representados por relevos de dissecação estrutural separados por inclinações acentuadas. Nessa unidade, o relevo varia do suave ondulado ao montanhoso. A

serra do Bastião se estende como duas cristas paralelas cujas altitudes alcançam até 1.200m, por cerca de 125km na direção sul sudeste (SRH, 1993).

A Chapada dos Gerais compõe-se por planos conservados recobertos por cobertura detriticolaterítica, com áreas retocadas por uma drenagem pouco aprofundada, que isola lombas de grande amplitude. Ela foi aplainada entre o final do Cretáceo e o início do Mioceno, atualmente formando chapadas que se elevam sobre sistemas de vales e planícies onduladas (SRH, 1993).

Os gerais de Mucugê estão entre as serras do Sincorá e do Bastião. Trata-se de uma área eminentemente plana com altitudes em torno de 1.000m que aumentam suavemente até 1.200m. Os rios que drenam esses gerais possuem vales largos com fundo plano, apresentando rampas em direção aos vales e pequenos dissecados em colinas de encostas fracas (PEDREIRA, 1994).

No entanto, os gerais da Estiva apresentam altitudes que variam entre 900 e 1.000m, nos quais os rios que drenam esses gerais possuem vales com encostas íngremes (SRH, 1993).

Nesse domínio encontram-se cachoeiras, tais como a do Cardoso, Andorinhas, Donana, da Fumaça, dentre outras.

1.1.3.4 Cinturão Metamórfico Arqueozóico

Corresponde às áreas de rochas altamente metamorfozadas, que foram submetidas à intensa ablação, nas quais predominam as influências morfoclimáticas (SRH, 1993).

Estão presentes planos conservados, horizontalizados por cobertura detriticolaterítica, recortados por vales profundos e de fundo plano, que às vezes atingem a rocha. Ocorrem também formas homogêneas, do tipo colina resultantes de dissecação fluvial com drenagem pouco profunda com topos abaulados, como, por exemplo, na região de Abaíra-Jussiape (PEDREIRA, 1994).

1.1.4 Síntese da Evolução Geológica do Sistema Espinhaço/Chapada Diamantina

A serra do Espinhaço é uma cadeia de montanhas sustentada por rochas sedimentares e vulcânicas, que se estende na direção N-S ao longo de cerca de

1200 km, da parte central do estado de Minas Gerais até o norte da Bahia. Esse espesso conjunto de rochas sedimentares e vulcânicas é formalmente dividido em diferentes formações e agrupamentos de formações que juntas constituem o supergrupo Espinhaço.

A Chapada Diamantina, no estado da Bahia, pertence do ponto de vista geográfico à cadeia de montanhas do Espinhaço e é geologicamente constituída por rochas do supergrupo Espinhaço e por rochas do grupo Una (que se sobrepõem ao supergrupo Espinhaço).

O domínio da Chapada caracteriza-se pelos terrenos elevados, com altitudes médias em torno de 1.000 metros. Nesse contexto, encontram-se os três maiores picos do nordeste brasileiro: o pico do Barbado (entre os municípios de Rio do Pires e Abaíra) com 2033 metros de altitude, o Pico do Itobira (município de Rio de Contas) com 1970 m e o pico das Almas (município de Rio de Contas) com 1.958 metros em relação ao nível do mar.

O sistema Espinhaço/Chapada Diamantina encontra-se na porção central do craton do São Francisco, um segmento crustal que se tornou estável a partir do Neoproterozóico (ALMEIDA, 1977). O craton do São Francisco, por sua vez, representa um fragmento menor de uma placa continental maior (a placa São Francisco-Congo), pertencente ao supercontinente Gondwana (BRITO NEVES, 1999).

Com a quebra de Gondwana, no Mesozóico, e consequente abertura do oceano Atlântico Sul, no Cretáceo Superior, um fragmento dessa grande placa (craton do São Francisco) se deslocou com a América do Sul, para o oeste, enquanto outro fragmento maior (craton do Congo) migrou com a África, para leste (BRITO NEVES, 1999). Dessa forma, a história geológica do sistema Espinhaço/Chapada Diamantina remonta ao Paleoproterozóico, anteriormente à separação dos continentes sulamericano e africano. Mais especificamente, a formação desse sistema teve início no Estateriano (~1,7Ga), quando um regime de extensão crustal, de dimensão global, se instalou e teve como consequência a ruptura da crosta continental e a abertura de diversos sistemas de bacias (BRITO NEVES, 2002). Esse fenômeno de abertura crustal, induzida pelo manto terrestre, é denominado de Tafrogênese Estateriana (BRITO NEVES, 1995).

Nos estados da Bahia e de Minas Gerais, nessas bacias cujo embasamento era constituído por gnaisses arqueanos e granitóides

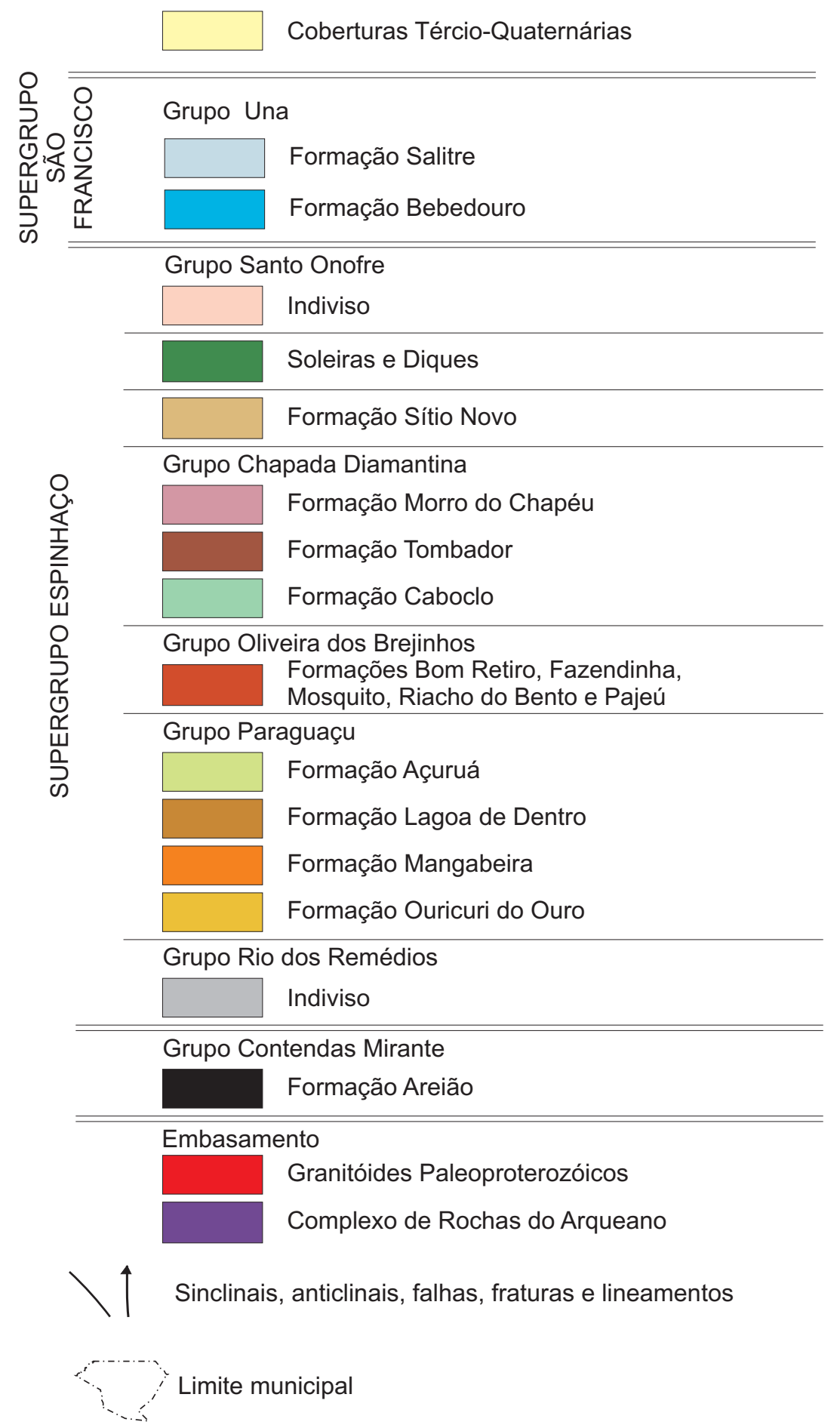
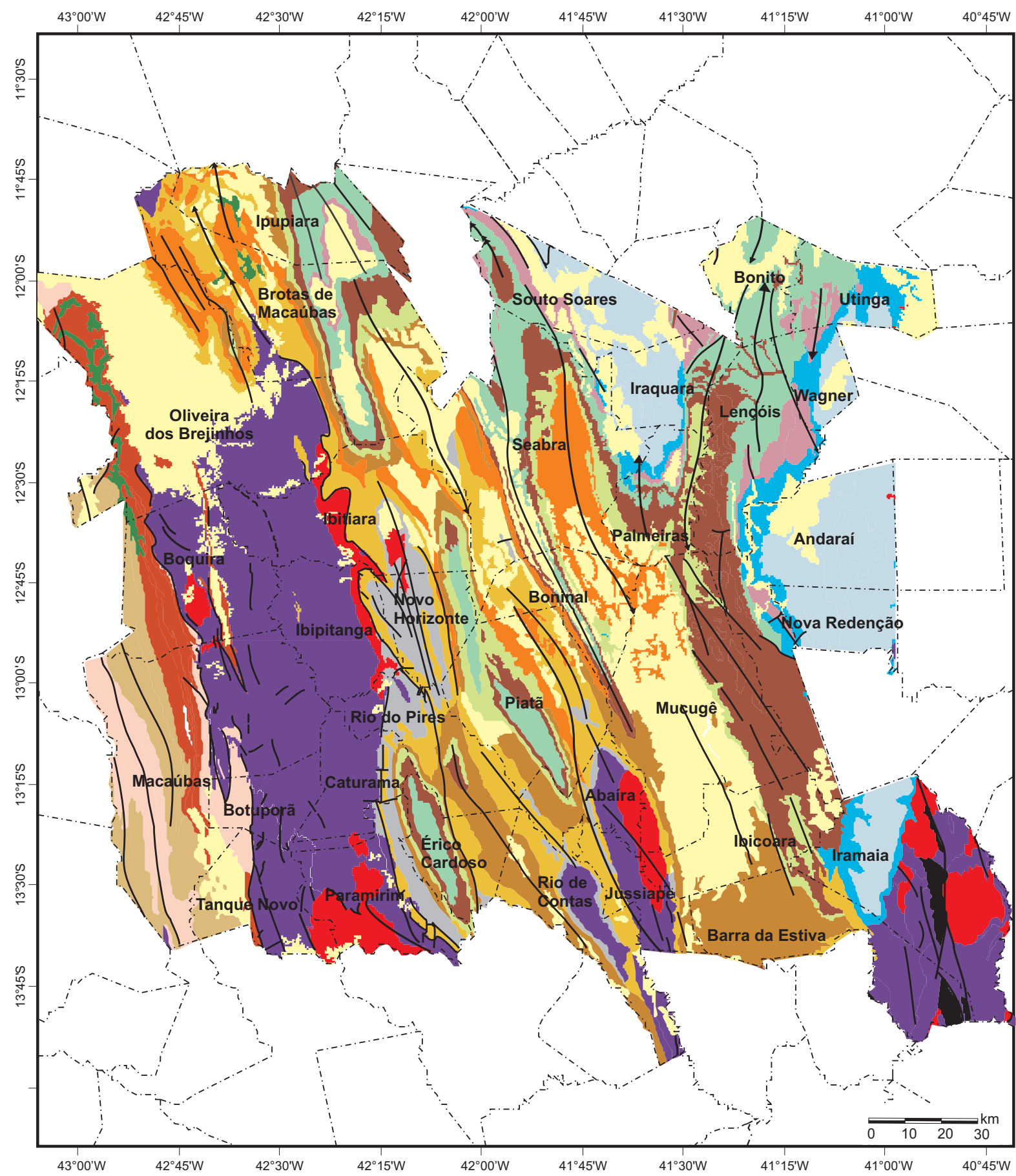
paleoproterozóicos, depositaram-se rochas vulcânicas e sedimentares que configuram o supergrupo Espinhaço (DELGADO e colaboradores, 2003). No estado da Bahia, o supergrupo Espinhaço está presente nos domínios da serra do Espinhaço Setentrional e no domínio da Chapada Diamantina (Figura 1.9).

No domínio da serra do Espinhaço Setentrional (DANDERFER; DARDENNE, 2002; PEDREIRA DA SILVA, 1994), o supergrupo Espinhaço é constituído por sedimentos psamíticos paleo/mesoproterozóicos, de ambiente continental, do grupo Oliveira dos Brejinhos; sedimentos siliciclásticos mesoproterozóicos, de ambiente marinho raso, de leques aluviais e fluvioeólicos da formação Sítio Novo; sedimentos neoproterozóicos marinhos e lacustres profundos do grupo Santo Onofre.

No Domínio da Chapada Diamantina, de acordo com Pedreira e colaboradores (1989) o supergrupo Espinhaço teve a seguinte evolução: (1) geração no Paleoproterozóico (1,75Ga) de rochas vulcânicas ácidas (lavas e piroclásticas subaéreas), intercalações de sedimentos siliciclásticos fluviais, eólicos e marinhos associado, formando o grupo Rio dos Remédios Indiviso; (2) geração, na interface Paleo/Mesoproterozóico, de um pacote de sedimentos fluviais (sistema de rios entrelaçados), eólicos e deltáicos das formações Ouricuri do Ouro, Mangabeira, Lagoa de Dentro e Açuruá, que juntas constituem o grupo Paraguaçu; (3) no decorrer do Mesoproterozóico, acumulação das formações e Tombador (sedimentos fluviais e eólicos), Caboclo (sedimentos marinhos de planície de maré e plataformais) e da formação Morro do Chapéu (sedimentos fluviais e eólicos) que juntas constituem o grupo Chapada Diamantina.

Duas gerações de diques e soleiras de rochas máficas, com idades próximas a 1.500Ma e 1.000Ma, atravessam a pilha vulcanossedimentar das duas bacias.

No final do Mesoproterozóico, provavelmente no período Esteniano (1.000 Ma) os terrenos que hoje compõem a Chapada Diamantina foram soerguidos por processos deformacionais, dando origem a altos e baixos estruturais (anticlinais e sinclinais) além de falhamentos (BRITO NEVES; PEDREIRA 2008).



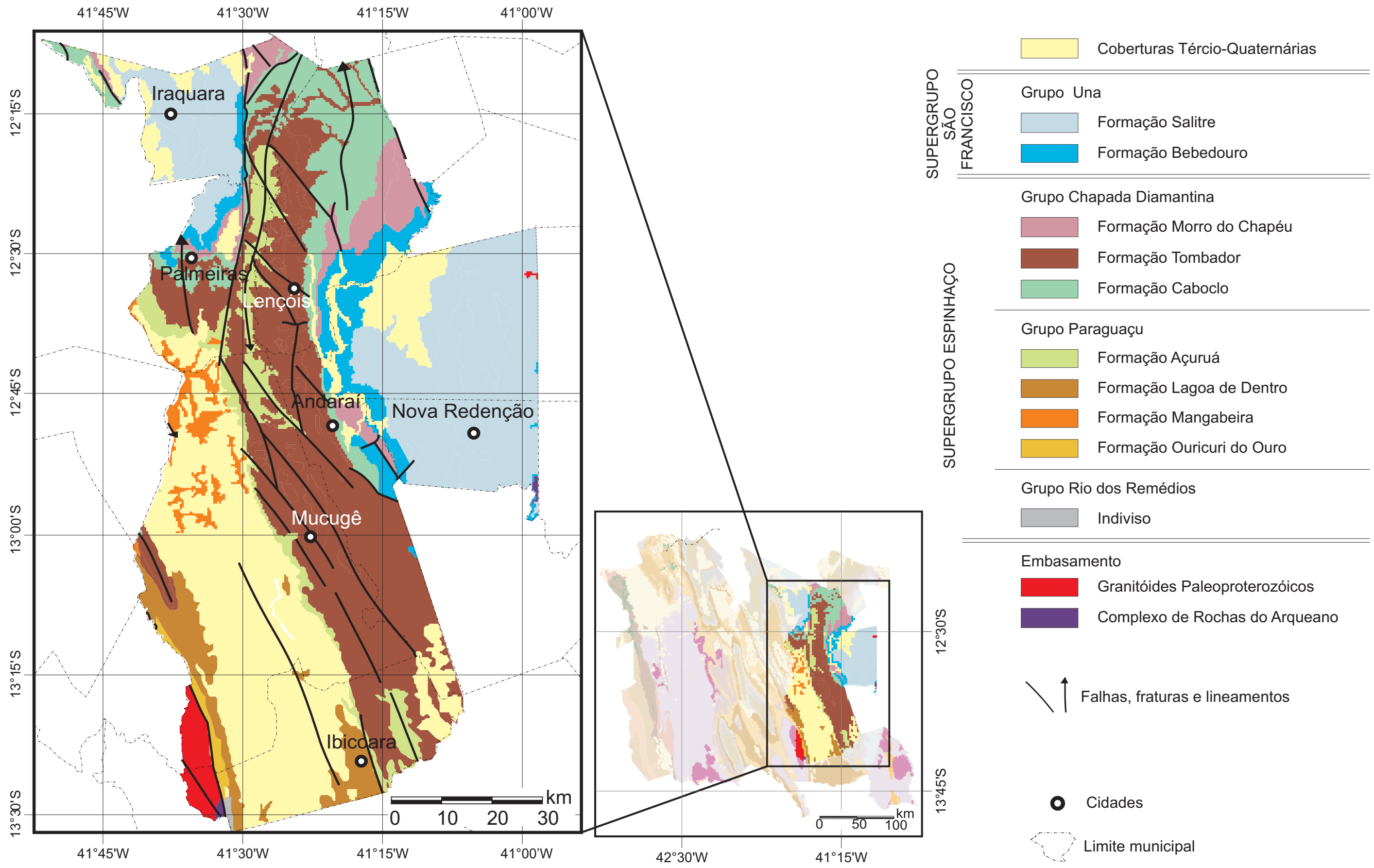
Fonte: Adaptado de Bonfim (2001).
Figura 1.9 – Geologia da Região Econômica Chapada Diamantina.

No final do Neoproterozóico, no período Criogeniano (~700Ma), processos glaciais de escala global deram origem a sedimentos glaciomarinhos que preencheram os baixos estruturais. A esse episódio estão relacionados os diamictitos da formação Bebedouro, que repousam discordantemente sobre os sedimentos do supergrupo Espinhaço. Posteriormente, fenômenos de deglaciação promoveram uma significativa elevação do nível do mar, o que resultou na progradação do mar sobre o continente. Esse fenômeno teve como consequência a deposição de sedimentos pelítico carbonáticos da formação Salitre. As formações Bebedouro e Salitre, que afloram nas porções centro norte e leste da área de estudo, pertencem ao grupo Una, supergrupo São Francisco e recobrem extensa área da Chapada Diamantina/Espinhaço Setentrional, ocupando especialmente nos paleobaixos do relevo.

No final do Neoproterozóico (~600 e 500 Ma) deu-se a inversão (fechamento) dessas duas bacias e, como consequência dessa inversão, nuclearam-se extensos dobramentos e (re)ativaram-se importantes zonas de falhas (GUIMARÃES e colaboradores, 2008). Todo o conjunto foi dobrado, formando anticlinais e sinclinais com eixos ondulados de direção NNW-SSE, cujo raio de curvatura aumenta de oeste para leste (PEDREIRA, 1995).

Na área compreendida pelos sete municípios em estudo – Lençóis, Palmeiras, Nova Redenção, Andaraí, Mucugê e Ibicoara – afloram rochas das seguintes unidades litoestratigráficas (Figura 1.10):

- (i) **embasamento arqueano** – gnaissesses e migmatitos;
- (ii) **granitóides paleoproterozóicos** – granito de Jussiape;
- (iii) **grupo Paraguaçu** – conglomerados, arenitos, siltitos e argilitos das formações Ouricuri do Ouro, Mangabeira, Lagoa de Dentro e Açuruá;
- (iv) **grupo Chapada Diamantina** – conglomerados e arenitos da formação Tombador; arenitos, pelitos e carbonatos da formação Caboclo; arenitos finos róseos da formação Morro do Chapéu;
- (v) **grupo Una** – diamictitos da formação Bebedouro; pelitos, calcários e dolomitos da formação Salitre; e,
- (vi) **coberturas tércio quaternárias** – cascalhos, areias e argilas.



Fonte: Adaptado de Bonfim (2001).
Figura 1.10 – Geologia da área de estudo.

A história evolutiva descrita, que faz parte de uma janela de tempo da evolução do planeta, condiciona e explica todos os elementos geológicos da Chapada Diamantina, ou seja, a Geodiversidade da Chapada Diamantina. Pode-se afirmar que os processos tectônicos associados ao trabalhamento da morfologia, são os principais formadores dos atrativos naturais selecionados. Dessa história resultam as rochas, os minérios, os fósseis, os tipos de solos, as formas de relevo e as paisagens da Chapada. A essa história estão também atrelados os vetores, tanto do passado quanto atuais, de ocupação humana da Chapada, de extrativismo mineral, de atividade agrícola, de áreas de interesse turístico, dentre outras atividades.

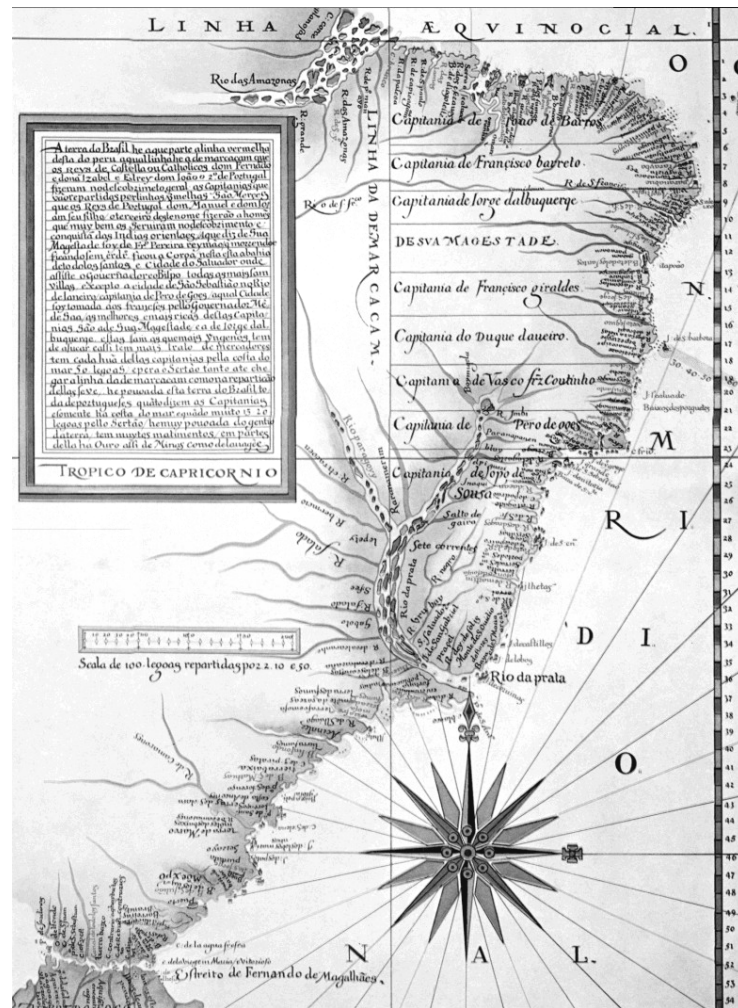
1.2 EVOLUÇÃO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVA DA REGIÃO ECONÔMICA CHAPADA DIAMANTINA

1.2.1 Século XVI

O Brasil havia sido descoberto e o sistema de capitanias foi a primeira forma encontrada por D. João III, titular da Coroa portuguesa, para demarcar, defender, explorar e povoar as terras brasileiras. No século XVI, no período compreendido entre 1534 e 1566, foram criadas cinco capitanias - Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva - em área que se configurou, mais de dois séculos depois, como o estado da Bahia (Figura 1.11). Essas eram “as capitanias do centro, situadas na parte mais conhecida do litoral brasileiro, um território considerado seguro e potencialmente rentável” (BUENO, 1999, p. 219).

As cartas de doação das capitanias aos donatários, pessoas de confiança do rei, salvo pequenas exceções, eram muito semelhantes e, dentre as numerosas atribuições, constavam de licença para a criação de vilas. Nessa condição, foram criadas para sediar as respectivas capitanias - Porto Seguro, Vila do Pereira e São Jorge dos Ilhéus (SEI, 2001).

A ocupação, até meados do século, era incipiente, podendo-se afirmar que era restrita às vilas, sedes das capitanias (SEI, 2001).



Fonte: SEI, 2001.

Figura 1.11 – Capitanias hereditárias do Brasil, no século XIV.

1.2.2 Século XVII

No século XVII havia uma certa tendência para a consolidação dos movimentos iniciados no século anterior e grande foi o esforço da Coroa portuguesa para ocupar o território, ao assumir novas direções para o sertão e para o sul, no que foi prejudicada, inicialmente, pela invasão holandesa, em 1624 (SEI, 2001).

No sertão, interessava a conquista do grande rio, o São Francisco, e não faltaram tentativas. Uma delas, promovida pelos bandeirantes vindos da capitania de Minas Gerais, prosseguiu de sul ao norte, passando pelas fazendas Carinhanha, Parateca, Passagem das Rãs e Bom Jesus da Lapa. Os que partiam de Minas Gerais vieram, também, para combater os índios na serra do Sincorá, em direção a Maracás, Lençóis, serra do Orobó e Jacobina (SEI, 2001).

1.2.3 Século XVIII

Passados dois séculos do descobrimento, permanecia a necessidade de se adensar o povoamento, que continuava disperso, e, para Flexor (1989), era praticado por pedestres, tanto no litoral como no interior. Vontade política não faltava, mas havia carência de gente e de recursos onde sobravam dificuldades administrativas e adversidades climáticas. Desse modo, ora induzidos por ordem do governo, ora espontaneamente por particulares ou religiosos por ele apoiados, o povoamento intensificou-se para o norte, sul e sertão (SEI, 2001).

A descoberta das minas de ouro pelos bandeirantes paulistas determinou por carta régia de 5 de agosto de 1720 a criação da que viria a ser a capital do ouro na Bahia, a Vila de Santo Antônio da Jacobina. Havia interesse por parte do governo em criar vilas no sertão, de modo a oferecer garantias civis e políticas aos moradores que se ocupavam com a criação de gado e com a mineração. Por outro lado, buscava-se, também, algum rendimento para a Coroa, pois os gastos com a administração eram muito altos. O primeiro local escolhido para sediar a vila foi o sítio de Sahy, missão Nossa Senhora das Neves, mas sua transferência para a atual sede do município impôs-se a partir de 5 de junho de 1724 (VILHENA, 1969).

Freire (1998, p. 150-151), assim, descreve o termo de Jacobina:

[...] compreendia, além das freguesias de Santo Antônio de Pambu e Santo Antônio da Jacobina, a freguesia de Santo Antônio do Urubu, que compreende todo o rio de Contas até fazer divisão com o termo da vila de Cachoeira e da vila de Maragogipe e a capitania dos Ilhéus e costa do mar e a freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial, compreendendo os sertões que estão por povoar até fazer divisão com o rio das Mortes.

Essa comarca era tão vasta que possuía “em si mais terras do que todo o continente de Hespanha” (VILHENA, 1922, p. 613).

A partir de 1724 ocorrem os primeiros desmembramentos dessa vila onde hoje se configura a chamada Chapada Diamantina, conforme informa o quadro 1.1.

Quadro 1.1 – Vilas que viriam a constituir a Chapada Diamantina, situação no século XVIII.

Povoamento	Desmembrado de	Legislação	Data
Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas	Vila de Santo Antônio da Jacobina	Carta Régia	27 de janeiro de 1724
Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima (atualmente município de Paratinga)	Vila de Santo Antônio da Jacobina	Resolução Régia	23 de março de 1745

Fonte de dados: SEI, 2004.

A partir de 1751 após quase 200 anos de trabalho, os jesuítas, religiosos da Companhia de Jesus, ficaram proibidos de criar novos aldeamentos indígenas. O objetivo do Marquês de Pombal era afastá-los, criando vilas onde houvesse aldeias de índios missionados (VILHENA, 1969).

Ao final do século XVIII existiam 36 vilas e, no entorno de 1775, as capitanias Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu, e Itaparica/Tamarandiva já haviam sido revertidas para a Coroa, por compra, indenização ou confisco, passando, de fato, daí por diante, a denominarem-se Capitania da Bahia (TAVARES, 1974).

1.2.4 Século XIX

Seguindo uma tendência dos séculos anteriores, a preferência pelo litoral permanece, devido à facilidade de comunicação com Salvador e localidades existentes interligadas por via marítima, pela rota dos vapores. entanto, outras iniciativas contribuíram para o adensamento da ocupação em suas três direções principais: norte, sul e centro – o sertão (SEI, 2001).

1.2.4.1 Situação em 1827

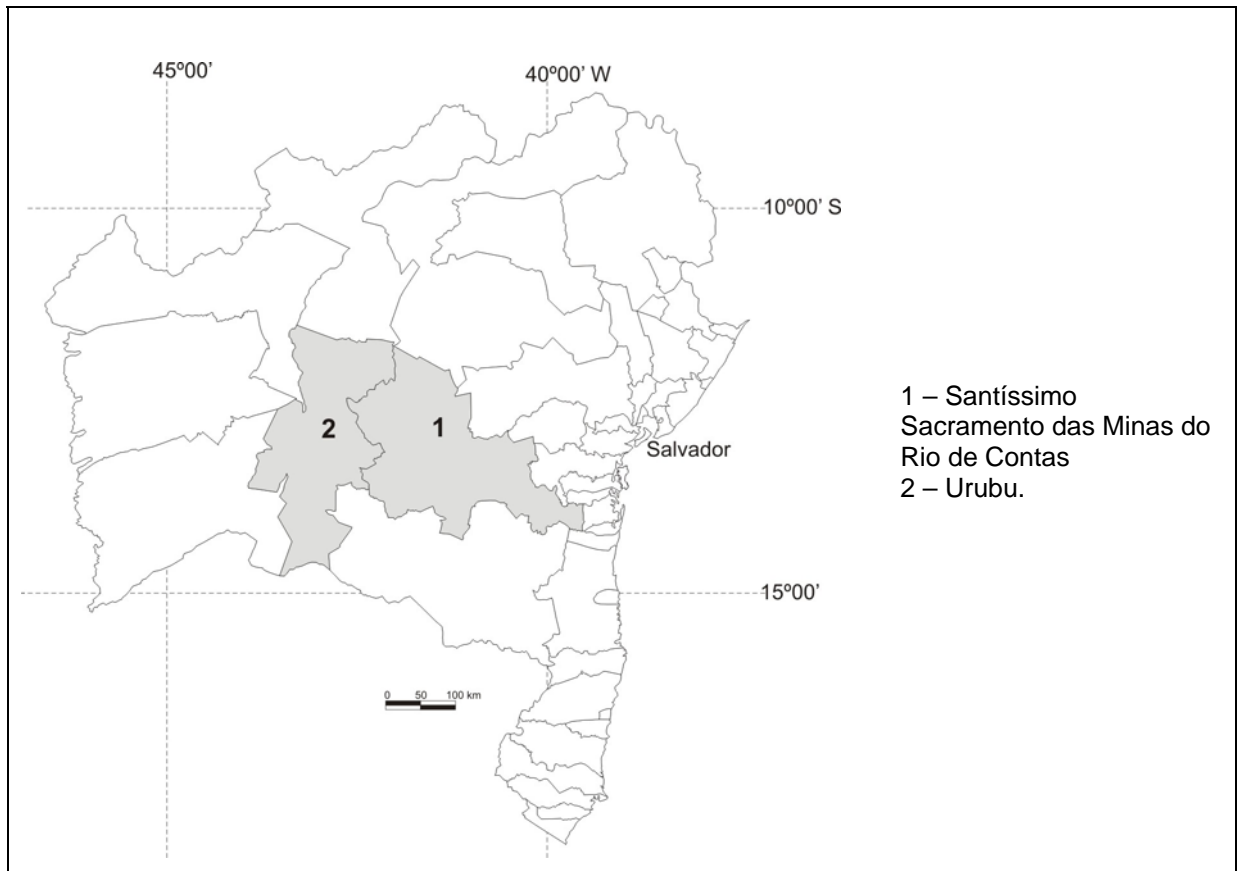
A essa altura dos acontecimentos, com a união das capitanias Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva para formar a Capitania da Bahia, e a incorporação da comarca do rio São Francisco, até então pertencente a Pernambuco, a Província da Bahia assume a configuração atual, tendo sua área ampliada em cerca de 30%. A Bahia disputava terras ainda com Sergipe e Espírito Santo, embora isso não viesse a representar mudanças substanciais na área ou na forma (SEI, 2001).

Assim, passados três séculos, em 1827, ano que corresponde ao primeiro corte na linha do tempo (Figura 1.12), na província da Bahia existiam 41 vilas.

Em 1889, ano da Proclamação da República, o estado da Bahia contava com 98 municípios, 63 dos quais criados a partir de 1827.

Para a Chapada Velha, que passou a ser chamada Chapada Diamantina, rumaram muitas pessoas de diversos setores da Bahia e de outras províncias,

favorecendo o aparecimento de numerosos povoados que posteriormente alcançaram a condição de sede municipal (SEI, 2001).

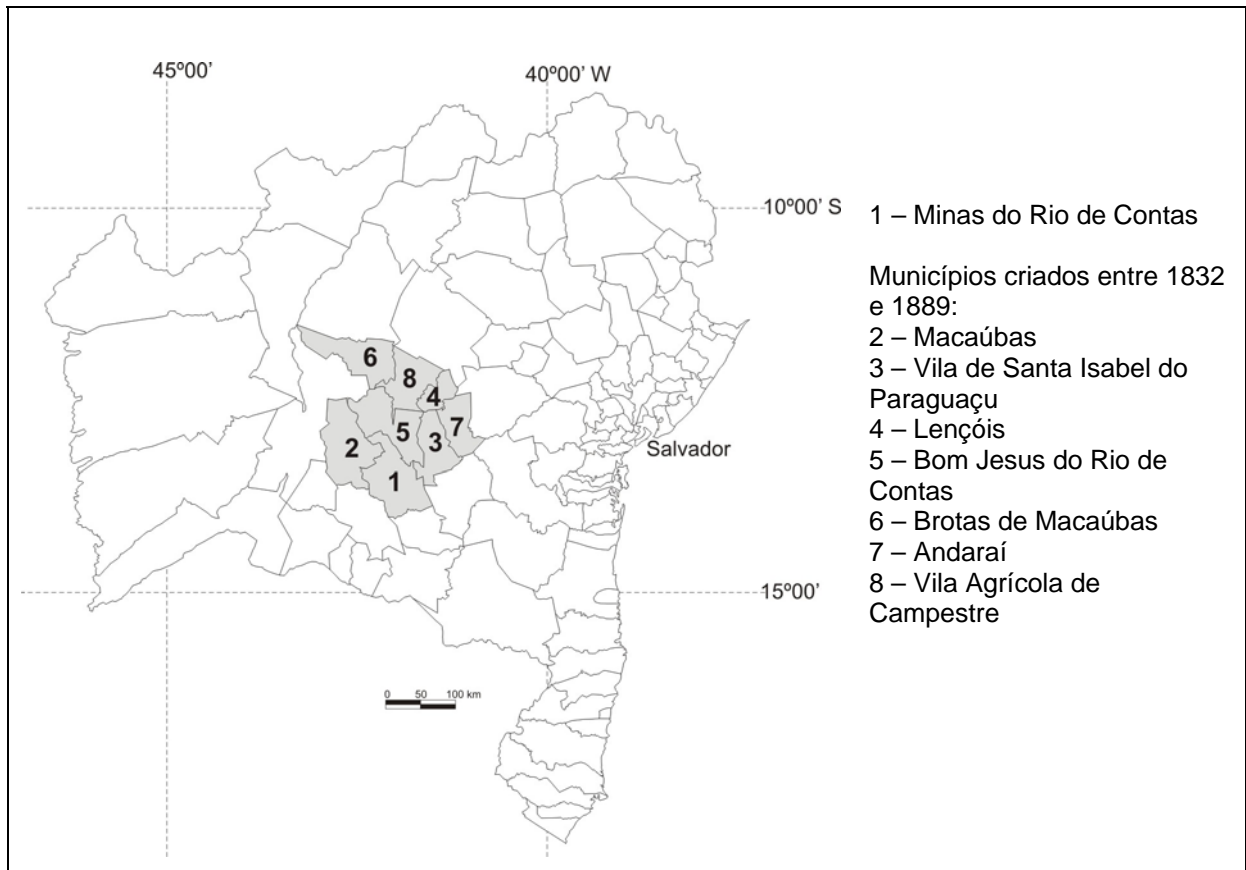


Fonte: SEI (2001).

Figura 1.12 – Divisão político-administrativa para o estado da Bahia, situação em 1827.

1.2.4.2 Situação em 1889

Com a evolução da ocupação do território, no fim do século XIX o estado da Bahia constituía-se de 121 municípios, sendo que 23 passaram a existir a partir de 1889. Na Chapada Diamantina, além do município já existente de Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas, posteriormente denominado por Minas do Rio de Contas, ocorreram 12 emancipações de povoados, conforme pode ser verificado na figura 1.13 e no quadro 1.2 .



Fonte: SEI (2001).

Figura 1.13 – Divisão politicoadministrativa para o estado da Bahia, situação em 1889.

Quadro 1.2 – Municípios da Chapada Diamantina no século XIX.

Povoamento	Desmembrado de	Legislação	Data
Macaúbas	Urubu (atual Paratinga)	Decreto Estadual	6 de julho de 1832
Vila de Santa Isabel do Paraguaçu	Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas	Lei Provincial nº 271	17 de maio de 1847
Comercial Vila dos Lençóis	Vila de Santa Isabel do Paraguaçu	Lei Provincial nº 604	18 de dezembro de 1856
	Mudança de topônimo – Lençóis	Lei Provincial nº 946	20 de maio de 1864
Bom Jesus do Rio de Contas	Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas	Lei Provincial nº 1.813	11 de julho de 1878
Brotas de Macaúbas	Macaúbas	Resolução Provincial nº 1.817	16 de julho de 1878
Industrial Vila de Água Quente	Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas	Lei Provincial nº 1.849	16 de Setembro de 1878
Andaraí	Vila de Santa Isabel do Paraguaçu	Resolução Provincial nº 2.444	19 de maio de 1884
Vila Agrícola de Campestre	Lençóis	Lei Provincial nº 2.652	14 de maio de 1889
Palmeiras	Lençóis	Ato Estadual	23 de dezembro 1890
Jussiape	Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande (atual Ituaçu)	Ato Estadual	26 de outubro de 1890
Remédios do Rio de Contas	Bom Jesus do Rio de Contas	Ato Estadual nº 98	20 de fevereiro de 1891
Oliveira dos Brejinhos	Urubu (atual Paratinga)	Ato Estadual nº 405	1 de junho de 1891

Fonte de dados: SEI, 2004; acervo digital biblioteca IBGE (2009).

1.2.5 Século XX

1.2.5.1 Situação em 1940

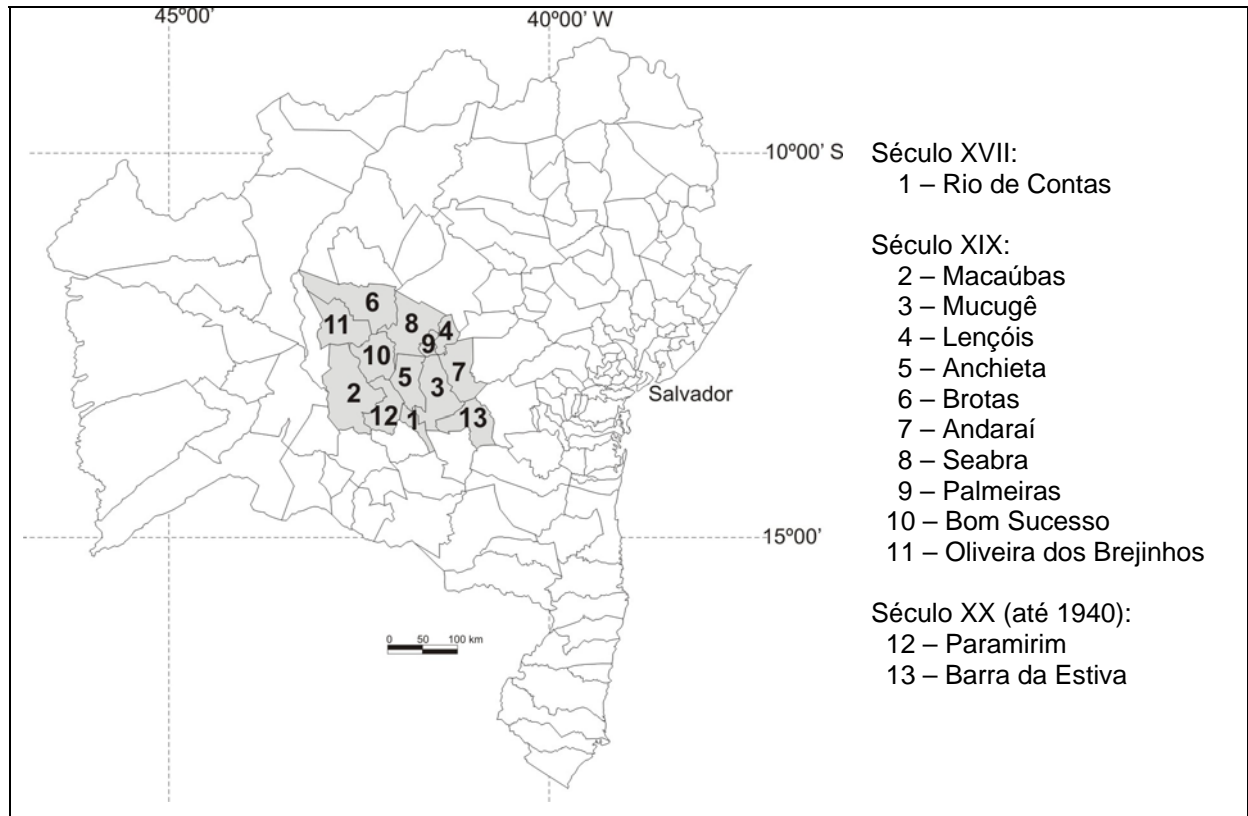
Até 1940, o estado apresentava um retrato semelhante ao século XIX e quanto à expansão da ocupação não foi diferente. Poucas emancipações ocorreram no período (Quadro 1.3 e Figura 1.14). Em 16 de julho de 1902, por meio da Lei Estadual, nº 460, é criado o município de Paramirim desmembrado da Industrial Vila de Água Quente, e em 29 de julho de 1920, a Lei Estadual nº 1.409 elevou Barra da Estiva à categoria de município, desmembrando-a de Jussiape (SEI, 2004).

Em oposição, o ano de 1931 foi marcado pela extinção de 25 municípios e o Decreto nº 7.479, de 8 de julho de 1931, foi responsável por essa reviravolta. Na Chapada Diamantina foram extintos Oliveira dos Brejinhos, Boninal, na época chamada Guarani, Wagner, intitulado Jacira, que havia se separado de Morro do Chapéu em 1915. Desse modo, os três foram anexados a territórios de outros municípios e restaurados em 1933, 1961 e 1962 respectivamente. Também foi dissolvido o município de Ibitiara, que na época era conhecido por Remédios do Rio da Contas, sendo restaurado em 1934 com o nome de Bom Sucesso, e em 1943 passou a ser conhecido pelo atual topônimo. Em 1927 ocorre a extinção de Jussiape, que recebe novas delimitações em 1962 (IBGE, 2009).

A localidade de Brotas de Macaúbas passa a ser denominada por Brotas a partir de 1931, o município de Minas do Rio de Contas passa a ser somente Rio de Contas e a Vila de Santa Isabel do Paraguaçu recebe o nome de Mucugê (IBGE, 2009).

Em 27 de agosto de 1929, a Lei Estadual nº 1125 oficializou a mudança da designação da Vila Agrícola de Campestre para Dr. Seabra. Posteriormente, os decretos estaduais nº 7.453, de junho de 1931, e nº 7.479, de 8 de julho do mesmo ano, simplificaram o nome do município que passou a ser Seabra (IBGE, 2009).

Esse mesmo decreto determinou que Bom Jesus do Rio de Contas passava a se chamar Anchieta. Em 31 de dezembro de 1943, o Decreto Lei Estadual nº 141 definiu que município passasse a ser conhecido pelo topônimo de Piatã (IBGE, 2009).



Fonte: SEI (2001).

Figura 1.14 – Divisão politicoadministrativa do estado da Bahia, situação em 1940.

Quadro 1.3 – Situação dos municípios da Chapada Diamantina na primeira metade do século XX.

Município	Ocorrência	Legislação	Data
Paramirim	Desmembrado da Industrial Vila de Água Quente	Lei Estadual nº 460	16 de julho de 1902
Mucugê	Mudança de topônimo - antiga denominação - Vila de Santa Isabel do Paraguaçu	Lei Estadual nº 1.226	23 de agosto de 1917
Barra da Estiva	Desmembrado de Jussiape	Lei Estadual nº 1.409	29 de julho de 1920
Anchieta	Mudança de topônimo - antiga denominação - Bom Jesus do Rio de Contas	Decreto Estadual nº 7.479	8 de julho de 1931
Seabra	Mudança de topônimo - antiga denominação - Vila Agrícola de Campestre	Lei Estadual nº 1.125	27 de agosto de 1929
	Mudança de topônimo - antiga denominação - Dr. Seabra	Decreto Estadual nº 7.453 nº 7.479	junho de 1931 8 de julho de 1931
Rio de Contas	Mudança de topônimo - antiga denominação - Minas do Rio de Contas	Decreto nº 7.479	8 de julho de 1931
Brotas	Mudança de topônimo - antiga denominação - Brotas de Macaúbas	Decreto Lei Estadual nº 7.455 Decreto Lei Estadual nº 7.479	23 de junho de 1931 8 de julho de 1931
	Município de Remédios tomou a denominação de Bom Sucesso (mudança de sede), passando Remédios à condição de distrito	Lei Estadual nº 736 Lei Estadual nº 1.768	26 de junho 1909 18 de junho de 1925
Oliveira dos Brejinhos	Restaura o município, desmembrado do de Brotas de Macaúbas	Decreto nº 8.620	30 de agosto de 1933

Fonte de dados: SEI, 2004; acervo digital biblioteca IBGE (2009).

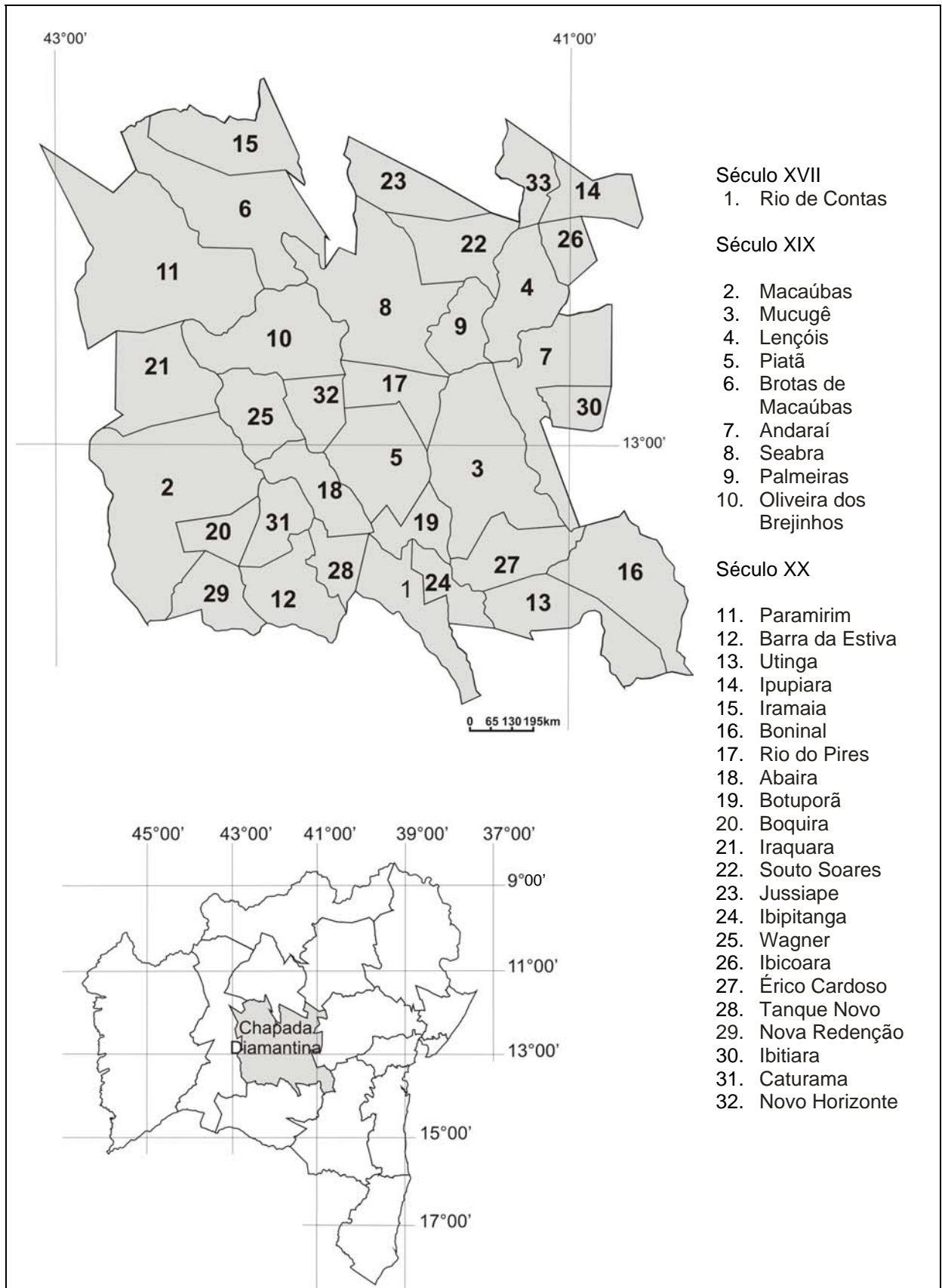
1.2.5.2 Situação atual

A configuração atual da região econômica Chapada Diamantina conta com 33 municípios, sendo que a grande maioria desses foi criada a partir de 1950, totalizando 18 e 2 foram restaurados, conforme pode ser visualizado no quadro 1.4 e na figura 1.15.

Quadro 1.4 – Evolução territorial da região econômica Chapada Diamantina, a partir de 1943.

Município	Ocorrência	Legislação	Data
Piatã	Mudança de topônimo - antiga denominação Anchieta	Decreto Lei Estadual nº 141	31 de dezembro de 1943
Ibitiara	Mudança de topônimo - antiga denominação Bom Sucesso	Decreto Lei Estadual nº 141 Decreto Estadual nº 12.978	31 de dezembro de 1943 1 de junho de 1944
Utinga	Desmembramento de Morro do Chapéu	Lei Estadual nº 550	27 de abril de 1953
Ipupiara	Desmembramento de Brotas de Macaúbas	Lei Estadual nº 1.015	9 de agosto de 1958
Iramaia	Desmembramento de Barra da Estiva	Lei Estadual nº 1.253	28 de janeiro de 1960
Boninal	Restaura o município de Boninal, desmembrado do de Piatã, extinto pelo Decreto Estadual nº 7.479, de 8 de julho de 1931 (Guarani)	Lei Estadual nº 1.472	6 de setembro de 1961
Rio do Pires	Desmembramento de Paramirim	Lei Estadual nº 1.550	17 de novembro de 1961
Abaíra	Desmembramento de Piatã	Lei Estadual nº 1.622	22 de fevereiro de 1962
Botuporã	Desmembramento de Macaúbas	Lei Estadual nº 1.647	22 de março de 1962
Boquira	Desmembramento de Macaúbas	Lei Estadual nº 1.663	6 de abril de 1962
Iraquara	Desmembramento de Seabra	Lei Estadual nº 1.697	5 de julho de 1962
Souto Soares	Desmembramento de Seabra	Lei Estadual nº 1.700	5 de julho de 1962
Jussiape	Desmembramento de Rio de Contas e Barra da Estiva, constituído dos distritos de Caraguatai e Jussiape	Lei Estadual nº 1.704	9 de julho de 1962
Ibipitanga	Desmembramento de Ibitiara	Lei Estadual nº 1.720	16 de julho de 1962
Wagner	Restaura o município de Wagner, desmembrado do de Lençóis - extinto pelos decretos estaduais nº 7.455, de 23/06/31 e 7.479, de 8 de julho de 1931 (Jacira)	Lei Estadual nº 1.739	20 de julho de 1962
Ibicoara	Desmembramento de Mucugê	Lei Estadual nº 1.740	20 de julho de 1962
Érico Cardoso	Cria o município de Água Quente, desmembrado do de Paramirim	Lei Estadual nº 1.659	5 de abril de 1962
	Modifica o nome do município de Água Quente para Érico Cardoso	Lei Estadual nº 4.483	15 de julho de 1985
Tanque Novo	Desmembramento de Botuporã	Lei Estadual nº 4.400	25 de fevereiro de 1985
Nova Redenção	Desmembramento de Andaraí	Lei Estadual nº 4.841	24 de fevereiro de 1989
Caturama	Desmembramento de Botuporã	Lei Estadual nº 5.012	13 de junho de 1989
Novo Horizonte	Desmembramento de Ibitiara	Lei Estadual nº 5.020	13 de junho de 1989
Bonito	Desmembramento de Utinga e Morro do Chapéu	Lei Estadual nº 5.021	13 de junho de 1989

Fonte de dados: Legislação do Estado da Bahia.



Fonte: Mapa regiões econômicas do estado da Bahia, CBPM (2004).

Figura 1. 15 – Divisão politicoadministrativa do estado da Bahia, situação em 2004.

Enfim, a importância histórica do processo evolutivo foi significativa na territorialização da região, como afirmam Giudice e Souza (2006, p.285):

É indiscutível a importância da mineração na organização do espaço regional na Chapada Diamantina, tendo em vista ser a região um espaço praticamente desabitado até então. Na época, muito mais que atualmente, a concentração da população era nas áreas litorâneas, por questões históricas. Havia a preocupação com a ocupação do interior, mas faltavam atrativos para tal. Assim, a mineração, não só na Bahia, mas também em Goiás e Mato Grosso teve o papel de agente “apropriador” do espaço. Desta forma, ao se estabelecer em diversas áreas de garimpo, o garimpeiro fez nascer a necessidade de uma infraestrutura que atendesse as suas necessidades básicas, capitaneada pelo comércio, que por sua vez atraiu a infraestrutura politicoadministrativa. Nesse contexto, criam-se as redes de comunicação, tais como estradas, telégrafo correio etc, que consolidaram a ocupação e deu uma nova dinâmica à região, integrando-a, ainda que parcialmente à província, ao território nacional e até ao mundo, tendo em vista que o capital internacional estava presente e representado pelo vice-consulado francês.

Como mencionado anteriormente, a configuração da Região Econômica Chapada Diamantina vai ser usada como base para o estudo da geodiversidade que será tratado no capítulo posterior.

2 GEODIVERSIDADE NA CHAPADA DIAMANTINA

A geodiversidade está intimamente ligada à geomorfologia e à geologia, e conseqüentemente, ao patrimônio geológico, sua conservação – GEOCONSERVAÇÃO – e sua utilização contemplativa para o turismo – GEOTURISMO – seja ele com propósito de lazer e recreação, seja com intuito científico. Neste trabalho utilizamos a geodiversidade, como fomentadora da ocupação, dessa forma, a mineração e, posteriormente, o turismo respondem pelas lógicas territoriais da ocupação da região.

2.1 PRINCIPAIS MARCOS ACERCA DA GEODIVERSIDADE NO MUNDO E NO BRASIL

Para a discussão sobre geodiversidade, faz-se necessário trabalhar os termos relacionados a esse contexto, no sentido de elucidá-los e conceituá-los dentro de nossa pesquisa. Dessa forma, Sharples (2002, p. 55) chama a atenção para a distinção entre três termos frequentemente utilizados:

Geodiversidade é uma qualidade que nós tentamos conservar, **geoconservação** é o esforço de tentar conservá-la e **patrimônio geológico** compreende os exemplos concretos representativos dos recursos e processos pelos quais nós direcionamos nossos esforços de gestão a fim de conservá-los. Esses três termos não são sinônimos, mas sim complementares. **(tradução nossa)**

O primeiro a ser focado, que é o tema do presente capítulo, é a geodiversidade, que apesar de ser utilizada por uma considerável quantidade de pesquisadores, ainda não é de uso consensual, no entanto, existe certa preocupação com a sua conceituação.

Geodiversidade começou a despertar atenção recentemente, na década de 1990, quando se deu início a sua utilização por geólogos e geomorfólogos, para descrever a variedade do meio abiótico (GRAY, 2004). Entretanto, esse autor afirma ser difícil precisar quando ele foi utilizado pela primeira vez, muito provavelmente na Austrália (Tasmânia), pois, segundo Nascimento e colaboradores (Ruchkys/Mantesso-Neto), “neste país o termo geodiversidade foi utilizado por Sharples (1993), Kiernan (1994, 1996, 1997) e Dixon (1995 e 1996), em estudos de conservação geológica e geomorfológica.”

Existem registros de que na Conferência sobre Conservação Geológica e Paisagística, que teve lugar em Malvern, no Reino Unido, em 1993, já se tratou do termo geodiversidade, embora não tenha recebido apoio significativo, registros esses feitos por Gray (2004), Brilha (2005) e Nascimento e colaboradores (2008).

Em 1994, em seu trabalho sobre origem e uso do termo geótopo (sinônimo de geossítio, mais utilizado por autores alemães), Wiedenben utilizou também o termo geodiversidade, para tratar da conservação desses sítios.

No ano seguinte, Sharples (1995) definiu geodiversidade como sendo a variedade (ou diversidade) de feições, assembleias, sistemas e processos geológicos (rochas), geomorfológicos (modelados) e pedológicos (solos). Essa breve definição inclui implicitamente os processos hidrológicos e climáticos (atmosféricos), na medida em que esses estão envolvidos nas formações geológica, morfológica e pedológica.

Segundo Nascimento e colaboradores (2008), em 2001, a *Royal Society for Nature for Nature Conservation*, do Reino Unido, definiu geodiversidade como “a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra”.

Já Sharples (2002) afirma que “geodiversidade deve ser considerada, sob diferentes perspectivas, como algo de valor e que deve ser conservado”.

Vários pesquisadores têm fornecido extensas listas de razões pelas quais se devem valorizar determinados substratos rochosos, formas de relevo, feições características dos solos e seus processos.

Sob essa perspectiva, o *Devon Country Council* considera que a geodiversidade contribui para a qualidade de vida de várias formas: a) apreciação: uma vez que as características geológicas são apreciadas e admiradas em todo o mundo e que atraem turistas; b) conhecimento: ao se estudar essas características, somos capazes de compreender melhor a evolução e a história do nosso planeta; c) produtos: refere-se à extração de materiais, fósseis e minerais para fins comerciais, e d) processos/funções naturais: uma vez que os fenômenos geológicos naturais providenciam alguns serviços essenciais, como o abastecimento de águas e a utilização da energia geotérmica.

No Brasil, esse conceito foi sistematizado por Silva e colaboradores (2001), e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), em publicação de 2008, com

proposta bastante geográfica de dar uma contribuição no uso adequado do território, objetivando o planejamento do ordenamento territorial sustentável. Assim, geodiversidade é definida como:

O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

Patrimônio natural (que compõe a geodiversidade) é considerado o conjunto de recursos naturais de valor científico/cultural, educativo e/ou recreativo, e se constitui por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos sedimentares, minerais, rochas, fósseis, solos e demais manifestações geológicas que permitem conhecer, estudar e interpretar a história geológica da Terra, os processos que a modelaram, os climas e paisagens do passado e presente, e a origem e evolução da vida sobre este planeta.

A geodiversidade é o suporte fundamental para o desenvolvimento e evolução de qualquer forma de vida, incluindo a humana, e, é difícil de compreender que as questões relacionadas com a geoconservação raramente são tratadas com o mesmo grau de aprofundamento que a bioconservação, mesmo porque elas estão intimamente relacionadas.

Nessa perspectiva, vários autores, a maioria deles ligada à geologia, começaram a se dedicar ao estudo da geodiversidade, o que veio a contribuir para o detalhamento do conceito.

Assim, em 2004, Kiernan definiu a geodiversidade como a natural extensão da diversidade geológica (rochas, minerais, fósseis) geomorfologia (processos morfológicos) e feições dos solos. Isso inclui suas semelhanças, inter-relações, propriedades, interpretações, e organização.

Existem divergências na concepção de geodiversidade, pois, há a corrente que opta pela linha mais restritiva, e a interconecta exclusivamente aos minerais, rochas e fósseis, e outra tendência que considera o termo mais abrangente, englobando também, como afirma Nascimento e colaboradores (2008), os processos que podem estar agindo em sua gênese, e que no momento podem estar em andamento (atuação). Em nossa concepção, o termo é bastante abrangente, englobando inclusive a biodiversidade que depende do espaço para

existir, muito embora essa seja muito mais estudada, basta entrar em *sites* de pesquisa e se verifica a desproporção daquele termo em relação a esse.

Nessa mesma linha, Gray (2004) afirma em seu livro *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*, que a geodiversidade está relacionada à variedade natural de aspectos geológicos.

A perspectiva de o termo ser mais abrangente fica evidente em Lazzerini (2005), quando ele afirma que:

O termo geodiversidade pode ser resumidamente considerado como a diversidade do Reino Mineral terrestre. Aborda aspectos das ciências geológicas, climáticas, geográficas e biológicas do Planeta Terra. Seus princípios e fundamentos podem correlacionar-se aos conceitos da biodiversidade, assumindo também similares papéis ecológicos, econômicos, éticos e científicos internacionais. Diferencia-se da biodiversidade por envolver todos os processos naturais do planeta Terra, detalhadamente ou em conjunto, como um todo. Seu inventário envolve a complexidade global dos agentes e processos naturais, as singularidades, coincidências e agrupamentos de cada localidade; para poder concluir sobre eventuais raridades, busca de origens e localizadas importâncias sociais, econômicas e ambientais. Seu conhecimento objetiva agregar valor as propriedades e produtos naturais, descobrir características que beneficiem aos seres humanos, em questionamentos de soberanias nacionais, minimizar riscos por excessos da ação antrópica e conservar pontos considerados ainda intocados. Desta maneira, pesquisas com este enfoque poderão trazer uma visão mais uniforme e consistente junto a discussões e planejamentos estratégicos econômicos, políticos e jurídicos que visem atender de maneira ampla parâmetros atuais do desenvolvimento sustentável e preocupações comuns da humanidade, como a Agenda 21 e o Protocolo de Kyoto.

Levando-se em consideração que como já afirmamos, patrimônio geológico (parte da geodiversidade) é o conjunto de recursos naturais de valor científico, cultural, educativo e/ou recreativo, e com base na Declaração de Girona, de 1997, sobre Patrimônio Geológico, que diz:

A conservação dos lugares de interesse geológico é absolutamente necessária e indissociável da de Patrimônio Natural e Cultural em geral, uma característica das sociedades culturalmente avançadas. Qualquer política ambiental e de conservação da natureza que não contemple adequadamente a gestão do Patrimônio Geológico, nunca será uma política ambiental correta. É necessário que os responsáveis das diferentes instituições, sejam públicas ou de outra natureza, se movimentem ativamente numa campanha de sensibilização no conjunto da população, a fim de criar uma concepção de que o Patrimônio é um bem de todos.

Pode-se afirmar que também o patrimônio natural, é uma expressão da geodiversidade, conforme Kozlowski (2004), que a define:

Geodiversidade é a natural variedade na superfície da terra, referente aos aspectos geológicos e geomorfológicos, solos e recursos hídricos, tão importantes quanto outros sistemas criados como resultado de processos

endógenos e exógenos e atividade humana. Conjuntamente com a biodiversidade forma os elementos determinantes que possibilitam o suporte e sustentabilidade do desenvolvimento.

No Brasil, conforme Silva (2008), o conceito de geodiversidade vem se delineando concomitantemente a outros países, mas, com forte enfoque no planejamento territorial, muito embora a geoconservação, ainda que incipientemente também venha sendo abordada. Por outro lado, Silva e Carvalho Filho (2001) definem geodiversidade a partir da “variabilidade das características ambientais de uma determinada área geográfica”.

Dessa forma, nos parece claro que a geodiversidade, apesar de ser um termo muito ligado à Geologia, é plenamente aplicada à Geografia, como afirma López (2005), que por sua vez, define geodiversidade como:

[...] a distribuição espacial de complexos territoriais diferenciados em distintas escalas geográficas. Seu estudo comporta dois desafios metodológicos centrais: a) a elaboração de modelos de multiescalaridade e, b) o desenho de métodos de leitura e interpretação dos lugares no espaço global.

Tal conceito pode ser complementado, pela definição de Silva (2008) que assegura que:

[...] o conceito de geodiversidade engloba a expressão da variabilidade das características ambientais de uma determinada área geográfica, cabendo ao pesquisador escolher os parâmetros ambientais (mapeamento, plano de informação), componentes da base de dados georreferenciada que possa servir como base para aferição da geodiversidade.

Essa afirmação tem afinidade com a de Veiga (1999) que diz “o estudo da geodiversidade é uma ferramenta imprescindível de gestão ambiental e norteador das atividades econômicas”.

Existem controvérsias sobre a abrangência do termo geodiversidade, e conforme Nascimento e colaboradores (2008), alguns autores têm uma posição mais restritiva, relacionando-o apenas a minerais, rochas e fósseis. Outra corrente, entretanto tem uma visão mais abrangente, e considera que também os processos que atuam na sua gênese devem ser considerados.

Na verdade são as diversas ações da sociedade para assegurar o seu desenvolvimento que transformam o espaço natural em espaço geográfico, e por isso se faz necessário compreender a complexidade e diversidade dos ecossistemas para entender como o processo se evolui. Como afirma Kozlowski (2004), o desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado às condições abióticas, e

a geodiversidade foi fundamental para o incremento da diversidade biológica durante a evolução geológica, tendo a litosfera um significado importante na criação e desenvolvimento da vida. Assim sendo, faz-se necessário à proteção da geodiversidade, como feição indispensável à proliferação da vida.

2.2 GEODIVERSIDADE E ESPAÇO DA CHAPADA DIAMANTINA

A geodiversidade inclui a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na terra, em suma, a natureza abiótica. Nesse contexto, os minerais, em particular, o diamante e o ouro, foram os primeiros agentes, dentro da lógica territorial, de estruturação do espaço na Chapada Diamantina, e que serviram, juntamente com outros, todos ligados, de alguma forma, à geologia, para essa segunda etapa, comandada pelo turismo, numa nova lógica e com novos contornos, já que traz para a região uma nova dimensão, dinâmica e mais eficaz, pois, não está sujeita à exaustão, o que dá uma garantia, se bem estruturada, de um desenvolvimento duradouro para a região.

Dessa forma, ao se formar, a cerca de 1,8 bilhões de anos (Proterozóico Médio), por intermédio de um processo de inversão de relevo, como remanescente de uma bacia sedimentar que se instalou sobre o cráton do São Francisco, a Chapada Diamantina assumiu morfologia condicionada tanto pela estrutura sedimentar que facilitou o seu modelamento, como pela tectônica superimposta que deu origem a serras alongadas, platôs e morros tabulares, como o Pai Inácio, e vales, ora estreitos, ora abertos, como o Vale do Paty (em Lençóis). O modelamento citado envolve a ação da água e do clima (ventos), num processo de intemperismo que deu à região uma feição morfológica característica, com inúmeras cachoeiras, rios, grutas, alagadiços (marimbus) que servem atualmente de atrativos para o turismo de vários matizes, seja ele ecológico, de aventura, ou mesmo contemplativo.

A compreensão dos mecanismos formadores desses modelados permite uma avaliação consciente dos patrimônios geológicos, pois:

O estudo das paisagens naturais por meio da geomorfologia reveste-se, portanto, de relevante interesse para a avaliação da geodiversidade de uma determinada região, uma vez que a morfologia dos terrenos traduz uma interface entre todas as outras variáveis do meio físico e consiste em um dos elementos em análise (SILVA, 2008).

Aqui cabe introduzir o termo patrimônio geológico que é tido como conjunto de sítios geológicos (geossítios), definição que discordamos, pois, consideramos que um geossítio isolado também se constitui num patrimônio. O termo está estritamente relacionado com a geodiversidade, mas, deve-se ter a preocupação de não o considerar como sinônimo, já que na verdade ele é uma pequena parcela dela.

Assim, patrimônio geológico apresenta especificações raras que lhe confere peculiaridade e, portanto precisam ser preservados. Por outro lado, existem controvérsias sobre a forma de definir ou estabelecer o que é englobado como tal, embora seja consenso que deve ter valor científico e educativo. Assim, Brilha (2005) fala em conservação de “afloramentos fósseis no mundo”, e Nascimento e colaboradores (2008) referem-se “ao que pode ser considerado topo de gama da geodiversidade”. Esses autores consideram que patrimônio deve ser definido por geólogos, pois, consideram que só esses profissionais têm competência para identificar o seu valor superlativo, para serem definidos como tal.

É consenso entre os autores que trabalham com o tema que não se deve considerar patrimônio geológico como sinônimo de geodiversidade, ainda que se saiba que ele é parte da geodiversidade, mesmo porque nem toda geodiversidade pode ser considerada patrimônio. Assim, por exemplo, todas as paisagens da Chapada Diamantina, em especial da nossa área de estudo – a borda oriental que abrange os municípios de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Iraquara, Ibicoara, Palmeiras e Nova Redenção, constituem a geodiversidade, enquanto que apenas os geossítios, tal como o morro do Pai Inácio (Figura 2.1), ou a cachoeira do Sossego (Figura 2.2), se constituem em patrimônio geológico.



Figura 2.1 - Pai Inácio, município de Palmeiras.

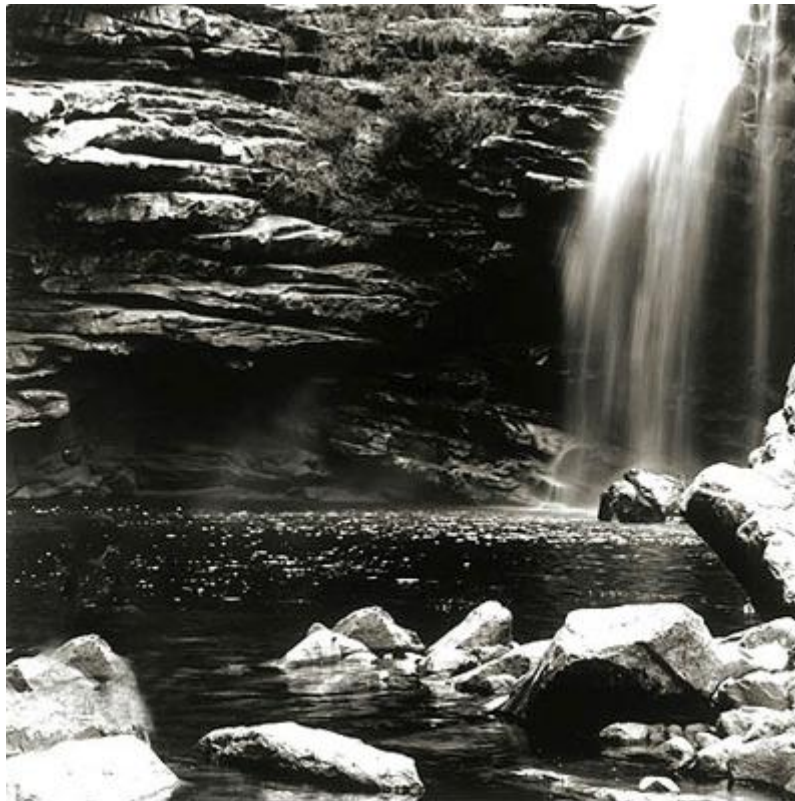


Figura 2.2 - Cachoeira do Sossego, município de Lençóis.

Conforme afirma Muñoz (1988)

[...] patrimônio geológico é constituído por georrecursos culturais, que são recursos não renováveis de índole cultural, que contribuem para o reconhecimento e interpretação dos processos geológicos que modelaram o Planeta Terra e que podem ser caracterizados de acordo com seu valor (científico, didático), pela sua utilidade (científica, pedagógica, museológica, turística) e pela sua relevância (local, regional, nacional e internacional).

No caso em estudo, esse patrimônio tem mais ênfase pela utilidade turística já que é um dos atrativos que impulsiona a atividade e influencia a lógica de ocupação. Entretanto, ele também tem valor pelos aspectos científico e cultural/educativo, como afirmam Valcarce e Cortés (1996).

Existem outros conceitos, mas, propomos fazer uma síntese deles já que na essência estão todos muito próximos. Assim, consideramos que patrimônio geológico de modo abrangente engloba toda a estrutura geológica e suas formas, onde ocorrem elementos da geodiversidade que possuam valor científico, cultural ou educativo.

Nascimento e colaboradores (2008) explanam que:

[...] o patrimônio geológico compreende os minerais, as rochas e os fósseis presentes em afloramentos (exposições no meio natural) ou em coleções de museus, incluindo também o relevo, que no seu conjunto guardam a história da evolução da Terra por processos cuja escala temporal é de milhões (e até bilhões) de anos. Associado a esse patrimônio, existe o patrimônio da história da mineração (ou patrimônio mineiro), uma atividade muito importante no Brasil. Para alguns autores o patrimônio geológico inclui as coleções de minerais, rochas e fósseis expostas em museus, já para outros autores não, principalmente por não se encontrarem em seu meio natural e já estarem protegidas.

Esse comentário contribui com a nossa premissa de que patrimônio geológico tem também importância na lógica de ocupação, uma vez que ele engloba o patrimônio da história da mineração, o que Muñoz chama de arqueologia industrial, e que serve de atrativo para o turismo, um dos vetores da lógica territorial.

Tendo em vista que por definição patrimônio geológico é um conjunto de geossítios, se faz por tanto importante defini-los.

Os termos geossítio e geótopo são sinônimos, sendo que o segundo é mais empregado pela escola alemã (como já afirmado anteriormente), e o primeiro pela escola angloescandinava. É usado também o termo geomorfosito para tratar formas de paisagens com atributos geomorfológicos, bem como geomonumentos, mas, neste trabalho utilizaremos apenas geossítio, no intuito de uniformizar a linguagem.

Segundo Wimbledon (1999), “um geossítio pode ser qualquer localidade, área, ou território, onde é possível definir um interesse geológico geomorfológico para a conservação”. Na verdade é considerada uma forma abreviada de sítio geológico ou sítio de interesse geológico.

Por outro lado, Gray (2004) define o termo em questão como “elementos de geodiversidade, bem delimitados geograficamente e que, pela sua peculiaridade ou raridade, apresentem valor científico, pedagógico, cultural, estético, econômico, ou outro”.

Molina e Mercado (2003) consideram como geossítios “porções espacialmente delimitadas da geosfera com um significado geológico, geomorfológico ou geoecológico especial, que devem estáticos ou dinâmicos e devem ser conservados para as futuras gerações”.

Esses geossítios se constituem em grandes atrativos para o turismo, bem como tem importante papel na ocupação do espaço na Chapada Diamantina, na forma conhecida como geoturismo, e sua variante o ecoturismo.

Uma tentativa de dividir as áreas por geossítios englobaria:

1. os rios – representando a rede hidrográfica, divididos naqueles de planície e os serranos;
2. as áreas semi-horizontalizadas do topo do planalto (Gerais - localmente);
3. os marimbus, e
4. as grunas, ou cavernas. As primeiras de origem tecnogênica; as segundas, naturais ou ampliadas tecnogenicamente pelo garimpo, podendo ser silicosas (gruta do Lapão, por exemplo), ou carbonáticas (pouco comum na região).

Todos esses geossítios poderiam estar englobados em dois ou três sistemas sedimentares tecnogênicos: urbano, rural e mineiro, ou até só em rural e mineiro, considerando que os núcleos urbanos não se constituem sistema dominante da região, e sim uma consequência, pelo menos até agora, dos outros dois citados.

Aliado às feições geomorfológicas, o processo tectônico favoreceu a formação de uma sequência sedimentar constituída de conglomerados, arenitos, dentre outros, sendo os conglomerados portadores dos diamantes de aluviões (e secundariamente ouro) pertencentes à formação Tombador (Figura 1.10). A exploração mineira formou rugosidades (marcas deixadas na paisagem, resultantes

do modo de desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico) na região, como as cidades (Igatú, Lençóis e Mucugê, principalmente), mas também deixou outras marcas, como a vila abandonada dos garimpeiros, nas cercanias de Igatu, as transformações causadas no meio ambiente, dentre outros, que agora servem como atrativos ao turismo, associados aos atrativos naturais, descobertos graças à fase desbravadora da mineração, o chamado geoturismo.

É provável que a região sofra um novo surto de mineração, em função do avanço dos estudos que vêm sendo realizados, onde já se detectou a rocha matriz dos diamantes – kimberlitos – muito embora em outro tipo exploratório, o empresarial, já que a extração não seria mais artesanal, como no passado.

Para iniciar discussão sobre esse termo, necessária se faz uma breve discussão sobre turismo. É fato que cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como o do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas.

Assim, Cazes (1995, p. 98) explana que:

[...] o turismo não é uma atividade industrial, mas um setor que se volta, exclusivamente, ao setor de serviços. É evidente que a atividade turística refere-se em grande parte à prestação de serviços, mas parece-me que também traz em seu bojo uma série de atividades produtivas, o que nos leva a pensar que não se pode caracterizar o turismo como atividade econômica, segundo a classificação de Clarke, o que significa transcendê-la. O turismo, portanto, apareceria como um misto de atividades que se definiria na articulação entre indústria e serviços, o que requer uma nomeação mais satisfatória, mas não é o caso do debate apresentado no presente texto. Aqui ele aparece como atividade que produz espaços e comportamentos, bem como coisas.

No processo de apropriação do espaço, o turismo engloba todos os elementos da geosfera, seja ele biótico ou abiótico, procurando produzir uma forma do homem moderno se desvencilhar do grande estresse a que está submetido nos grandes centros, por intermédio do incentivo ao lazer e recreação, seja ele contemplativo ou de aventura.

Conforme Nascimento e colaboradores (2008, p.7):

O turismo, assim como outras atividades que fazem uso do ambiente, é um grande consumidor de paisagens e pode causar impactos, tanto positivos quanto negativos, onde se desenvolve. Neste sentido, a paisagem ainda é vista como simples referência espacial, um bem a ser consumido. Porém, diferentemente de outras atividades, o ambiente terrestre representa o grande atrativo para o turismo e representa o grande atrativo para o turismo e representa a matéria prima desta atividade.

Entretanto, a presente correlação que entrelaça o turismo com meio ambiente, traz novas perspectivas, e produz e introduz inovações nas modalidades de turismo, particularmente em ambientes naturais, intocados ou pouco conhecidos, como na Chapada Diamantina, que convivem com culturas locais, e procuram se preservar das influências externas, embora nem sempre isso seja conseguido, a exemplo da cidade de Lençóis, situada no centro da Chapada Diamantina que procura centralizar e capitalizar todos os olhares para região, sofrendo as consequências disso, entre as quais destacamos problemas urbanos, com as construções irregulares inclusive na parte histórica, loteamentos em áreas de risco devido à expansão urbana, bem como construção de casas populares em áreas de voçorocamento e incipiente favelização.

Assim a combinação de turismo e meio ambiente, foi denominada como ecoturismo que é englobado pelo geoturismo, em publicação do Ministério do Turismo de 2005, que caracterizava as principais opções do turismo dentre as várias praticadas no país, objetivando sistematizar terminologias, abordagens e delimitações. Entretanto, existe uma grande carência de literatura sobre o assunto, e em português nada ainda foi publicado. Assim o termo só veio a surgir em 1995, quando Hose (1995, p. 12), o definiu como:

A provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da Terra), além de mera apreciação estética.

Tendo em vista ser uma definição muito restritiva que a vinculava basicamente à geologia, não abarcando a geodiversidade como um todo, em 1997, o mesmo autor elaborou uma redefinição:

A provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegurar sua conservação, para uso de estudantes, turistas e outras com interesse recreativo ou de lazer (HOSE, 1997, p. 13).

Entretanto, Stueve e colaboradores (2002), em trabalho conjunto com a *National Geographic Society* (NGS) e a *Travel Association* (TIA) dos Estados Unidos da América, definem geoturismo como “o turismo que mantém ou reforça as principais características geográficas de um lugar, seu ambiente, cultura, estética, patrimônio e bem-estar dos seus residentes”.

É com base nessas últimas definições que utilizaremos o termo durante este trabalho, por considerá-lo mais abrangente, e por isso mais próximo do que entendemos como tal. Assim faremos a seguir breves considerações sobre turismo e geologia.

A história registra a mobilidade dos homens desde os seus primórdios, por regiões diversas, entretanto, a partir do século XX, sobretudo quando se estabeleceu o direito de descanso anual de suas atividades, na sociedade industrial, o homem se lançou ao mundo em busca de conhecer novos lugares, desencadeando a atividade turística, que constitui o fluxo de pessoas em deslocamentos por pequenas, médias e longas distâncias.

Segundo Nascimento e colaboradores (2008, p.8),

[...] a palavra turismo surgiu no século XIX, porém a atividade estende suas raízes pela história e certas formas de turismo, ligadas às viagens, existem desde as mais antigas civilizações, mas segundo Fourastié, foi somente a partir do século XX e, mais precisamente após a segunda guerra mundial, que o turismo evoluiu para os moldes atuais que se alicerçam, sobretudo no lazer.

A partir de então, o turismo passou a ser estudado em centros acadêmicos, pois, tornou-se uma das atividades econômicas mais rentáveis, crescendo a taxas elevadas, e englobando receitas da ordem de trilhões de dólares. Essa atividade vem se apropriando cada vez mais espaços ao redor do mundo, para atender a demanda de um consumidor cada vez mais ávido por desbravar lugares longínquos e exóticos.

No início da década de 1970, nós, estudantes de geologia, dizíamos inúmeras vezes que, quando alguém, nas etapas de campo se mostrava sem ânimo para o desempenho dos trabalhos, que a excursão não era geoturismo, mas sim um requisito de aprendizagem para o curso. Lançávamos mão de um termo que mais tarde viria se caracterizar como o turismo que se apropria dos atrativos naturais, sobretudo as espetaculares paisagens de singular beleza cênica.

Ainda conforme Nascimento e colaboradores (2008, p.9),

[...] o turismo faz uso da paisagem, na concepção geográfica de espaço (ambiente ou meio), formado pelos elementos bióticos e abióticos que constituem a geosfera, zona de interseção da litosfera, atmosfera, hidrosfera e biosfera, explorando-o com o propósito de lazer e recreação, como uma maneira do homem moderno fugir do tumulto dos grandes centros urbanos.

Dessa forma, o turismo se caracteriza como grande consumidor do ambiente terrestre que passa a ser um bem a ser consumido, representado pelas

paisagens, e isso nem sempre é feito de modo harmonioso. Essa apropriação/dominação do homem sobre a natureza, mantinha a civilização humana, e teve especial atuação quando da revolução industrial. Ao começar sentir os efeitos dessa atividade, se iniciou o processo de valorização da natureza selvagem, e teve início o processo de criação de áreas protegidas que se espalhou primeiro pelo mundo desenvolvido, mas atingindo os demais países.

Na atualidade, a relação turismo *versus* meio ambiente privilegia, sobretudo os ambientes naturais menos degradados, mas, que nem sempre tem uma relação tranquila com as populações locais, e sob esse enfoque estão compreendidos os aspectos geológicos.

A geologia, que estuda a Terra nas suas diversas nuances e inter-relações, é, assim, a ciência que, de modo abrangente, engloba a geotectônica, a mineralogia, a petrografia, a geoquímica, a paleontologia, a geofísica, a hidrogeologia, enfim, todo o arcabouço que compõe nosso planeta. Cabe também ao geólogo o papel de conscientização da sociedade pela preservação dessas formações geológicas que compõem as paisagens, parte da geodiversidade.

Assim sendo, Nascimento e colaboradores (2008, p. 8) afirmam que:

[...] as paisagens atuais, que admiramos e utilizamos como atrativos turísticos, são o resultado dos processos geológicos atuantes durante cerca de 4,6 bilhões de anos de história da Terra. As rochas e o relevo, além de terem importância científica, formam o substrato sobre o qual se desenvolve toda a vida no planeta. Portanto, as rochas e o relevo da Terra registram e fornecem dados sobre história geológica do planeta.

Desse modo, a geologia, resultante da longa evolução do planeta Terra, tem papel importante na constituição da geodiversidade que por intermédio das paisagens e elementos associados, promovem as atividades turísticas.

2.3 OS GRANDES CENÁRIOS – GEOSSÍTIOS

As principais áreas de relevante interesse turístico da região (Figura 2.3) associam-se a elementos geológicos diversos. Como exemplos podem-se citar:

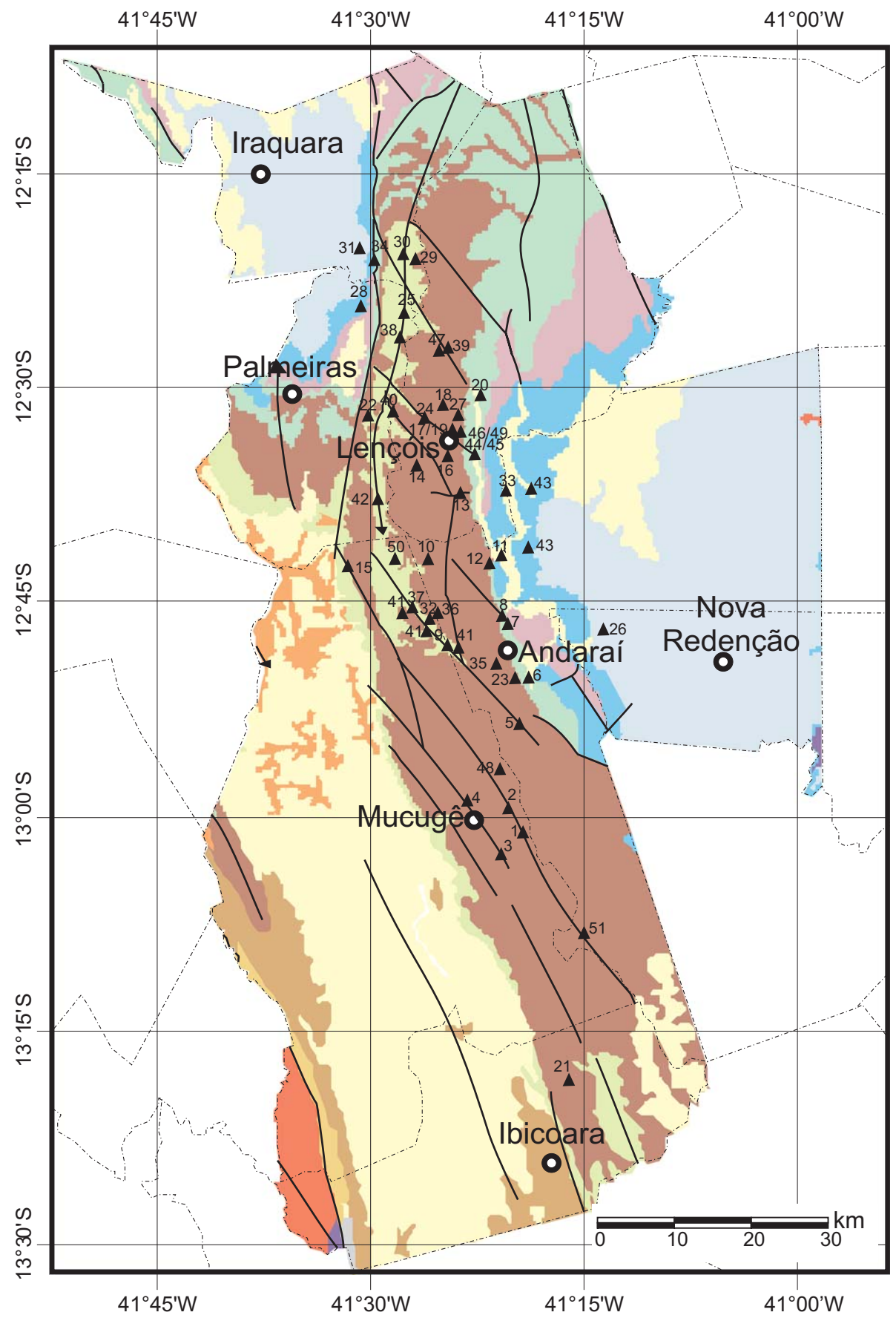
- a) os picos mais altos da região, das Almas, do Barbado e de Itobira, são formas de relevo decorrentes de uma associação de formas estruturais (padrões específico de formação das rochas) com tipos de

rochas de elevada resistência aos processos de intemperismo e erosão (vulcânicas ácidas e quartzitos);

- b) a maior parte das cachoeiras da Chapada resulta de acidentes estruturais do terreno, em rochas de comportamento rúptil do supergrupo Espinhaço, nas quais ocorreram falhamentos gravitacionais, com deslocamentos verticais, a exemplo das cachoeiras do Buracão, da Sibéria, da Fumaça, do Ferro Doido, dentre outras;
- c) as grutas e poços são em grande parte associadas a fenômenos cársticos em rochas carbonáticas da formação Salitre, a exemplo dos poços Azul e Encantado e das gruta da Lapa Doce, da Mangabeira e Torrinha. A gruta do Lapão é uma exceção, uma vez que é sustentada por quartzitos;
- d) as grandes paisagens, a exemplo do conjunto de morros do Pai Inácio, Morrão e do Camelo (ou Calumbi) resultam de uma associação de fenômenos de dobramentos (anticlinais e sinclinais) dos siltitos e argilitos do grupo Paraguaçu e metarenitos sotopostos da formação Tombador (grupo Chapada Diamantina), com posterior erosão dos núcleos dos anticlinais, e
- e) além dos fósseis de preguiça gigante encontrados em cavernas e poços da Chapada, outros registros fósseis estão presentes. Trata-se de espetaculares colônias de organismos unicelulares (algas), fossilizados em carbonatos neoproterozóicos da formação Salitre.

Na área de estudo se situam os principais geossítios da região (Quadro 2.1). Todos esses atrativos estão já apropriados, embora exista uma hierarquia de importância embasada no poder que eles têm em atrair visitantes.

A atividade turística está intimamente ligada a esses geossítios que se concentram nos municípios já citados anteriormente, um recorte da Região Econômica Chapada Diamantina. Existe concentração desses nos municípios de Lençóis e Mucugê, sobretudo, razão pela qual essas localidades se destacam das demais.



Fonte: Adaptado de Bonfim (2001).

Figura 2.3 – Principais áreas de relevante interesse turístico na área de estudo.

▲ GEOSSÍTIO

CACHOEIRAS

- 1. do Cardoso
- 2. da Piabinha
- 3. Andorinhas
- 4. Tiburtino
- 5. Sibéria
- 6. Donana
- 7. Três Barras
- 8. Ramalho
- 9. Cachoeirão
- 10. da Purificação
- 11. Samuel
- 12. Roncador
- 13. do Capivari
- 14. da Fumaça
- 15. do Palmital
- 16. do Sossego
- 17. Primavera
- 18. do Riachinho
- 19. Cachoeirinha
- 20. Mandassaia
- 21. Buracão
- 22. Conceição dos Gatos

POÇOS

- 23. Donana
- 24. Halley
- 25. do Diabo
- 26. Azul

GRUTAS

- 27. Lapão
- 28. Santa Marta
- 29. Pratinha
- 30. Azul
- 31. Lapa Doce
- 32. do Castelo (Morro da Lapinha)
- 33. da Paixão
- 34. Torrinha

CANYONS

- 35. Carbonado

MORROS

- 36. Branco do Paty
- 37. Branco
- 38. Pai Inácio
- 39. do Camelo ou Columbi
- 40. Monte Tabor (Morrão)

VALES

- 41. do Paty
- 42. do Capão

ALAGADIÇOS

- 43. Marimbus

RIBEIRÕES

- 44. do Meio
- 45. de Baixo
- 46. Serrano
- 47. Mucugezinho
- 48. Mar de Espanha

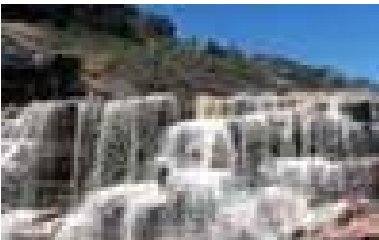


OUTROS

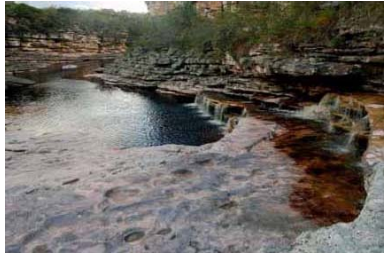


- 49. Salão de Areias
- 50. Gerais do Vieira
- 51. Gerais de Mucugê



GEOLOGIA



		Coberturas Tércio-Quaternárias
<hr/>		
SUPERGRUPO SÃO FRANCISCO	Grupo Una	
		Formação Salitre
		Formação Bebedouro
<hr/>		
SUPERGRUPO ESPINHAÇO	Grupo Chapada Diamantina	
		Formação Morro do Chapéu
		Formação Tombador
		Formação Caboclo
<hr/>		
Grupo Paraguaçu		
		Formação Açuruá
		Formação Lagoa de Dentro
		Formação Mangabeira
		Formação Ouricuri do Ouro
<hr/>		
Grupo Rio dos Remédios		
		Indiviso
<hr/>		
Embasamento		
		Granitóides Paleoproterozóicos
		Complexo de Rochas do Arqueano
		Falhas, fraturas e lineamentos
		Cidades
		Limite municipal




Quadro 2.1 - Descrição das principais áreas de relevante interesse turístico na área de estudo.



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
CACHOEIRAS					
1. do Cardoso	Mucugê	Localizada a 8 km da cidade, são 15 metros de queda de água num perfeito refúgio para quem gosta de sossego. A caminhada até lá é marcada pela vista dos campos de sempre vivas e também pelas belas formações rochosas.			
2. da Piabinha	Mucugê	Situada entre o projeto Sempre Viva e a cachoeira do Tiburtino. É englobada pelo Parque Municipal de Mucugê.	Queda de água sobre arenitos róseos da Formação Tombador.		
3. Andorinhas	Mucugê	Consiste em uma queda de água com cerca de 15 m de altura situada no curso do rio Cumbuca, cercada pela mais exuberante vegetação regional. Essa cachoeira está situada no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina, a 5 km da sede municipal, e pode ser acessada por trilha existente no Parque Municipal de Mucugê. O local representa um dos percursos turísticos mais populares de Mucugê e conta ainda com outra via de acesso, que parte do centro da cidade.	O geossítio está formado por rochas da Formação Tombador.	A queda de água desce por duas montanhas em forma de escada. Ao longo do curso do rio, observa-se um conjunto de marmitas de pequenas dimensões (<0,50 m), formadas pela erosão fluvial. Em alguns trechos, o vale torna-se mais apertado, sendo delimitado por paredões rochosos. Na base desses paredões, ocorrem feições de meteorização da rocha, denominadas informalmente de ninhos de abelha (ouriçangas).	

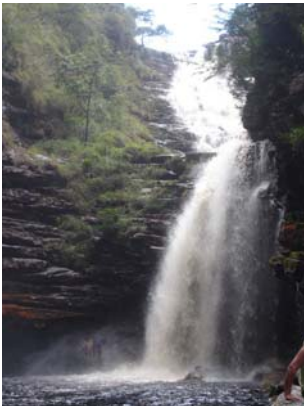


Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
4. Tiburtino	Mucugê	Faz parte do Parque Municipal de Mucugê, que teve como embrião o Projeto Sempre Viva. Constitui-se de queda de água com cerca de 2 m de altura, no rio Cumbuca (ou Cumbuco) Um dos primeiros pontos de garimpo de diamante, no século XIX.	O rio Cumbuca corre sobre o plano de estratificação dos arenitos róseos, da formação Tombador. Ao longo da trilha de acesso, é possível observar algumas variações litológicas (micro conglomerados, arenitos com marcas onduladas).	Nessa cachoeira, a água escorre sobre o plano de estratificação da rocha que se apresenta ligeiramente inclinada. Ma trilha podem ser vistas feições formadas pela ação fluvial (marmitas), aproveitando-se de planos de fraturas presentes na rocha.	
5. Sibéria	Mucugê	Formada pelas águas do rio Paraguaçu, a cachoeira está localizada dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, a 11 km da sede do município.	Escavada sobre pacote de arenitos rosados, passando localmente para um pacote de conglomerados com seixo sub-angulosos a sub-arredondados, clasto suportado e com uma matriz constituída de arenito rosado. Todas essas rochas estão englobadas na Formação Tombador.	São aproximadamente cinco metros de queda, a partir de paredões escarpados que compõem o visual. Os paredões se estreitam e as águas caem de uma altura que variam em torno dos 80 metros.	
6. Donana	Andaraí	Situa-se pouco a montante da ponte sobre o rio Paraguaçu, na estrada que liga Andaraí a Mucugê, na margem leste do Parque Nacional da Chapada Diamantina e à beira da BA-142. O sítio é alvo de visitação intensiva, já que conta com fácil acesso.	Nessa zona, o rio Paraguaçu corre sobre um leito rochoso, entalhado sobre arenitos rosados, bem selecionados e com granulação média grossa da Formação Tombador. A jusante ocorre uma estrutura de formato alongado, constituída por rocha de cor escura, que vem sendo interpretada como um dique de rochas básicas.	No local, em saltos sucessivos, o rio corre sobre arenitos róseos, abandonando a serra do Sincorá a procura da extensa planície ondulada de rochas calcárias.	




Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
7. Três Barras	Andaraí	Tem cerca de 20 metros de altura, essa cachoeira tem seu acesso mais próximo à cidade de Mucugê, representando um importante atrativo turístico dessa cidade. Ao longo da trilha, ocorrem ruínas de garimpo, o que confere algum interesse histórico ao local.	Corta arenitos róseos, de granulação média grossa homogênea, bem selecionados, apresentando estratificação cruzada, da Formação Tombador.	A trilha de acesso, com 8 km de extensão, situa-se em uma paisagem muito característica da Serra do Sincorá, conferindo um interesse geomorfológico ao sítio. Possui três quedas de água em sequência. Em uma parede lateral da cachoeira, observa-se uma dobra em S, aberta, com planos de fratura associados.	
8. Ramalho	Andaraí	Consiste em uma queda de água com cerca de 80 m de altura, situada em um afluente da margem esquerda do rio Baiano. A cachoeira está situada dentro dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina e localizada em lugar remoto, de difícil acesso, o que contribui para a sua preservação.	A Cachoeira do Ramalho se enquadra na categoria temática das Coberturas Mesoproterozóicas. O geossítio está instalado nos arenitos rosados, bem selecionados, com granulação média grossa da Formação Tombador.	No paredão situado logo à frente do ponto onde o rio da cachoeira desemboca no <i>canyon</i> do rio Baiano, observa-se uma dobra em S, aberta, com planos de fratura associados.	





Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
9. Cachoeirão	Mucugê	Localizada no alto curso do rio do mesmo nome é uma imponente queda com mais de 150m de desnível. Uma das mais belas vistas da Chapada Diamantina.		O Cachoeirão é um vale que pode ser visitado por cima ou por baixo, e a grandeza de seus <i>canyons</i> dá ar de profundidade à paisagem. Do alto é possível ver um lago no formato de um coração e, dependendo do volume de chuvas da época, várias cachoeiras se formam a partir do paredão.	
10. da Purificação	Palmeiras, distrito de Caeté-Açu	Formada pelo rio da Bomba. O entorno caracteriza-se pela exuberância de bromélias.		Constitui-se por três quedas de água, tendo a maior delas sete metros de altura.	



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
11. Samuel	Lençóis	Formada por um afluente do rio Roncador.	Encaixada em arenitos dobrados e fraturados, onde os arenitos tomam uma coloração amarelada, provavelmente devido à água de cor escura que após a queda forma um lago no sopé da cachoeira.	Corre em uma zona cisalhada.	
12. Roncador	Lençóis	Localizada no curso do rio Roncador.	Corre sobre quartzitos róseos, formando lago, com praia de areias muito finas.	São encontrados os caldeirões (poços que funcionam como piscinas de hidromassagens) escavados pela água. Ocorre também uma caverna submersa (batizada de útero) cujo fluxo de água é constante.	
13. do Capivari	Lençóis	Situada em afluente da margem direita do rio Capivari, é um ponto turístico alcançado com razoável grau de dificuldade.	Construída em paredões de rochas areníticas.		




Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
14. da Fumaça	Palmeiras, próximo do Distrito de Caeté-Açu (Capão)	Situada a 1.250 m de altitude e com aproximadamente 400 m de altura, consiste na maior que de água do Brasil e a segunda maior da América do Sul. Esse paredão verticalizado pode ser alcançado a partir de Capão, num percurso a pé de 6 km que dá acesso à porção superior da cachoeira, onde se tem uma visão panorâmica da região. Na maior parte do ano, a água não consegue atingir a porção inferior da drenagem, devido às fortes correntes de ar, que são canalizadas no fundo do vale. Dessa forma, a água acaba voltando para cima como gotículas, formando uma espécie de fumaça , o que deu origem ao nome do local.. O geossítio está inserido dentro dos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina.	Edificada em arenitos fluviais e eólicos, A Cachoeira da Fumaça se insere na categoria temática das Coberturas Mesoproterozóicas e, logo no início da trilha de acesso, observa-se o contato das rochas da Formação Guiné (Grupo Paraguaçu), representado por um arenito fino e argiloso, com as rochas da Formação Tombador (Grupo Chapada Diamantina), constituída por um arenito rosado, com granulação média e grãos arredondados. No topo da serra, ocorre uma zona onde as rochas da Formação Tombador estão intensamente dobradas e fraturadas.	Extenso abismo originado numa fenda geológica. Foi formada pelo poder erosivo das águas, que foi desmontando a rocha encaixante ao longo da interseção de planos de fratura subverticais, com os planos de acamamento subhorizontais. No local, pode-se observar um conjunto de fendas esvaziadas. Tem um elevado valor geomorfológico, sendo favorável para a realização de pesquisas científicas nessa área, relacionadas à evolução do relevo e o seu condicionamento estrutural. Em função da sua beleza cênica, representa um dos principais locais de visitação da Chapada Diamantina, sendo assim dotada de alto valor turístico.	
15. do Palmital	Lençóis	Queda de água que despenca em um poço de águas escuras.	Corre sobre camadas estratificadas de arenitos.	Cai formando duas quedas paralelas.	



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
16. do Sossego	Lençóis	Situa-se no leito do rio Ribeirão, a 5 km acima de Ribeirão do Meio.	Formada em arenitos e conglomerados.	Cachoeira que em degraus sucessivos, com 15 a 20 m, desembocando em um remanso de águas escuras.	
17. Primavera	Lençóis	Local situado a montante da cachoeira do Serrano, no rio Lençóis, onde o rio Grisante, despeja suas águas ferruginosas.	Local onde os cursos de água cortam arenitos e conglomerados diamantíferos.	Encravada numa zona de falha geológica.	
18. do Riachinho	Palmeiras, distrito de Caeté-Açu (Vale do Capão).	Queda de 15 metros, apresentando água ferruginosa e excelente local para banho.	Enquadrada na categoria temática das Coberturas Mesoproterozóicas e está instalada no contato entre conglomerados polimíticos e arenitos rosados. Ambas as litologias pertencem à Formação Tombador.	As rochas que a constituem afloram no local em estrutura monoclinial, com caimento para NW.	



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
19. Cachoeirinha	Lençóis	Localizada próxima a cachoeira Primavera.	A queda de água desce sobre patamares naturais de conglomerados superpostos e arenitos róseos.		
20. Mandassaia	Lençóis	Tem esse nome devido a uma abelha comum na região, situando-se próxima à vila de garimpeiros.	Corre sobre arenitos da formação Tombador.	Formada por uma queda de 9 metros e uma sequência de outras quedas menores.	
21. Buracão	Ibicoara	Situada no alto curso do rio Una, conhecido pelos moradores locais como ribeirão das Pedras.	Inserida na categoria temática das Coberturas Mesoproterozóicas, instalada em arenitos da Formação Tombador, próximo da zona de contato entre as rochas do grupo Chapada Diamantina com as rochas do grupo Una. Sua origem pode estar associada ao contraste litológico entre as rochas siliciclásticas do primeiro grupo, com as rochas carbonáticas do segundo.	A queda de água possui 100 metros de altura, a piscina pode chegar a uma profundidade de 50 metros. Observa-se no local um conjunto de estruturas geológicas (fraturas, falhas e dobras) que condicionaram o entalhamento vertical acentuado do rio, formando uma garganta, a jusante da cachoeira.	



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
22. Conceição dos Gatos	Palmeiras	Localiza-se em afluyente da margem direita do rio Preto.	Sustentada por arenitos e arenitos conglomeráticos.	Possui cerca de 40m de altura.	
▽ POÇOS					
23. Donana	Andaraí	Localizado na estrada Andaraí Mucugê (BA-052), é formado pelo rio Paraguaçu.	Incrustado no arenito róseo.	Apresenta-se como uma escorregadeira natural que termina em um poço.	
24. Halley	Lençóis	Também chamado de Paraíso é formado pelo rio Lençóis, e está no mesmo contexto das cachoeiras Primavera e Cachoeirinha.	Aloja-se entre as lajes de arenito róseo da formação Tombador.	Está situado num desfiladeiro onde o rio Lençóis desce sobre o leito pedregoso e espalha-se para o largo, formando o poço com cerca de 3 m de largura por 10 m de comprimento e profundidade máxima de 2 m.	
25. do Diabo	Mucugê	Poço profundo e amplo situado no leito do riacho Mucugezinho, a 1,5km a jusante da escorregadeira do rio.	Escavado em arenitos e conglomerado.	Formada por uma fratura geológica com elevados paredões laterais.	



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
26. Azul	Nova Redenção	Localizada no município de, o poço tem 80 metros de extensão, com duas cavernas de 20 m ² , mas a flutuação só é permitida na parte da frente, que é delimitada por cordas. O cenário é grande beleza cênica e o banho relaxante.	Inserida na categoria temática das coberturas carbonáticas neoproterozóicas.	O Poço Azul está instalado no fundo de uma dolina que fica próxima ao rio Paraguaçu. No seu interior ocorre um lago, com água azulada, que representa um afloramento do nível freático do aquífero cárstico. A caverna é pobre na presença de espeleotemas e representa um salão de abatimento, formado na zona vadosa, possivelmente a partir do colapso de uma rede de condutos freáticos pré-existent.	
□ GRUTAS					
27. Lapão	Lençóis	Apresenta cerca de 1.200m de extensão.	Constitui-se a maior gruta do Brasil esculpida em rochas quartzíticas, que lhe confere características singulares que a diferenciam das demais grutas da região.		
28. Santa Marta	Iraquara.	Caverna com 500 metros de extensão, Alguns metros adiante da caverna fica o chamado abrigo de Santa Marta, onde está um belo acervo de pinturas rupestres, considerado por especialistas, como importante sítio arqueológico.	Inserida no contexto das coberturas neoproterozóicas carbonáticas do grupo Una.	Tem como maior destaque o Salão dos Duendes, um espaço onde estalactites ganham forma de seres esotéricos. Na entrada a caverna, os imensos pingentes têm formas de anjos e sereias.	





Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
29. Pratinha	Iraquara	Formada pelo rio Pratinha, na sua única parte visível, devido o rio ser subterrâneo por cerca de 150 km. De águas azuis, é rica em calcário e magnésio (responsável pela cor azulada).	Inserida no contexto das coberturas neoproterozóicas carbonáticas do grupo Una.	Estende-se por cerca de 100 m e tem profundidade que varia de 1 a 2 metros. Apresenta uma infinidade de espeleotemas raríssimos, como as agulhas de gipsita, as flores de aragonita, o salão de vulcões, e salão do sino.	
30. Azul	Iraquara	Local que proporciona um dos mais incríveis mergulhos (330 m) da Chapada. Nela ocorre o fenômeno de refração da luz que propicia, por cerca de duas horas, invasões de raios solares por meio de uma fenda, iluminando a água e dando-lhe coloração azul-turquesa. Essa gruta é dotada de um canal subaquático que a liga à Pratinha.	Inserida no contexto das coberturas neoproterozóicas carbonáticas do grupo Una.		
31. Lapa Doce	Iraquara	Consiste em uma caverna com salões amplos e de grandes dimensões. Atualmente, a cavidade tem cerca de 40 km de desenvolvimento, já mapeados. Situada próximo à Gruta da Torrinha dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental - APA Marimbus-Iraquara.	Inserida no contexto das coberturas neoproterozóicas carbonáticas do grupo Una, formação Salitre.	A entrada é feita por meio de uma dolina (depressão externa formada por erosão de material calcário). Na gruta da Lapa Doce são encontradas formações de rara beleza, inclusive o efeito sobre um espeleotema provocado pelo desmatamento na superfície, que permite a entrada de água com argila. O resultado são tons avermelhados em contraste com o branco da calcita.	

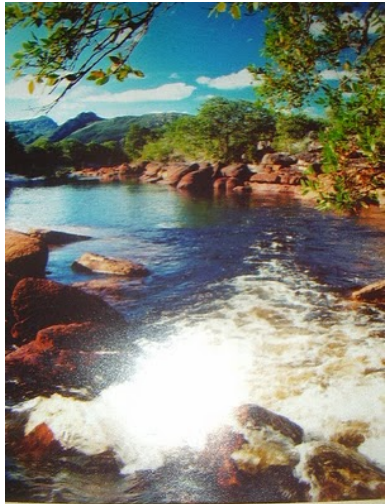

Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
32. do Castelo (Morro da Lapinha)	Mucugê	Ainda desconhecida até pela maioria dos guias turísticos da região.	Edificada em quartzito.	É uma gruta descrita como tendo 10 - 15m de altura, por 10m de largura.	
33. da Paixão	Nova Redenção, povoado de Ubiraitá	Próximo dessa caverna encontra-se a caverna Marota, que é alvo de peregrinações de pessoas da região e de alguma visitação turística.	Inserida no contexto das coberturas neoproterozóicas carbonáticas, formação Salitre. Na entrada da caverna é observada uma camada de estromatólitos com cerca de 30 cm de espessura.	Apresenta grandes salões e um desenvolvimento horizontal de mais de 500 m. No seu interior, grande parte dos espeleotemas apresenta sinais de dissolução, sugerindo que a mesma foi alagada em uma fase posterior à sua abertura e exposição vadosa.	
34. Torrinha	Iraquara	Localizada na Área de Proteção Ambiental – APA Marimbus-Iraquara. Nos seus arredores, registra-se a ocorrência de diversos sítios com pinturas rupestres, o que agrega um valor arqueológico ao local.	Inserida no contexto das coberturas neoproterozóicas, na bacia carbonática de Irecê.	Tem 8.300 m mapeados e é ornamentada por um conjunto de espeleotemas raros, dentre os quais se destacam: agulhas de gipsita; flores de aragonita; flores de gipsita; flores de calcita; cabelo de anjo; dentes de cão e vulcões.	
U CANYONS					
35. Carbonado	Andaraí	Situado próximo à cachoeira da Donana.	Constituído por arenitos róseos.	Formado pelo rio Paraguaçu.	
Ω MORROS					
36. Branco do Paty	Andaraí	Reina imponente sobre a entrada norte do vale do Paty, e constitui um dos principais referenciais da região.	É sustentado por arenitos de origem fluvial.	Possui 1.585m de altitude.	
37. Branco	Palmeiras, localidade de Caeté-Açu	Com cume rochoso, que oferece uma visão panorâmica do vale do Capão.		Elevação com cerca de 1000 metros de altitude.	



Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
38. Pai Inácio	Palmeiras	Considerado por muitos como o símbolo da Chapada Diamantina, situa-se na margem norte da BR-242 e dista cerca de 30 km de Lençóis. Testemunho erosivo da serra do Sincorá, e faz parte do contexto do anticlinal do Pai Inácio com 1.120m de altitude. O local está inserido no Parque Nacional da Chapada Diamantina.	Inserido na categoria temática das coberturas Mesoproterozóicas e consiste em um morro testemunho, sustentado por arenitos da Formação Tombador, instalado na zona de charneira de uma dobra anticlinal aberta, de escala regional, facilmente observável do alto do morro e conhecida como anticlinal do Pai Inácio. A metade inferior do morro é sustentada por sedimentos de frente deltáica do topo do grupo Paraguaçu que incluem argilitos e siltitos intercalados a arenitos finos/médios com estratificações cruzadas tabulares de pequeno/médio porte e sigmoides. Sua metade superior é constituída por sedimentos fluviodeltáicos e eólicos da formação Tombador, que incluem predominantemente arenitos.	Segundo Castro (2003), esse morro situado a 1.160 m de altitude e com uma altura de 250 m. Na sua base, pode-se observar o contato erosivo com a Formação Guiné, pertencente ao Grupo Paraguaçu. Do seu topo, pode-se observar o eixo esvaziado do anticlinal do Sincorá, uma estrutura com cerca de 160 km de extensão e 20 a 30 km de largura, formada na inversão da bacia durante o Neoproterozóico.	
39. do Camelo ou Columbi	Palmeiras	Situado cerca de 4 km a norte do morro do Pai Inácio, é um dos cartões postais da Chapada Diamantina. Inserido no Parque Nacional da Chapada Diamantina.	Esculpido em arenitos e siltitos.	Apresenta silhueta retratando o perfil de um camelo, com altitude de 1.050m, é um remanescente erosivo da serra do Sincorá.	

Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
40. Monte Tabor (Morrão)	Palmeiras	Consiste em um dos principais ícones da paisagem da Chapada Diamantina, está inserido nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Situa-se cerca de 10 km, em linha reta, a sul do Morro do Pai Inácio.	é mais um belo testemunho da história geológica da Chapada Diamantina. Enquadrado na categoria temática das coberturas mesoproterozóicas. Consiste em um morro testemunho, cuja origem foi condicionada por fraturas com atitudes N60W/subverticais e N60E/subverticais, instaladas na charneira do anticlinal do Pai Inácio, e pelo contato das rochas do grupo Chapada Diamantina (arenitos) com as rochas subjacentes do grupo Paraguaçu (argila arenosa).	Isolado no centro de uma campina, com 1.418m de altitude e altura de aproximadamente de 210 m, é outro remanescente erosivo da serra do Sincorá. Está situado no eixo da estrutura geológica denominada anticlinal do Pai Inácio.	
VALES					
41. do Paty	Mucugê e Andaraí	Centro geográfico do vale do Paty, essa área é considerada por muitos como a mais bela do vale.	Formações rochosas sílticas e areníticas finas.	Local limitado por paredões verticalizados com cerca de 400m de altura.	

Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
42. do Capão	Palmeiras, distrito de Caeté-Açu.	Estende-se para sul por cerca de 10 km até próximo aos Gerais do Vieira.		Imenso e fértil vale balizado pelas cumeadas imponentes que constituem as abas da estrutura geológica denominada anticlinal do Pai Inácio.	
ÁREA ALAGADIÇOS					
43. Marimbus	Andaraí e Iraquara	Área alagada formada pela confluência dos rios Santo Antônio e São José, quando ambos deixam a Serra do Sincorá. Está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Marimbus-Iraquara. Essa grande planície é formada por lagoas interligadas e águas muito mansas. Apresenta flora e fauna diversificada, com espécies típicas de outras regiões, como a vitória régia. Por tudo isso, a região é considerada o Pantanal da Chapada Diamantina .	O Pantanal de Marimbus se insere na categoria temática das coberturas neoproterozóicas, situando-se sobre o planalto carbonático da bacia Una-Utinga, ou seja, na zona de contato entre as rochas do grupo Una com o grupo Chapada Diamantina.	Nessa área, ocorre também uma série de nascentes cársticas. A sua origem está associada ao fato de que, ao deixarem o relevo mais acidentado da Serra do Sincorá e penetrarem na área de relevo aplainado do planalto cárstico, os rios perdem energia e tendem a depositar parte dos sedimentos que transportam na zona aplainada. Nos tempos áureos do garimpo de diamantes, a carga de sedimentos nos rios era muito mais elevada, em função da lavagem dos sedimentos onde estavam alojados os diamantes. Considerando que toda essa carga de sedimentos foi depositada nas zonas aplainadas a jusante, estima-se que houve uma forte contribuição antrópica para a formação desse pantanal.	

Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
▣ RIBEIRÕES					
44. do Meio	Lençóis	Tobogã natural situado no leito do rio Ribeirão, que se estende por cerca de 30 metros,	Constituído em arenitos e conglomerados, polidos pelas águas.	Apresenta suave declive, que termina em um poço a jusante, sendo muito similar ao Mucugezinho.	
45. de Baixo	Lençóis	Poço amplo e profundo situado na foz do rio Ribeirão.			
46. Serrano	Lençóis	Trecho do rio Lençóis onde se localizou o antigo garimpo que originou a cidade.	Esculpida pela água, em um trecho onde o rio Lençóis corre sobre conglomerados mesoproterozóicos da Formação Tombador. Essa rocha abriga os diamantes encontrados na região, de modo que o Serrano foi palco de intensa atividade garimpeira no passado.	Nesse geossítio encontram-se uma série feições de dissolução: marmitas e trechos subterrâneos em cavernas, às quais os habitantes da região dão o nome de grunas .	
47. Mucugezinho	Lençóis	Situa-se no riacho do mesmo nome, às margens da BR-242. Trata-se de uma escorregadeira natural no leito do rio e que culmina num poço de águas profundas e escuras.	O Mucugezinho se enquadra na categoria temática das Coberturas Mesoproterozóicas, formado em arenitos eólicos.	Trecho onde o rio Mucugezinho corre sobre o plano de estratificação da rocha, formado a partir do entalhamento vertical do vale, de modo que, ao atingir o plano de estratificação dos arenitos da Formação Tombador, o rio passou a correr sobre essa superfície.	

Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
48. Mar de Espanha	Andaraí, no distrito de Iगतu	Trata-se de um grande poço, excelente para banhos, no rio Paraguaçu, remanescente das escavações dos garimpeiros.	Formado por arenito róseo.		
■ OUTROS					
Geossítio	Município	Descrição	Geologia	Geomorfologia	Foto
49. Salão de Areias	Lençóis	Esse local é muito procurado pela população local para a retirada de areias com cores diversificadas, utilizadas na confecção de garrafinhas de areia , que representam um artesanato típico da região. Nessas garrafas, são feitos desenhos retratando as paisagens da Chapada Diamantina, utilizando-se das areias coloridas.	Formado pela ação do rio Lençóis sobre conglomerados intemperizados onde a rocha se apresenta friável, resultando em sedimentos coloridos. A diversidade de cores dessas areias é decorrente da natureza polimítica dos conglomerados, que são facilmente raspados dos blocos, em função do seu elevado estágio de alteração.	A Formação Tombador se apresenta na forma de um conjunto de blocos residuais, situados na vertente do vale, onde a remoção mecânica do material de alteração se dá com menor intensidade, conferindo o caráter friável daquelas rochas e o aspecto ruiniforme da paisagem.	

50. Gerais do Vieira	Palmeiras	Situado entre o vale do Capão e o vale do Paty, é recoberto por gramíneas e serpenteado por córregos de águas cristalinas acompanhados por matas ciliares exuberantes.		Extenso altiplano com altitudes superiores a 1.000m.	
51. Gerais de Mucugê	Mucugê	Caracterizam-se pela abundância em plantas ornamentais do tipo sempre vivas. Em termos históricos, Theodoro Sampaio descreveu nesses Gerais , em 1880, pinturas rupestres na lapa de Maxambomba e divagou, perguntando a si próprio, se ali não estaria o elo da cidade perdida.			

Fontes: Gonçalves Alcoforado (2003.); Pedreira (994); Pedreira (995); Pedreira (2004); Pedreira; Bonfim (1999); Bonfim (2001); Pedreira e colaboradores (1989); ICMBio/CECAV.(2008); Laureano; Cruz Jr. (1999); Karmann e colaboradores (2000).

2.4 OS RECURSOS MINERAIS

A história da Chapada Diamantina está intimamente ligada à mineração. Tudo teve início no século XVIII, com a descoberta do ouro e, posteriormente, teve continuidade por intermédio da descoberta de diamantes em aluviões no contexto da serra do Sincorá (século XIX) (Figura 2.4).

A presença de substâncias minerais de valor econômico na Chapada Diamantina é uma consequência direta da história de evolução geológica desse segmento crustal. Na fase inicial de geração das bacias, o magmatismo ácido Rio dos Remédios, deu origem a rochas vulcânicas e plutônicas às quais se associam às mineralizações de estanho (cassiterita) da região de Rio de Contas e Paramirim, o minério de urânio de Lagoa Real, além de várias pedreiras de extração de rocha ornamental das quais são extraídos blocos de rochas vulcânicas ácidas, cuja textura e coloração azulada as fazem terem alto valor de mercado.

Aos conglomerados da formação Tombador (e produtos de sua desintegração intempélica e erosional) associam-se os diamantes (de origem detrítica) da Chapada. Outros registros de diamantes detríticos existem na Chapada associados aos conglomerados da base da formação Morro do Chapéu e aos diamictitos da formação Bebedouro (Figura 1.10).

As ocorrências de ouro, barita e de quartzo rutilado da Chapada encontram-se associadas a veios de quartzo, encaixados em zonas de falhas. Essas mineralizações foram geradas no Neoproterozóico, durante a fase de inversão e fechamento da bacia. O ouro é encontrado também em aluviões dos rios principais e secundários que cortam a Chapada (Figura 2.4). Aos carbonatos da formação Salitre, do supergrupo São Francisco, associam-se mineralizações de sulfetos de PB-Zn, barita e importantes depósitos de fosforita.

Além disso, dolomitos e calcários da formação Salitre são amplamente utilizados na indústria de agrominerais (fabricação de pó corretivo de solo) e como matéria prima na fabricação de cimento e de cal. Além dessas *commodities* minerais a Chapada produz também um mármore do tipo travertino, denominado de Bege Bahia, presente na região de Ouroândia, e outros quartzitos usados como pedra de revestimento.

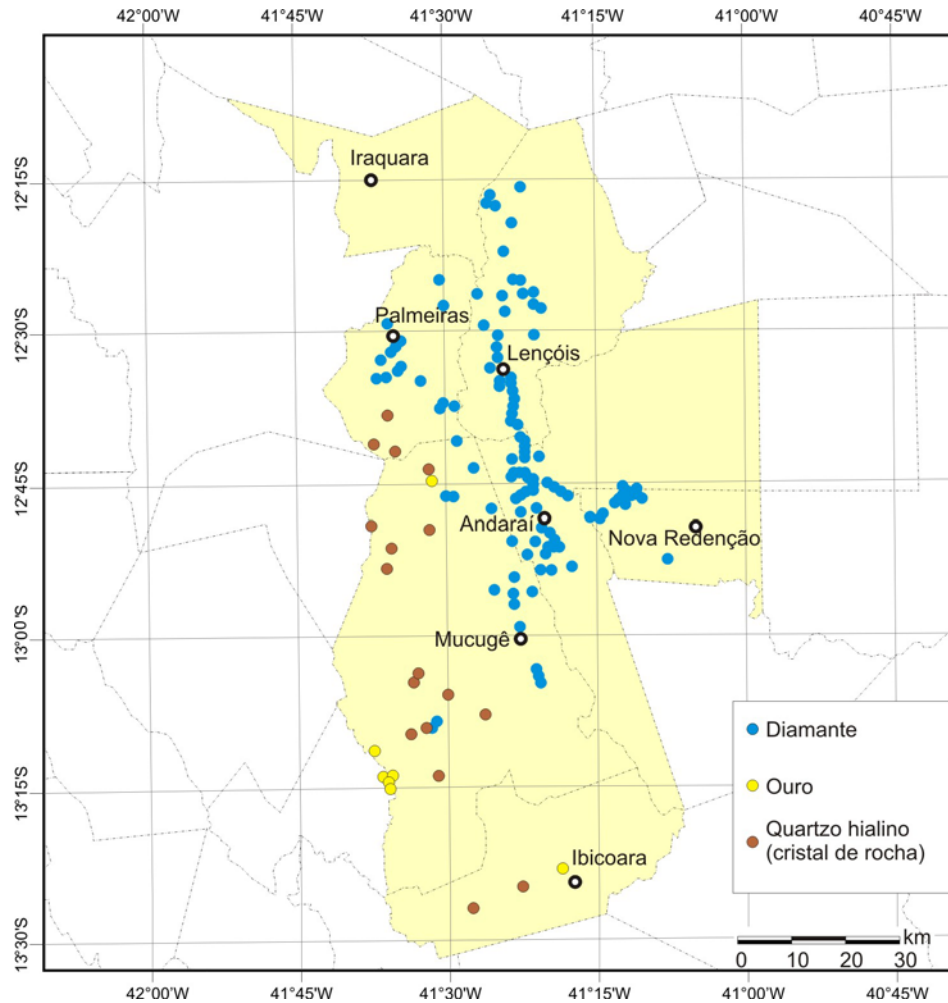


Figura 2.4 – Depósitos minerais na área de estudo.

2.5 GEODIVERSIDADE E A ATIVIDADE AGRÍCOLA

Embora não seja o foco de nosso estudo, a geodiversidade na chapada tem se tornado elemento condicionante para a agricultura. Daí a ideia de tratar, ainda que tangencialmente desse assunto, pela sua relevância e ineditismo.

Com relação à agricultura, a geodiversidade é de grande importância, pois, engloba insumos necessários para a utilização na produção agrícola. Nesse contexto surgiu a agrogeologia que é a ciência interdisciplinar e aplicada que tem como finalidade resolver problemas relacionados com a escassez de nutrientes e degradação dos solos, com recursos de materiais geológicos e do conhecimento dos processos que contribuem para recuperação e/ou manutenção dos ecossistemas agrícolas (VAN STRAATEN, 2009). Tem a intenção de fornecer elementos naturais provenientes da própria rocha, no sentido de reproduzir condições naturais de

renovação do solo, evitando o uso de fertilizantes, que causam impactos ao meio ambiente.

No entanto, é imprescindível a presença de macronutrientes fundamentais para o desenvolvimento e crescimento dos produtos agrícolas, os quais sejam: nitrato, fosfato e potássio (NPK). Com relação ao fosfato, Sanches e colaboradores (2007, p. 183-193) afirmam que:

Os depósitos de fosforito que ocorrem nas bacias sedimentares neoproterozóicas do cráton do São Francisco estão relacionados a um amplo episódio de fosfogênese ocorrido durante o final do Proterozóico [...] O Grupo Una é composto por um pacote carbonático e pelítico com menos de 1000m de espessura, contendo unidades siliciclásticas descontínuas e pouco espessas (\pm 70m) de meta-arcósio na base (Formação Salitre). Essas unidades depositam-se sobre diamictitos glaciais (Formação Bebedouro) ou sobre quartzitos e pelitos mesoproterozóicos do Grupo Chapada Diamantina [...] A formação de depósitos de fosfato nas bacias neoproterozóicas do cráton do São Francisco tem grande significado econômico devido à importância do fósforo para a agricultura.

Segundo Fonseca e Barriga (2010, p.23):

De uma forma geral, as plantas necessitam de uma vasta gama de elementos químicos, em diferentes concentrações, tendo os solos que os fornecer no seu conjunto. À exceção do H, O, N, e C, todos derivam exclusivamente de rochas e minerais, e o insuficiente fornecimento de qualquer deles, prejudica o desenvolvimento das plantas. A generalidade dos solos encontra-se em estado crítico, com perda gradual dos nutrientes, matéria orgânica e biodiversidade. Torna-se necessário fornecer-lhes aditivos, mas o uso de fertilizantes convencionais para este fim acarreta numerosos impactos ambientais, a par do seu elevado custo e deficiência em determinados micronutrientes considerados essenciais para o desenvolvimento e metabolismo das plantas.

Entretanto na região em estudo, a geodiversidade, representada pela geologia, é associada ao clima e ao relevo, sendo um dos principais fatores condicionantes do agronegócio na Chapada, tendo em vista que os solos desenvolvidos sobre rochas areníticas, conglomeráticas e vulcânicas ácidas do supergrupo Espinhaço são em geral, litólicos e pedregulhosos, de muita baixa fertilidade. Em contrapartida, os solos desenvolvidos sobre rochas do tipo argilito e siltitos da formação Açuruá (grupo Paraguaçu), rochas carbonáticas e pelíticas das formações Caboclo (grupo Chapada Diamantina) e Salitre (grupo São Francisco) são mais ricos em nutrientes (Figura 1.10).

Segundo o PRODETUR/NE II – PDITS Chapada Diamantina:

Na região de Iraquara, em áreas de ocorrências de latossolos vermelhos escuros, decorrentes da alteração de rochas carbonáticas da Formação Salitre, observa-se alguma regularização fundiária (minifúndios), e

facilidades para obtenção de água do lençol freático cárstico, que nesta região apresenta baixa salinização, favorecendo seu aproveitamento para consumo humano (PRODETUR, 1999, p. 6).

Dessa forma, a atividade agrária de larga escala (grandes pivôs de hortifruti, lavoura irrigada de café e feijão principalmente, além de alho, milho, mamona, mandioca e batata, dentre outras) está mais bem desenvolvida onde rochas dessas unidades litoestratográficas afloram a oeste e sudeste do município de Mucugê em região comumente denominada Gerais (Figura 1.8), onde estão implantados diversos projetos de irrigação com o emprego de pivô central, como no entorno da barragem do Apertado.

2.6 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GEODIVERSIDADE

A importância da geodiversidade no contexto da Chapada Diamantina fica claro quando constatamos o fato de se encontrar dentro da área de estudo, três unidades de conservação, a saber: O Parque Nacional da Chapada Diamantina (Parna CD), a Área de Proteção Ambiental (APA) Marimbus-Iraquara e o Parque Municipal (Parmu) de Mucugê.

Essa preocupação em conservar e preservar a geodiversidade, é um fator de atração para o turismo, mas, também revela uma lógica territorial de ocupação, em que o poder público interfere, resguardando legalmente áreas, sobre as quais não tem capacidade de fiscalizar plenamente, deixando-as vulneráveis a vários tipos de agressão, inclusive especulação imobiliária, uma vez que nem mesmo órgãos públicos podem desenvolver trabalhos nelas, mas, clandestinamente muitos especuladores, por vezes estrangeiros, escudados como turistas ou a procura de formas alternativas de vida podem fazê-lo.

Entre as questões conflitantes está a criação de Unidades de Conservação, que compõem a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que se dividem, conforme o artigo 7º, em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral onde somente é admitido o uso indireto dos recursos naturais (o Parna CD) e Unidades de Uso Sustentável (a APA).

As Unidades de Proteção Integral encontram-se elencadas na Lei do SNUC, artigo 8º, e envolvem aquelas que têm por objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, quanto possível, da interferência humana. Nessas unidades

apenas o uso indireto dos atributos naturais é admitido, o que levaria à conclusão de haver impossibilidade do desenvolvimento de atividades ligadas à mineração nos espaços geográficos correspondentes e nas respectivas zonas de amortecimento. Por outro lado, as Unidades de Uso Sustentável são aquelas onde é possível compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais.

Ocorre que nos termos da Constituição Federal de 1988, artigo 176, a extração mineral possui proteção constitucional pelo fato de ser imprescindível a vida humana e indispensável à evolução sustentável do Brasil, sendo considerada uma atividade de utilidade pública. Dessa forma está materializado o conflito entre a atividade de mineração e a de preservação do meio ambiente.

Assim, criada unidade de conservação por qualquer das esferas de governo competentes (Federal, Estadual e Municipal, conforme Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, artigo 3º) os direitos minerários porventura incidentes em áreas situadas na unidade de conservação deverão ser analisados caso a caso nos termos seguintes:

- a) nos casos de requerimentos de títulos minerários em Unidades de Conservação de Uso Sustentável pré-existentes, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, artigo 14, apresenta-se possível a outorga dos títulos desde que atendam às restrições impostas pela legislação;
- b) nos casos de requerimentos de títulos minerários em Unidades de Conservação de Proteção Integral pré-existentes, conforme da Lei do SNUC, artigo 8º, os requerimentos deveriam ser indeferidos;
- c) nos casos de requerimentos de títulos minerários em área livres que posteriormente se tornaram objeto de Unidades de Conservação de Uso sustentável, existe a possibilidade de outorga dos títulos minerários muito embora devam adaptar-se e atender às restrições legais, e
- d) a maior área de conflito está nos casos onde já tiver sido expedida portaria de lavra em Unidades de Conservação de Proteção Integral que, segundo Processo DNPM nº 48400.000.788 de 2006, aprovado pela Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), deverão ser objeto de processo de caducidade com

fundamento no artigo 7º, parágrafo 1º, e artigo 28, em decorrência da impossibilidade da sua manutenção em razão de ter se tornado o seu objeto incompatível com a preservação do meio ambiente.

A caducidade dos direitos minerários pelo DNPM que levará à invalidação dos direitos de lavra deve observar os princípios do contraditório e da ampla defesa expressamente previstos na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XXXV, razão pela qual deverá ser oportunizada ao interessado manifestação prévia nos autos no prazo de dez dias, contados do recebimento de ofício com aviso de recebimento, em aplicação analógica da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, artigo 59, que disciplina os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal.

Entretanto, a caducidade que causará a invalidação dos direitos minerários em virtude da impossibilidade de preservação do meio ambiente “apenas poderá ocorrer mediante pagamento de indenização pelo Estado por intermédio da pessoa jurídica do poder público responsável pela criação da unidade de conservação nos termos do art. 3º da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000”, conforme declaração no processo DNPM nº 48400.000.788 de 2006.

Apesar da decisão interna do DNPM, acima mencionada, ressaltamos que a caducidade ou recusa de autorização de lavra deve ter real e inequívoco interesse a ponto de ultrapassar a utilidade da exploração mineral. Assim se verifica em outro Parecer do DNPM, de número 808.613 de 1986, que admite que na ocorrência de conflito entre a concessão de pesquisa ou de lavra e o reflorestamento, prevalecerá a atividade minerária.

Caso a administração pretenda declarar a caducidade de uma autorização de lavra deverá indenizar o minerador, mediante desapropriação, o que poderia causar maior dano ao erário público uma vez que as quantias envolvidas numa atividade de extração mineral são bastante altas. Daí a necessidade de uma ampla análise caso a caso.

Ideal seria que as unidades de preservação fossem criadas após estudos do subsolo para verificação da efetiva necessidade de preservação permanente ou da possibilidade de uso sustentável, sem apenas estar baseada em afirmação genérica de ameaça ao equilíbrio ambiental ou de degradação ambiental, que pode comprometer os interesses do Governo e do bem público. Entretanto não é assim que se dá o processo, e em nosso caso de estudo, todos os direitos foram

cancelados, o que não impede que na ilegalidade, alguma exploração continue sendo realizada.

2.6.1 Parque Nacional da Chapada Diamantina

Criado pelo Decreto Federal nº 91.655, de 17 de setembro de 1985, com o objetivo de preservar o espaço da serra do Sincorá e suas belezas naturais. Possui área de 152.000 hectares (tendo 110 km de comprimento, na direção aproximada norte sul, e 27 km de largura máxima, com perímetro externo de aproximadamente 370 km). Expande-se, predominantemente, na encosta leste da Chapada Diamantina, entre as coordenadas 12°24'23"S e 13°11'57"S e 41°35'38"W e 41°05'45"W, ocupando mais da metade da serra do Sincorá, nos municípios de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Itaetê e Ibicoara (Figura 2.5). A unidade está vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) desde a sua criação em 2007.

Segundo a Constituição de 1988, artigo 11, Parque Nacional:

[...] tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínios públicos, e a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo de cada unidade

Apesar de criado há mais de 15 anos, ainda não tem uma estrutura para funcionamento pleno, sobretudo no tocante a fiscalização, uma vez que a sede se localiza na cidade de Palmeiras. O Parna Chapada Diamantina conta com um efetivo de pessoal, em outubro de 2010, de três funcionários concursados (analistas ambientais), sete funcionários terceirizados para serviços de escritório e de deslocamento, e 42 agentes ambientais (brigadistas de prevenção e combate a incêndios florestais) que são contratados em caráter temporário, durante os meses de maior risco de incêndios (ICMBio, 2010).

O Parna Chapada Diamantina também tem como missão proteger essa região que é conhecida como a caixa de água da Bahia, pois, é graças às águas que vertem do interior da unidade que o rio Paraguaçu, que nasce na Chapada e deságua no Recôncavo Baiano, tem força e volume suficiente para abastecer cerca de 60% da região metropolitana da terceira mais populosa cidade do país: Salvador.

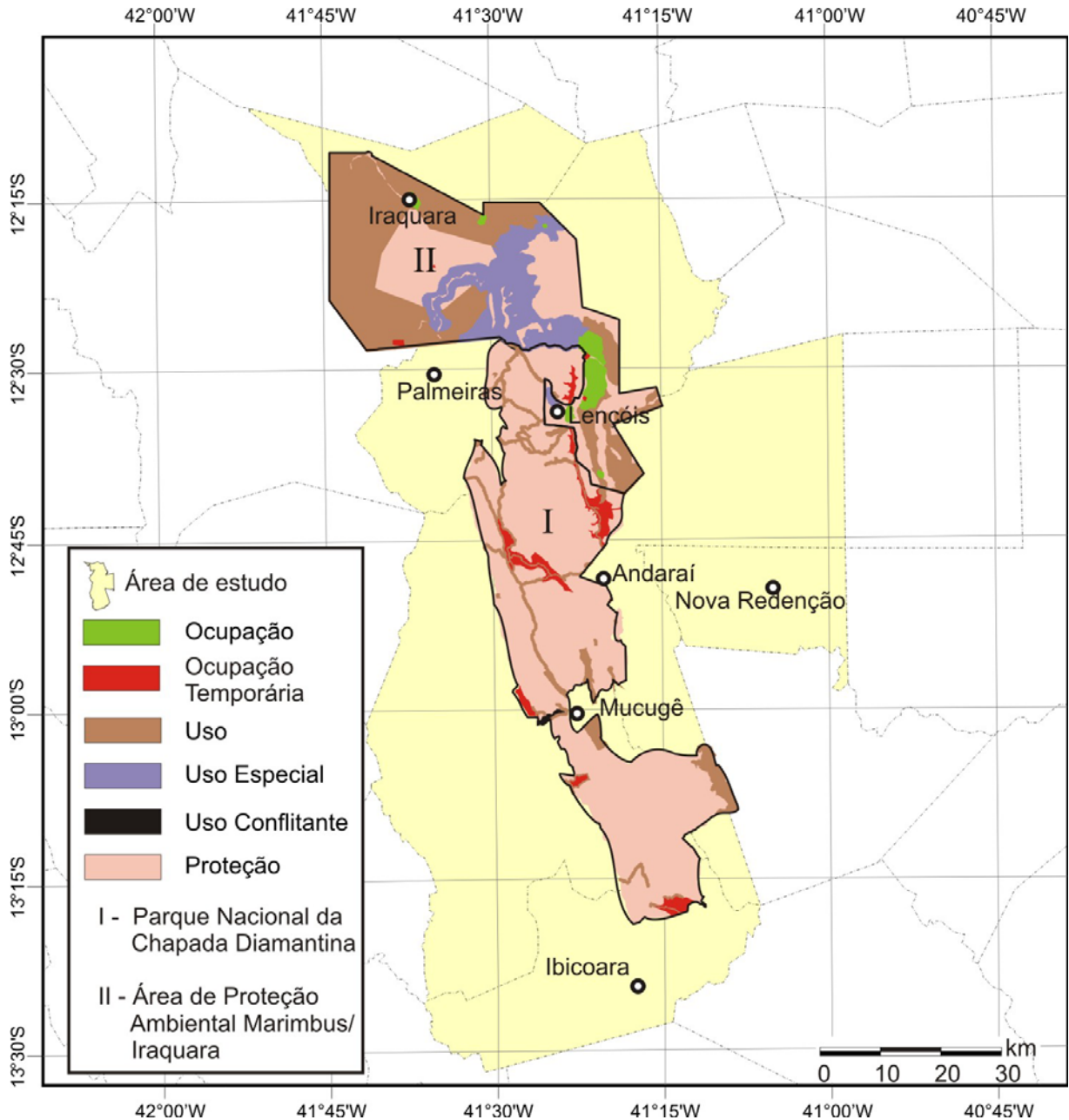


Figura 2.5 – Unidades de Conservação existentes na área de trabalho.
I – Parque Nacional Chapada Diamantina. II – Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara.

Considerado como um dos principais pólos de turismo de natureza do Brasil, o parque tem cenários naturais impressionantes. São inúmeras as cachoeiras, como a cachoeira da Fumaça, segunda mais alta do país com seus 340m de queda livre; vales e cânions profundos com florestas úmidas em seu interior; picos com mais de 1.500m de altitude, sendo o mais alto de 1700m.

Além desses atrativos naturais, a herança histórica e cultural do garimpo de diamantes – atividade econômica que fez nascerem as cidades e batizou a região – também chama a atenção com construções e ruínas, como a vila dos garimpeiros.

Toda Unidade de Conservação (UC) necessita de Plano de Manejo que é o documento técnico que estabelece os limites e normas de uso das mesmas, com regras para a exploração controlada de seus recursos naturais e implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Nas UCs de proteção integral, como é o caso do Parna CD, o plano é elaborado levando-se em conta o grau de conhecimento e o contexto regional da área protegida. Esse plano é determinante tanto para a regularização fundiária do local, como para o ordenamento do turismo, já que o parque é um dos mais visitados do Brasil. O parque foi dividido em nove zonas, apresentadas a seguir com suas respectivas restrições:

- a) intangível – proteção integral dos ecossistemas e recursos genéticos;
- b) primitiva – preservação do ambiente natural, com formas primitivas de recreação e lazer (trilhas);
- c) uso extensivo – manutenção do ambiente natural. Acesso para fins educativos e recreativos. Visitação controlada de trilhas e atrativos naturais;
- d) uso conflitante – minimizar impactos negativos dos espaços existentes antes da criação do Parque (linhas de transmissão/estradas);
- e) ocupação temporária – harmonizar concentração de população até relocação;
- f) uso intensivo – harmonizar a atividade de visitação intensiva;
- g) historicocultural – preservação/proteção de sítios e manifestações pr -históricas, históricas e culturais;
- h) recuperação –  rea antropizada a ser transformada em zona permanente; e
- i) uso especial – a ser utilizada para administração manutenção e serviços.

No entanto, para se ter uma visão geral do zoneamento das unidades de conservação em uma única figura (Figura 2.5), foi necessário se fazer um agrupamento dessas zonas procurando homogeneizar as informações das unidades.

Assim nas zonas de proteção   possível o uso residencial uni e plurifamiliar, residencial turístico, comércio, serviços turístico, turismo de apoio   visitação; nas zonas de ocupação temporária, é permitida visitação, pesquisa científica e trilhas ecológicas controladas; nas zonas de uso são possíveis cultivos

econômicos típicos dos sistemas agroflorestais, e cultivos agrícolas convencionais; nas zonas de uso especial, as áreas de cavernas, exclusivamente são permitidas pesquisas científicas e turismo ecológico, mediante autorização, a depender da sustentabilidade do uso; as zonas de uso conflitante abrangem áreas agrícolas dentro do parque e também áreas agrícolas nas regiões de cavernas, onde as estradas se constituem numa ameaça pelo tráfego de veículos pesados; e por fim, as zonas de proteção que abrangem as áreas de proteção e preservação, incluindo toda a extensão do Parna.

Para o Parna da Chapada Diamantina temos a correspondência apresentada no quadro 2.2, onde as zonas intangível, primitiva, historicocultural e recuperação foram agrupadas na categoria PROTEÇÃO, as zonas de uso extensivo, intensivo, e especial, foram agrupadas de modo simplificado na categoria USO, enquanto uso conflitante e ocupação temporária foram mantidas como categorias homônimas.

Quadro 2.2 – Correspondência das zonas para o Parque Nacional Chapada Diamantina (PARNA,1995) em relação à categorização adotada na Figura 2.5.

Zoneamento segundo plano de manejo Parna CD	Categoria figura 2.5
intangível	proteção
primitiva	proteção
uso extensivo	uso
uso conflitante	uso conflitante
uso intensivo	uso
ocupação temporária	ocupação temporária
historicocultural	proteção
recuperação	proteção
uso especial	uso

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), os parques nacionais são enquadrados na categoria de proteção integral, e, por isso, não podem abrigar moradores em seu interior. No entanto, não é o que acontece na realidade. As terras do Parna Chapada Diamantina, por exemplo, ainda servem de morada para os descendentes de antigos fazendeiros e garimpeiros que exploraram e movimentaram economicamente a região por mais de dois séculos. Entretanto, possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de

educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Sendo assim, quando o Plano de Manejo foi aprovado, deveria ter sido desencadeado o processo a regularização fundiária prioritário em UCs de preservação integral. Na época uma empresa especializada foi contratada para finalizar o levantamento das cadeias sucessórias de cada um dos proprietários de terras no seu interior (GUANAES, 2006), pois, o ordenamento territorial é um processo complexo que precisava ser superado para que as atenções se voltassem ao turismo, considerado a maior vocação da região, com projetos para os pontos mais procurados pelos turistas.

Entretanto a consolidação fundiária envolve etapas como a relocação de famílias que habitam a unidade e a transferência de terras devolutas que atualmente estão em poder do Estado do Bahia para o ICMBio. Isso representa 60% dos mais de 152 mil hectares do Parna CD e boa parte dos cerca de 70 atrativos turísticos. (GUANAES, 2006)

Outra questão a ser considerada é que não pode haver atividade agrícola em grande escala de produção, nem é permitida a atividade de mineração, uma das bases da economia da região que retornou com força total nos anos antes da criação do parque (GUANAES, 2006).

Efetivamente não constamos nenhuma atividade agrícola de grande escala na área do parque, entretanto elas são encontradas no seu entorno, por vezes nas áreas de amortecimento, como cita Borges e colaboradores (2009):

Na segunda metade da década de 80 existia apenas um pivô central na área do pediplano cimeiro – Chapada Diamantina. Atualmente já são dezenas de pivôs agrícolas. Através da fotointerpretação é possível inferir acerca das mudanças ocorridas na paisagem, principalmente no que tange ao avanço da agricultura irrigada por pivô central, o que devido às formas registradas nas imagens são facilmente identificadas. Nota-se também a supressão da vegetação nativa de cerrado e da mata ciliar. Outra alteração, bastante pertinente, é a construção da Barragem do Apertado, que originou um grande lago artificial, com o objetivo prioritário de fornecer água para a irrigação. (BORGES e colaboradores, 2009, p.59).

A atividade de mineração encontra-se entre aquelas que são objeto de conflitos constantes pela necessidade de preservação do meio ambiente e a necessidade do desenvolvimento econômico que traz. Não há como negar que a humanidade necessita não só dos metais como de todos os minerais até mesmo para fins de agricultura. Somos totalmente dependentes dos minerais.

2.6.2 A APA Marimbus-Iraquara

Criada pelo Decreto Estadual nº 2.216, de 14 de junho de 1993, RC nº 1440, de 20 de junho de 1997, em consonância com o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR), com o propósito de assegurar a sustentabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento do turismo na região. Possui área de 125.400 hectares, abrangendo quatro dos sete municípios da nossa área de estudo: Iraquara, Seabra, Palmeira e Lençóis (Figura 2.5).

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA Marimbus/Iraquara, nos Municípios de Lençóis, Iraquara, Palmeira e Seabra, delimitada pela poligonal descrita em coordenadas UTM, na forma do anexo único deste Decreto.

Incorpora as seguintes premissas, segundo a Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) nº 1.440, de 20 de junho de 1997:

- a) proteção do parque espeleológico e promoção da substituição das práticas agrícolas;
- b) preservação da paisagem natural na área das serras que envolvem o Parque Nacional;
- c) proteção do entorno do núcleo urbano de Lençóis por intermédio das zonas de proteção visual;
- d) ocupação estratégica para implantação de empreendimentos envolvendo áreas de baixa densidade e o núcleo de apoio urbano;
- e) valorização de mudança na cultura da realização de loteamentos, para a incorporação em condomínios, assegurando a manutenção das áreas de preservação pelos respectivos proprietários, impedindo o mau uso ou abandono dessas, e
- f) promoção do disciplinamento das áreas nos vetores de expansão de Lençóis e outras localidades.

Também segundo a Constituição de 1988, artigo 15, Área de Proteção Ambiental é:

[...] uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas, deve ter

um órgão responsável por sua administração, com representantes dos órgãos públicos, da sociedade civil, e da população residente.

O Plano de Manejo, elaborado pelo Governo do estado, em 1998, regulamentado pela Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) nº 1.440, de 20 de junho de 1997, estabeleceu o zoneamento ecológico econômico da APA e definiu 15 zonas, agrupadas em três diferentes categorias: conservação, preservação, e uso sustentável.

A categoria de Preservação abrange áreas de elevado valor ecológico dos seus ecossistemas, estando intimamente associada à preservação da fauna silvestre e de remanescentes da flora em estágio avançado de regeneração. Engloba áreas de alta fragilidade ambiental, onde a presença humana deverá ser inibida, minimizada ou adequada ao uso preservacionista.

Essa categoria engloba as zonas de Proteção da Vida Silvestre (ZPVS), Proteção Rigorosa (ZPR), Preservação Permanente (ZPP), e Proteção de Cavernas (ZPC), abrangendo os Marimbus, os campos rupestres, os corredores de biodiversidade, áreas florestais a leste dos rios Santo Antonio e das Miúdas (Lençóis), áreas situadas ao longo do rio Utinga (Lençóis/Andaraí), morros do Pai Inácio e Camelo, serra dos Brejões, parte dos vales dos rios Cochó, Preto, Santo Antonio (Iraquara/Palmeiras/Seabra), vale do riacho das Almas e seus afluentes (Iraquara), área onde se situam a maioria das cavernas, no centro da planície calcária de Iraquara.

Na categoria Conservação estão áreas onde as atividades humanas devem se desenvolver com muito controle, devido à sua alta fragilidade ecológica, grande valor cênico ou presença de ecossistemas protegidos pela legislação ambiental, estando todas sob domínio privado. Essa categoria engloba as zonas, Agroflorestal, de Controle da Paisagem, e da Proteção Visual, abrangendo parte das serras de Santo Antonio e Gameleira (Iraquara/Seabra), área entre Estiva e Iraporanga (Lençóis/Iraquara), áreas no entorno dos Marimbus, parte da bacia do rio Santo Antonio na planície calcária de Iraquara, campos rupestres ao sul de Estiva, encostas do rio São José, áreas do entorno da BR-324 – trecho entre a ponte do rio Santo Antonio e a BA-850, e serras em volta do rio São João.

Por fim a categoria Uso Sustentável que são áreas com a presença de ambientes ainda preservados e em diversos estágios de antropização. A utilização é pautada em estudos do meio natural e nas vocações e tendências econômicas

identificadas no diagnóstico ambiental. Estão aí englobadas as zonas de Agropecuária, de Agricultura Restrita, de Ocupação Controlada, de Expansão Prioritária, Turística Especial, de Vila Turística, e os Núcleos Urbano de Apoio e Urbano Consolidado, que ocupam os tabuleiros com solos de alta fertilidade natural, vales ao lado das margens de rios e riachos e em volta dos Marimbus, áreas localizadas no vetor de crescimento da cidade de Lençóis (ao longo da BA-850 e BR-242), principais entroncamentos rodoviários, entorno das principais cidades, núcleos urbanos existentes no interior da APA, e áreas dos rios Santo Antonio e Mucugezinho.

Da mesma forma como feito para o Parna da Chapada Diamantina, e apresentado no quadro 2.2, foi feita um novo agrupamento para as zonas da APA Marimbus e apresentada a correspondência das zonas no quadro 2.3, sempre com base na figura 2.5. Assim as zonas de proteção da vida silvestre e rigorosa, de preservação permanente e de cavernas, e de proteção visual foram agrupadas na categoria PROTEÇÃO, as zonas agroflorestral, agropecuária, agricultura restrita na categoria USO, as zonas de controle da paisagem, turística especial, vila turística, na categoria USO ESPECIAL, as zonas de ocupação controlada, expansão prioritária, urbano consolidado, na categoria OCUPAÇÃO, e por fim a zona dos núcleos urbanos de apoio, na categoria OCUPAÇÃO ESPECIAL.

Apesar de ser mais estruturada que o parque, tendo em vista que possui uma gestão participativa que envolve a União, Estado e Municípios envolvidos, não consegue resolver questões tais como o trânsito intenso de veículos pesados que transportam grãos, gerando vibrações e pequenos tremores capazes de desestabilizar e danificar espeleotemas do interior das grutas sotopostas. Além de uma série de outras questões que envolvem a prática de atividades econômicas, tais como ajuste de sustentabilidade ambiental, no âmbito do ecoturismo, agricultura, pecuária, mineração e garimpo, e o manejo da fauna silvestre. Essas atividades contemplariam a abertura de trilhas, criação de centros de pesquisa (como o planejado Centro de Pesquisas Científicas e Espeleológicas de Iraquara), e capacitação técnica.

Quadro 2.3 – Correspondência das zonas para a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara (SECTUR/SUDETUR, 1998) em relação à categorização adotada na Figura 2.5.

Zoneamento segundo plano de manejo APA Marimbus/Iraquara	Categoria figura 2.5
proteção da vida silvestre	proteção
proteção rigorosa	proteção
preservação permanente	proteção
proteção de cavernas	proteção
agroflorestal	uso
controle da paisagem	uso especial
proteção visual	proteção
agropecuária	uso
agricultura restrita	uso
ocupação controlada	ocupação
expansão prioritária	ocupação
turística especial	uso especial
vila turística	uso especial
núcleos urbano de apoio	ocupação especial
urbano consolidado	ocupação

2.6.3 Parque Municipal de Mucugê (Projeto Sempre Viva)

Criado pelo Decreto Municipal nº 235, de 15 de março de 1999, e nele se desenvolve o Projeto Sempre Viva, criado também em 1999. É hoje, um dos principais pontos turísticos da Bahia e o maior centro de pesquisas biológicas da Chapada Diamantina. Tem área de 270 hectares, mas não tem ainda disponibilizado a sua poligonal.

É considerado Unidade de Conservação (UC) conforme resolução Conama nº 11, de 3 de novembro de 1987. Seu plano de manejo é detalhado, propondo uma forma de gestão integrada, participativa e sustentável. É a UC mais estruturada das três, pois, além das dimensões reduzidas, tem uma administração presente e ativa.

No Parque Municipal de Mucugê acontecem várias atividades tais como: pesquisa em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) para a reprodução de uma espécie endêmica de sempre viva (*Syngonanthus*

mucugensis A.Giulietti) que está muito ameaçada de extinção; geoprocessamento e confecção de mapas temáticos de todo o município de Mucugê, todo o Parque Nacional e várias outras localidades da Chapada Diamantina; educação ambiental com todas as escolas do município, e vários colégios particulares do Recife e de Salvador e com muitas escolas públicas e particulares de municípios vizinhos; coletas e identificação de plantas da área da reserva já foram e estão sendo feitas, o herbário do Parque conta hoje com mais de 1.000 plantas já catalogadas e identificadas.

2.7 GEODIVERSIDADE COMO CONDICIONANTE PARA A EXPANSÃO DAS CIDADES

Outra vertente a ser avaliada é a geodiversidade (constituição morfológica) como condicionante da expansão urbana, pois, essa expansão em áreas inadequadas causa sérios problemas ambientais. O impacto de uma ocupação desordenada, com uso inadequado dos espaços naturais e ocupação de áreas instáveis pode acarretar em problemas geocológicos graves, pois, pode levar a desestabilização das vertentes, principalmente por processos de movimentação de massas.

Alguns autores se dedicam a essa vertente de análise sobre a geodiversidade como condicionante da expansão, na perspectiva da compartimentação geomorfológica, dentre eles Gauttieri e Hiruma (2007). É fato que o conhecimento da geodiversidade dos sítios urbanos é básico na determinação do uso do solo e da susceptibilidade dos processos erosivos, permitindo reconhecer áreas de maior potencial de risco, que necessitam maior atenção do poder público. Esses autores utilizam em seus trabalhos, unidades diagnósticas que depois são agrupadas em três classes de aptidões: a) áreas favoráveis à ocupação; b) áreas de uso restrito; c) áreas de preservação.

Gauttieri e Hiruma (2007, p. 18) afirmam que:

O entendimento da evolução da paisagem e da combinação dos fatos geomorfológicos nela envolvidos é importante para o tratamento de problemas ambientais, e para o planejamento de intervenções deliberadas nos espaços naturais. O reconhecimento das características geomorfológicas do sítio urbano permite identificar fatores favoráveis ou desfavoráveis à sua ocupação, limitações e possibilidades de uso do solos,

susceptibilidade potencial à erosão, sendo portanto essencial para a definição das áreas de preservação, de uso restrito, e de ocupação urbana.

O Sistema de Informação Geográfica (SIG) como ferramenta ao planejamento ambiental, tem sido muito utilizado para fins de planejamento e manejo de recurso natural na escala urbana, regional, estadual, nacional, de órgãos governamentais, conforme Lima (1996).

O uso da tecnologia de geoprocessamento permite delimitar os condicionantes estruturais que interferem na expansão do conjunto urbano, tornando-se responsável pelo controle e organização das cidades, definindo as áreas propícias para expansão urbana.

Segundo Dias e colaboradores (2004, p.16):

[...] as melhores áreas-potenciais para a expansão urbana ocorrem nas áreas mais baixas, e nas baixas encostas onde os solos são mais adequados às fundações. entretanto, os fatores físicos (morfologia, morfometria, solo, altitude, geologia, etc.), em conjunto com os elementos naturais da paisagem (cobertura vegetal), e os parâmetros antrópicos (uso e ocupação do solo), também são importantes na delimitação de áreas potenciais para a expansão urbana.

Na região de estudo a geodiversidade tem evidente importância na expansão das cidades, onde a estrutura geológica condiciona a ocupação, isso é evidenciado nas figuras 2.6 a 2.18, sobretudo na cidade de Mucugê, mas, é também observado em Lençóis, Andaraí, Ibicoara e Palmeiras. As cidades de Nova Redenção e Iraquara, por estarem situadas em áreas planas sobre a formação Salitre, formada por pelitos, calcários, e dolomitos, não apresentam obstáculos para expansão, como mostram as figuras 2.6 e 2.7, respectivamente, a seguir.

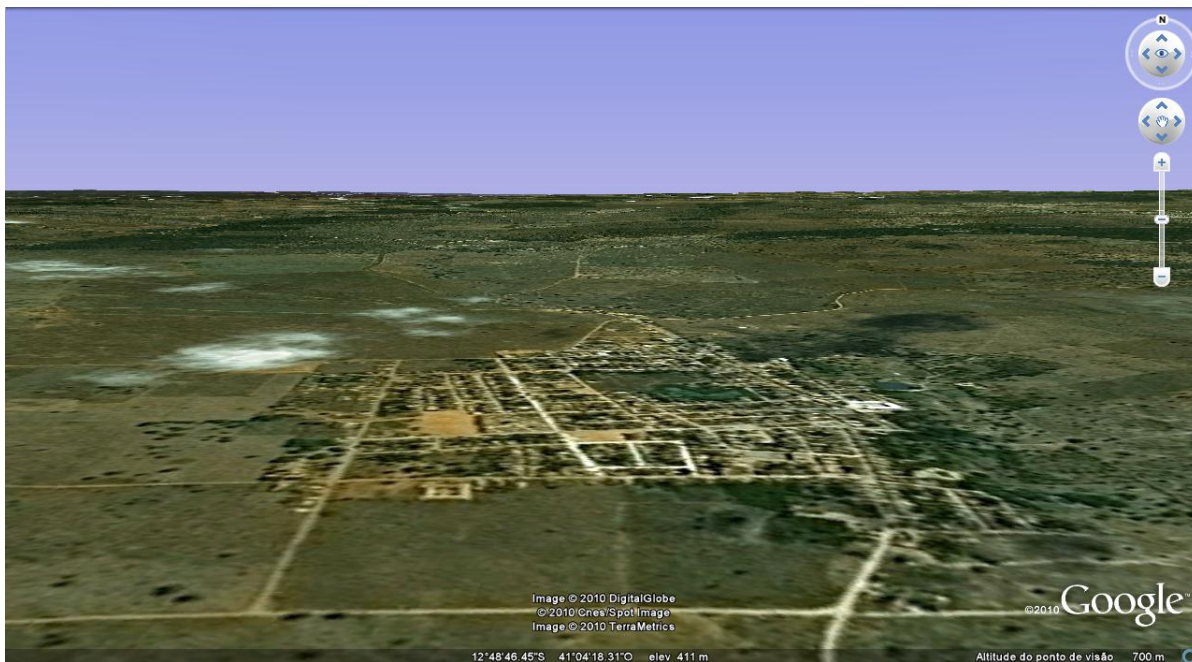


Figura 2.6 – Nova Redenção. Imagem *Google Earth* versão 6, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

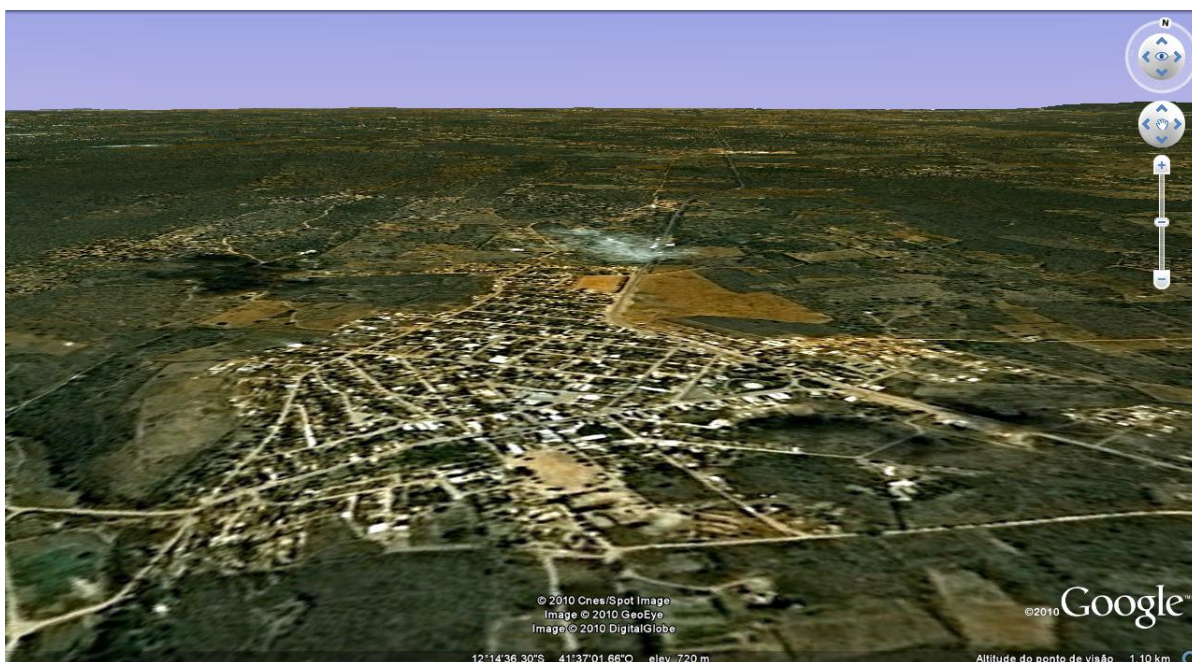


Figura 2.7 – Iraquara. Imagem *Google Earth* versão 6, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

Entretanto, em Mucugê, os arenitos da formação Tombador, formam uma barreira à expansão da cidade para oeste, levando a mancha urbana a ocupar as áreas de cobertura terciária quaternárias, delimitada pela estrada (BA-052) que forma o anel viário da cidade. Esse fato fica evidente nas fotos aéreas apresentadas nas figuras 2.8, 2.9 e 2.10, onde é mostrado esse alinhamento da ocupação desde a

matriz na entrada da cidade, até praticamente a saída para a referida rodovia na direção de Barra de Estiva.



Figura 2.8 – Mucugê. Foto aérea, 2009.



Figura 2.9 – Mucugê. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.

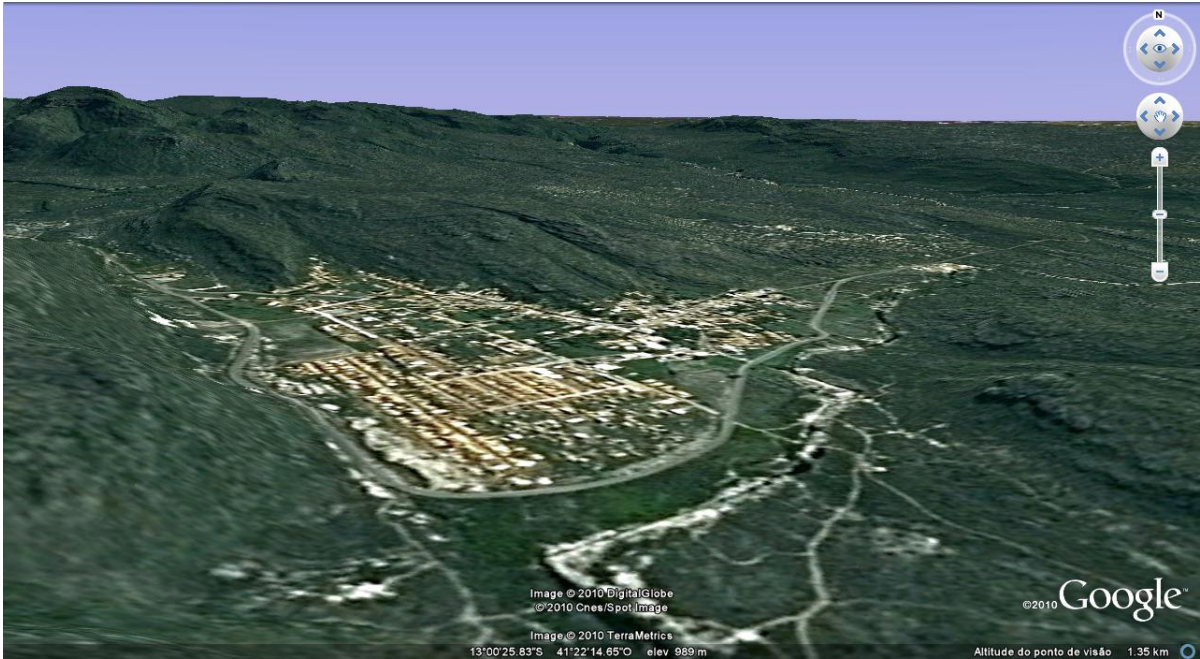


Figura 2.10 – Mucugê. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

Também a cidade de Lençóis sofre as mesmas limitações à expansão que Mucugê, onde os referidos arenitos são limitadores, já que a cidade fica situada entre as encostas da formação Tombador, e tem o leito do rio Serrano como impedimento à expansão (Figuras 2.11 e 2.12).



Figura 2.11 – Lençóis. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10..



Figura 2.12 – Lençóis. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

Andaraí tem o seu sítio urbano encaixado nas rochas da formação Tombador, num vale por onde corre o rio Paraguaçu, que também é condicionador da expansão urbana (Figuras 2.13 e 2.14).

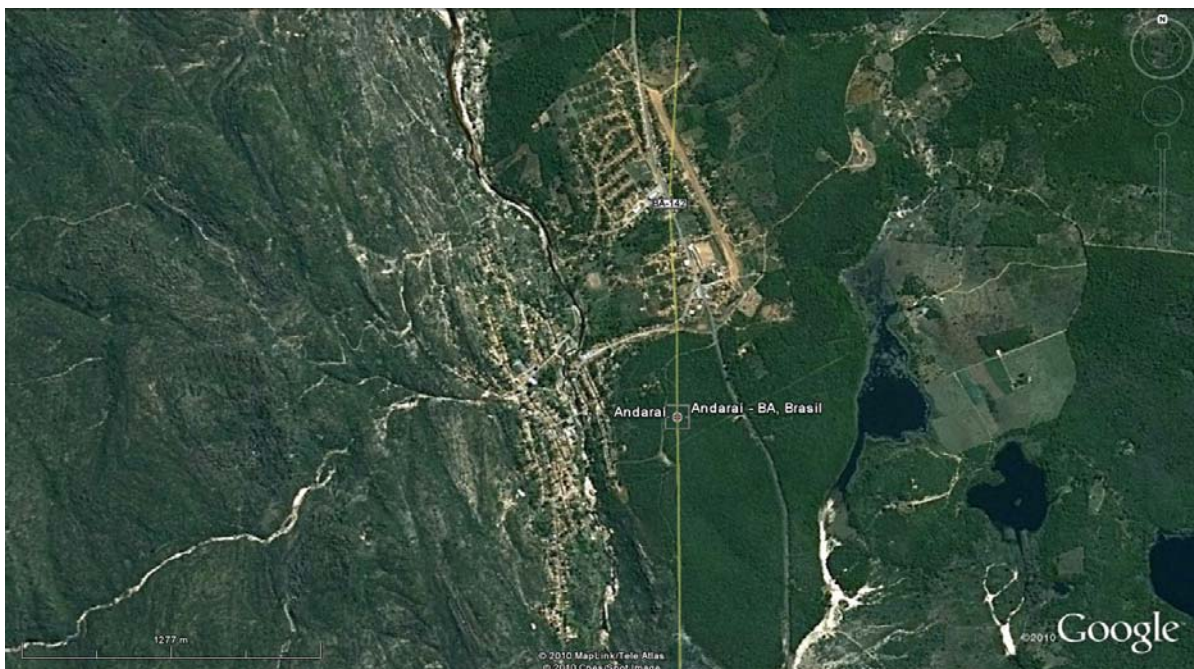


Figura 2.13 – Andaraí. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.

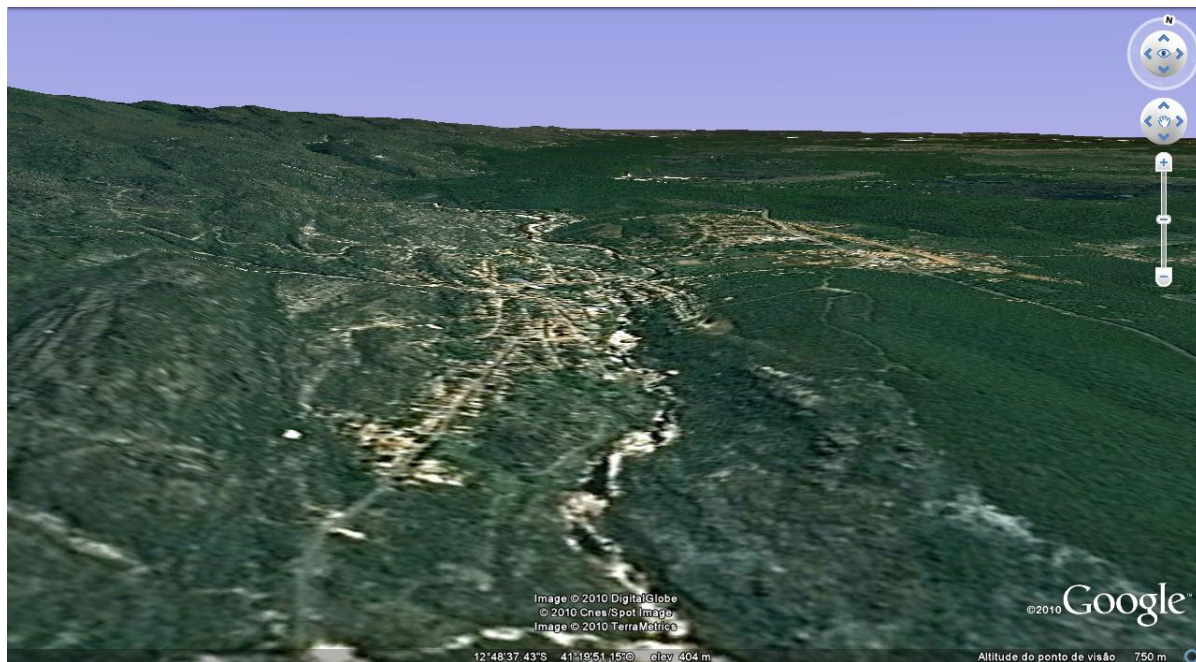


Figura 2.14 – Andaraí. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

A cidade de Palmeiras é cercada na parte norte por arenitos da formação Morro do Chapéu (direção de acesso à BR-242), apresentando zona de extensão a sul, na direção dos vales, dentre eles o do Capão (Figuras 2.15 e 2.16).

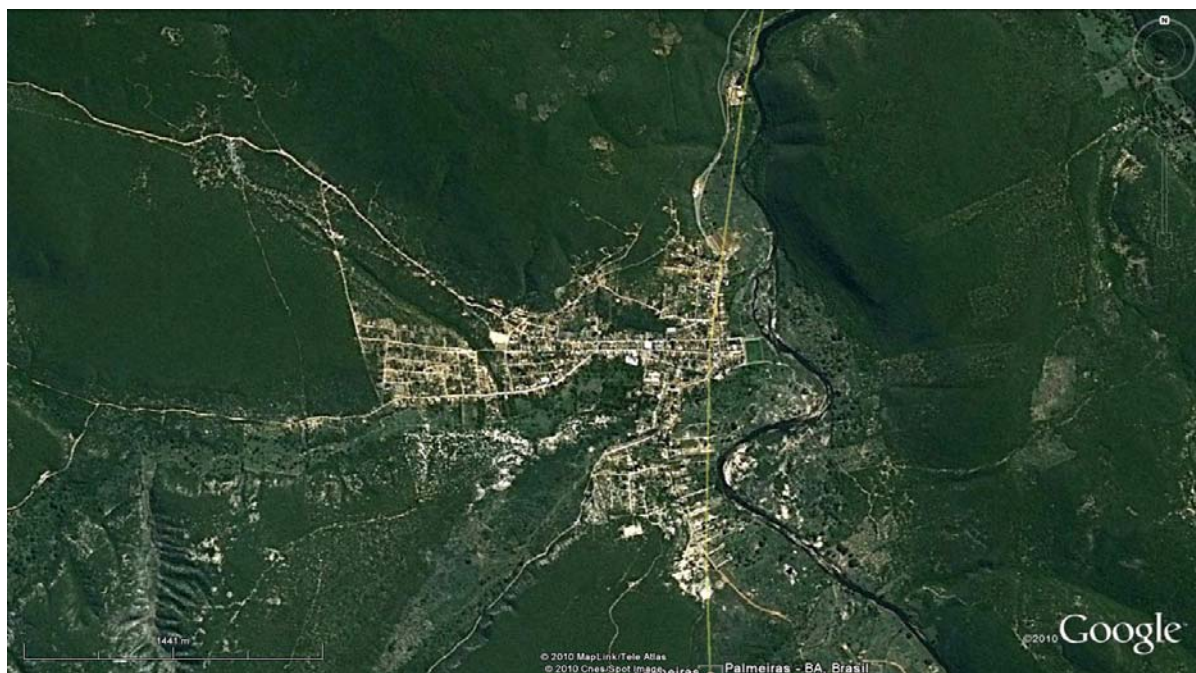


Figura 2.15 – Palmeiras. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.

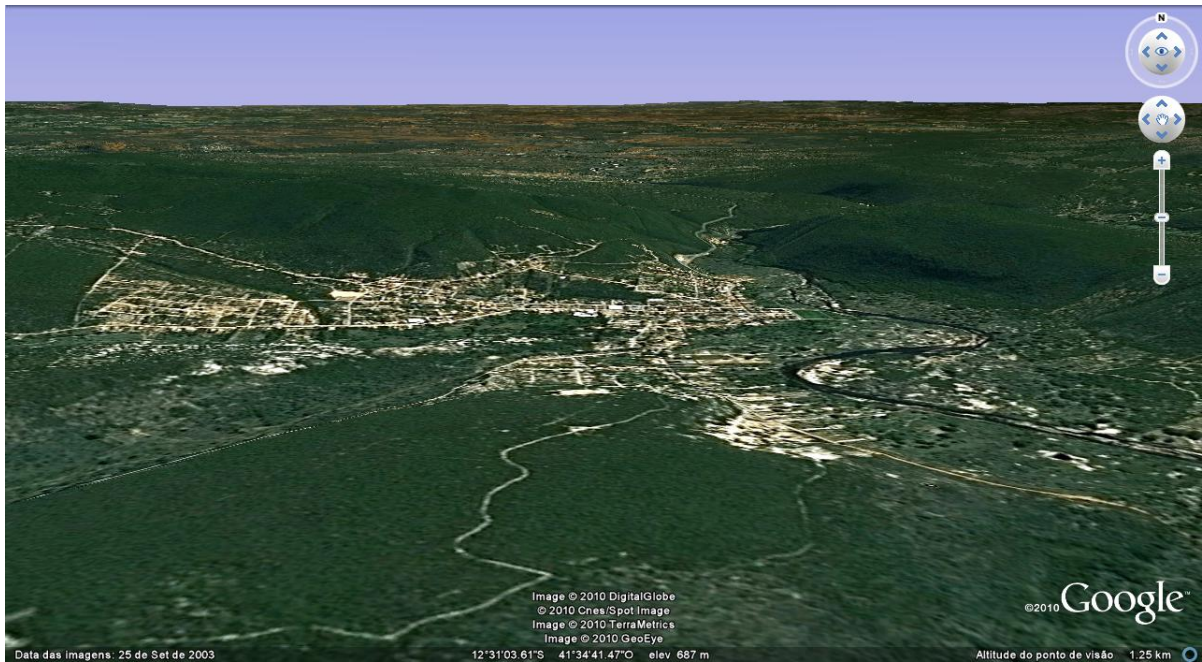


Figura 2.16 – Palmeiras. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

Ibicoara tem também limitações à expansão urbana, constituída pelas serras que compõe os arenitos da formação Ouricuri do Ouro, no entorno da cidade, bem como por morros dentro da área urbana (Figuras 2.17 e 2.18).



Figura 2.17 – Ibicoara – Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588. Imagem capturada em 23 set.10.

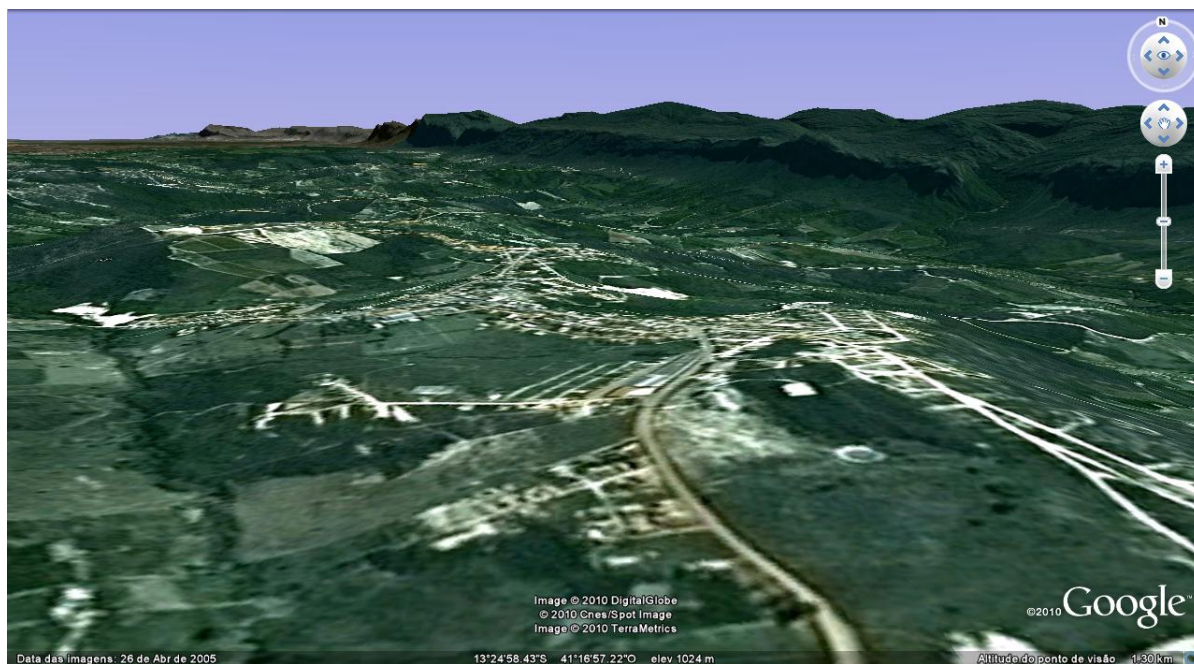


Figura 2.18 – Ibicoara. Imagem *Google Earth* versão 5.2.1.1588, giro da imagem em direção ao horizonte. Imagem capturada em 23 set.10.

Enfim, esses elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente, e que devido a sua peculiaridade ou raridade, apresentam valor científico, cultural ou econômico, deverão ser alvos de especial atenção nas políticas de desenvolvimento, em especial nas de ambiente e de ordenamento/ocupação territorial, pois, delas serão delineadas as lógicas territoriais.

3 ORDENAMENTO E LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA

A discussão de território e lógicas territoriais é fundamental, pois, esses elementos estão intimamente relacionados, uma vez que para a geografia território é expressão da organização do espaço, e são a base de nosso estudo.

O controle do território é fundamental para a consolidação da ocupação de qualquer espaço, e segundo Gonçalves (2004, p. 35), é também fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais. Para ele, tornar própria a natureza é, rigorosamente, apropriar-se da matéria em sua espaçotemporalidade, conformando territórios diversos, cujos limites, essência da (geo)política, resolvem a situação temporariamente.

Nesse contexto, tendo o Estado como produtor do espaço, a geopolítica tem importância, ainda que alguns autores considerem que ela não tem um rigoroso critério científico. As afirmações de Andrade coadunam com essas premissas, em que:

[...] o saber geopolítico compreende uma tentativa de análise científica dos Estados [...] integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial [...] um saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço (ANDRADE, 1996, p. 53).

A Chapada Diamantina não fugiu a elas, e sofreu várias intervenções públicas desde a época da colônia no processo de expansão das fronteiras e apropriação como forma de controle do território, até os dias atuais.

3.1 DISCUTINDO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E LÓGICAS TERRITORIAIS

A discussão sobre território é um tema antigo na Geografia, sendo pertinente para análise, pois, é a base de estudo para se trabalhar com lógicas territoriais.

Em relação a essa categoria de análise geográfica, Haesbaert, esclarece que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-território* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrizar), ou seja, tem a ver

com dominação (jurídico-política) da terra [...] por extensão, podemos dizer que, para aqueles que tem o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a afetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Por outro lado, o território vem se caracterizando como uma referência globalizante, embora algumas vezes, haja conflitos entre os conceitos de globalização e território devido a uma tendência que esse tem em reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais, em contraponto aquele que trabalha com a ideia de uniformidade.

Conforme Gehlen e Riella (2004),

A mobilização do patrimônio local induz à redinamização do território, através de novas modalidades de integração e de valorização dos recursos e dos produtos locais, como componentes do patrimônio sociocultural coletivo (GEHLEN; RIELLA, 2004, p. 25).

Essa redinamização obedece a lógicas territoriais que, segundo Pires, são influenciadas por diferentes concepções econômicas, sociológicas, geográficas e ecológicas. O mesmo autor afirma que:

As análises das lógicas territoriais na globalização enfatizam a importância do local, do meio ambiente, da paisagem, do ecossistema e do geossistema (enfim da geodiversidade, inserção nossa) para o estudo do desenvolvimento e, especificamente, para o desenvolvimento territorial (PIRES, 2007, p. 155).

Guattari e Rolnik (2005, p. 121) afirmam que “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma”. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Em seus estudos, Bourdieu argumenta que:

A construção material e imaterial (simbólica) do território compreende a procura de critérios “objetivos” e “subjetivos” de identidade local ou regional, que podem ser objetos das lutas pelo poder de representações mentais, materiais e de manifestações sociais (BOURDIEU, 1989, p.123).

Já, Gonçalves (2004, p.68) considera que território, na perspectiva de dar conta do desafio ambiental contemporâneo, se torna uma categoria central, na medida em que comporta, em sua materialidade, a tensão entre os diferentes modos de apropriação do espaço, o que define bem as lógicas territoriais na Chapada Diamantina, onde a mineração, mesmo proibida, ainda gera atritos com a atividade

turística. Essa atividade incrementada pelo Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina (PRODETUR), que trazia a bandeira de uso ecoturístico, incluía a criação de Ucs (com o objetivo de preservar/conservar determinadas áreas), e deixava claro que a mineração deveria ser extinta para que o turismo florescesse, ainda que trouxesse problemas sociais, pois, os garimpeiros pouco se adaptaram a essa nova atividade, sobretudo os mais velhos. Essa decisão se deveu a alegação de que a mineração nunca ter se adaptado aos novos padrões ambientais.

Para López (2005, p.32), o território comporta uma dupla diversidade, a que provém da própria natureza, e a que deriva dos processos sociais, particularmente a produção, o povoamento e a circulação. Considera, também, que como os processos sociais são históricos e desiguais, tanto em amplitude como em intencionalidade, é possível então determinar graus de transformação do território em distintas épocas. Por outro lado, as transformações ocorridas levam a diferenciação de áreas, e demonstra a diversidade de fatores envolvidos, todos interconectados, o que nos leva a inferir que a diversidade existente em determinada região depende de processos diversos, do meio ambiente, e da escala utilizada. Assim, como afirma López (2005) a geodiversidade se define como um conceito relativo à distribuição espacial de complexos territoriais diferenciados por seus atributos espaciais e descritivos, em distintas escalas geográficas, e isso implica dizer que a análise da geodiversidade envolve problemas conceituais e metodológicos.

Segundo Souza (1995, p.46), território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Essa afirmação reforça o que descreveu Sack:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, a multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos (SACK, 1986, p.131).

Já, Faissol (1994) considera que território ainda é a forma de organização política, onde um sistema de autoridade pode ser instituído, seja pelo consentimento, seja pela força. Esse é um processo delicado e complicado, pois, para atores hegemônicos, como os garimpeiros da Chapada Diamantina, “perder seu território é desaparecer” como afirmam Bonnemaïson e Cambrèzy (1996, p.10).

De acordo com Santos (1994), na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos). As verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

O território não é simplesmente uma justaposição de recursos naturais e população, é muito mais, é uma categoria que engloba apropriação, territorialização e territorialidade que são dinâmicas e adaptáveis a cada momento, a uma determinada ordem, como na região em estudo.

3.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA CHAPADA DIAMANTINA

O ordenamento territorial da Chapada Diamantina foi um processo longo que se iniciou com os povos primitivos que habitavam a região e continuou ao longo do tempo nos vários processos de ocupação a que foi submetida.

Cabeza (2002) afirma que a ordenação do território tem sido objeto de diversas interpretações, não havendo unidade de critério. A Carta Europeia de Ordenamento Territorial (CEOT, 1998) do Ministério do Planeamento e da Administração do Território de Portugal, define o conceito como “a expressão espacial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade”.

Dessa forma, a região teve um ordenamento que se iniciou com povos precolombianos, chegando aos dias atuais com o ordenamento voltado para atender a estrutura do turismo.

3.2.1 A Ocupação Humana - Povos Precolombianos, Indígenas e Bandeirantes

As pinturas e gravuras ruprestes encontradas em várias localidades da Chapada Diamantina, compõe um extraordinário acervo e evidenciam a existência de povos precolombianos habitando aquele espaço. Os sinais que compõem esses sistemas gráficos indicam ter havido um conhecimento generalizado sobre técnicas de representação empregadas por grupos sociais distintos. Assim, conforme Etchevarne (2007, p. 36), essas tradições pictóricas apresentam elementos gráficos de duas ou mais tradições, que se misturam ou, às vezes superpõem-se em um único painel, como podem ser vistos no conjunto de sítios do complexo serra das

Paridas, em Lençóis, na Pedra da Figura, em Utinga, ou em Matão de Baixo e Matão de Cima, em Palmeiras.

Esses registros, embora não estejam datados, são estimados, por Beltrão (1995, p. 1), entre 18 a 30 mil anos.

No início da colonização, no século XVI, o interior do atual estado da Bahia era completamente desconhecido, principalmente a Chapada Diamantina que está situada mais ao centro.

Segundo Bandeira (2006, p. 33), “[...] as ordens expressas de D. João III para iniciar as explorações foram levadas ao pé da letra por bandeirantes e exploradores. Assim, já em 1533, elas começaram a partir do litoral, adentrando ao sertão”.

Essa afirmação é também confirmada por Abreu (1963, p.86), ao citar em sua obra que em 1533, “[...] expedições que partiram do recôncavo baiano atingiram a região da Serra do Sincorá”. Como as lavouras próximas ao litoral prosperavam se fazia necessário buscar novas áreas para a pecuária, já que havia conflitos entre essas atividades e o gado invadia e destruía as plantações, como já foi citado anteriormente.

A região, no entanto, era já ocupada e, conforme Bandeira (2006, p. 35), existe referência de 1586, mencionado por Gabriel Soares, da existência de aborígenes da tribo Maracá, que ocupavam o vale do Paraguaçu, a Serra do Sincorá até o rio de Contas.

Tal afirmativa é corroborada por Sampaio (1955, p.44), que confirma a ocupação e o domínio dos Maracás na região central da Bahia, quando da sua pesquisa etnográfica realizada no sertão do estado. O mesmo autor considera que:

Em fins do século XVI, quando da entrada de gente do litoral se multiplicaram, ampliando a conquista, os Maracás, vizinhos dos Cariris da serra do Guererú, ainda eram assinalados como senhores e dominadores dessa região granítica do curso médio do Paraguassú, desde as margens desse rio, até o rio de Contas, ao sul (SAMPAIO, 1955, p. 44).

A primeira expedição que se tem registro naquelas cercanias, conforme Bandeira (2006, p. 35), foi a expedição de Vasco Rodrigues Caldas, que subiu o rio Paraguaçu, em 1562, sendo barrada pelos índios tupinaés, considerada a primeira incursão no sertão baiano, embora não se saiba exatamente até onde ela avançou.

Dessa forma, quando os primeiros desbravadores chegaram à Chapada Diamantina, dando início ao que se pode chamar de ocupação socioeconômica,

encontraram o local habitado pelos indígenas guerens, que se subdividiam, segundo Neves (1997, p. 15), em maracás e paiaíás, ao norte; tapuias (subgrupo étnico dos gês, descendentes dos aimorés), botocudos e tamoios, ao sul; coroados, ao oeste, no vale do São Francisco; e camacás, gongogis, imborés, mongóis, cutoxós, e pataxós, ao leste.

No entanto, faltam dados precisos acerca da efetiva ocupação, mas, segundo Silva (1940, v.4, p. 136), em 1732, Vasco Fernandes de Menezes, o conde de Sabugosa, relatou em carta ao rei de Portugal, a aguerrida resistência dos nativos, em defesa do seu território, no entorno de Rio de Contas. Por outro lado, conforme Freire (1906, p. 56), a serra do Sincorá “[...] só veio a ser ocupada pelo colonizador branco, a partir de 1671”. Essa conquista foi resultante da bandeira de Estevão Ribeiro Baião Parente, um paulista experiente no combate a levantes, principalmente a índios, a quem o então governador geral do Brasil, Alexandre de Souza Ferreira, encarregou de combater os maracás, e terminou por massacrá-los em 1674. A ele se deve todo o movimento colonizador das cabeceiras dos rios Paraguaçu e Itapicuru (GOMES, 1952, p. 222).

Fica evidente assim, a existência de índios e a presença de bandeirantes, a quem eles combateram, e quem terminou por subjugá-los.

Dessa forma, o rio Paraguaçu foi a via fundamental para a ocupação da Chapada, pois:

[...] ele foi o primeiro a atrair o movimento colonizador, ora sob a feição de entradas em perseguição do selvagem que continuamente se lançava às povoações do litoral, reagindo a ocupação do território que era seu, ora a cata dos metais e pedras preciosas, as expedições se sucediam devassando toda a zona por elas percorrida (GOMES, 1952, p. 221).

Entretanto, não há registro de que essas primeiras bandeiras tenham adentrado a região montanhosa, por que:

[...] supõem-se que estas bandeiras, apenas contornaram a Chapada Diamantina, beirando seus limites mais exteriores, pois sendo região montanhosa, profundamente acidentada e por isso mesmo de difícil acesso, até então nada oferecendo que pudesse atrair o interesse dos aventureiros, permaneceria deserta, até que viessem justificar sua penetração e consequente povoamento (GOMES, 1952, p. 225).

Sabe-se que muitos dos desbravadores chegados a Chapada vinham do sul do país e “integraram-se conflitando nas caatingas da Serra Geral, e da Chapada Diamantina” (NEVES, 1997, p. 17).

3.2.2 Sesmarias e Atividades Agropastoris

O regime de sesmarias foi transplantado da metrópole para a colônia, e consistia na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse recursos para cultivá-la. As sesmarias foram constituídas por terras tomadas dos índios, como afirma Gomes:

As terras tomadas dos índios vieram a se constituir em área de expansão, uma vez que elas foram distribuídas na forma de sesmarias, instituições de origem medieval portuguesa, que desde o início, foram o meio, por excelência, de alienação da terra, fato que serviu de atração populacional, constituindo-se em importante vetor do povoamento. Entre 1675 e 1681 foram repartidas as terras entre o rio Paraguaçu e o rio de Contas, atingindo naquele último ano o rio Sincorá. No fim do século toda bacia do Paraguaçu havia sido doada a particulares (GOMES, 1952, p. 223).

Essas sesmarias foram amplamente negociadas, e passadas a outros donos, num processo que durou quase dois séculos, sendo que:

Os sesmeiros constituíam-se no ponto mais avançado da expansão territorial do sertão, além destes, somente havia os aborígenes que, de quando em quando, atacavam as fazendas. Mesmo assim, com estas dificuldades e a incerteza do dia seguinte, os pioneiros foram edificando as arraias que vez por outra, eram destruídos totalmente pelos índios (BANDEIRA, 2006, p. 56).

Segundo sistema vigente da época, a coroa portuguesa doava terras a quem tinha recursos para explorá-la, assim as terras dessa região, em fins do século XVII, foram doadas, em regime de sesmarias a Antonio Guedes de Brito, como contrapartida ao apoio e, sobretudo como forma de pagamento as suas despesas quando da luta contra o invasor holandês no início daquele mesmo século. Guedes de Brito já era um grande latifundiário, o que fez com que, suas terras somadas a essa doação e outras mais, passassem a se estender, segundo Neves (1997, p. 16), das nascentes dos rios Salitre, Jacuípe e Itapicuru, no norte da Chapada Diamantina (Bahia) até as cabeceiras dos rios Paraopeba e das Velhas, sul do atual estado de Minas Gerais, tendo o rio São Francisco como limite oeste.

Entretanto, esse megalatifúndio teve especial importância no povoamento colonizador que:

[...] adveio inicialmente pelo oeste, com fazendas de gado desse megalatifúndio sesmeiro Guedes de Brito, parcialmente vinculado ao seu morgado¹ – transferido no final do século XVII para o domínio da Casa da

¹ A instituição feudal do morgado originou-se na França (do alódio francês), foi assimilado pelo estado absolutista (feudal) português e apresentada como o *Strict Settlement* inglês, o fideicomisso

Ponte – que, subindo a margem direita do rio São Francisco espalham-se pelos seus afluentes (NEVES, 1997, p. 16).

Vale ressaltar que o morgado chegou ao Brasil, vindo de Portugal, quando da criação do estatuto das Capitanias Hereditárias, em 1512 (e que foi extinto pelo governo regencial, em 1835), e que aqui no Brasil tomou características próprias, tais como, afirma Neves (1997, p. 12), “cada herdeiro deveria incorporar uma parcela determinada do seu patrimônio ao do morgado e aplicar em obras pias”. Assim se constituiu o morgado dos Guedes de Brito que por falta de herdeiros, terminou incorporado aos Saldanha da Gama.

A consolidação da ocupação, por intermédio das sesmarias, estimulou a vinda de colonos que tiveram papel relevante para a lavoura e pecuária. Desenvolveram a criação de gado, inicialmente em Rio de Contas, Jussiape e arredores. No bojo da expansão da pecuária vieram, também, as policulturas que visavam, sobretudo, a subsistência da atividade principal, devido à distância dos centros econômicos da colonização, no litoral, desenvolvendo circuitos comerciais intra e inter-regionais. Alguns autores afirmam que a pecuária se expandiu localmente, devido ao conflito existente entre essa atividade e as plantações de cana de açúcar do litoral, como também, um pouco mais tarde, em fins do século XVIII, pela expansão da pecuária no vale do rio São Francisco.

Assim sendo, segundo Moraes (2004), a pecuária teve, na Bahia, o seu primeiro grande centro de irradiação, e, em função disso, importância notável na vida econômica da capitania, e fez a influência baiana expandir-se, colonizando o chamado sertão de dentro.

No nordeste, segundo Abreu (1963), o povoamento teve forte influência

italiano/austriaco e o majorado alemão. Tal instituição, que determinava a transmissão, por herança, da propriedade territorial integral e indivisa ao filho masculino primogênito, tinha a função de evitar que sob pressão do comércio, se fragmentasse as grandes propriedades fundiárias feudais. Transmitida pelo estado absolutista português ao Brasil Colônia, tal instituição jamais pode desempenhar aqui semelhante função, pois não só a posse e a concessão de sesmarias foram – dada a relativa disponibilidade de terras férteis – instrumentos fundamentais de aquisição da propriedade territorial, como a própria compra e venda da terra foi se tornando cada vez mais freqüente à partir do século XVIII. Além disso, ali onde foi aplicada, a lei do morgado foi incapaz de instaurar o privilégio (do primogênito em relação aos demais irmãos) dada a disponibilidade de terras, os irmãos do morgado freqüentemente ocupavam terras devolutas situadas nas proximidades da propriedade familiar. Assim, uma instituição feudal como o morgado mostrou-se incapaz de, no quadro de uma formação social com dominância do modo de produção escravista moderno, transformar a fixidez, a inalienabilidade ou a condicionalidade em características generalizadas do regime de propriedade territorial.

do pastoreio que se expandia pelos vales dos rios. O autor explica a formação de correntes migratórias que penetraram pelo interior, povoando os chamados sertão de dentro e sertão de fora. Assim ele explica que a expansão baiana ocupou os sertões de dentro, no atual estado da Bahia, atingindo a margem esquerda do São Francisco (na época província de Pernambuco) e sul dos atuais Piauí e Maranhão. Por outro lado, a expansão pernambucana conquistou os sertões de fora, ou seja, a parte litorânea dos atuais estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, e só depois o interior desses estados.

Por outro lado, Prado Jr. (1973) afirma que:

A pecuária distinguiu-se por formar uma espécie de tecido cartilaginoso do sistema econômico estabelecido na colônia. Enquanto as regiões plantacionistas mantinham laços frouxos entre si... a pecuária resultava de uma divisão social do trabalho de natureza interna, que obrigava a manter vínculos constantes com as diversas regiões plantacionistas e com os núcleos urbanos (PRADO JR., 1973).

Dessa forma, a pecuária veio se apropriar do território, ocupado ainda que esparsamente, pelos aborígenes, conforme citado também em trabalho da SEI (2001):

No século XVI, no sertão, interessava a conquista do grande rio, o São Francisco, e não faltaram tentativas. Uma delas, promovida pelos bandeirantes vindos da capitania de Minas Gerais, prosseguiu de sul ao norte, passando pelas fazendas Carinhanha, Parateca, Passagem das Rãs e Bom Jesus da Lapa. Os que partiam de Minas Gerais vieram, também, para combater os índios na Serra do Sincorá, em direção a Maracás, Lençóis, Serra do Orobó e Jacobina (SEI, 2001).

Entretanto, todo esse processo de territorialização engloba uma lógica territorial que fica explícita quando estabelecemos, como pioneira, essa ocupação pela pecuária, pois, se levando em consideração que existia uma população estabelecida na região, ainda que de forma dispersa, fica evidente, de acordo com as análises desta tese, a existência de uma primeira fase de territorialização, causada pelo estabelecimento dessa atividade.

Essa lógica territorial vai atender a necessidade de ordenamento espacial, numa primeira tentativa de organizar a produção do espaço geográfico da Chapada Diamantina.

3.2.3 Mineração e Ordenamento Territorial

É sabido que parte do povoamento da Chapada Diamantina é desdobramento/consequência das descobertas de ouro que funcionaram como primeiro grande vetor de ocupação, desenvolvendo a cultura do garimpo que se disseminou e assim atraía novos aventureiros a cada nova ocorrência (mina) descoberta, muitas vezes, um novo bem mineral, como é o caso do diamante na área em questão.

Entretanto, o declínio da produção de ouro, onde Rio de Contas teve posição destacada, iniciado no século XVIII, conduziu grande parte dos garimpeiros a espalharem-se nas vizinhanças como pequenos proprietários de terras, arrendatários e posseiros, produzindo autonomamente, ou empregando-se como meeiros e diaristas. Essas novas atividades modificaram as relações de trabalho que passou a incluir a produção familiar autônoma, que Neves (1997, p. 19) denomina de protocampesinato (atividades agrícolas autônomas), e onde, segundo ele, predominava inicialmente o escravismo, inclusive na pecuária. Por outro lado, “[...] a ação de posseiros forçou o arrendamento e comercialização do latifúndio sesmeiro, vindo a dinamizar a agricultura diversificada e o comércio regional, articulando-o com outras regiões e conectando-o com os circuitos internacionais” (NEVES, 1997, p. 19).

Por outro lado, “é versão corrente ter-se dado a primeira descoberta na Chapada Diamantina, pelos anos de 1817 e 1818, na Serra do Gagau” (GOMES, 1952, p. 223). Já Derby (1906, p. 143) afirma que “também se fala em descobertas no Sincorá em 1821, quando os naturalistas alemães Spix e Martius, atravessaram a região”. Entretanto, o que esses dizem em sua narrativa, é que foram informados que algumas gemas tinham sido encontradas nesse local.

No entanto, ainda na primeira metade do século XVIII, foi comunicado a metrópole portuguesa a existência de pedras preciosas em várias partes, e ao mesmo tempo se solicitava que fosse determinada a arrecadação que deveria incidir sobre a produção. Assim, conforme Sampaio (1955, p. 225), em 1734, Portugal proibiu essa atividade no Brasil, exceto no distrito diamantífero de Minas Gerais, mas, a exploração continuou clandestina, razão pela qual ficou difícil determinar com exatidão o término da extração desse bem mineral.

Segundo Calógeras (1938, p. 87), no final do século XIX, a mineração do

ouro estava restrita a poucas áreas, como na atual localidade de Ibiajara, município de Rio do Pires, mas, ele faz uma classificação do potencial mineral do Brasil, e qualifica todo o rio Cocho, que nasce em Piatã, passando por Boninal e Seabra e desemboca no rio Preto (Figura 1.2), em Palmeiras, como aurífero e diamantífero desde a serra do Espinho até Palmeiras e Lençóis, bem como definiu a serra do Sincorá (Figura 1.8) como “extraordinariamente rica em diamantes, e de modo geral pobre em ouro”, e a serra do Cocal, nas proximidades de Barra da Estiva, e a nascente do rio Paraguaçu em Brejão do Distrito, onde é conhecido por Paraguaçuzinho, como muito aurífera. No mesmo trabalho também foram definidos como diamantíferos os rios, Negro, Alpargata, Caatinga Grande, Mucugê, Cumbucas, Utinga, Santo Antonio, Andaraí, assim como quase todos os demais afluentes do Paraguaçu (Figura 1.2).

Existem registros da existência dessas pedras preciosas na serra do Gagau, conhecida como serra do Bastião (Figura 1.8), nas proximidades do local aonde mais tarde viria surgir a cidade de Mucugê, e também na encosta oriental da serra do Sincorá que não foram comunicados as autoridades, “mas se guardou segredo devido à proibição vigente” (SAMPAIO, 1955, p. 38).

Entretanto, segundo Neves (1997, p. 21-22), as descobertas pioneiras ocorreram na serra do Assuruá, localizada entre as cidades de Xique-Xique e Barra, às margens do rio São Francisco, por faiscadores de ouro do Gentio, mas, logo a seguir, os terrenos de Morro do Chapéu foram declarados como diamantíferos.

Já Teixeira estabelece data para a descoberta, em sua afirmação:

Existe mesmo publicação feita em Viena, no ano de 1846, onde o mineralogista Virgil Von Helmreichen assegura a existência de garimpos na Bahia, dizendo o mesmo: “A ocorrência de diamantes na Serra das Aroeiras foi descoberta no mês de março de 1842 pelo padre Queiroz e, até o fim de 1842, a população tinha subido de oito para dez mil almas entre as quais haviam de 1.800 a 2.000 trabalhadores de diamantes propriamente ditos. Esta era a Chapada Grande. O nome prevaleceu até quando, na Serra do Sincorá, foram localizados, em 1844, os diamantes que fizeram a Chapada Diamantina, passando aquela a ser identificada como a Chapada Velha (TEIXEIRA, 1998, p. 80).

Assim, com o advento dessa riqueza mineral, a região, e, sobretudo a serra do Sincorá, agora denominada Chapada Diamantina, que nem como vilas viam oficialmente reconhecidos seus povoados, vê surgir muitos outros núcleos urbanos que passaram a ter grande importância e que neste trabalho são denominados por cidades da mineração.

3.3 MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS

O processo de crescimento urbano sempre acontece respaldado por atividades econômicas que o desencadeia. Dentre essas, a exploração mineral tem sido responsável pelo crescimento de muitas localidades no mundo, tal como ocorrido em Sudbury (Canadá), e que não foi diferente no Brasil, mais especificamente, no estado da Bahia.

Neste estudo denominou-se Chapada Diamantina toda área a englobada pela região econômica baiana homônima, mas, o nosso caso de estudo, se restringe ao lugar histórico ou lavrista, representado pelas cidades do diamante. Assim sendo, a parte central do estado da Bahia, formada por serras, teve seu progresso fomentado pela exploração de ouro e, principalmente, das pedras preciosas. Dessa forma, a história da ocupação populacional local está diretamente ligada ao ciclo da mineração, uma das atividades econômicas mais importantes existentes no mundo, já que tudo ou praticamente tudo que necessitamos nos dias atuais provém dela.

Esse povoamento começou em Jacobina, situada ao norte da Chapada Diamantina, por volta de 1701, com a descoberta das primeiras jazidas de ouro. Embora vedada, a exploração perdurou até a liberação do garimpo naquele local, por meio da Carta Régia, de 5 de agosto de 1720. A fase áurea do ciclo do ouro baiano durou quase dois séculos, até os primórdios do século XX, quando a descoberta de jazidas, em Minas Gerais, provocou uma queda de 75% em seu preço no mercado internacional. Entretanto, a proibição da exploração clandestina em outras localidades continuou por mais um século, no entanto novas áreas de diamantes foram descobertas na Chapada. Em 1822, houve uma grande migração de pessoas para essas áreas, devido à legalização dessa prática furtiva, alavancando a ocupação territorial, dando início à implantação de vilas e povoados (NOLASCO, 2002).

A questão do crescimento das cidades está estritamente ligada ao processo histórico de urbanização que por sua vez, introduz a problemática do movimento progressivo da civilização. Para Ferreira (1986, p. 561), desenvolvimento corresponde ao “[...] estágio econômico, social e político de uma comunidade, é caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, ou seja, os recursos naturais, o capital e o trabalho”. Outro conceito reconhecido o define como sendo “[...] o processo de articulação das estruturas políticas, sociais e econômicas

do país com o objetivo de garantir o bem estar de sua população” (RODRIGUEZ, 2001, p. 2).

Segundo Castells (1973), o termo urbanização tem dois sentidos distintos: a) concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade, e b) difusão de sistemas de valores, atitudes, e comportamentos denominados cultura urbana. Esse termo está sempre ligado a uma ação desencadeadora, que no caso da região econômica Chapada Diamantina, foi a mineração.

Conforme Giudice e Souza (2009b):

Dessa maneira, no século XIX, com o auge da exploração de diamante, começaram a surgir, junto aos garimpos, os núcleos citadinos, embriões de Mucugê, Rio de Contas, Barra da Estiva, Igatu, Andaraí e Lençóis, que se tornaram centros dessa ação econômica e que tiveram um crescimento surpreendentemente rápido, com melhoria das edificações, consolidação do comércio, introdução de uma incipiente industrialização, além do incremento demográfico (GIUDICE; SOUZA, 2009b, p. 203).

Cabe aqui definir o termo cidade que é derivado do latim *civitate*, e é interpretado por Ferreira (1986, p. 403) como um “[...] complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i.e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural”, e que Garcez (2002, p. 87) declara ser “[...] o espaço preenchido continuamente por um aglomerado humano, denso e permanente, que se ocupa, em sua maioria, de atividades não agrícolas, constituindo uma cultura heterogênea definida por suas funções e por gênero de vida”.

Assim, essas localidades, em especial Lençóis que em seu apogeu abrigou um grande contingente populacional atraído pela prática mineira, se enquadram nos conceitos expostos como fruto de um processo fisicoterritorial de conformação do ambiente construído, relacionado com o termo cidade, como também um fenômeno social, econômico e institucional, correlato ao vocábulo urbano (HARDT e colaboradores, 2003, p.5). O florescer de Lençóis incitou o interesse do capital internacional, ali representado pelo vice consulado francês, que para alguns autores era apenas um escritório que intermediava a compra dessas pedras preciosas entre garimpeiros e os joalheiros europeus, pois:

[...] não há documentos oficiais do governo francês que comprovem a existência desse sub-consulado e do seu funcionamento no século passado. Entretanto, nos documentos do estado da Bahia há referências oficiais sobre uma casa comercial pertencente a funcionários do governo

francês (GUANAES, 2001, p. 57).

A febre da riqueza começou a gerar uma série de lutas políticas locais. Com as crescentes descobertas das pedras preciosas, duas grandes correntes migratórias com grandes diferenças sociais e culturais começaram a entrar em confronto na região. Uma originária do planalto central, do alto sertão baiano e do vale do São Francisco, e outra proveniente do extremo leste baiano, constituída por comerciantes do Recôncavo, descendentes ou mesmo portugueses, que representavam os interesses da Coroa. Esses enfrentamentos geraram constante desordem até o início do século XX, quando em plena decadência da mineração, as rixas familiares atingiram uma violência nunca vista na Chapada Diamantina. Disputas e conflitos deixaram muitos povoados incendiados e a economia sertaneja totalmente aniquilada, até o fim da revolução de 1930, quando as armas finalmente foram entregues e muitos coronéis foram presos e encaminhados a Salvador (NOLASCO, 2002).

O fim do efêmero ciclo do bem mineral levou à decadência essas localidades, entretanto, já havia sido instalada a rede urbana, que nesta tese, são denominadas as cidades do diamante, guardando traços urbanísticos que caracterizavam a época do apogeu. Essas rugosidades, como denominado por Milton Santos (1994), viriam servir de atrativos, a partir do século XX, para o turismo.

3.3.1 O Contexto das Cidades Coloniais

O Brasil, do final do século XVIII até o início do XX, era um extenso território de baixíssima ocupação populacional, concentrada basicamente no litoral. Poucos centros comandavam a extração de recursos naturais em amplas regiões, sendo o restante das localidades composto por meras aldeias, acampamentos, povoados, missões e, em casos especiais, vilas, constituindo o que poderia se denominar uma rede urbana. O próprio sistema colonial baseado no latifúndio, no trabalho escravo e no monopólio comercial da Coroa Portuguesa impedia a expansão e a consolidação da base cidadina, no entanto:

As vilas e cidades coloniais no Brasil e em toda América Ibérica diferiam claramente das cidades do capitalismo mercantil na Europa. Enquanto aquelas foram o espaço privilegiado onde a cidadania foi (re) constituída tornando-se o lócus da revolução burguesa, as formas urbanas nas colônias ibero-americanas foram expressões de um poder altamente centralizado

representado e exercido pelo Estado monárquico absolutista. Entretanto, da mesma forma, como a cidade capitalista embrionária expressou as contradições básicas do sistema feudal e absolutista na Europa, eventualmente destruindo-o por dentro para dar origem a um novo modo de produção e sua nova classe dominante, a cidade colonial se tornou o espaço social onde as contradições do sistema colonial apareceram mais claramente. À medida que o produto social extraído no campo da colônia ganhou importância, também o ganharam as vilas e cidades e acentuando as contradições do sistema. Os conflitos para controlar os espaços de poder que as cidades coloniais representavam envolveram o Estado colonial, a Igreja, o capital comercial, e outros interesses locais e regionais da colônia que incluíam demandas e pressões colocadas pelos grupos sociais mais explorados, tais como os trabalhadores urbanos, índios, mestiços e escravos negros. Em lugar nenhum da colônia tais conflitos entre as formas urbanas nascentes e o sistema colonial foram tão expressivos como nas cidades mineradoras (MONTE-MÓR, 2001, p. 30).

Dessa forma, as cidades da mineração contribuíram de modo substancial para a integração macrorregional do território brasileiro, já que abrigavam as levas de migrantes que afluíam às locações mineradoras, caracterizadas por ser um grande vazio demográfico, e com dificuldades de transporte, tendo em vista que, em geral, se situavam em áreas inóspitas, portanto, foram responsáveis pela efetiva ocupação da área interior da colônia. Ainda que frágil a rede de lugares centrais de apoio à produção extrativa mineral teve impactos diretos na ocupação dos rincões nacionais, pois, conforme afirma Monte-Mor:

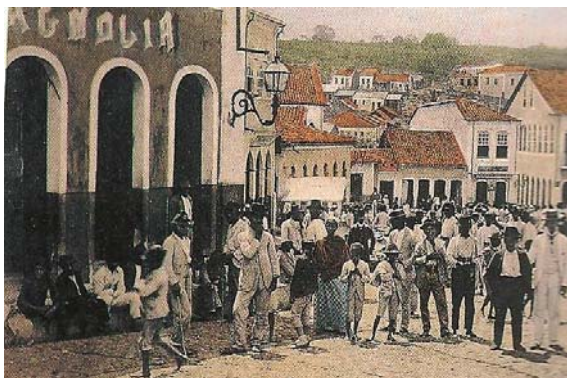
A natureza exclusivamente extrativa da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) onde a concentração do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o poder constituídos e o lócus da festa se encontram no espaço/obra coletiva. De outro lado, implica no fortalecimento de uma região complementar, tão vasta quanto a intensidade da economia urbana que a gerou, oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho implícita ao necessário abastecimento daquela forte e setorizada economia. A grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade econômica (e cultural, dado o apelo das febres mineradoras de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade (potencial, pelo menos) da atividade mineradora, gerou os mercados (urbanos) até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou fazendas e engenhos escravagistas. O resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc. (MONTE-MÓR, 2001, p. 4-5).

Os debates sobre a evolução da história cultural urbana, raramente trazem à tona os locais ligados à mineração, cujos exemplos contemporâneos são as locações inglesas de extração de carvão, razão pela qual os relatos centrados nelas são poucos. É notório que a atividade mineradora produz um recinto bem

diferente da tradicional cidade política, historicamente tida como sede de controle de um espaço de produção externo, não só no Brasil, mas, também no mundo. Os ambientes oriundos da exploração mineral vêm questionar a tese de que os povoamentos surgiram dos avanços tecnológicos do campo, e é a partir daí que se pode melhor compreender as especificidades encontradas em Minas Gerais e seu impacto na urbanização e formação do espaço brasileiro.

Dentro da discussão da organização do espaço urbanorregional, dois aspectos devem ser levados em consideração: a natureza e amplitude da organização regional e a urbanidade que caracteriza as localidades industriais, espaço que encerra a produção, a distribuição e a reprodução que se constituiu, desde o século XVIII como elemento integrante central da realidade presente em Minas Gerais. As principais características das cidades da mineração eram que elas se constituíam de uma população livre expressiva, muitas vezes maior que a mão de obra escrava, um fato raro na colônia. Elas possuíam uma classe média urbana desenvolvida, que exigia um comércio e demais ações econômicas capazes de atender as novas necessidades, inclusive culturais, o que levou a ampliação e diversificação das funções urbanas fundamentais, e aprofundou, tanto localmente quanto regionalmente, a divisão socioespacial do trabalho, e se traduziu num sistema citadino jamais visto na colônia.

A produção de um espaço regional derivado de exploração mineral tem paralelos em várias partes do mundo e no Brasil, particularmente em Minas Gerais. Segundo Monte-Mór (1998, p. 3), a localidade que progride com base nos recursos minerais intrínsecos é uma comunidade de base industrial, necessariamente integrada em um sistema regional maior. Entretanto, na Chapada Diamantina, esse desenvolvimento aconteceu dissociado de tal premissa, já que as povoações surgiram da emergência de uma economia urbana forte, centrada na exploração mineral, o que carecia de uma oferta de serviços e bens manufaturados, para atender essa burguesia citadina (JACOBS, 1969, p. 136). É a transformação da localidade política em uma mercantil (LEFÈBVRE, 1972, p. 231), e caracterizada, segundo Mumford (1961, p. 468), pela transição da centralidade dos locais politicoideológicos (templos, palácios) para os comerciais, mas, especificamente, para a praça do mercado (Figura 3.1).



Fonte: Teixeira (1998).

Figura 3.1 – Lençóis início do século XX.

Tais diferenças ficam evidentes no texto de Monte-Mór, no qual ele afirma que:

As cidades mineradoras mineiras foram assim, muito mais do que espaços de produção mineral, desde suas origens espaços de organização sócio-política e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Nesse sentido, constituíram-se de fato como cidades na acepção total do termo: espaços de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; espaços de intensa organização social e política, geradoras de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística (MONTE-MÓR, 1998, p. 5).

Assim sendo, dentro do processo de urbanização na Chapada Diamantina, destaca-se Lençóis que surgiu em meados do século XIX, como extensão da descoberta de jazidas de diamantes na região de Mucugê e expandiu surpreendentemente sua área de influência. Contam os antigos, que por volta de 1844, o Sr. José Pereira do Prado, conhecido como Cazuzo do Prado, e o seu escravo Cristiano Nascimento vieram de Mucugê e terminaram por descobrir as pedras preciosas:

O escravo encheu os piquais e o senhor mandou o pajem vendê-los à Chapada Velha. O homem foi então preso como ladrão de estrada, mas sabida a história, o povo partiu em busca da nova lavra. Essa corrida, fazia com que, quem chegasse na época poderia ver de cima da serra os tetos das barracas estendidas, como se fosse uma verdadeira cidade de lençóis, daí a origem do nome. A notícia da descoberta propagou-se mais ainda e para lá vieram aventureiros de toda a parte da Província. Alguns de poucos recursos, outros abastados, opulentos e com grandes recursos, inclusive numerosa escravatura, mas todos com o mesmo ideal: adquirir riquezas na cidade de Lençóis (TEIXEIRA, 1998, p. 15-16).

O garimpo (Figura 3.2) era um local típico nas lavras diamantinas com seus ranchos, suas bateias e outros instrumentos peculiares à região e utilizados na

busca de diamantes e carbonados, desde os primeiros tempos de mineração. As jazidas dessas pedras preciosas ficavam em algumas planícies, leitos de rios, riachos e nos canais naturais, mas, elas foram originadas pela desagregação de uma rocha mãe ainda não detectada, até os dias atuais. Esse bem mineral era considerado o rei das pedras, e na lida, os homens trabalhavam intensamente ao som do disco giratório e do bater rítmico das águas na roda que impulsionava a indústria e fazia brilhar ainda mais as gemas que serviam de adereço para as damas da sociedade, e incrementava a expansão dos povoamentos do entorno.

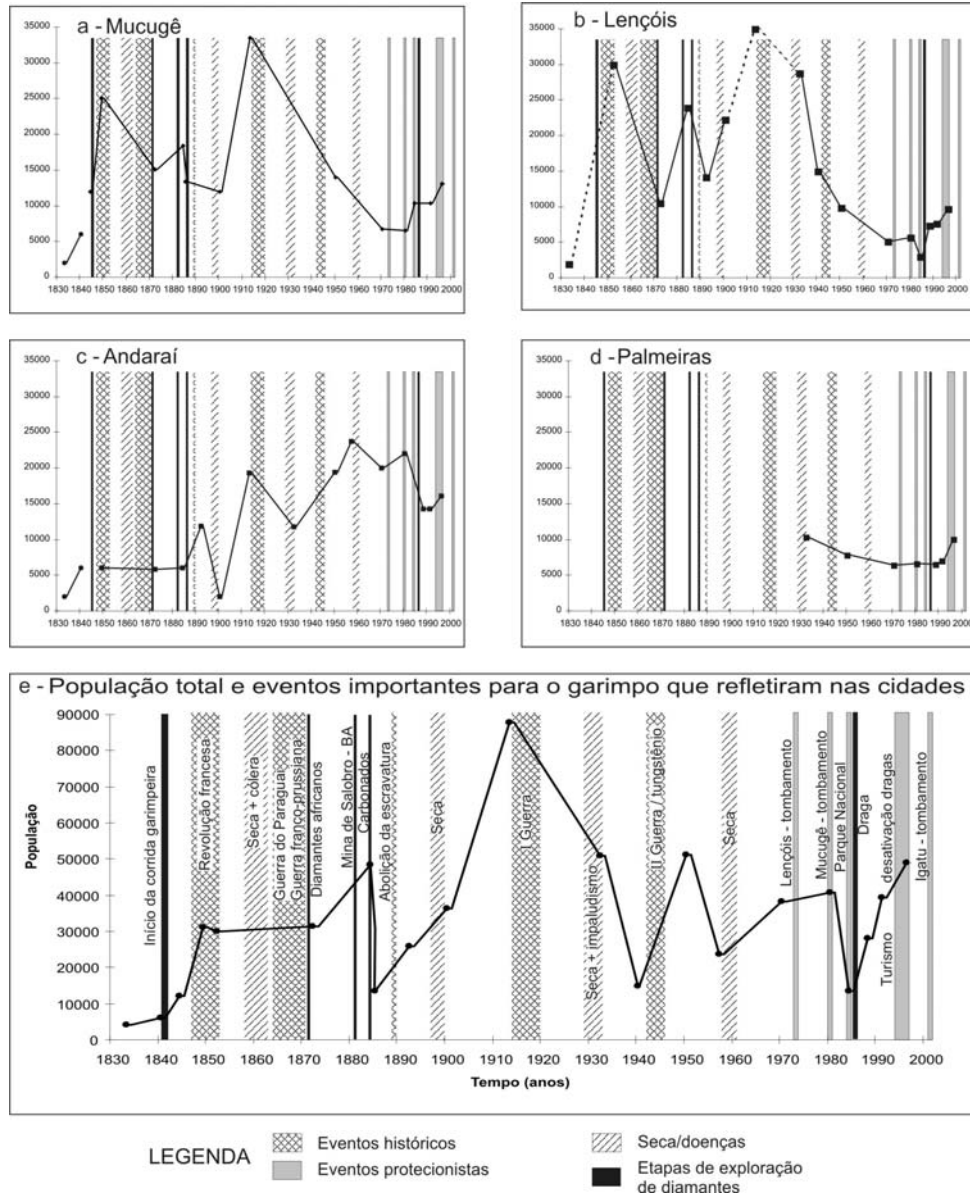


Fonte: Teixeira (1998).

Figura 3.2 – Garimpo em funcionamento em Lençóis no ano 1910.

3.3.2 As Cidades de Mineração na Chapada Diamantina

No auge do ciclo, o entorno de Lençóis foi a maior produtora mundial de diamantes, posição atualmente ocupada por Angola. A riqueza gerada com a exploração desse bem mineral possibilitou, na época, a importação de moda, estilo e novidades da Europa. Como a pedra era abundante em todo o território, outras localidades como Andaraí, Mucugê, Ipatu, Palmeiras, Guiné, e Caeté Açu também se desenvolveram. A Figura 3.3 evidencia a importância dessa gema sobre o processo de urbanização das cidades de Mucugê, Lençóis, Andaraí e Palmeiras, que foram submetidas ao processo de reordenamento, com expansão da sua área urbana para abrigar a população atraída pela nova atividade.



Fonte: Nolasco (2002).

Figura 3.3 – Variação da população de quatro cidades da região econômica baiana Chapada Diamantina, no período de 1830 a 2000.

3.3.2.1 Mucugê

O desbravamento do território iniciou-se em 1822, por aventureiros, à procura de ouro e pedras preciosas. Foi a primeira localidade baiana onde foram descobertas as gemas de grande valor. Em 1844, a chegada de garimpeiros procedentes de outras regiões fez surgir a povoação Mucugê do Paraguaçu, elevada à freguesia em 1847, com o nome de São João do Paraguaçu. Naquele mesmo ano, criou-se o município com a denominação de Santa Izabel do Paraguaçu (IBGE, 2009).

As suas importantes riquezas minerais fizeram com que ela tivesse crescimento vertiginoso, atingindo quase 25.000 habitantes no apogeu da exploração da pedra preciosa, na década de 1850 (Figura 3.3a). A queda dessa produção associada aos eventos climáticos que assolaram a região, como a grande seca de 1877, causou também um declínio populacional. A população oscilou entre o fim do século XIX e o início do século XX, quando o carbonado (variedade do diamante utilizado como abrasivo pela indústria), foi muito utilizado em ferramentas na perfuração das rochas para construção do canal do Panamá, quando era utilizado para perfurar as rochas para abertura da referida ligação Atlântico Pacífico. Por volta de 1910, a cidade possuía mais de 30.000 habitantes, mas, a partir daquela década, com a descoberta do carbonado na África, ela entrou em decadência, e passou a viver em função da modesta atividade agrícola (café e cereais). Nos anos 80 do século passado, ela retomou o crescimento populacional, com o incremento do turismo, mas, nunca atingindo aquele contingente humano (NOLASCO, 2002).

No decorrer de sua história, Mucugê teve seu território desmembrado (maiores detalhes no capítulo 1, item 1.2) para formar os municípios de Maracás (1855), Lençóis (1856), Brejo Grande, atual Ituaçu (1867), Andaraí (1884), Barra da Estiva (1890) e Ibicoara, em 1962 (IBGE, 2009).

3.3.2.2 *Lençóis*

Irrompeu em 1845, com os achados das pedras preciosas (Figura 3.3b). Foi elevada à condição de vila em 1856, e em 1864 à categoria de cidade, quando a população atingiu os trinta mil habitantes. Tornou-se a Capital das Lavras, e passou a ser apontada como Vila Rica da Bahia. Teve seu crescimento ligado aos mesmos motivos do desenvolvimento de Mucugê, no entanto, apesar da oscilação, sempre teve uma maior ocupação humana. Durante os anos em que a mineração esteve no auge operacional, ostentou uma situação privilegiada, quando se tornou centro comercial de grande importância dado o movimento que então se processava em sua urbe (Figura 3.4). Tal como acontecido em Mucugê, sofreu os fortes impactos causados pela decadência das lavras minerais, teve novo surto de crescimento nas décadas de 1910 e 1920, com o carbonado, entrando em novo período de declínio acentuado nas décadas seguintes, sendo resgatada com o advento do turismo

(NOLASCO, 2002).



Fonte: Teixeira (1998).

Figura 3.4 – Lençóis, ano 1910.

3.3.2.3 Andaraí

A região era primitivamente habitada pelos índios cariris. Por volta de 1845, o capitão José de Figueiredo e seus familiares e escravos, procedentes de Santa Izabel do Paraguaçu, atual Mucugê, penetraram no território visando descobrir minas de diamantes e ouro, já encontradas em outros pontos da região. Aqueles pioneiros obtiveram grandes resultados na exploração desses bens minerais, no entanto, acossados pelas febres retornaram ao ponto de origem onde difundiram a existência das riquezas ali encontradas (IBGE, 2009).

A fama das minas de Andaraí ocasionou a invasão da região por bandos de garimpeiros, procedentes das Minas do Rio de Contas, Caetité e Bom Jesus do Rio de Contas, iniciando a formação de um núcleo demográfico naquele garimpo. Assim, nasceu a povoação Andaraí que cresceu com a chegada de indivíduos de outras classes sociais. Construíram-se novas residências, criou-se o comércio local, introduziu-se a indústria de transformação e edificaram a capela. Segundo Gomes (1952, p. 233), “desta ocupação ao surgimento de uma localidade apenas mediam dias”.

A expansão foi rápida, entretanto só em 1888 alcançaria a condição de vila, e três anos depois a de cidade. Sofreu também influência do ciclo do carbonado², por volta de 1920. Diferentemente das demais, teve seu crescimento no

² Ciclo ocorrido entre fins do século XIX e meados do século XX, quando o Carbonado (amorfo do diamante) passa a ter enorme valor, devido à demanda, visando à perfuração em construções como a do Canal do Panamá.

período de declínio daquelas, entre 1960 e 1980, devido à agricultura. O aumento populacional decorrente das atividades turísticas somente veio a surgir mais tardiamente que as demais, no fim do século passado, entre 1990 e 2000.

3.3.2.4 Palmeiras

O povoamento teve início na segunda metade do século XVIII (Figura 3.3d), quando pequenos agricultores se fixaram em Lavrinhas, que mais tarde se tornaria Palmeiras. O apogeu se deu com a descoberta das lavras de diamantes, às margens do rio Lajedinho, que atraíram principalmente, a partir de 1855, garimpeiros de outras regiões da Chapada. Com a exploração do bem mineral, se tornou um próspero arraial, ostentando um imponente casario abrigando cerca de dez mil habitantes, que seria mantido quase estável na primeira metade do século XX, sem, contudo, rivalizar com Lençóis e Mucugê (NOLASCO, 2002).

Apesar da prosperidade, o povoado de Palmeiras permanecia ligado a Lençóis, sendo elevado à categoria de vila só em 1890, e à de cidade no ano seguinte.

Não apresentou significativas alterações no contingente humano, sofrendo pequeno declínio no fim do século XX e com retomada de crescimento devido ao ecoturismo destinado ao vale do Capão, a 20 km da sede.

Como demonstrado na Figura 3.3e, a variação do conjunto de habitantes das quatro povoações, enfocadas neste estudo, está intimamente ligada aos eventos históricos regionais e nacionais, a exemplo da abolição que fez com que os escravos libertos migrassem, causando queda populacional (fim do século XIX), e do incremento do turismo, com base nas cicatrizes deixadas pela mineração, que propiciaram a fixação de novos moradores nessas localidades desde as últimas décadas do século XX.

3.3.3 Apogeu e Decadência da Região da Chapada Diamantina

Durante o período de apogeu a região mantinha relações com o mundo, principalmente com a Europa, por intermédio dos compradores de gemas que desempenhavam o papel de intermediários entre as grandes joalherias europeias e os vendedores locais.

Teixeira (1998, p.13) relata que, após atingir a notoriedade devido as suas reservas minerais, a região transformou-se no maior centro do coronelismo e de seus sectários, retratando uma característica bem diversa das demais áreas mineiras, mas, bastante típica no norte/nordeste do Brasil.

A atuação do estado em todo o processo foi sempre falha/omissa, se preocupando apenas em cobrar impostos, embora sem uma estrutura para tal (o Departamento de Produção Mineral (DNPM) só viria a ser criado anos mais tarde). Isso permitia que os depósitos minerais fossem disputados pelas multinacionais, sediadas e apoiadas pelos países capitalistas industrializados, agregando, nesse processo, segmentos das burguesias nacionais como sócios menores (SCLIAR, 1996).

No sertão baiano, homem valente já foi sinônimo de jagunço. Lutador por ideal ou profissão, mas, não era o mesmo que cangaceiro. Era soldado sertanejo, a serviço de uma causa e de um chefe, que desconhecia o medo no campo de batalha. Horácio de Matos, que dominou a região das Lavras Diamantinas, foi o último e o maior de todos os chefes da jagunçada. O próprio governo de Epitácio Pessoa foi obrigado a assinar com ele um acordo de pacificação, e a Coluna Prestes teve de mudar sua rota depois que invadiu os seus domínios.

Com o fechamento do garimpo, a partir de meados do século passado, as cidades da mineração na Chapada Diamantina enfrentaram grande crise econômica, pois, deixou de existir seu principal meio de subsistência, e os benefícios por ele trazidos não foram capitalizados no sentido de deslanchar o progresso, muito provavelmente pela estrutura socioeconômica arcaica reinante (NOLASCO, 2002).

Nos dias atuais, a exploração ainda continua, mas, de forma mais lenta. Apesar das pesquisas continuarem a indicar uma grande probabilidade em se encontrar o filão principal dos diamantes, uma nova corrida a esse bem seria pouco plausível de ocorrer, pois, essa nova fase seria muito mais voltada para grandes empreendimentos (empresas), o que poderia acarretar num crescimento urbano, mas, de uma forma bem diferente da inicial, mais próxima da tradicionalmente conhecida. Entretanto, os rastros deixados pelo período áureo da extração mineral aliados aos atrativos naturais fizeram surgir uma nova perspectiva econômica – o turismo – que vem modificando a dinâmica local.

A mineração como toda atividade econômica é fomentadora do desenvolvimento urbano. No caso da Chapada Diamantina ela foi a principal

responsável pelo surgimento e expansão das cidades que se multiplicaram para garantir a sua sustentabilidade, pois, devido a precariedade das vias de circulação, era imprescindível a existência de um lugar onde se concentrasse a infraestrutura essencial à manutenção dos garimpos, principalmente o comércio, ligado aos gêneros de primeira necessidade ou à negociação das pedras preciosas, além de outros empreendimentos eminentemente citadinos.

Assim sendo, a exploração mineral tornou-se a propulsora desse crescimento bem como a responsável pela disseminação dessa cultura, tendo em Lençóis o seu principal exemplo, onde era grande a influência de costumes da Europa. O fortalecimento da rede lugares centrais beneficiou não somente a exploração mineral; a agropecuária também foi impulsionada, além do incremento na oferta de serviços e ampliação da rede de transportes. Na Chapada Diamantina, foi o valor de uso do próprio diamante que produziu a dinâmica econômica da região, sendo as povoações as organizadoras e mediadoras.

Entretanto, a efervescência civilizatória que caracterizou as cidades da mineração com geração de riquezas, grande afluxo demográfico, demanda de produtos importados, tentativas repetidas de produção local (sempre reprimidas pelo poder central), intenso mercantilismo e incremento do terceiro setor, construiu, de fato, uma economia urbanorregional que teve forte impacto no Brasil. No entanto, na área de estudo, ao contrário do ocorrido em Minas Gerais, a urbanidade não garantiu a pujança após a exaustão das reservas minerais, e a tradição local se arrefeceu, levando à decadência desses povoamentos, e, conseqüentemente, declínio econômico.

3.4 A MINERAÇÃO COMO FORMA DE TERRITORIALIZAÇÃO

Durante esse processo de ocupação pela atividade pecuária, ou no decorrer dele, se descobre a mineração, fruto da geodiversidade geológica que propiciou a formação das ocorrências de ouro e diamante. Isso implicou em lógicas de apropriação do território que teve influência de atores locais (os coronéis, moradores, entre outros), e de atores externos representados pelo poder público que queria/pretendia regular a atividade por intermédio de uma geopolítica que atendesse as pretensões estaduais e federais, sem atentar muito para o local. Afinal, ao poder público interessava a descoberta de minerais, principalmente, do ouro que

era o objetivo dos colonizadores, e já havia sido encontrado pelos espanhóis desde a sua chegada ao continente.

Os problemas da mineração são recorrentes, e acontecem desde a chegada dos colonizadores portugueses até os dias atuais, dentre os quais pode-se destacar a forte dependência da produção mineral em relação aos mercados, em geral, situados no exterior, as dificuldades tecnológicas para o aproveitamento dos recursos minerais do país, e como problema fundamental, em nosso ponto de vista, as profundas discrepâncias entre a legislação para indústria mineral e a realidade, agravadas atualmente pela desvirtuação da atividade principal do órgão competente, e pelas exigências ambientais. Como consequência, em virtude, principalmente, da falta de fiscalização, ocorre a forte presença de atividades informais de mineração, principalmente o garimpo e a comercialização clandestina.

Assim, a colonização da Chapada Diamantina se intensifica com a exploração do ouro e do diamante, o que consideramos constituir uma segunda fase de territorialização. De acordo com Santos e Silveira:

Os espaços do mandar são ordenadores da produção, do movimento e do pensamento em relação ao território como um todo. Este último, o pensamento, dá-se por meio de todas as modalidades de informação subjacentes a produção moderna. É a partir do nexos informacional que se instala o nexos circulacional, criando-se o movimento, inclusive o do próprio turismo, cujos pólos receptores são mais difusos e podem ser menos poderosos que os poços emissores. Na mesma ordem de ideias, a produção que dinamiza certas áreas tem seu motor primário ou secundário em outros pontos do território nacional ou mesmo do estrangeiro (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 263).

Como já foi tratada anteriormente neste capítulo, essa territorialização levou a formação das cidades da mineração, dentre as quais se destaca Lençóis que se projeta como o espaço do mandar, ou seja, um território da rapidez que comanda o território como um todo, segundo Santos (1994).

A territorialidade reflete a interação entre agentes/atores que atuam na transformação das relações entre o homem e o meio, e claro também são transformados.

Parafraseando Raffestin (1993), a territorialidade é complexa e reflete a multidimensionalidade do vivido territorial, pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral.

Baseado numa argumentação sistemática, o mesmo autor define territorialidade como:

Um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis (RAFFESTIN, 1993, p. 224).

Na área de estudo, o processo inicial de territorialização criou rizomas que consolidaram a ocupação do território, por meio da exploração da mineração. Dessa forma se criou a estrutura de sustentação que levou ao desenvolvimento da região, expressa de várias maneiras, tais como o florescimento do comércio, inclusive internacional, pois, a atividade já atraía a atenção de negociantes de pedras de todo o mundo. Esse fato levou a uma diversificação de atividades e a divisão do trabalho que se interconectam de tal maneira que terminam por tornar esses espaços do mandar (no contexto da região da Chapada Diamantina representado, sobretudo, por Lençóis), em “espaços da fluidez efetiva e também em espaços da rapidez” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 264).

Como na época não havia sido descoberta a matriz (kimberlitos) que continham os diamantes, as pedras existentes nos leitos dos rios começaram a escassear, e com a descoberta de regiões mais promissoras, a mineração declinou, mas, nunca cessou totalmente. O Estado e o privado conjuntamente, talvez por interesses internacionais, mantiveram a região em um *stand by*, havendo uma segmentação do desenvolvimento, do qual veio a se libertar com o surgimento do turismo, baseado também, mas, não somente, nas raízes deixadas pela mineração, como muito propriamente Teixeira (1998) relata.

Segundo Haesbaert (2004), as multiplicidades constituem a própria realidade, propondo assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma, e afirma que embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades, ‘estas’ não supõem nenhuma unidade, não entram

em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”, ressaltando que seu modelo de realização, portanto, não é a hierarquia da árvore raiz, mas, a pluralidade do rizoma. Na área em estudo, essas multiplicidades são representadas pelas várias fases de ordenamento as quais ela foi submetida, e as marcas que foram deixadas e as interligam. Um bom exemplo disso são as cidades e vilas, sobretudo a vila dos garimpeiros em Igatu, rugosidade da época da mineração que hoje é atração turística. Ainda segundo Haesbaert, o rizoma funciona por meio de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades, e que neles podem existir segmentaridades, chamadas linhas de fuga ou de desterritorialização efetiva, que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente.

Por outro lado, agenciamento, na concepção de Guattari e Rolnik, citados por Haesbaert (2004), se refere a uma “noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, entre outros”. Já Haesbaert afirma que o agenciamento é uma multiplicidade que inclui tanto linhas molares quanto moleculares. Por seu lado, Goodchild (*apud* HAESBAERT, 2004, p 127) diz que agenciamento trata-se de “um conjunto de partes conectadas que tem uma consistência”.

Tendo em vista que o território, por compor um agenciamento e ser dessa forma formado por agenciamentos maquínicos e “agenciamentos coletivos de enunciação”, como diz Haesbaert, possui intrinsecamente a dinâmica de des e re territorialização, processos que Deleuze e Guattari (*apud* HAESBAERT, 2004) definem, de modo simplificado, como o movimento pelo qual se abandona o território, a opção de linha de fogo, e movimento de construção do território, respectivamente.

Haesbaert (2004) aborda três premissas sobre desterritorialização, estabelecidos por Deleuze e Guattari, denominados de teoremas:

1. Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos, e cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. Importante não confundir a reterritorialidade com o retorno a uma territorialidade primitiva.
2. De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais territorializado.
3. Pode-se mesmo concluir [...] que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge assim um segundo sistema de reterritorialização, vertical, de baixo para cima [...]. Em geral, as desterritorializações relativas (transcodificações) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta.

Cabe aqui definir ou esclarecer a diferença entre desterritorialização

absoluta e relativa, e para tal, nos reportamos a Haesbaert (2004) que diz ser a desterritorialização relativa, o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização, como aconteceu na área em estudo, enquanto que a desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível.

Assim, a mineração causou a desterritorialização dos atores envolvidos na expansão e apropriação pela pecuária, a partir do momento em que começou a exploração/produção mineral (diamante, sobretudo), causando uma nova territorialização, quando a corrente migratória causada por essa atividade, trouxe novos hábitos e novos valores, e imprimiu nova característica, inclusive consolidando a ocupação, onde as cidades passaram a ser os espaços luminosos, e as áreas de exploração, espaços opacos, onde apenas se extraía a riqueza, mas, não foi beneficiada por ela.

Essa atividade transformou a região, fazendo com que os interesses nacionais e também internacionais se voltassem para se tornar um espaço luminoso, representado, sobretudo pelas cidades que concentravam as atividades com maior conteúdo em capital e que organizavam a produção. Segundo Santos e Silveira:

Espaços luminosos são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações. Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.264).

É claro que na época a exploração não era empresarial, mas, os donos de garimpos trabalhavam como empresários, bancando o trabalho exploratório, por intermédio do fornecimento de equipamentos e se responsabilizando pela comercialização.

Em poucos lugares, a febre da mineração, ocorrida no Brasil já no início do século XVII, assumiu proporções tão vertiginosas de ambição, luxo, e esbanjamento, e tão rápido se exauriu. No rastro do machado e das queimadas, essa extensa área do longínquo e desconhecido sertão baiano, foi praticamente virada pelo avesso. Dizem os habitantes, conforme Teixeira (1998), que na Chapada não há pedra que não tenha sido mexida, riacho que não tenha tido seu curso alterado. Essa afirmativa evidencia uma consciência dos problemas ambientais

causados pelas atividades da mineração, principalmente do ouro, pelo uso do mercúrio, no processo de separação do bem mineral, tendo em vista os efeitos nocivos daquele elemento, quando ingerido pelos seres humanos, por intermédio da cadeia alimentar.

Entretanto, também a atividade diamantífera tem efeitos nocivos no ambiente, tendo em vista que o processo de cata remove grande quantidade de cascalho dos leitos dos rios, modificando a sua dinâmica, inclusive pelo desvio das águas, para melhor exploração do leito. Na verdade, esse fato demonstra a entrada de novos atores na região, o que causou uma reapropriação do território, com a recriação de novas formas geográficas no espaço que se tornaram elementos cruciais, pois, é a partir de sua manipulação que o controle do território se realiza.

Segundo Camargo (2005, p.126):

O planejamento das formas geográficas torna-se elemento fundamental para se entender a teoria sistêmica, pois, ao induzir formas geográficas em culturas que anteriormente não atendiam a esses processos, o capitalismo vinculou essas regiões aos seus interesses (CAMARGO, 2005, p.126).

Entretanto, apesar da presença na região de agentes do poder econômico internacional, não se pode afirmar que houve uma inserção plena da mesma no circuito mundial, uma vez que esses agentes eram compradores de pedras que as levavam para o exterior, entretanto, é fato que esses trouxeram um pouco do *modus vivendi* europeu para a Chapada. Tais aspectos são enfatizados pelas afirmações de GIUDICE e SOUZA, (2009a), pois:

A colonização do ouro, que se iniciou quase ao mesmo tempo nos estados de Minas Gerais e Bahia, ao longo da Cordilheira do Sincorá, teve uma importância muito grande na economia mundial. Durante quase todo o século XVII o Brasil foi o maior fornecedor desse metal, sendo responsável por aproximadamente 44% do ouro produzido no mundo. Desses, boa parte financiou a Revolução Industrial na Inglaterra, e o fausto de Portugal, que construiu seus maiores monumentos nesse período. (GIUDICE; SOUZA, 2009a, p.70).

Do ciclo do ouro, nasceram cidades como Brumado e Rio de Contas na chapada sul, que detinham a condição de mais importantes entrepostos comerciais da região. Essa posição seria arrebatada, por volta de 1845, por Lençóis, considerada a partir de então como a Rainha das Lavras no ciclo do diamante, atraindo novas levas de garimpeiros para a região mais oriental da Chapada Diamantina. O diamante passava a ser o novo objetivo ao qual se dedicavam todos os esforços e quando não a própria vida.

Na figura 2.3, que mostra os depósitos minerais existentes na área de estudo, pode-se observar que esses núcleos se desenvolveram em áreas no entorno das ocorrências de diamante, pois, esses foram seus propulsores, mas, deles dependiam sua existência.

A essa nova fronteira confluíam diversos tipos de homens, desde sertanejos do vale do São Francisco (lavradores e boiadeiros) até comerciantes do Recôncavo. Essa mistura heterogênea de origens e interesses, aliados a um crescimento demográfico espantoso, iriam resultar em tensões e conflitos sangrentos.

A região era dominada por coronéis, todos pertencentes às famílias de latifundiários que se apossaram da terra e a dominavam da forma que lhes aprovinham, impondo suas vontades políticas, nomeando todo escalão administrativo, desde delegados a professores. Nesse contexto de dominação, eram respaldados por jagunços, e faziam suas próprias leis, desconhecendo o governo institucional, mandando eliminar desafetos, e dando proteção aos responsáveis, desafiando o Estado brasileiro.

Para se ter uma ideia da poderosa atração exercida pelas lavras do diamante, em poucos anos, Lençóis passou de simples acampamento de garimpeiros, para condição de cidade mais importante do interior baiano. De um amontoado de barracas de pano, que vistas de longe se assemelhavam a lençóis estendidos ao vento (daí o nome da cidade, segundo uma das versões), tornou-se um primoroso conjunto de casa e palacetes em estilo colonial, onde circulavam bens importados de capitais europeias. Em poucos meses a população chegou a 25 mil habitantes, e os garimpeiros, como formigas, subiam a serra, viviam em locas nas pedras, enfrentando o frio cortante das montanhas, a solidão e a incerteza próprias do ofício. Nas cidades gastavam todo o dinheiro que obtinham e logo retornavam ao trabalho, prontos para uma nova oportunidade.

O ciclo diamantífero foi intenso e efêmero. Enquanto o do ouro levou mais de um século para se acabar, vinte e cinco anos foi o tempo suficiente para que a decadência se abatesse sobre as cidades que viviam do diamante. A descoberta das minas da África do Sul, em 1865, e a concorrência que fizeram com as já não tão abundantes lavras diamantinas provocaram o ocaso dessa civilização. A valorização do carbonado – pedras de qualidade inferior para lapidação, mas, de grande utilidade industrial, utilizadas na fabricação de brocas para perfurar rochas,

viria a atenuar essa decadência, como já comentado.

Esgotando-se, gradativamente, seu poderio econômico, restava ainda a força dos coronéis que disputaram, até 1930, o poder político nos sertões da Bahia. Recrudesciam os conflitos pela posse da terra, pelo prestígio junto aos governos Estadual e Federal, quando a violência atingiu proporções inéditas na região. Nesse contexto, a figura do Coronel Horácio de Matos, cuja hegemonia se estendera por quase toda a Chapada, tornou-se lendária. Desse homem, filho de uma família originária de Minas Gerais, registrou-se atitudes audaciosas como a perseguição à Coluna Prestes, em 1926, e até a tentativa de tomada da capital por suas tropas, em 1919, numa crise que resultou em intervenção no estado pelo Governo Federal.

Esse poder paralelo é explicitado por Teixeira (1998):

No sertão baiano, homem valente já foi sinônimo de jagunço. Lutador por ideal ou profissão, jagunço não era o mesmo que cangaceiro. Era soldado sertanejo, a serviço de uma causa e de um chefe, que desconhecia o medo no campo de batalha. Horácio de Matos, que dominou a região das Lavras Diamantinas, foi o último e o maior de todos os chefes jagunços. O próprio governo de Epitácio Pessoa foi obrigado a assinar com ele um acordo de pacificação, e a Coluna Prestes teve de mudar sua rota depois que invadiu seus domínios (TEIXEIRA, 1998, p. 21).

Com o desarmamento realizado no sertão após a Revolução de 1930, Horácio de Matos é preso e enviado a Salvador, onde fica por um ano. Dias depois de solto é assassinado a mando da família do Major de Polícia João da Mota Coelho, que morrera cinco anos antes durante o cerco de Lençóis, num confronto com as tropas do famoso líder político. Com a morte de Horácio de Matos acentuou-se ainda mais a decadência de Lençóis e da Chapada como um todo. O abandono e a degradação vieram como parte de um ciclo que se cumpriu, mas, abrindo novas perspectivas de renascimento para o futuro, tendo em vista o contexto em que foi encerrado, sem que houvesse a certeza de que os jazimentos estavam exauridos, já que só se explorou os depósitos aluvionares, e muitos garimpeiros, em sua maioria homens velhos, ainda viviam na obsessão, principalmente, do diamante.

Apesar do evidente processo de desterritorialização, os garimpeiros continuavam e continuam apegados ao seu sentimento de pertencimento que levaram consigo ao longo de suas vidas, razão pela qual ainda persistem em sua atividade, mesmo depois de surgir a nova fase de renascimento representada pelo turismo, o que vem a gerar conflitos, sobretudo, porque a atividade mineradora está proibida.

3.5 O TURISMO E A RETERRITORIALIZAÇÃO

O turismo teve e continua tendo o papel de reordenar/organizar os espaços, recriando/produzindo territórios.

Essa atividade se desenvolveu a partir da curiosidade do homem em conhecer novas terras, novas culturas, até então só conhecidas por meio da literatura, e teve grande impulso quando os meios de comunicação começaram a evoluir, criando facilidades para que esses deslocamentos pudessem ser mais rápidos e mais acessíveis a todos, sendo conceituada por Ferreira (2003, p. 5), como:

[...] viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse, é também o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo, e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, entre outros.

Conforme Cruz:

Para que o turismo possa acontecer, os territórios vão-se ajustando às necessidades trazidas por essa prática social. Novos objetos e novas ações, objetos, artigos e novas ações: essa é a lógica da organização socioespacial promovida pela prática do turismo (CRUZ, 2000, p.21).

O Brasil, com sua enorme extensão territorial, e grande geodiversidade, possui inúmeros locais de grande beleza cênica e diversidade de paisagem que vem sendo transformados em produtos turísticos.

Segundo Silva e Perez Filho:

Na segunda metade do século XX a *atividade turística* expandiu-se por todo o mundo, principalmente nos países industrializados, que passaram a ser os principais emissários de fluxos turísticos. Este período é marcado pelo declínio dos cruzeiros marítimos e da ferrovia como meios de transporte prioritários. Há regulamentação da atividade, assim como a padronização da prestação de serviços e a melhoria da qualidade do produto oferecido. Surgem as operadoras turísticas, as empresas familiares são substituídas por grandes conglomerados empresariais, principalmente na hotelaria, e passa-se a ter um uso elevado de tecnologias de informação – o que facilita seu desenvolvimento, crescimento e massificação. Neste período, há uma maior segmentação de mercado, que atrela o desenvolvimento de novos produtos e um marketing agressivo para instigar as pessoas à *prática turística* (PEREZ FILHO, 2000, p.260):

Nessa perspectiva, começam a surgir órgãos institucionais objetivando sistematizar a atividade, bem como elaborar legislação específica para regulação do setor, a qual delimitou novas vertentes para o turismo, baseada na variedade que

ele apresenta (ecoturismo, lazer, negócios, entre outros), como demonstrado por Giudice e Souza, (2009a):

Assim sendo, a partir das décadas de 1970/1980, na tentativa de incrementá-lo, com o intuito de resgatar a região do processo de letargia que ela mergulhou com o fim do ciclo da mineração que a levou ao apogeu, na primeira metade do século XX, se instala o que se considera uma terceira fase de territorialização. O turismo baseado na geodiversidade do patrimônio natural, associada às rugosidades, tais como a estrutura urbana, com cidades com características próprias, mudanças/modificações na paisagem, e, sobretudo, as novas relações de poder (novos territórios, novos hábitos, novos valores, novos atores, entre outros), deixadas pela mineração (GIUDICE e SOUZA, 2009a, p. 70).

O turismo que se procura incrementar na região da Chapada Diamantina é o turismo do conviver que se constitui segundo Barreto (1995, p. 53) em desfrutar do convívio com os outros, e com o meio visitado, ainda que isso seja feito de forma efêmera e superficial, típico daquele que envolve grandes espaços e se baseia no exótico e na aventura, exatamente como acontece na região em estudo.

Nesse convívio, como afirmam Silva e Perez Filho (2000, p. 268), o turismo influencia as localidades onde se desenvolve, trazendo novos hábitos e novos valores, como na Chapada Diamantina, sendo influenciado de alguma forma pelas características dessa, a exemplo das particularidades locais que são incorporadas, “possibilitando assim sua existência no tempo e no espaço”.

Ao contrário do que se divulga, não foi o impulso do governo estadual o *start* para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas, uma lei municipal em Lençóis, de 1961, criando um Conselho Municipal de Turismo. A partir daquele momento, muitos esforços foram empreendidos, inclusive a luta pelo tombamento de Lençóis como Cidade Monumento Histórico Nacional, que veio a acontecer em 1973, conforme observa Brito (2005, p.7):

O título e a condição de Cidade Monumento por si só não garantia a preservação do patrimônio de Lençóis, uma vez que alguns imóveis continuavam sendo demolidos e outros tinham a fachada descaracterizada. Com o tombamento – mesmo diante dos percalços enfrentados – Lençóis chamou a atenção da imprensa passando a ser alvo de reportagens que destacavam o patrimônio arquitetônico da cidade, começavam a dar relevo às suas belezas naturais e também contribuíram para realçar o seu potencial turístico.

Somente em 1974, surgiu a primeira ação efetiva e planejada do Governo do estado para promover o turismo na Chapada Diamantina, por intermédio da Empresa de Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa), por meio do projeto

IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO ESTADO, o que gerou, segundo Brito (2005), o documento CHAPADA DIAMANTINA, UMA AVALIAÇÃO PRÉVIA PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DE LENÇÓIS, ANDARAÍ E MUCUGÊ, que além de analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios também efetua o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões dessas cidades.

Apesar de se basear, também, na mineração, essa nova fase apresenta lógicas territoriais peculiares, pois, imprime uma nova feição, livre das imposições dos coronéis da época da mineração, mas, ainda muito ligada a interesses políticos locais.

Dessa forma, pudemos observar, por meio de nossa vivência na região, que, a partir do fim da década de 1970, a Chapada Diamantina passou a viver um tempo de renovação social e econômica, devido, principalmente, ao incentivo público ao turismo, baseado na busca pelo desconhecido, pela aventura, pelo exótico, pelo inusitado, como receptora de fluxos das regiões mais desenvolvidas do país, onde quase tudo já havia sido apropriado, e em menor escala, do exterior, como espaço de reserva de valor, dentro de um país periférico e tropical (RODRIGUES, 2007, p. 28). Entretanto, se manteve ainda muito atrelada à nostalgia do tempo perdido, decorrido entre a fase mineradora e essa do turismo.

O principal agenciador desse incremento turístico foi, a princípio, o próprio governo do estado, por intermédio de um projeto que construiu vários hotéis em pontos considerados de potencial turístico, dentre eles o primeiro hotel de porte de Lençóis. No rastro desse empreendimento, outros de pequeno porte se seguiram, e com o incremento do PRODETUR, grupos privados começaram a se instalar na região, principalmente nas cidades de Lençóis, Mucugê, Rio de Contas e Andaraí. Atualmente, a cidade de Lençóis e, secundariamente, Mucugê se destacam pela infraestrutura montada para atender a demanda turística, o que a nosso ver, pode se tornar danosa, tendo em vista a fraca sustentabilidade em que vem sendo montada.

Essa estrutura turística é embasada na forte potencialidade da região para o turismo ecológico e de aventura, bem como o turismo contemplativo – ecoturismo – já que a região possui grande beleza cênica. Nesse cenário, os recursos naturais são de grande significado, e alguns projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido da sua preservação (GIUDICE; SOUZA, 2010b). Contudo, os principais setores interessados são o hoteleiro, o de transporte e o comércio que

têm se organizado no sentido de facilitar o incremento do turismo. Assim, por exemplo, o setor hoteleiro ao se estabelecer, forçou junto aos órgãos públicos, a construção do aeroporto e a criação de linha aérea regular, abrindo também a perspectiva de vôos fretados (*charter*).

O turismo na região se configura pela produção de um novo espaço, expressão da globalização, conforme Rodrigues (1997, p. 30), em áreas naturais, mas, que essa ascensão à modernidade, não conseguiu transformar a região em espaços semelhantes aqueles da Amazônia, onde são criados verdadeiros enclaves que ignoram moeda e idioma nacional – um não lugar – na perspectiva de atender o cliente.

Segundo Rodrigues:

As políticas de turismo, estabelecidas no bojo das instituições, sempre orquestradas pela política econômica vigente, hoje em macroescala, para o mercado globalizado, indiferentes às características dos lugares, contemplam as elites hegemônicas do capitalismo mundial, expressando-se por “verticalidades” alheias aos interesses locais (RODRIGUES, 1997, p. 68).

Entretanto, os trabalhos de campo, por nós desenvolvidos em três etapas, nos principais pólos turísticos da região (Lençóis, Mucugê e Vale do Capão) revelam algumas peculiaridades do turismo na área em estudo. Em Lençóis, o contato com o *trading* turístico (hotéis, pousadas, agências, restaurantes e afins) revela que na cidade o órgão de turismo local, vinculado à prefeitura, utiliza como dinâmica para atrair turistas, a promoção de concertos de música erudita, eventos diversos (São João, Carnaval, Festivais), trabalhando conjuntamente com o referido *trading*. Foram visitadas todas as pousadas/hotéis e as agências de turismo local, e constatamos que a grande maioria se dedica ao turismo de aventura (80%). Somente 20% delas têm contato direto com o exterior e quando isso acontece é via *sites*. A operação de captação é via Salvador ou Rio de Janeiro/São Paulo (80%). Os proprietários se constituem em sua quase totalidade de forasteiros (80%), embora muitos estejam unidos a um parceiro(a) da cidade. Todos afirmam que se restringem a atividades turísticas, não desenvolvendo outra atividade (ou não declararam) na região. Essas agências recebem majoritariamente do exterior, europeus (alemães e franceses predominantemente) e dos nacionais, os sulistas, em sua maioria, paulistas. Ressalte-se que entre os turistas alternativos ou mochileiros a grande maioria é composta por israelitas, uma curiosa peculiaridade.

Dentre os principais hotéis, em somente um o proprietário é nativo, os demais pertencem a grupos não locais. A divulgação é feita também via *sites*, e apenas o hotel Portal têm central em Salvador. A procedência dos hóspedes é a mesma das agências, embora nem sempre trabalhem vinculados. Afirmam não ter fluxo de turismo de negócios, a não ser convenções, em geral de empresas. Também declararam não ter outra atividade econômica.

As pousadas mais simples não têm registro de hóspedes, mas, pelo levantamento do *hostel* (pertencente à rede internacional de albergues da juventude) o perfil é parecido ao dos demais estabelecimentos, com predominância também de europeus. Uma característica verificada é que alguns deles fazem divulgação conjuntamente.

A introdução de empreendimentos mais sofisticados, tais como lojas e restaurantes, estão impondo um contexto que globaliza demais a cidade, no momento em se cria um estabelecimento onde só são servidas massas acompanhadas por vinhos, como uma imposição cultural que só prejudica as tradições locais.

Na verdade, na Chapada Diamantina o Estado, a sociedade e o mercado atuam de maneira que criam conflitos de convivência. O Estado cria políticas e programas que não atendem aos anseios da sociedade que se sente invadida, criando resistência à integração com os novos atores. Por seu lado, o mercado, ao impor esses novos atores para atender a suas demandas, promove a exclusão da população local que passa ser a eles submetida na hierarquia de trabalho. O mercado também se apropria dos atrativos existentes que são vendidos como produto de consumo (Figura 3.5).



Figura 3.5 – Conflitos de convivência na Chapada Diamantina, ou conflitos institucionais na Chapada Diamantina.

Em conversas com a população (Marcos Sena, membro de família tradicional de Lençóis, e Sergio Bevilacqua, dono da Pizzeria 4 Estações em Lençóis), constatamos que os forasteiros se sentem “excluídos pelos nativos que os discriminam das mais variadas formas, pois, se sentem invadidos e deixados para trás, mas, sabem nos procurar para contribuições quando querem promover festas na cidade”, segundo Sergio Bevilacqua (27 jun. 2008). Na verdade o conservadorismo local promoveu isso, “é um papo longo este conflito velado entre nativo e forasteiro”, conforme Marcos Sena (25 jun. 2008). Também Alcino, dono de uma pousada tradicional em Lençóis denominada Estalagem do Alcino e que atua em um nicho de mercado mais sofisticado, na cidade há mais de vinte anos, em sua entrevista feita em 26 de junho de 2008, afirma que “[...] existe muito preconceito com os forasteiros, apesar do grande número deles atualmente, mas, isso é uma incoerência, pois, praticamente todas as famílias consideradas tradicionais locais, são oriundas de outras localidades, e até de outros estados”.

Em geral a comunidade reclama muito das limitações pela falta de infraestrutura, dessa forma a falta de maior frequência de voos, sobretudo uma ligação direta ao sul do país (principal emissor de turistas para a região), o tempo perdido em que o aeroporto permaneceu fechado por falta de recursos para operar (faltava brigada de incêndios), a impossibilidade de se incrementar *charters* do exterior (inexistência de Polícia Federal) e falta de iniciativa para promover os nacionais, são algumas das críticas da população mais ligada ao turismo. Por outro lado, a população mais simples, sobretudo velhos garimpeiros e seus familiares, lamentam a proibição da mineração, pois, não conseguiram ser absorvidos pela nova atividade.

No contexto de Mucugê, que também engloba Andaraí e Iगतu, a realidade é a mesma de Lençóis, sendo que a região não tem o apelo daquela cidade, mesmo porque devido aos problemas que aconteceram lá, essas localidades optaram por investimentos menos agressivos, procurando sempre manter as características culturais locais, ainda que nos últimos anos tenha ocorrido alguma invasão de forasteiros, e mesmo nativos que iniciaram processo de inserção de atividades não compatíveis com a cultura local, mas, que atende as aspirações dos cada vez mais numerosos turistas na região. Diferentemente de Lençóis, os estrangeiros são bem pouco numerosos, não atingindo 5% do fluxo. “Aqui o bloqueio aos forasteiros que queiram se estabelecer é mais forte”, como afirma Lúcia Márcia

de Carvalho Volotão (14 fev. 2010) proprietária da Pousada Pé de Serra em Mucugê, e “poucos conseguem furar esse bloqueio” (somente três pousadas têm proprietários não nativos da área). A região possui muitos atrativos, mas, os acessos não são facilitados para viabilizar um melhor aproveitamento dos recursos naturais, pois, a ideia de preservação/conservação é muito forte, e tem no Parque Municipal de Mucugê seu símbolo maior. Os proprietários das pousadas se queixam que a mídia (e também órgãos do governo) divulga a Chapada, dando visibilidade somente a Lençóis, o que termina por prejudicar as atividades locais, projetando aquela localidade como um espaço luminoso, e ofuscando as demais, como explica Gotz von Ammon (16 fev. 2010), proprietário da Pousada Monte Azul em Mucugê, “Lençóis absorve todas as atenções do *marketing* sobre a Chapada e nós vivemos à reboque disso”.

Na região de Palmeiras, que envolve o vale do Capão, temos uma situação diferenciada, com público mais alternativo que procura atividade de ecoturismo mais radical, bem como um contato maior com a natureza, abdicando de maior conforto. O próprio acesso é um condicionante para o certo isolamento, muito embora esse traço venha perdendo significado. O Capão, como é tradicionalmente conhecido, era em 1980 um vale aonde se chegava somente com veículos de tração e se iniciava a longa caminhada para ter acesso a Cachoeira da Fumaça (na época ainda denominada Queda *Glass*). Após trinta anos o vale está plenamente tomado, e ao longe lembra uma área de sítios e chácaras, dada a quantidade de construções.

As atividades tradicionais como agricultura deram lugar àquelas vinculadas ao turismo. Roque Santos (3 abr. 2010), pequeno proprietário rural de Capão, afirma que teve “de deixar a terra improdutiva e investir nessa pousadinha, pois, não encontrava ninguém para trabalhar na lavoura, todos preferem trabalhar com o turismo que é melhor para eles”. Por conta dessas transformações, muitos “alternativos que vivem no vale, estão comprando terrenos nas proximidades da Cachoeira do Buracão, município de Ibicoara, ao sul, iniciando uma nova ocupação”. Devido à grande procura, no povoado já se proliferam pousadas, hotéis e restaurantes que tem público de procedência semelhante às outras áreas, e oferta de produto que denotam certa sofisticação, a exemplo de produtos importados específicos para atender esse público.

No entanto, Lençóis atrai para ela todas as referências sobre a Chapada

Diamantina, ainda que os atrativos estejam em outros municípios. Esse fato não impediu que novos atores fossem incorporados em todas as localidades, a exemplo dos profissionais diversos que, fugindo das cidades grandes, vieram se estabelecer na região. Junto com eles vieram pessoas para administrar empreendimentos hoteleiros, agências de viagem, entre outros. Esses novos atores são territorializados, mas, o processo não absorve as populações locais que, no mínimo, encontram espaço em trabalhos de importância menor, sendo obviamente mal remunerados, já que não são qualificados, e apesar de territorializados, não são inseridos no contexto da lógica de produção do contexto internacional.

Vale aqui ressaltar a afirmativa de Santos (1988, p. 77) que “espaço é também, e sempre será formado de fixos e fluxos”, sendo essa para Rodrigues (1997, p.61) a maneira mais pertinente de entender o fenômeno do turismo, “porque expressa de maneira clara a dinâmica espacial tanto horizontal, quanto vertical”. Na área de estudo, é notório que algumas cidades funcionam como fixos edificados nos trechos de fluxos (RODRIGUES, 1997, p. 62), a exemplo de Palmeiras que funciona como centro de suporte ao vale e vila do Capão, ou Ibicoara que tem a mesma função para quem vai à cachoeira do Buracão. Essas cidades não oferecem infraestrutura para respaldar os fluxos que procedem dos principais centros emissores locais (Lençóis e Mucugê).

Com base na vivência sobre a área de estudo, pode-se afirmar que existem muitos geossítios, mas, que nem todos são geoespaços, já que não são ainda apropriados, e apesar de inseridos na geodiversidade regional, as articulações desses geossítios é feita de modo fragmentado, ainda que Lençóis funcione como pólo catalisador, pois, é por meio dela que eles são articulados ao mundo globalizado.

O processo de globalização cria novas relações que se estabelecem em escala mundial e local (como já citado, a maioria dos contatos de captação de turistas das pousadas, em especial as de proprietários estrangeiros, é feita diretamente por intermédio de *sites* na internet) que podem vir a desarticular o local do regional e do nacional, não levando em consideração as fronteiras do Estado nação. Isso se tornou possível graças ao:

[...] meio técnico-científico-informacional que é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 1994, p.45).

Esse recurso é utilizado na região por muitos empreendimentos, em geral hoteleiros, cujos proprietários são estrangeiros estabelecidos.

Assim, o espaço da Chapada Diamantina sai da condição de espaço de reserva de valor, e é chamado a entrar em cena, com o rótulo de ecológico, com base no discurso oficial de turismo sustentável que objetiva o respeito ao meio ambiente, visando trazer o equilíbrio regional, promovendo distribuição da renda e qualidade de vida às populações envolvidas.

No entanto, não é bem isso que acontece, sobretudo nos dois pólos principais, Lençóis e Mucugê, onde à população local, como já citado, são reservados os empregos de menor remuneração, população essa que está sendo expulsa das áreas centrais para as periferias, já que os casarões históricos vão sendo comprados para neles se instalarem os equipamentos de apoio à demanda. Em Mucugê, se instalam na grande área entre o anel viário e o centro, sem o menor planejamento, e em Lençóis em área de encostas ao longo do Serrano, trecho após a cidade, com riscos de escorregamento, como acontece na parte abaixo de onde se construíram as casas populares.

Dessa forma, o turismo vem se tornando a mais promissora das atividades desenvolvidas na Chapada Diamantina, principalmente no município de Lençóis, que possui a melhor infraestrutura, mas, também em Mucugê, Andaraí e Rio de Contas (essa fora da área de estudo), todos com razoável infraestrutura hoteleira e de serviços.

Esses atrativos, considerados adicionais, contribuem para a consolidação das lógicas territoriais do turismo que envolveu o poder público e a iniciativa privada que tomou as rédeas dessa lógica, impondo uma forma própria e peculiar, onde o local não é importante, e sim a necessidade de oferecer aquilo que o visitante/turista deseja (GIUDICE; SOUZA, 2010a).

Entretanto essa utilização dos recursos naturais para o turismo ecológico por meio da transformação de áreas em UC levanta muitas discussões e grandes controvérsias, pois, a utilização desses recursos livremente pela população, na perspectiva que ela os usasse racionalmente, é uma utopia, mesmo porque “toda ‘racionalidade’ é pautada pela lógica cultural e econômica de cada grupo” (GUANAES, 2006, p.205).

Para Hardin,

[...] a única forma de conter esse processo seria transformar esses territórios em propriedades estatais protegidas das ações predatórias das sociedades humanas e do acelerado crescimento demográfico, que ameaçava causar uma enorme pressão sobre os recursos naturais. (HARDIN, 1968, p.55).

No entanto, estudos têm revelado que há populações que demonstram capacidade de uso e de apropriação dos recursos, de maneira racional, bem como que há espaços protegidos pelo Estado que sofrem agressões que põem em risco a integridade do meio natural e do seu território, devido à dificuldade daquele em estabelecer regras, fiscalizar e cuidar da manutenção de suas áreas.

Segundo Guanaes (2006, p.206):

A teoria de Hardin aponta para um impasse importante entre a racionalidade individual e a coletiva, ou seja, o conflito presente entre os interesses individuais e da esfera familiar e interesses mais amplos do grupo social como um todo; tal impasse ao mesmo tempo que põe em pauta a capacidade dos sujeitos em pensar coletivamente e de portanto gerir com prudência recursos naturais coletivos, deflagra o papel singular dos mesmos em escolhas e decisões cruciais acerca do seu território e dos recursos disponíveis. Sendo assim, o sujeito central dessa história deixa de ser órgãos ambientais, governo e representantes políticos e passa a ser a população, localmente inserida em seus espaços de sociabilidade e sobrevivência.

Acreditamos que para melhor estabelecer os usos e responsabilidades dos recursos naturais, se faz necessário esclarecer os termos apropriação comum e livre acesso. Assim os territórios de apropriação comum são espaços naturais cujos recursos são manejados por um grupo identificável de usuários interdependentes (FENNY, 2001, p. 20), na maioria das vezes ligada por relações de parentesco, com regras claras que regulam e fiscalizam o acesso aos bens comuns, normalmente concedidos de modo equânime. Enquanto que os territórios conhecidos como de livre acesso são aqueles onde não existem direitos de posse e propriedade bem definidos, o acesso não é regulado e muito menos fiscalizado, não existe, portanto, algum mecanismo formal de seleção e/ou exclusão dos indivíduos que pretendem apropriar-se e fazer uso desses espaços. Essa ausência de regulação leva a um processo contínuo de degradação, embora vários autores (FEENY; BERKES; MCCAY, 2001) considerem que isso se dá devido à transformação de áreas de apropriação comum em áreas livres.

Assim, Guanaes (2006, p.211) considera que:

[...] a apropriação comum da terra e dos recursos naturais tem se mostrado um regime capaz de regular e/ou excluir o uso de terceiros e de definir com clareza os usuários aptos a compartilhar o mesmo território e a fazer uso

dos recursos comuns; o que torna menor a possibilidade de que pessoas ou grupos externos venham explorar esses recursos à revelia do grupo principal. Além disso, a regulação do uso dos recursos comuns entre os usuários demonstrou também a habilidade desses grupos em elaborar, utilizar e adaptar mecanismos para controle do manejo dos recursos naturais.

Ostrom e Mckean (2001, p.25) ressaltam que “as características sociais e políticas dos usuários de recursos, assim como a maneira como esses se relacionam com o sistema político dominante, afetam a habilidade dos grupos locais em organizar e manejar a propriedade”, como acontecia e ainda acontece na Chapada Diamantina, primeiro com os coronéis e agora com o poder econômico representado pelos investimentos turísticos.

3.6 AÇÃO DO ESTADO E LÓGICAS TERRITORIAIS

A presença do Estado como gestor exclusivo dos recursos naturais, tem sido eficaz na exclusão dos grupos externos, como constatamos nos trabalhos de campo, porém, esse fato não é garantia da superação de dificuldades ocorridas localmente, e, sobretudo não garante o uso sustentável dos recursos naturais, além de ser suscetível aos arranjos e contextos historicopolíticos, bem como a falta de recursos e funcionários. Esses fatos revelam uma real ameaça aos recursos naturais da humanidade, já que inúmeros estudos constatam que o regime de propriedade estatal não é tão eficaz na tarefa de preservação dos recursos naturais, a exemplo da maioria dos parques nacionais, que depois de criados, são continuamente deteriorados pela falta de planejamento, ausência de pessoal técnico para cumprir o modelo de gestão vigente e pela clandestinidade existente devido aos rigores da lei.

Na área de estudo, as UCs são de natureza diversificada, um Parna, uma APA e um Parque Municipal (Parmu) de Mucugê. Os dois primeiros têm planos de manejo elaborado e poligonais limitadoras definidas, no entanto do Parmu, não conseguimos informações sobre esses aspectos.

Vale ressaltar que a ideia de criar o parque nacional começou quase que concomitantemente à chegada de dragas na região, num processo de renascimento do garimpo, uma maneira bastante predatória, inclusive com desvio do leito de rios para exploração (como aconteceu no rio São José, nos limites da cidade de Lençóis), e que apesar de não serem bem vistos, sustentavam parte significativa da região, sobretudo Lençóis. Essa invasão causou grandes atritos com os demais

garimpeiros. Devido ao conflito com a proposta de turismo ecológico na região que começava a se delimitar, assim iniciaram as ações governamentais (estaduais e federais) para suspender as atividades desse garimpo mecanizado, ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) coube o papel de determinar as paralisações, por intermédio do auto de paralisação. A atividade, entretanto deixava para trás um grande passivo ambiental, representados por imensos e profundos lagos, buracos por elas deixados susceptíveis à erosão/deslizamentos e resíduos poluentes (óleo diesel) deixado pelas máquinas.

A população da região mesmo envolvida com esse garimpo mecanizado e tendo consciência dos impactos econômicos de sua suspensão, sabia que em longo prazo essa atividade iria ameaçar o turismo local, e a escolha entre as atividades parecia clara, devido ao surgimento de infraestrutura turística e outras atividades nessa área que foram se consolidando com o passar do tempo. Curiosamente, até mesmo os garimpeiros da draga que permaneceram após a interdição da atividade, foram integrados ao segmento do turismo, em várias atividades.

É possível que esse conflito de interesses tenha retardado a criação/regulamentação do Parque (embora na época o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – alegasse falta de verba para as indenizações), pois, só depois da paralisação é que se deu início ao levantamento fundiário. Por outro lado, os movimentos ambientalistas tiveram forte influência na construção do perfil da Parna CD, tanto em relação aos habitantes quanto ao tipo de turismo que se desenvolveu na região (GUANAES, 2006). Esses movimentos também foram responsáveis pela chegada de visitantes, já que divulgavam na mídia suas ideias conservacionistas, exibindo a região.

O Parna CD foi criado por movimentação de políticos estaduais, com pouca participação da comunidade que era liderada por Roy Funch, mas, talvez pela crise que enfrentava o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), sua delimitação foi feita de modo, digamos improvisado, e pouco técnico. Apesar de na época de sua criação ainda não existir o SNUC, a legislação vigente (IBDF/IBAMA), já determinava que houvesse um interesse público e manifesto no projeto de criação do Parque (FUNCH, 1982).

Guanaes (2006, p.95) observa que:

A expansão da área demarcada, entre outras coisas, atingiu propriedades privadas que possuem um alto valor comercial dado a extensão das terras,

o que dificulta tanto a fiscalização da área quanto o pagamento da indenização pelos cofres públicos; atingiu mais 3 núcleos populacionais que não estavam incluídos na proposta original; e recortou ao meio um extenso núcleo agrícola que teve a metade do seu território atingido pelo Parque. O que mostra que a escolha dos espaços naturais a serem protegidos passa não apenas pela preocupação com os nichos de biodiversidade mas também e principalmente pela importância estética e paisagística desses nichos para o usufruto da sociedade urbana industrializada.

Esse fato não é de se estranhar já que havia interesses políticos envolvidos, e a criação e implementação dessas unidades são sempre um processo de imposição e verticalidade.

Conforme o plano de manejo do Parna CD:

As belezas naturais existentes na área, refletidas nas inúmeras cachoeiras, cavernas, sítios históricoarqueológicos e ambientes propícios à prática de esportes da natureza, vêm atraindo cada vez mais visitantes ao Parque. Por este não se encontrar estruturado e planejado para receber a visitação, a mesma tem ocorrido de forma desordenada. A falta de informação, de controle, e a ausência de limites no número de pessoas nas trilhas e nos abrigos naturais (tocas, lapas, cavernas, etc.), trazem significativos impactos ambientais negativos a UC (PARNA, 1995, p.34).

Apesar do plano de manejo, a própria gestão do Parna CD admite a existência de aproximadamente seis núcleos agrícolas localizados no interior do parque, que são totalmente incompatíveis com o plano, distribuídos, conforme quadro 3.1.

Existem controvérsias entre o IBAMA e o Conselho Consultivo sobre o total da população que habita a área do Parna CD, que varia de 700 a 1400 pessoas. Por intermédio do levantamento fundiário, o referido conselho afirma que a maior parte das terras do Parque pertence a fazendeiros da região e uma parte (Pati) é propriedade do Banco do Brasil (herança do financiamento para a cultura do café). Entretanto, a parte das terras dos fazendeiros encontra-se arrendadas aos garimpeiros ou a pequenos produtores, na perspectiva de fugir da fiscalização, aproveitando o fato de que o uso e apropriação da terra e de outros recursos naturais não costumam seguir os padrões legais de apropriação determinados pela legislação civil.

Quadro 3.1 – Ocupação do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Municípios	Núcleos Agrícolas	Usuários
Mucugê, Andaraí	Vale do Pati 23 famílias (100 pessoas aproximadamente)	100 garimpeiros
Ibicoara	Baixão 30 famílias	30 pessoas no manejo do gado para pasto nativo
Andaraí (Marimbus)	Fazenda Velha 20 famílias Coletores de plantas naturais e retirada de pedras	50 garimpeiros
Andaraí e Lençóis	Estrada Velha do Garimpo 30 famílias Coletores de plantas naturais e retirada de pedras	150 garimpeiros
Itaetê	Capão do Correia (aproximadamente) 5 famílias	Coletores de plantas naturais e retirada de pedras
Mucugê	Estrada do Guiné 20 famílias	Coletores de plantas naturais e retirada de pedras
Palmeiras		40 Coletores de plantas naturais e retirada de pedras (ao todo) 30 pessoas no manejo do gado para pasto nativo (ao todo)

Fonte: Adaptado de Guanaes (2006).

3.7 CONFLITOS AMBIENTAIS EM ESPAÇOS PROTEGIDOS DA CHAPADA DIAMANTINA

Segundo Guanaes (2006, p. 103):

Atualmente as propriedades particulares do PNCD são usadas para a coleta de flores secas, cada vez mais incipiente; para o pasto nativo de animais, em torno de 18.000 cabeças de gado e cerca de 600 criadores; pelo garimpo manual; e, recentemente, essas terras também estavam sendo usadas para fins turísticos com a organização de espaços e acomodações para visitação.

A afirmação acima revela que muito embora o Parna CD se encontre plenamente incluído na Chapada Lavrista, onde a lavra historicamente é uma atividade estabelecida, ele abriga atividades econômicas claramente contraditórias, tais como, garimpo manual, turismo ecológico, visitação científica, criação de gado, coleta de flores e pequena produção agrícola, o que se traduz num conflito no qual se opõem de um lado a valorização da tradição local e as formas seculares de uso dos recursos naturais, e de outro a utilização da natureza como espaços

contemplativos e fruição, e como laboratórios vivos que pressupõem políticas de conservação, em geral discrepantes com o modo de vida e de serra que se colocam como portadores de uma cultura tradicional remanescente.

O próprio plano de manejo do Parna CD, afirma que:

Foram identificadas, no ambiente interno da UC, deficiências de pessoal, financeira e administrativa, que contribui para uma ineficiência nas suas ações, tanto na proteção e manejo da área, quanto na interação com seu entorno (PARNA,1995, p. 24).

O mesmo se dá dentro dos limites da APA, onde o zoneamento coloca em contato áreas de preservação e conservação, com as de uso sustentável, o que acarreta em conflitos de uso, pois, não existe fiscalização efetiva, e a própria Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), admite a existência de conflitos ambientais, tais como queimadas, desmatamento, lixo e esgotos, turismo desordenado, ocupação de áreas de preservação permanente e garimpos clandestinos. Esses conflitos ocorrem principalmente na porção NW e SE da APA. Na porção noroeste, existem zonas de uso sustentável (de agropecuária, turística especial, de expansão prioritária), entrecortada por áreas de preservação (zonas de caverna e de proteção permanente). Da mesma forma, na porção sudeste da APA onde também áreas de uso sustentável (zonas agrícola restrita, de expansão prioritária, de vila turística, e núcleos urbanos consolidados) estão em contato com áreas de preservação (zona de preservação da vida silvestre, e de proteção rigorosa) e conservação (zonas agro florestal e proteção visual) gera fatalmente conflitos, pois, não há limites claros em campo e muito facilmente a área urbana de Lençóis pode invadir a zona de proteção visual (de conservação), contígua. Assim também a estrada que liga Lençóis à BR-242 corta também trecho da zona de preservação rigorosa, e em margens de estradas são comuns atividades predatórias.

O Parque Municipal de Mucugê (Parmu) é a menor das UCs da área em estudo e a mais preservada devido à extensão, mas, também pelo trabalho desenvolvido pela equipe que o administra. Não existem conflitos na área do parque, pois, todas as atividades são monitoradas, além do que é feito um cuidadoso trabalho de conscientização dos visitantes e comunidade. Assim as trilhas são sinalizadas para evitar pisoteamento, existem coletores de lixo ao longo delas, e todos (comunidade e turistas) incorporam a ideia do cuidar.

As figuras 3.6 e 3.7 apresentam alguns dos conflitos que não foram ainda abordados, entretanto tivemos muita dificuldade em conseguir informações em virtude do alto custo das imagens que não estão disponibilizados livremente, e pela compatibilização cartográfica dos bancos de dados existentes, devido a sua obtenção em várias escalas.

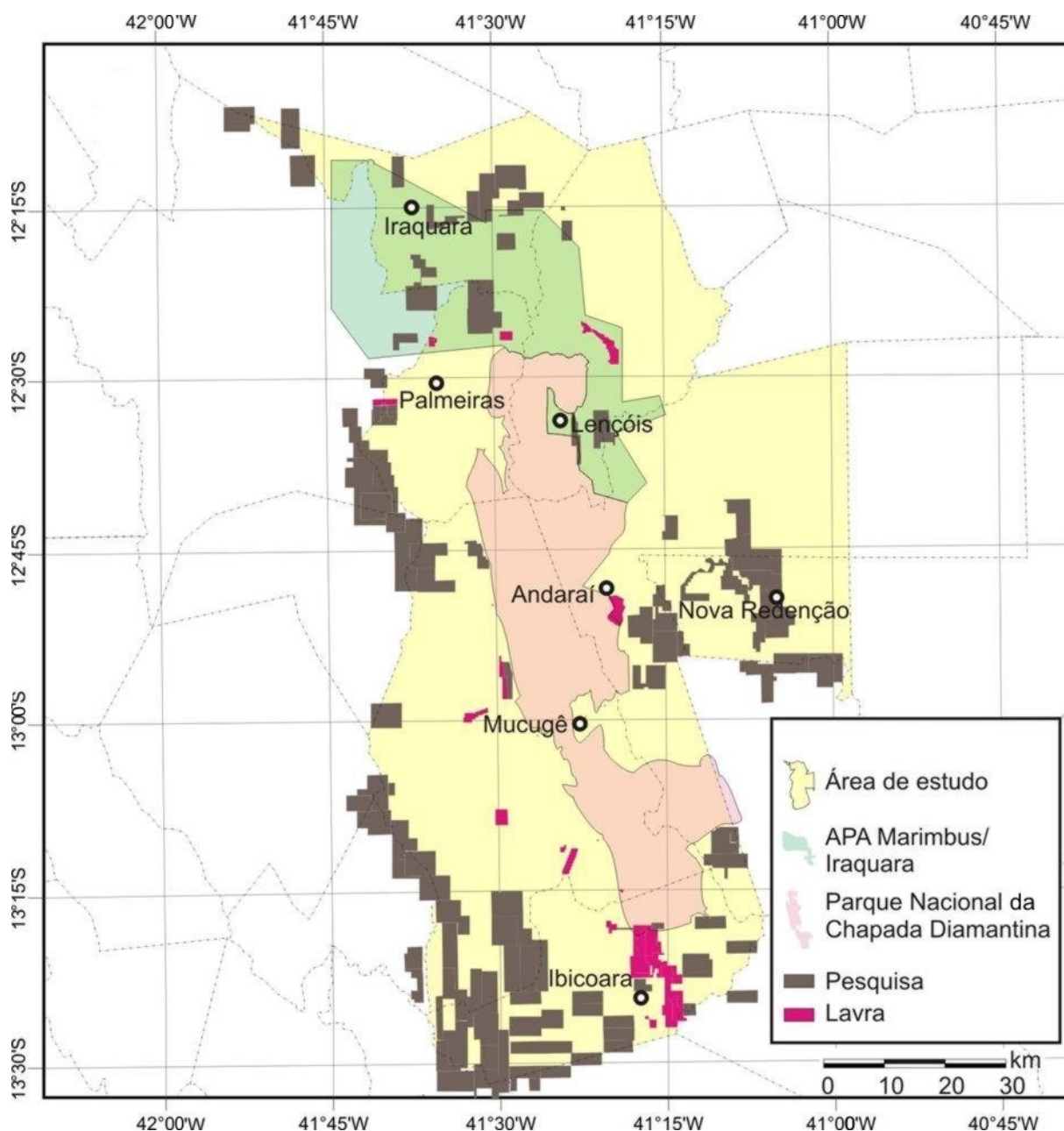
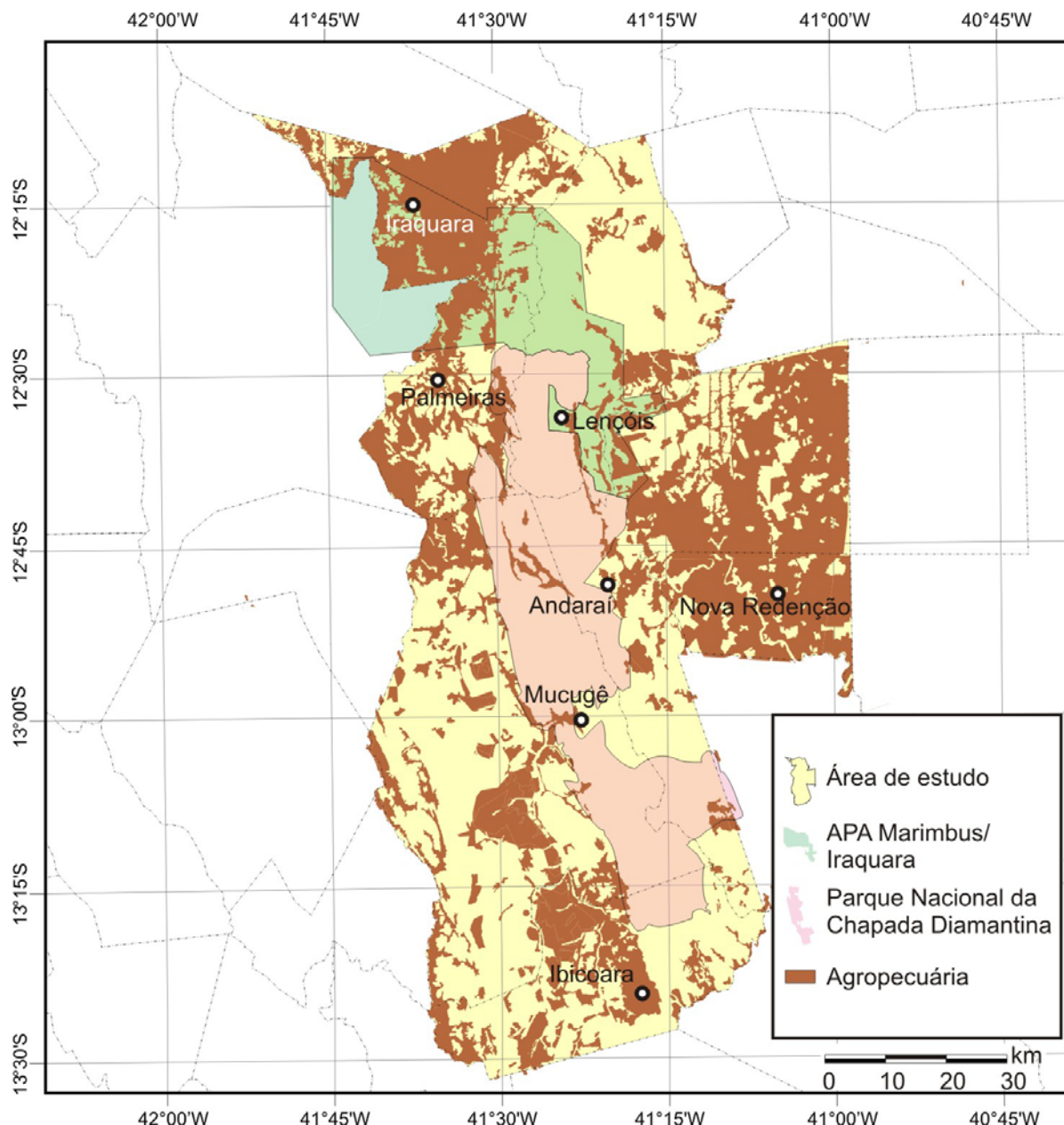


Figura 3.6 – Áreas de pesquisa mineral e lavra situadas na área de pesquisa. Fonte de dados DNPM (2010).



Adaptado de Bonfim (2001).

Figura 3.7 – Áreas de agropecuária situadas na área de pesquisa.

Na figura 3.6 estão evidenciados os conflitos com a mineração, que se baseiam nas restrições impostas pela Constituição Federal de 1988, artigo 225, parágrafo primeiro, inciso III, *in fine*:

[...] Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
 III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, **vedada qualquer utilização**

que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção [...] (grifos nossos).

Nos limites do Parna CD, existem áreas de pesquisa em estágio de lavra, localizadas a sul da cidade de Andaraí, nas proximidades do limite entre os municípios de Mucugê e Ibicoara, e no extremo sul da área da unidade em questão. Essas áreas de lavra evidenciam, em tese, exploração mineral em unidade de proteção integral, o que pela legislação é vetado. Existem também áreas em estágio inicial de pesquisa, nas linhas limites do contorno Parna CD e nas áreas de amortecimento.

Pinto (2005, 25) esclarece que:

1. Nos casos de requerimentos de títulos minerários em Unidades de Conservação de Proteção Integral pré-existentes, conforme art. 8º da lei do SNUC, os requerimentos deveriam ser indeferidos;

2. A maior área de conflito está nos casos onde já tiver sido expedida portaria de lavra em Unidades de Conservação de Proteção Integral que, segundo Processo DNPM nº 48400.000.788/2006, aprovado pela Diretoria Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, deverão ser objeto de processo de caducidade com fundamento nos art.7º, §1º, e art. 28, do código de mineração, em decorrência da impossibilidade da sua manutenção em razão de ter se tornado o seu objeto incompatível com a preservação do meio ambiente.

Na área da APA existem também áreas de pesquisa em dois estágios, mas, como área de uso sustentável, é regida de modo diferente, conforme Pinto (2005, 27):

1. Nos casos de requerimentos de títulos minerários em Unidades de Conservação de Uso Sustentável pré-existentes, nos termos do art.14 da Lei nº 9.985/2000, apresenta-se possível a outorga dos títulos desde que atendam às restrições impostas pela legislação;

2. Nos casos de requerimentos de títulos minerários em áreas livres que posteriormente se tornaram objeto de Unidades de Conservação de Uso sustentável, existe a possibilidade de outorga dos títulos minerários muito embora devam adaptar-se e atender às restrições legais.

E dessa forma não detectamos nenhuma ocorrência localizada em área de preservação ou conservação, entretanto, não podemos afirmar que as existentes nas áreas de uso sustentável estão atendendo às restrições legais.

Com relação à figura 3.7, podemos verificar a existência de conflitos com a atividade agropecuária, sobretudo no Parna CD, onde é visível essa atividade em extensas áreas nos arredores de Mucugê, na parte central a oeste de Andaraí, na linha NW-SE entre essa cidade e Lençóis, e um considerável adensamento dessa atividade na parte noroeste, ao leste de Palmeiras. Por outro lado, nos limites da APA são evidentes que as áreas de agropecuária invadem áreas de preservação

(proteção de cavernas e proteção permanente) no entorno de Iraquara, e de conservação (controle da paisagem e proteção visual), situada entre Iraporanga e Estiva.

Tudo isso vem confirmar que a ação de fiscalização é negligente, pois, pela extensão da atividade é impossível que não seja visível, e todas as limitações/restrições impostas pelo plano de manejo não são respeitadas, e a situação não mudou em relação ao período em que o Parque existia só no papel.

Em suma, a análise das lógicas territoriais na Chapada Diamantina deve ser vista de maneira sistêmica, pois, tanto a mineração quanto o turismo, com base na geodiversidade, contribuíram para tal realidade. É dessa inter-relação e da dependência dos sistemas sociocultural e politicoeconômico que surgem as lógicas de ocupação (Figura 3.8).

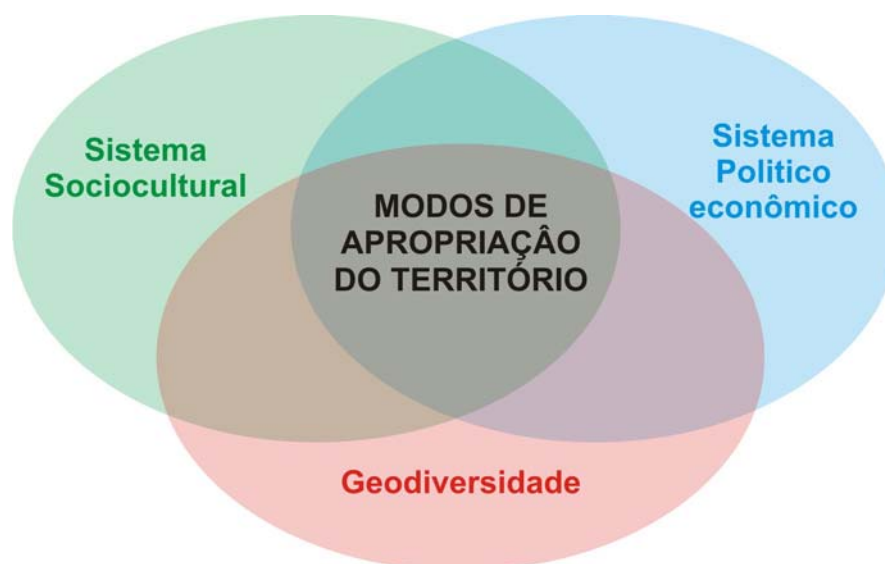


Figura 3.8 – Esquema das Lógicas Territoriais.

O sistema sociocultural compreende uma realidade que vai além do local onde o processo ocorre, pois, nele estão implícitos elementos que são capazes de influenciar o todo, mas, que nem sempre são passíveis de ser controlados ou monitorados localmente. Entre eles podem ser citados: valores sociais, avanços tecnológicos, fluxos de capitais, desigualdades sociais, mobilidade social, aspectos psicossociais, entre outros. Esse sistema apresenta tal complexidade que, por vezes, sua compreensão envolve outros tipos de atividade e até outros setores, sobretudo, o econômico. Nele estão embutidos valores socioculturais e históricos

que, ao longo do tempo, foram responsáveis pela organização espacial desses espaços. Essa é resultado de trabalho humano acumulado, cujos resultados e características são passíveis de serem explorados e aproveitados pelo turismo, a exemplo das já citadas rugosidades.

Ainda dentro do sistema sociocultural estão os componentes que, de alguma maneira, influenciaram o modo de vida e o cotidiano das populações locais, territorializando-as. Esses componentes que englobam aspectos da vida social da localidade, suas manifestações populares, sua arquitetura, sua gastronomia, sua religiosidade, dentre outros, são passíveis de ser transformados em mercadorias, exatamente como aconteceu na Chapada Diamantina.

Entretanto, essa relação traz em si um conflito, considerado desigual, uma vez que a população autóctone termina por se submeter ao processo de colonização imposto por agentes (Estado e iniciativa privada) responsáveis pelo desenvolvimento. Com o passar do tempo, as características socioculturais se perdem, e vão dar origem a uma organização social completamente diversa daquela originalmente existente, como afirma Beni:

O grupo social receptor das inovações, isto é, os habitantes estáveis do núcleo, sofrem muitas vezes uma autêntica colonização econômica e são encarados como joguetes de poderosos e levianos interesses ocultos [...] Acabam caindo na marginalidade social por não conseguirem se engajar no 'esquema' que transforma passo a passo sua comunidade. Nas comunidades estáveis também pode ocorrer outro tipo de colonização: a dos hábitos, dos costumes e do estilo de vida. Uma colonização infelizmente aceita e assimilada com frequência, incentivada com ânimo de lucros pelos mesmos membros da comunidade autóctone; o hedonismo, o engano, a mentira, a vida de pura aparência, o hábito de ganhar e gastar fácil constitui uma poderosa influência que vai erodindo valores verdadeiramente importantes do povo (BENI, 2002, p.83-84).

A geodiversidade que é composta pelos elementos naturais, representados por elementos bióticos e abióticos (clima, flora, geomorfologia, hidrografia, geologia (mineração), solos, entre outros, que formam o espaço natural, cujas singularidades, dentre elas os recursos naturais, são transformados em atrativos, graças à função econômica a eles atribuída.

O componente econômico vai estar vinculado ao sistema politicoeconômico, que necessita de uma organização política que lhe dê aporte, e muitas vezes, fomento, como aconteceu na Chapada Diamantina, como já citado, envolvendo processos produtivos, políticos e legais (aqui incluído ações que visem minimizar os conflitos) que levaram ao desenvolvimento e as lógicas de apropriação

do território.

Assim, as lógicas territoriais, para se desenvolverem, dependem fundamentalmente de aspectos sociais, econômicos, políticos, naturais e culturais, que ocorrem em espaço claramente definido: o das comunidades que estão sendo territorializadas.

Entretanto, ao longo desta tese, pudemos constatar que a unidade/uniformidade da proposta de região econômica Chapada Diamantina, não se verifica, pois, os 33 municípios que a compõe, tem características diversificadas. Faz-se necessário dessa forma, uma análise dos seus cenários geoeconômicos, para se verificar se realmente no contexto amplo da região econômica utilizada, existem elementos que a caracterizem, apesar das diversidades, como Chapada Diamantina. É fato que tal atividade (mineração de diamante), abrange somente uma parte dela, e que a mineração como um todo, não contempla a totalidade dos municípios.

4 CENÁRIOS GEOECONÔMICOS E REGIONALIZAÇÃO NA CHAPADA DIAMANTINA

Muitas foram as regionalizações na Bahia, algumas federais, e outras estaduais, sendo essas as mais conhecidas e utilizadas. No entanto, essas regionalizações sempre deixaram a desejar, pois, é impossível a pretensão homogeneizante que elas se propõem. Outro problema comum é que foram estabelecidas sem que fossem explicitados os critérios utilizados para delimitá-las, assim têm-se os mapas, mas, falta um texto explicativo. Nesta tese escolhemos – regiões econômicas – pois, era a que mais delineava nosso objeto de estudo, ainda que abrangesse diversidades.

Essa regionalização foi criada pela Lei nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991, e os aspectos considerados para sua delimitação se encontram no Plano Plurianual do período de 1992-1995, publicado no Diário Oficial do Estado, de 19 de dezembro de 1991.

4.1 DISCUTINDO O CONCEITO DE REGIÃO E CENÁRIOS GEOECONÔMICOS

São muitas as discussões a respeito de região dentre as diferentes correntes do pensamento geográfico, assim a utilização do termo entre os geógrafos não se faz de modo harmônico.

Para Frémont (1980, p. 167.):

De uma maneira geral a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto do que o espaço social de um grupo, e *a fortiori* de um lugar. Integra lugares vividos e espaços sociais com um mínimo de coerência e de especificidade, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos

Segundo Correa (2002), nas décadas entre as décadas de 1960 e 1970, surge o termo região de planejamento que passa a ser usado amplamente no Brasil, em numerosos estudos seja na esfera federal e macrorregional, seja na esfera estadual, visando a definição dessas regiões que serviriam para o planejamento estatal nas mais diferentes esferas.

Entretanto, o termo pode designar unidades espaciais mal definidas, pois, é extremamente difícil limitar uma região geográfica, sejam quais forem os critérios.

É fundamental entender a região ora como um quadro de ação praticamente inerte, ora como uma entidade autônoma da dinâmica nacional, e levar em consideração que elas exercem um papel de controle sobre a sociedade como um todo, já que as ações não se localizam em lugares ermos, nem obtêm o mesmo resultado nas diversas frações do território em que se instalam (Silveira, 2010).

Labasse afirma que:

[...] a utilização do termo *região* já impreciso na pena dos geógrafos, é muito ambígua: tanto pode ter uma definição geopolítica e institucional precisa – a que nós recordaremos –, como pode designar unidades espaciais mal definidas. (LABASSE, 1993, p. 9)

Assim, a região se definiria como o resultado de possibilidades nela presentes, geradas pelo capital fixo e pelas relações políticas, sociais e culturais. Os fixos, de fato resultados de uma razão técnica, jamais deixam de ter um conteúdo político. Dessa forma, conforme SANTOS (1985), “refletir sobre a região, portanto, envolve a compreensão das relações entre as formas e seus conteúdos estabelecidos num determinado espaço, interagindo entre si”.

Entretanto, as regiões comportam formas e conteúdos distintos no processo contraditório do capitalismo. O modo de produção não garante a homogeneidade das regiões. Ao contrário, ele instiga as diferenças como forma de produzir, em cada lugar, algum tipo de vantagem comparativa para a acumulação de capital. Quanto mais influências externas os lugares sofrerem, mais eles se tornarão singulares, únicos, muitas dessas influências atingem espaços determinados dentro das regiões, que são eleitos como privilegiados, e se diferenciam dos demais, como na região em estudo.

Assim, conforme Santos (1988, p.47):

[...] a região torna-se uma importante categoria de análise importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (SANTOS, 1988:47).

Enfim, o conceito de região foi amplamente discutido, mas, foi a partir de La Blache que se difundiu o conceito, que veio a consolidar a geografia como campo do conhecimento científico. Como afirma Amorim:

Ao trabalhar com o conceito de região, La Blache inicialmente entende a região natural como o recorte de análise básico para a Geografia desenvolver seu campo de estudo. Esta visão é alterada à medida que avançam seus estudos para o entendimento dos recortes regionais na França, ao passar das regiões naturais ao estudo das *regiões econômicas*

(grifo nosso), chegando a fazer análises de geopolítica quando escreve sobre a região da Alsácia-Lorena (AMORIM, 2007, p.6)

Faz-se também necessário conceituar o termo cenário geoeconômico. Segundo Ferreira (2003), cenário apresenta significados variados, sempre associados à noção de cena. Para o caso em questão, seria “modelo para análise, construído a partir de indicadores sociais, econômicos, políticos, etc., referentes a determinado período histórico”. Entretanto esse autor não reconhece o verbete geoeconômico, referente à geoeconomia (também não contemplado), que o dicionário *on line* de Português (disponível em: <www.dicio.com.br/geoeconomia>; acesso em: 7 fev. 2011), diz ser “relativo a, ou caracterizado por condições ou políticas influenciadas por fatores geográficos, e que são internacionais em seus objetivos”.

A geoeconomia está muito vinculada à geopolítica, e foi utilizado originalmente pelos teóricos da economia espacial na Alemanha para caracterizar o campo de conhecimento que procurava introduzir a dimensão espacial como componente fundamental do raciocínio econômico (EGLER, 2009). Entretanto a geopolítica considerada clássica começa a entrar em crise pelo fato de seu conteúdo ter inspirado subversivamente muitos conflitos ao redor do mundo, ficando com o estigma da “geografia da guerra”. Devido a isso, perde importância e é deixada de lado. O seu renascer, no fim do século XX, traz um Estado não centralizado, que deixa de ser a única fonte de poder e termina secundarizado pelo poder econômico, no novo tabuleiro internacional.

Conforme Ferreira (2005, p.7),

O Estado deixa de ter o papel principal e participa desta nova ordem como ator secundário, regulando as relações através de diretrizes para estes novos atores, e suprimindo as lacunas deixadas pelo *modus vivendi* proporcionado pelo capitalismo, corroborado por uma globalização que no seio da sociedade se mostra negativa.

Assim sendo, o conceito de região econômica (RE) foi estabelecido considerando região como área que tem determinadas relações de produção e também com características geográficas específicas. Entretanto, há de se tomar cuidado, sobretudo quando se trabalha na perspectiva de planejamento regional. É comum que o conceito região utilizado nos planos e programas, limite-se às abordagens geográficas e administrativas no sentido mais restritivo, ou seja, a delimitação meramente territorial do espaço. Dessa forma, por não envolver a

realidade social na sua totalidade, nem relacionar sociedade e espaço, fica prejudicada a visão do todo, mas, sobretudo compromete a qualidade dos diagnósticos a partir daí elaborados.

Defrontam-se então os planejadores com a tarefa de controlar as desigualdades regionais dentro de uma realidade capitalista que de certa forma, devido a sua constituição, as produz e reproduz de modo sistemático, pois, é premissa essencial de sua sobrevivência.

Fica evidente que a visão dos planejadores fica prejudicada pela falta de um maior aprofundamento, uma vez que eles não dispõem sequer de instrumentos adequados para a compreensão da realidade com a qual se deparam e onde visam interferir.

4.2 DEFININDO AS REGIÕES ECONÔMICAS

Para explicar como foi feita a definição/delimitação das regiões econômicas se faz necessário a análise dos aspectos macroeconômicos estaduais, da política governamental, assim como das estratégias e diretrizes adotadas pelo Estado, na época da criação das regiões econômicas (RE), pela Lei nº 6.349, de 17 de dezembro de 1991.

Esse conceito de Regiões Econômicas ganha, segundo Souza (2008), importância nos anos 90, e viria a ser definido como espaço contínuo polarizado por uma cidade de maior porte, tendo por suporte uma ou mais atividades produtivas que caracterizam e determinam a potencialidade da região, que aliado com o de área de influência urbana buscava dar um caráter mais abrangente ao planejamento governamental. Para tal, procurava identificar as variadas realidades econômicas determinadas pela forma como os investimentos públicos e privados eram utilizados no estado.

4.2.1 Aspectos Macroeconômicos

Até meados dos anos 50, do século passado, a base da economia baiana era quase que exclusivamente agrícola sustentada pelo cacau e outras culturas de exportação; a Bahia viveu nas décadas seguintes um intenso processo de crescimento e transformações estruturais. Conforme Giudice (1999):

Em linhas gerais, esse processo foi capitaneado pela industrialização pesada, que se inicia com a implantação da Refinaria Landulpho Alves – RLAM em Mataripe, nos anos 50, e se consolida com o Centro Industrial de Aratu – CIA, Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC, e o complexo do cobre da Caraíba Metais, implantados respectivamente nos anos 60, 70 e início dos 80. (GIUDICE, 1999, p. 17).

Analisando-se as principais empresas implantadas no CIA, no COPEC e a própria Caraíba Metais, observa-se que a industrialização baiana não se baseou, como no Sul, nos bens duráveis e de consumo final, mas, sim na produção de matérias primas e bens intermediários. Com um mercado relativamente pequeno, a Bahia teve de industrializar-se, planejadamente, a partir de suas matérias primas, visando a demanda intermediária do centro sul do país.

Como se observa, a Bahia, embora se industrializando, não perdeu seu perfil de economia exportadora. Aos antigos pólos agrícolas foram agregados os novos pólos industriais, como os da Refinaria Landulfo Alves (RELAM), e demais unidades da Petrobrás, da siderurgia, da petroquímica, da metalurgia e agora, por fim, o da celulose. São todos pólos marcados por grandes empresas de alta produtividade que se voltam, basicamente, para mercados externos.

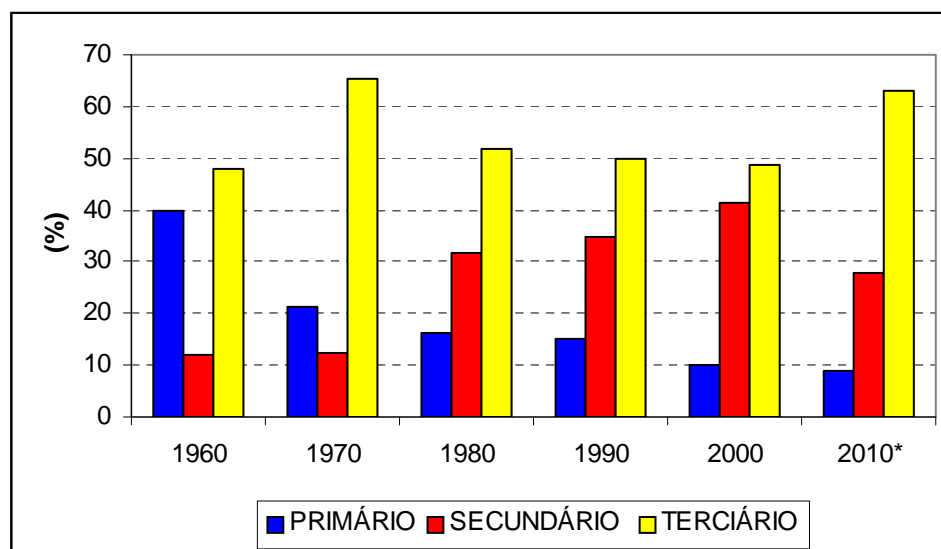
Embora mantendo perfil exportador, o processo de industrialização modificou por completo a antiga base econômica do estado, ainda apoiada no modelo de produção primária. Como se observa na tabela 4.1 e na figura 4.1, o setor primário, que em 1960 representava 40% do PIB, cai sistematicamente ao longo das décadas, até atingir a participação de apenas 10,1% em 2000. O setor secundário, por outro lado, evolui no mesmo período de 12% para 41,3% do produto de toda a economia baiana. Por outro lado, o terciário após crescimento entre 1960 e 1970, apresenta sucessivas quedas entre 1980 e 2000, voltando a crescer em 2010, no bojo do crescimento econômico nacional, e o incentivo dado pelo governo estadual.

Tabela 4.1 – Composição setorial do PIB baiano 1960/2010

ANO	SETORES (%)		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,4	31,6	52,0
1990	15,0	35,0	50,0
2000	10,1	41,3	48,6
2010*	9,0	28,0	63,0

Fonte: SEPLANTEC/CEI/CPE (2010).

* Números estimados



Fonte dos dados: SEPLANTEC/CEI/CPE (2010).

Figura 4.1 – Composição setorial do PIB baiano para o período 1960 a 2010.

A aceleração da atividade econômica ocorreu como resposta aos mecanismos tributários de indução de inversões privadas, atraindo capitais gerados fora do estado, com uma contrapartida estadual e federal por intermédio de inversões em infraestrutura e incentivos.

Conforme escreve Uderman (2005, p.3):

[...] outra característica da industrialização baiana foi a sua concentração no entorno de Salvador, nos municípios de Candeias (RLAM), Simões Filho (CIA), Camaçari (COPEC) e Dias D'Ávila (Caraíba) que, conjuntamente a outros municípios periféricos à capital do Estado, constituem a Região Metropolitana de Salvador – RMS. Com a industrialização, portanto, Salvador se metropolizou, transformando-se, através da RMS, no grande centro econômico do estado, antes localizado entre Ilhéus e Itabuna em função da economia cacaueteira.

Além da metropolização, a Bahia viveu um intenso processo de urbanização, deixando, no início dos anos 80, de ser um estado eminentemente rural, para chegar ao século XXI com uma preponderância nitidamente urbana (72%, IBGE, Censo 2010). Paralelamente à urbanização e também decorrente da industrialização, a economia baiana registrou ainda a expansão e modernização de seu setor terciário que, como se observa na tabela 4.1, existe oscilação na sua participação no PIB, variando de 48% (1960), e 63% estimativa para 2010, registrando decréscimo entre 1980 e 2000.

A modernização do setor terciário foi efetivada, na prática pela implantação de um conjunto diversificado de serviços pessoais e empresariais

demandados pela própria indústria, tais como nas áreas de: segurança transporte de pessoal, limpeza, alimentação, assistência médica, assistência técnica e consultoria. Insere-se também nesse rol o turismo, que ampliou sua infraestrutura hoteleira nos anos 70 em Salvador, a partir do incremento da demanda empresarioindustrial.

Por meio da política de incentivos fiscais, o governo da Bahia conseguiu trazer empreendimentos dos mais variados segmentos da indústria, como têxtil, calçados, eletroeletrônicos, químico, automobilístico e de papel e celulose. Segundo Pessoti (2006, p.86):

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano, da diversificação produtiva, alcançou maior impulso, a partir de 2001, com o lançamento de uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no Estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado (2005), foram realizados na Bahia no período 1999-2005 cerca de R\$ 30,7 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 135 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no Estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes.

De outro lado, todos esses processos – a industrialização, a urbanização e a terciarização - acabaram gerando, por meio dos empregos criados, uma nova classe média e um operariado urbano que constituem, presentemente e em conjunto, um expressivo mercado de consumo final.

Para atender a esse novo mercado processou-se, paralelamente, a formação e evolução de um capital comercial de grande porte – empresas de representações, revendas de veículos, centrais de materiais de construção, cadeias de supermercados, *shopping centers*, lojas de departamentos, dentre outros – voltado para a comercialização de bens finais.

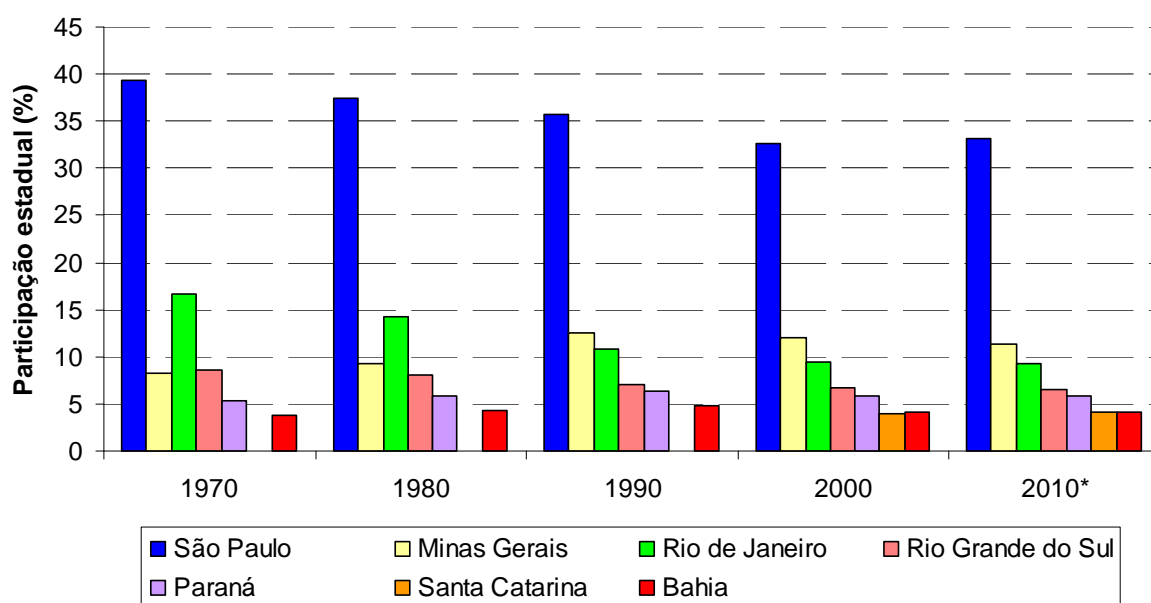
Em função de toda essa dinâmica, a economia baiana apresenta hoje o sétimo Produto Interno Bruto (PIB) estadual do país. Mais que isto, como se observa na tabela 4.2 e na figura 4.2, a Bahia, entre os sete maiores, é uma das três economias que teve crescimento, juntamente com Minas Gerais e Paraná, até a década de 1990, ao passo que São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul vêm perdendo suas posições relativas. A Bahia, portanto, manteve seu crescimento mesmo nos anos 80, a década perdida em esfera nacional, embora tenha sofrido retração na virada do milênio.

Tabela 4.2 – Participação dos estados no PIB nacional (%)

ESTADOS	1970	1980	1990	2000	2010*
São Paulo	39,4	37,5	35,8	32,6	33,1
Minas Gerais	8,3	9,3	12,5	12,0	11,3
Rio de Janeiro	16,7	14,2	10,9	9,5	9,3
Rio Grande do Sul	8,6	8,0	7,0	6,7	6,6
Paraná	5,4	5,8	6,3	5,9	5,9
Santa Catarina	–	–	–	4,0	4,2
Bahia	3,8	4,3	4,8	4,2	4,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Programa de Estudos dos Estados da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAP/ Fundação Getúlio Vargas – FGV (2009)

*Estimativa, com base em projeção dos anos anteriores.



Fonte dos dados: IBGE e Programa de Estudos dos Estados da EBAP/FGV (2009).

Figura 4.2 – Participação dos estados no PIB nacional (%)

A continuidade do crescimento da economia baiana nos anos 80 deve-se, em grande medida, à competitividade internacional de sua industrialização recente. Os principais segmentos de sua estrutura produtiva puderam reagir à estagnação do mercado interno por intermédio de uma drástica virada para o mercado externo. Assim, mesmo que a queda dos preços internacionais do cacau (principal produto de exportação até os anos 70), a economia baiana pôde contribuir, na última década, com 8,3% do saldo total da balança comercial do país, na qual se destacam os produtos químicos e petroquímicos, com a participação de 26,2%, cacau e derivados com 19,6% e minerais com 14,9%. A economia estadual vem atuando, portanto,

desde os anos 80 com a lógica da integração competitiva, hoje proposta como o grande desafio para o início deste século.

Vale lembrar que a Bahia comporta um terço do semiárido nordestino em seu território, com uma população que é superior à de alguns estados da região. Essa área, que registra um índice de urbanização apenas de 29,9% e apresenta grande vulnerabilidade climática, abrange o segundo pólo cerealífero do estado e possui expressiva parcela do rebanho caprino e ovino.

Esses dados configuram um quadro em que a oferta excessiva de mão de obra não foi incorporada ao processo de desenvolvimento, mesmo considerando-se o incremento da produção industrial – da ordem de 17% – provocado pelo crescimento da petroquímica, que atingiu a 56% dessa produção, representando, atualmente, aproximadamente 18 mil empregos diretos.

Seguramente, o destacado contingente de desempregados e subempregados e a expressividade do setor terciário informal na Região Metropolitana de Salvador (RMS) devem-se a certos caracteres básicos que conformam a agricultura baiana, ressaltando-se: concentração fundiária, baixa produtividade e alta incidência de alguns produtos na geração do valor agregado, como o cacau e a cana, representando mais que de 40% do setor, e também na pecuária, com a criação de bovinos (que representa mais de 75% da atividade). Esse quadro é agravado com o fluxo migratório estimulado pelo Pólo Petroquímico e outras atividades industriais que ainda se concentram na Região Metropolitana, apesar do incentivo a pólos no interior do estado.

Constata-se a decadência de alguns produtos tradicionais como o cacau, o sisal e produtos originários de pequena produção de subsistência, ao lado do desenvolvimento de complexos agroindustriais que privilegiam culturas de exportação e produtos de insumos industriais. Deve-se ressaltar que, nos municípios onde se localizavam projetos de irrigação e complexos agroindustriais, as taxas geométricas anuais de crescimento da população registraram números significativos, indicando, nesse caso, a sua fixação no interior. São exemplos dessa situação os municípios de Irecê (5% ao ano), Barreiras (4,1%) e Bom Jesus da Lapa (3,9%), censo 1991.

Com efeito, o segmento referido caracteriza-se por um maior padrão tecnológico e melhor organização da produção, materializando-se na expansão da agricultura irrigada, que tem provocado avanços significativos na economia baiana,

ampliando o estágio de articulação com a indústria, ao lado da reestruturação espacial que já vem ocorrendo.

Nesse sentido, a expansão a área de plantio de grãos para dois milhões de hectares no oeste da Bahia, e o incremento dos projetos de irrigação no São Francisco, consolidando o pólo agroindustrial da região, são condicionantes significativos de uma nova distribuição espacial das atividades agrícolas.

A dinâmica do desenvolvimento regional tem nesse segmento do setor primário e nos complexos agroindustriais suas vertentes de contornos mais fortes.

Por outro lado, o desenvolvimento da Bahia, extremamente polarizado na produção de bens intermediários voltados para a exportação, determinou a concentração da infraestrutura e serviços no litoral, em apoio à produção e aos mercados desses bens. No interior do estado, a disponibilidade é ainda precária, causando grandes deficiências socioeconômicas nas relações intra e inter-regionais. Somente no início deste século se despertou para a necessidade de construir uma ferrovia para escoar a produção de grãos do oeste do estado, a cerca de 1000 quilômetros dos portos estaduais. Mesmo com tudo isso é importante registrar a ausência de uma malha viária interna capaz de interligar zonas edafoclimáticas e territórios econômicos distintos.

É possível observar no estado, espaços geográficos onde não se encontra um único centro urbano de hierarquia superior ou intermediária, segundo classificação do IBGE. Por outro lado, algumas regiões são mais fortemente influenciadas por metrópoles localizadas fora dos limites divisórios da Bahia, como acontece na região oeste, onde os vínculos são mais fortes com Brasília, devido à maior proximidade.

Diante do exposto, foi feita a análise dos números existentes sobre receitas e despesas, (de modo a se ter uma visão integral do cenário econômico do estado), no decênio em que foi criado a RE, levantamento que foi feito na SEFAZ/SEPLANTEC-CPE, e se verificou que no conjunto dos dez exercícios da década, cinco apresentam déficit (1981, 1983, 1984, 1986, 1987) e cinco mostram superávit (1980, 1982, 1985, 1988 e 1989), mostrando equilíbrio.

4.2.2 Política Governamental

A ação governamental está buscando o desenvolvimento com maior ênfase na área social. Essa prioridade decorre da gravidade dos problemas que afligem a população baiana e que precisam ser superados. Nesse sentido, a ação está orientada por dois princípios: Reconstrução e Integração dinâmica.

Como afirma Bremaeker (2009, p.13):

Importantes transformações no cenário político-administrativo do País foram introduzidas com a Constituição promulgada em outubro de 1988. Os efeitos práticos, que se fizeram sentir a partir do ano seguinte, mostraram que os Governos Municipais tiveram reforçada a sua autonomia, passando a assumir um papel de maior importância na prestação de serviços de interesse local, como também de serviços sociais de âmbito regional, para aqueles de maior porte demográfico. É inegável que o texto constitucional aprovado fortaleceu financeiramente os Municípios, o que se deu muito mais pelo aumento da sua participação nas transferências constitucionais, do que pela ampliação da sua capacidade tributária. De fato, a Constituição inovou muito pouco em relação à competência tributária municipal, mantendo basicamente os mesmos impostos destinados pelas Constituições anteriores. Os Municípios têm à sua disposição tributos que se aplicam sobre atividades eminentemente urbanas: o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Entretanto, a grande maioria dos Municípios do País é de base econômica rural. Obviamente que o ganho financeiro em favor dos Municípios provocou uma redução dos recursos à disposição da União e dos Estados. Isto fez com que estas esferas de Governo reagissem no sentido de procurar encontrar uma solução para a nova situação em que se encontravam. Os Estados, pura e simplesmente, foram transferindo parte das suas responsabilidades para os Municípios, sem a correspondente transferência de recursos, enquanto a União, além de adotar este mesmo procedimento, ainda criou uma série de mecanismos financeiros que viriam a retirar recursos dos Estados e Municípios. (BREMAEKER, 2009).

A primeira tarefa merece do Governo a máxima prioridade em função da deplorável situação dos serviços públicos e da ausência do Estado no cumprimento de suas obrigações mais elementares, transformando-o numa instituição de baixa credibilidade. Numa visão mais ampla, também a economia e a comunidade baiana tem-se ressentido dessa ausência, o que torna necessário uma ação integrada do Governo.

A linha de reconstrução vem sendo enfatizada no que se refere à recuperação da infraestrutura e dos equipamentos, restauração da dignidade e moralidade da Administração, e restauração e adequação do funcionamento da máquina pública.

No que tange à integração dinâmica, a sua efetivação se faz mediante a recuperação do processo de planejamento e coordenação como instrumentos de

ação governamental. Nessa ótica, incorporam as políticas social e regional aos objetivos da política econômica. Retomar o desenvolvimento pressupõe conduzir a Bahia a um novo ciclo de prosperidade, complementando a dinâmica setorial por meio de uma estratégia de verticalização e complexidade econômica, com vistas à produção de bens finais no próprio estado, visando a um mercado regional, sobretudo agora quando o estado foi superado por Santa Catarina no *ranking* dos estados mais ricos da federação.

Essa nova estratégia, além de interiorizar o desenvolvimento e gerar um maior número de empregos, possibilita ainda uma política social mais intensa e integrada à política econômica, na medida em que os gastos sociais do governo constituem-se em mecanismos de expansão, direta ou indireta, dos mercados finais.

4.2.3 Estratégias E Diretrizes Governamentais

4.2.3.1 Sociais

A estratégia adotada pela política governamental enfatiza a aplicação do fluxo de renda gerado pela nova etapa de desenvolvimento na área social, tendo como referência básica o espaço urbano regional, conforme o plano plurianual (PPA) de 1992-95.

O Estado deveria reverter para a área social a ampliação das receitas a serem geradas pelo novo ciclo de desenvolvimento, dentro de uma estratégia que privilegiava as áreas de Educação, Saúde, Justiça e Segurança Pública.

A educação deveria ser vista como a prioridade máxima na política social, e deveria assegurar a todos o direito fundamental e inalienável de acesso ao saber sistematizado. Isto por se entender que a única forma de integrar a Bahia ao projeto de modernização do país seria estimular o ensino público de boa qualidade e universalizado, no ensino básico e fundamental, na faixa de 7 a 14 anos.

No tocante à saúde, o Governo implementou efetivamente o Sistema Único de Saúde, garantindo o papel do Estado enquanto gestor do sistema e assegurando a sua credibilidade por meio de estratégias que visavam garantir o acesso da população aos seus serviços. Simultaneamente, foram adotadas estratégias preventivas articuladas a um programa de saúde popular.

A visão governamental em relação à Segurança Pública era da adoção de medidas meramente repressivas, o que não seria a solução para o problema. O enfrentamento do crescente desafio da criminalidade estava condicionado à construção de um novo estilo de desenvolvimento, capaz de incorporar a população aos benefícios do crescimento econômico.

Na área específica da Justiça e Direitos Humanos, as ações de governo estiveram voltadas prioritariamente para a melhoria das condições físicas e de funcionamento dos presídios, cuja população é sempre superior à capacidade.

4.2.3.2 Econômicas

Na área econômica a estratégia proposta no Plano Plurianual de 1992 objetivava a ampliação da base produtiva por meio da verticalização e diversificação, visando à produção de bens finais no próprio estado. Tal estratégia, além de consolidar a estrutura socioeconômica, geraria um número significativo de empregos, permitindo a interiorização efetiva do desenvolvimento, ao aumentar as trocas internas.

Mesmo considerando que o cenário macroeconômico do país apresentava um momento de graves dificuldades, a economia baiana encontrava-se no limiar de um novo ciclo de desenvolvimento. Em função dos quatro grandes processos de investimentos, relativamente independentes do mercado interno, bem como da adoção de uma estratégia de integração dinâmica da economia, a Bahia apresentava tendência para galgar posição mais elevada no *ranking* nacional.

O primeiro grande processo de investimentos constituía-se na ampliação do Complexo Petroquímico de Camaçari, associado à expansão da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) que, em conjunto, consistiam em investimentos superiores a US\$ 3 bilhões. Também associado a esse processo de expansão do setor químico estavam as possibilidades de investimentos na química fina e inorgânica, estimadas em mais de US\$ 200 milhões.

O segundo processo consistia na implantação de dois megaprojetos de celulose, visando basicamente o mercado externo, representando um investimento conjunto da ordem de US\$ 2,2 bilhões. Esses projetos, executados dentro da mais avançada tecnologia de controle ambiental e localizados, um no Litoral Sul e outro

no Litoral Norte, seriam vetores de dinamização econômica em regiões de grande potencial turístico. Entretanto somente um pólo, o do litoral sul, foi implantado.

O terceiro processo constitui-se numa vigorosa expansão da fronteira agrícola do estado, por intermédio de dois vetores básicos:

- incentivo a ampliação da agroindustrialização de grãos, notadamente soja das áreas de cerrados no oeste baiano. Com uma produção já superior a duas mil toneladas/ano, na década de 1980, e
- incremento dos importantes pólos de irrigação nas diversas bacias hidrográficas do estado, para produção e agroindustrialização de culturas nobres, notadamente na área frutícola.

O quarto processo de investimentos constituía-se na expansão/revitalização do setor turismo, que teve grande queda, sob uma ação prioritária de coordenação e fomento por parte do Governo do estado.

A prioridade conferida pelo Governo estadual ao turismo decorria de sua expressiva capacidade geradora de empregos, de grande importância para o desenvolvimento social do estado. Por outro lado, o turismo era também um significativo vetor de consumo final, o que contribuía para a adoção de uma estratégia de integração e consolidação da economia baiana.

Detendo a produção de uma série de bens intermediários, e um mercado final que se expandia a partir dos processos de investimentos em curso, particularmente no setor de turismo, a economia baiana pode desenvolver uma sólida estratégia de verticalização da base produtiva, visando uma integração dinâmica por meio da produção de bens finais no próprio estado.

4.2.3.3 Estratégias Regionais

O estado da Bahia tem vocações claramente definidas, regionalmente, a partir de um núcleo industrial espacialmente concentrado, de culturas que são a base de economias regionais e da dinâmica das novas fronteiras produtivas.

Considerando esse referencial, adotou-se uma estratégia espacial apoiada na desconcentração das atividades econômicas (interiorizando o desenvolvimento) e da oferta de serviços públicos, buscando-se um maior equilíbrio

inter-regional em termos socioeconômicos, com o conseqüente aumento das transações internas.

Desse modo, foram privilegiados os mecanismos de articulação, integração e complementaridade em esfera municipal, como também as inter-relações com o planejamento setorial, agrícola, industrial, mineral, urbano, ambiental e turístico.

As seguintes iniciativas foram tomadas para viabilizar ações regionalizadas: programas e projetos com localização adequada (a partir das potencialidades e peculiaridades de cada região); distribuição mais justa, nos municípios, de serviços sociais ofertados pelo Estado, por meio da melhoria e ampliação dos equipamentos públicos; recuperação e expansão da infraestrutura física, especialmente transportes e energia e fortalecimento das administrações municipais, dando-se maior ênfase ao papel do município.

Em relação à expansão da infraestrutura de transportes, é notório o seu papel na articulação e integração das regiões e, conseqüentemente, na concretização do novo ciclo de desenvolvimento.

A esse respeito, a Bahia tem sido particularmente prejudicada pela falta de complementação e mesmo de implantação da infraestrutura de transportes de âmbito federal, o que se torna indispensável na viabilização das potencialidades estaduais.

Com efeito, o Estado vem, ao longo do tempo, suprindo em muito a omissão federal, em face de uma rede viária tronco que atravessa a Bahia – pela sua própria localização geográfica e extensão territorial – mas, cuja implantação ocorreu em função de uma articulação com o centro sul, em detrimento dos interesses e necessidades do próprio Estado.

Na busca de respostas localizadas e funcionais para a promoção do desenvolvimento estadual, em estreita correlação com as peculiaridades e potencialidades de cada região, a subdivisão do espaço baiano afigura-se como um mecanismo adequado. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no artigo 25, parágrafo 3º, o conceito de microrregiões ao qual se associou a noção de regiões administrativas, que estava em vigor na Bahia há várias décadas e em número de 30.

Revedo e atualizando essa divisão, tendo em vista as atividades de planejamento, informação e administração regional, que exigem um estágio maior de

agregação, foram identificadas e definidas pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, quinze regiões econômicas (Anexo A), que refletiam na época em que foi criado, o estado de desenvolvimento em cada porção territorial do estado, além de traduzir uma visão prospectiva do desenvolvimento estadual, naquele ano.

Assim, para fins de compatibilização do planejamento estadual e suas regiões econômicas com a já existente organização espacial elaborada pela SUDENE, que dividiu a região Nordeste em áreas programa (AP), optou-se na época pela sua agregação em sete áreas programa, compreendidas como unidade territorial onde se pretendia estruturar mecanismos de decisão planejada obedecendo a objetivos predeterminados de política de desenvolvimento regional (Quadro 4.1).

Essa estratégia, juntamente com o processo de investimentos setoriais, constituía-se nas linhas básicas do desenvolvimento previstas e propostas pelo Governo do estado.

Quadro 4.1 – Distribuição das Áreas Programa no Estado da Bahia

ÁREA PROGRAMA	COMPATIBILIZAÇÃO COM AS REGIÕES ECONÔMICAS
I – RMS e Entorno	Metroplítana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, e Paraguaçu
II – Sul da Bahia	Litoral Sul, Extremo Sul
III – Nordeste	Nordeste
IV – Serra Geral	Sudoeste, Serra Geral
V – Norte	Baixo Médio São Francisco
VI – Bahia Central	Piemonte da Diamantina, Irecê e Chapada Diamantina
VII – Oeste	Médio São Francisco, Oeste

Fonte: Bahia, Governo do Estado (2010).

Para sintetizar, a retomada do desenvolvimento previa, portanto: i) no plano econômico, conduzir a Bahia a um novo ciclo de prosperidade; ii) no plano social, ampliar a oferta de serviços de modo a incorporar os distintos segmentos populacionais, e iii) no plano regional, promover o desenvolvimento das suas regiões econômicas conforme as suas vocações e potencialidades, objetivando a redução dos desníveis interregionais.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO ECONÔMICA CHAPADA DIAMANTINA

A política governamental adotada visava promover a integração dinâmica, e para sua efetivação era necessária a recuperação do processo de planejamento e coordenação como instrumentos de ação, incorporando as políticas social e regional aos objetivos da política econômica. Assim, com o intuito de promover o desenvolvimento estadual, em estreita correlação com as peculiaridades e potencialidades de cada região, a subdivisão do espaço baiano afigura-se como um mecanismo adequado.

Dessa forma, com base na Constituição Federal de 1988, artigo 24 parágrafo 3º, quando foi definido o conceito de microrregiões, atrelado à noção de regiões administrativas, já em vigor na Bahia há várias décadas, foi feito, segundo SUDENE (1991):

[...] revisão e atualização desta divisão, tendo em vista as atividades de planejamento, informação e administração regional, que exigem um nível maior de agregação, foram identificadas e definidas quinze regiões econômicas, que refletem o atual nível de desenvolvimento em cada porção territorial do estado, além de traduzir uma visão prospectiva do desenvolvimento estadual.

A região econômica que engloba a área de estudo tem como principal pólo de desenvolvimento econômico, a cidade de Seabra, porém, a cada dia Lençóis se configura como pólo potencial, graças aos investimentos turísticos que tem nela sua principal expressão. Na verdade todo o trabalho de divulgação das potencialidades da Chapada Diamantina é feito em cima da cidade que possui a melhor infraestrutura turística, como já destacamos anteriormente.

4.3.1 Aspectos socioeconomicos

Entretanto, os indicadores econômicos da região (Tabela 4.3), evidenciam que apesar de demonstrarem aparente desenvolvimento, os municípios nela incluídos apresentam baixos índices. Se levarmos em conta os municípios da área de estudo, sobretudo Lençóis, centro principal de apoio ao turismo, observamos que tem PIB não compatível com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicando concentração de renda, o que deixa claro que o incentivo ao turismo não se traduz em desenvolvimento, como constatamos nos trabalhos de campo.

Tabela 4.3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina. - PNUD (2000)

Município	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Renda <i>per capita</i>	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)	Índice de Des. Humano Municipal (IDH-M)	Ranking na Bahia	Ranking Nacional
Abaiara	68,712	0,761	0,783	102,114	0,729	0,768	0,545	0,681	43	3288
Palmeiras	66,606	0,767	0,812	113,070	0,693	0,782	0,562	0,679	44	3315
Paramirim	65,199	0,734	0,736	168,302	0,670	0,735	0,628	0,678	45	3334
Ipupiara	66,140	0,814	0,784	88,282	0,686	0,804	0,521	0,670	61	3460
Seabra	63,278	0,790	0,777	110,760	0,638	0,785	0,559	0,661	74	3596
Jussiape	64,335	0,789	0,773	98,440	0,656	0,784	0,539	0,659	76	3612
Novo Horizonte	67,841	0,718	0,724	98,499	0,714	0,720	0,539	0,658	82	3639
Ibitiara	67,841	0,727	0,786	81,514	0,714	0,747	0,507	0,656	87	3667
Boninal	68,232	0,713	0,823	76,804	0,721	0,750	0,497	0,656	88	3669
Rio de Contas	66,546	0,735	0,719	97,780	0,692	0,729	0,538	0,653	100	3725
Oliveira dos Brejinhos	66,402	0,728	0,869	68,118	0,690	0,775	0,477	0,648	110	3802
Barrada Estiva	66,546	0,691	0,685	96,164	0,692	0,689	0,535	0,639	145	3957
Boquira	66,540	0,671	0,809	80,919	0,692	0,717	0,506	0,639	146	3962
Piatã	66,216	0,712	0,770	73,375	0,687	0,731	0,490	0,636	155	4005
Rio do Pires	65,199	0,670	0,734	100,925	0,670	0,691	0,543	0,635	161	4031
Ibicoara	62,127	0,717	0,678	120,375	0,619	0,704	0,572	0,632	173	4087
Iramaia	65,779	0,705	0,790	68,027	0,680	0,734	0,477	0,630	179	4127
Macaúbas	66,402	0,648	0,803	76,302	0,690	0,700	0,496	0,629	182	4154
Brotas de Macaúbas	63,943	0,743	0,821	64,077	0,649	0,769	0,467	0,628	184	4160
Ibipitanga	67,883	0,615	0,675	90,101	0,715	0,635	0,524	0,624	199	4231
Mucugê	66,606	0,661	0,673	80,037	0,693	0,665	0,504	0,621	209	4285
Botuporã	66,529	0,680	0,812	55,833	0,692	0,724	0,444	0,620	213	4303
Lençóis	56,196	0,715	0,821	119,899	0,520	0,750	0,572	0,614	240	4410
Tanque Novo	66,407	0,633	0,724	71,880	0,690	0,663	0,486	0,613	243	4422
Wagner	58,125	0,709	0,792	98,962	0,552	0,737	0,540	0,609	254	4490
Caturama	63,943	0,664	0,770	63,817	0,649	0,700	0,466	0,605	277	4571
Iraquara	59,187	0,732	0,812	71,513	0,570	0,759	0,485	0,605	279	4577
Souto Soares	59,231	0,741	0,756	76,206	0,571	0,746	0,496	0,604	283	4590
Utinga	58,606	0,701	0,768	79,913	0,560	0,723	0,504	0,596	317	4742
Érico Cardoso	65,199	0,551	0,736	74,340	0,670	0,613	0,492	0,592	332	4823
Bonito	58,125	0,732	0,714	76,336	0,552	0,726	0,496	0,591	334	4825
Nova Redenção	61,193	0,630	0,733	74,789	0,603	0,664	0,493	0,587	346	4885
Andaraí	55,765	0,642	0,770	82,381	0,513	0,685	0,509	0,569	388	5128

Fonte: IBGE (2000)

A cidade de Lençóis começa a dar os primeiros sinais de problemas urbanos, com descaracterização do centro histórico, transferência da população local para áreas periféricas, sem infraestrutura, e em locais de riscos (encostas), problemas decorrentes da falta de infraestrutura (saneamento, sobretudo), e ambientais (descarte de lixo e esgoto).

Mucugê, o outro pólo, apresenta situação mais equilibrada, bem como Ibicoara que foi incluída no circuito turístico da região, mais recentemente. Palmeiras é que mantém a melhor situação socioeconômica, os demais, Iraquara, Nova Redenção e Andaraí, inversamente apresentam a pior.

A região teve a princípio, como principal atividade econômica a mineração, mas, o turismo veio tomar essa posição devido às limitações impostas àquela atividade, principalmente pelas rigorosas leis ambientais de preservação, surgidas com a resolução CONAMA, em 1986. Concomitantemente ao turismo, surgiu a partir da década de 1980 a agricultura apoiada na irrigação e na agroindústria, primeiro em Rio de Contas, e mais tarde, na década de 1990, na área específica de estudo, em Mucugê e Ibicoara (Bandeira, 2006).

Segundo Gonçalves Alcoforado (2003):

[...] as oportunidades da região são o desenvolvimento da agricultura irrigada e agroindústrias a ela associadas, implantação de unidade de classificação e beneficiamento da produção, desenvolvimento de atividades ligadas à lapidação, artesanato e comercialização de minerais na região, promoção do geoturismo de monumentos naturais, e incentivo a produção de diamantes, e desenvolvimento da agricultura de sequeiro com tecnologia. (ALCOFORADO, 2003, p. 270).

Entretanto a região apresenta grande diversidade e diferenças que levam ao questionamento da junção de municípios com características diversificadas, sobretudo no aspecto socioeconômico, numa só região.

Para caracterizar essas diferenças socioeconômicas, torna-se fundamental a análise de indicadores importantes, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (que engloba o Índice de Desenvolvimento Humano de educação - IDHE, Índice de Desenvolvimento Humano de Esperança de Vida - IDHL, e o Índice de Desenvolvimento Humano de Renda - IDHR), Índice de Desenvolvimento Social (IDS), PIB e PIB per capita, que são dados disponibilizados pelo IBGE (federal) e SEI (estadual).

Os índices utilizados são índices que revelam a realidade dos municípios de forma generalizada. Para se proceder a avaliação, utilizamos a metodologia usada por Lobão (2010), conforme tabela 4.4.

Tabela 4.4 – Classes de IDH-M identificadas para a região semiárida da Bahia – 2000

Faixa de IDH-M	Reclassificação
0,521 a 0,586	Muito baixo
0,587 a 0,605	Baixo
0,606 a 0,625	Médio baixo
0,626 a 0,647	Médio
0,648 a 0,740	Médio alto

Fonte: Lobão (2010).

Conforme Lobão (2010):

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado pelo Programa das Nações Unidas desde 1993. Ele integra variáveis de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores. Para a educação ele sintetiza: a taxa de alfabetização, a longevidade considerando a esperança de vida ao nascer, e a renda, uma medida em dólar, calculada pelo Produto Interno Bruto (PIB *per capita*) (LOBÃO, 2010, 135).

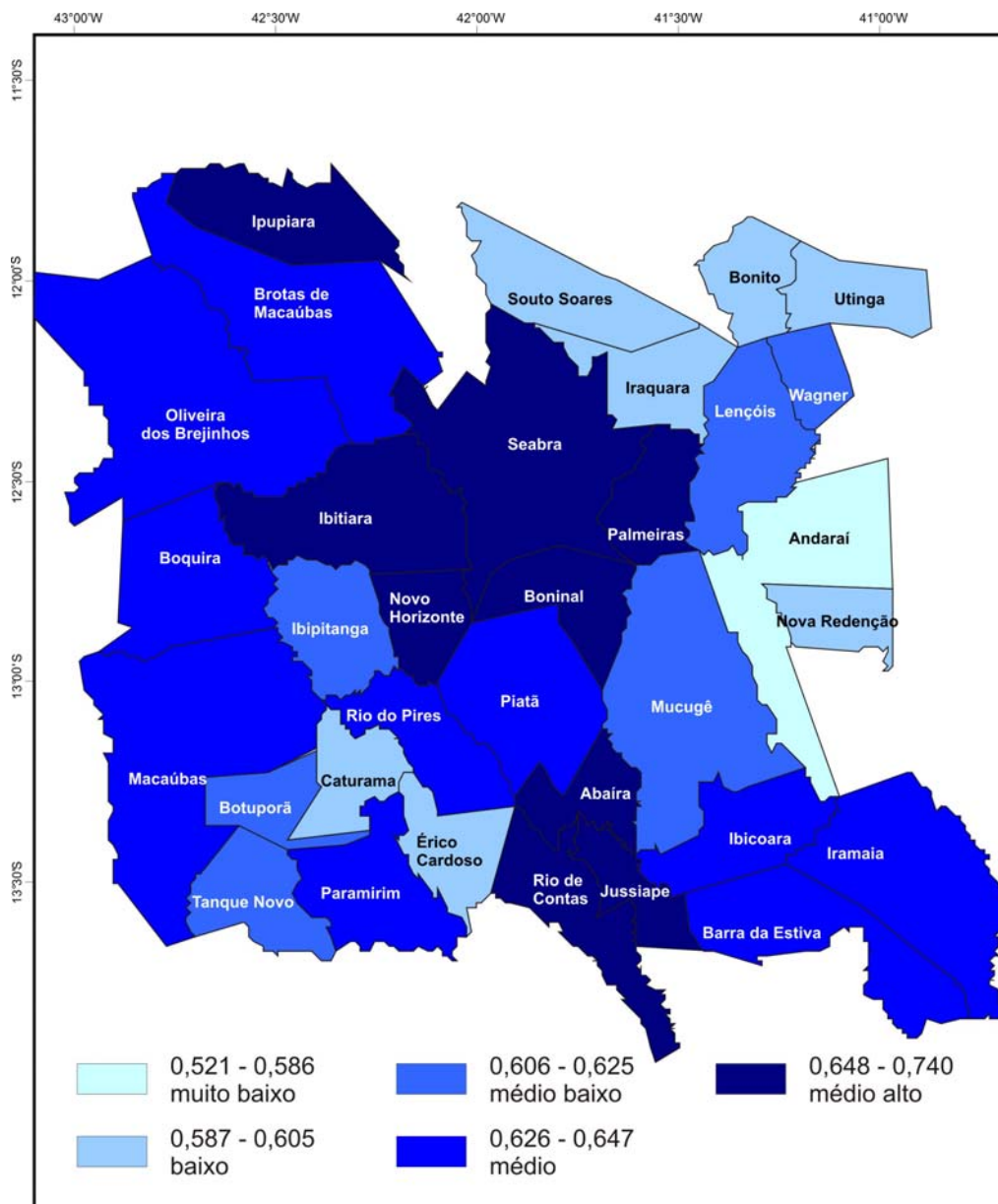
Entretanto o IDH apresentava muitas distorções, por não abranger todos os aspectos do desenvolvimento, por ser muito geral e sintético.

Ainda segundo Lobão (2010):

O Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) organizou, a partir dos dados do censo 2000, o ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2003), adotando entre outros dados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que difere do IDH do PNUD apenas com a variável renda, calculada pela média aritmética de cada residente por município. LOBÃO (2010, p. 136).

Para obtenção do IDH-M, a variável utilizada é a estimativa da renda ou Produto Municipal, calculada por meio do rateio do PIB estadual aos municípios. Para isso, aplica-se uma estrutura de ponderação obtida por meio de variáveis próprias de cada setor econômico, por município.

Na região de estudo, os maiores índices de IDH-M, estão ao norte da região, no entorno de Seabra, principal centro econômico da RE, e ao sul, envolvendo Abaíra, Rio de Contas e Jussiape (Figura 4.3). Do total dos municípios, 57% estão entre as faixas médio a médio alto (Figura 4.4).



Adaptado de Lobão (2010).

Figura 4.3 – IDH-M para a Região Econômica Chapada Diamantina.

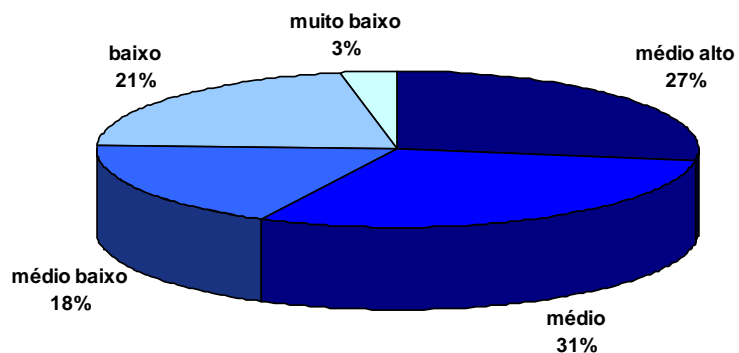
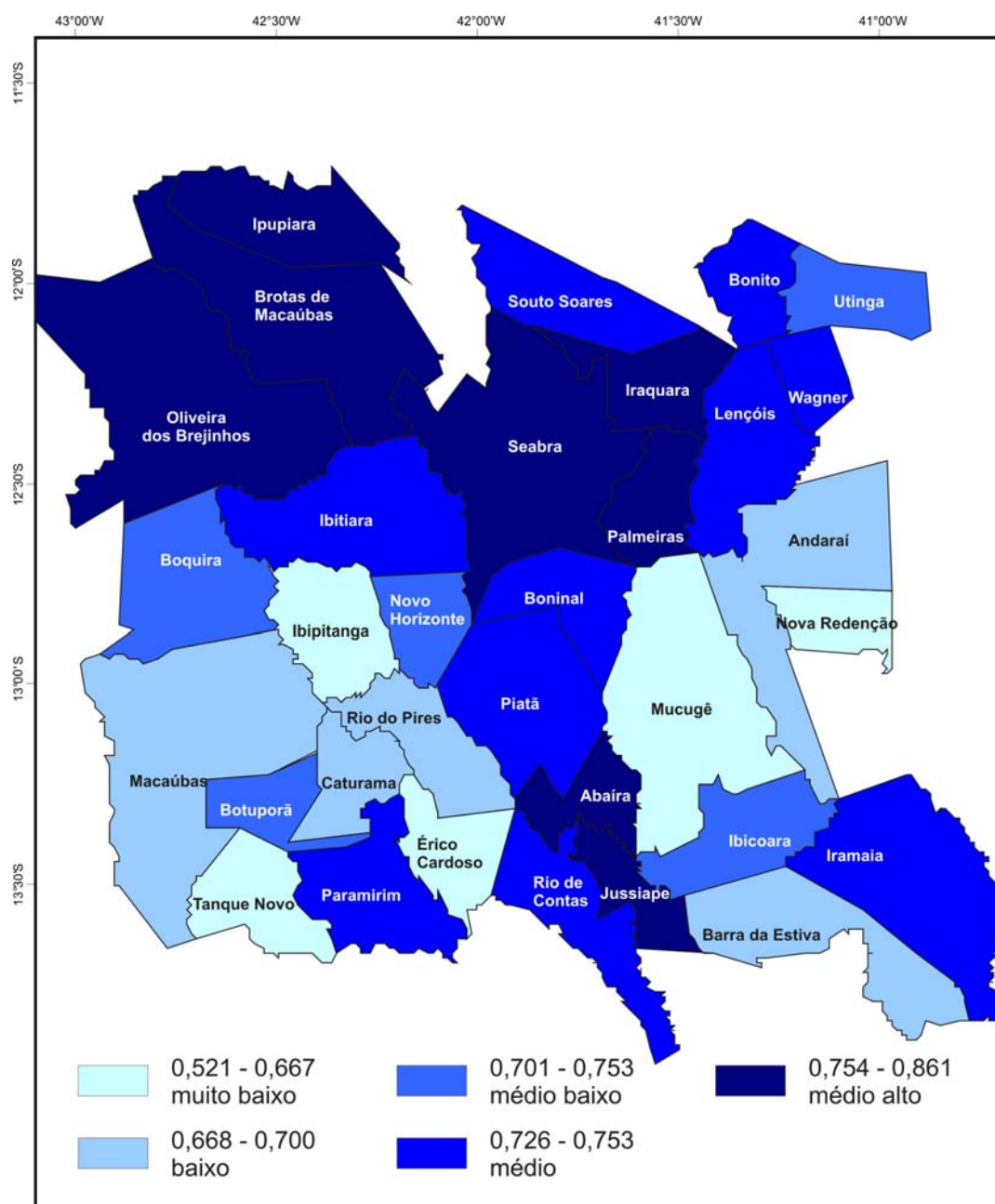


Figura 4.4 – Distribuição IDH-M para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.

O IDH-E que avalia educação, demonstra na RE Chapada Diamantina uma variação entre 0,501 a 0,861. Surpreendentemente os índices mais elevados concentram-se na posição noroeste da região (Ipupiara, Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos), além de Seabra, Iraquara e Palmeiras (Figura 4.5). Mucugê está na faixa muito baixa, apesar de inserida na faixa dos espaços de atração (luminosos). Também nesse indicador, a maioria dos municípios, 44%, está também na faixa médio a médio alto (Figura 4.6).



Adaptado de Lobão (2010).

Figura 4.5 – IDH-E para a Região Econômica Chapada Diamantina.

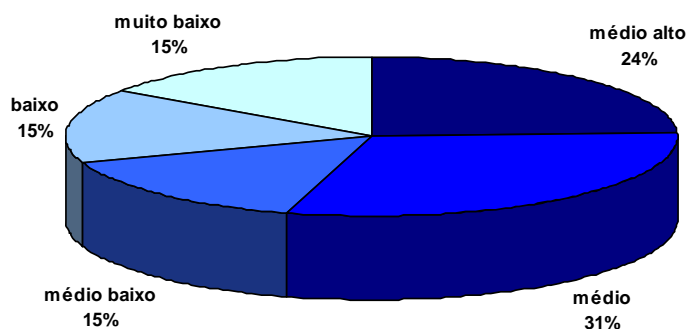
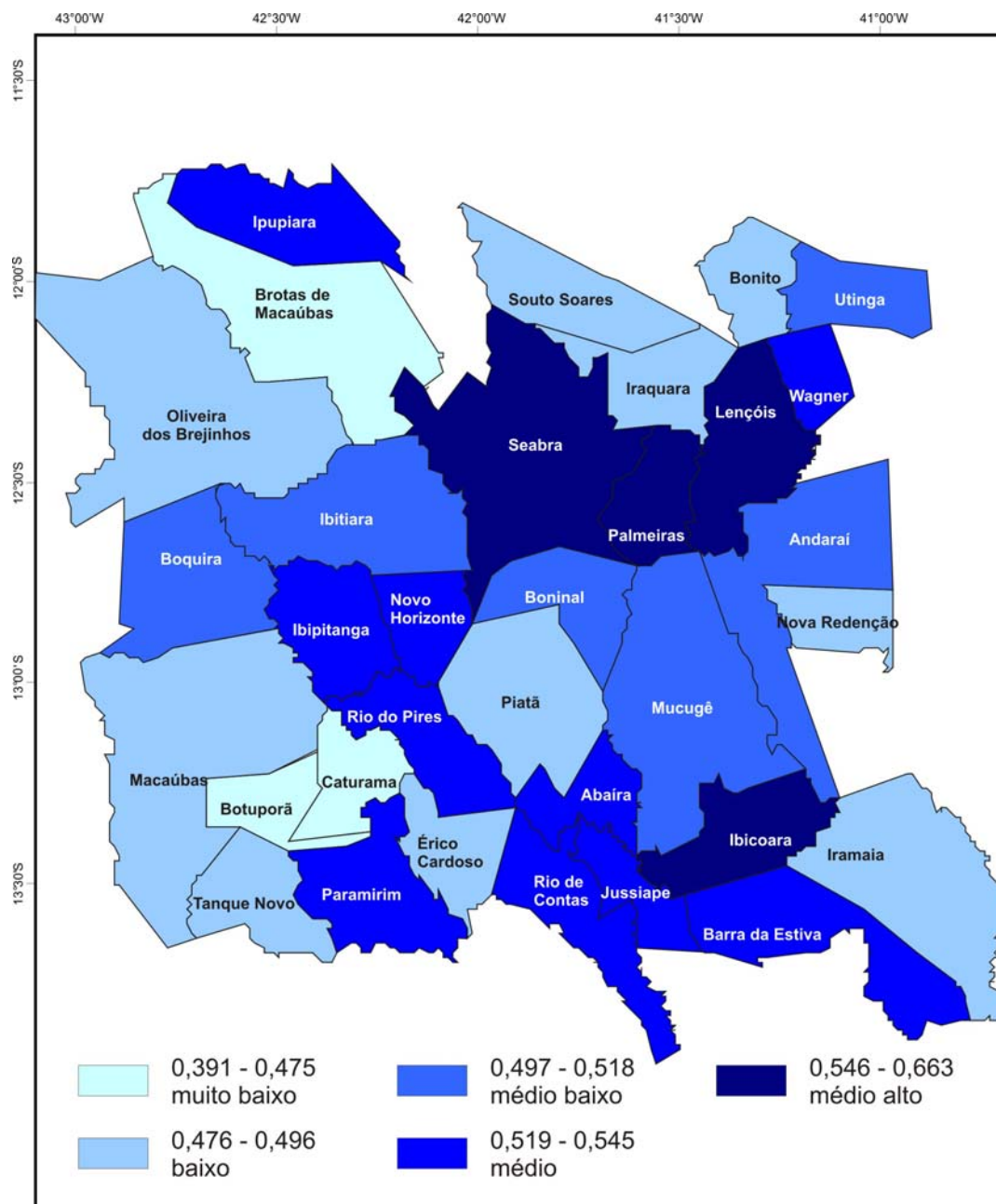


Figura 4.6 – Distribuição IDH-E para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.

O IDH-L avalia a longevidade e apresenta variação entre 0,506 a 0,736. Os municípios da parte NE da região são os que apresentam taxas muito baixas. Estão aí incluídos Lençóis e Andaraí (Figura 4.7). Toda a porção sul e oeste da região apresenta taxa de longevidade médio alto, e 48% dos municípios estão aí inseridos (Figura 4.8).

O IDH-R avalia a renda média municipal *per capita*, e apresenta variação entre 0,391 a 0,663. Por esse índice a distribuição dos municípios é heterogênea, havendo concentração dos municípios com índice médio alto, apenas na parte norte, constituído por Seabra, Palmeiras e Lençóis (Figura 4.9). Aqui inversamente ao IDH-M, 57% dos municípios apresentam índice entre médio baixo a muito baixo (Figura 4.10).

O IDS avalia o índice de Desenvolvimento Social e é composto dos seguintes índices: índice do estado de saúde, índice do grau de educação, índice da oferta de serviços básicos, índice da renda média dos chefes de família. Apresenta muitas semelhanças com configuração do IDH-R. Nenhum município está situado na classificação médio alto, e apenas dois apresentam muito baixo (Figura 4.11). Dessa forma 78% estão na faixa baixo a médio baixo, o que evidencia um baixo desenvolvimento social, apesar dos muitos investimentos nas últimas três décadas (Figura 4.12).



Adaptado de Lobão (2010).

Figura 4.9 – IDH-R para a Região Econômica Chapada Diamantina.

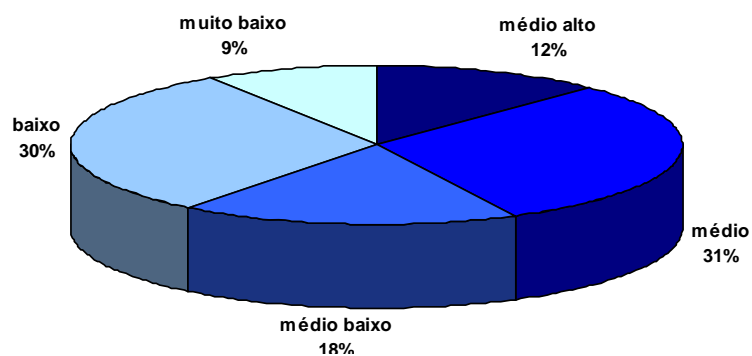
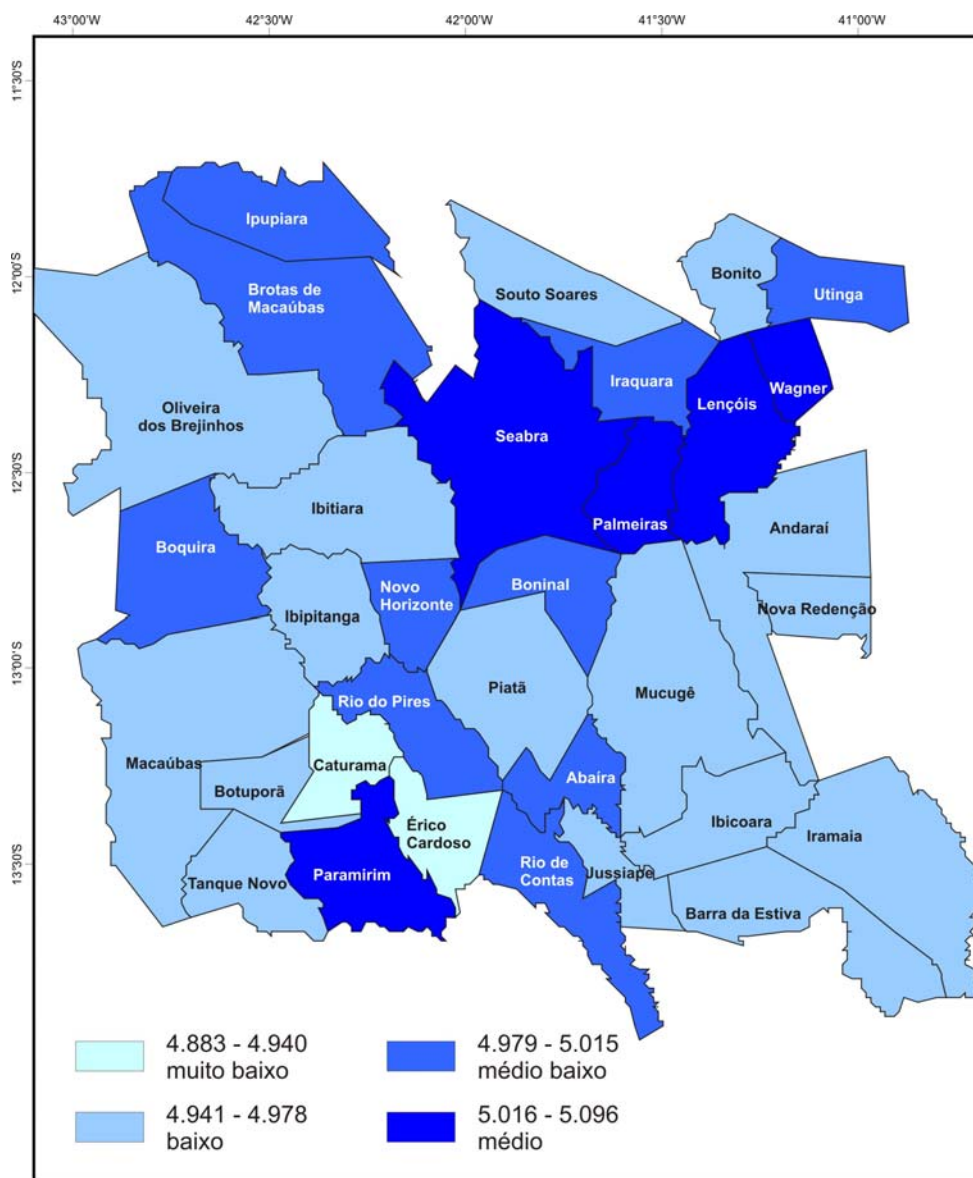


Figura 4.10 – Distribuição IDH-R para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.



Adaptado de Lobão (2010).

Figura 4.11 – IDS para a Região Econômica Chapada Diamantina.

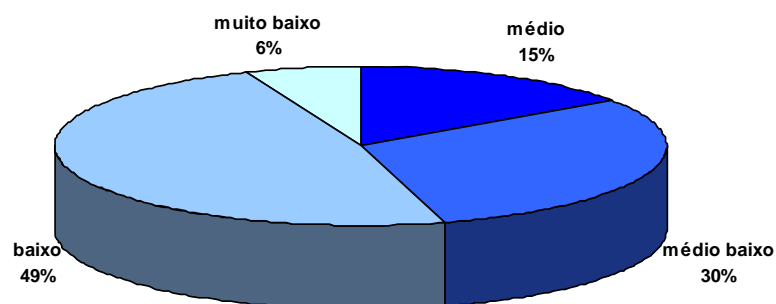
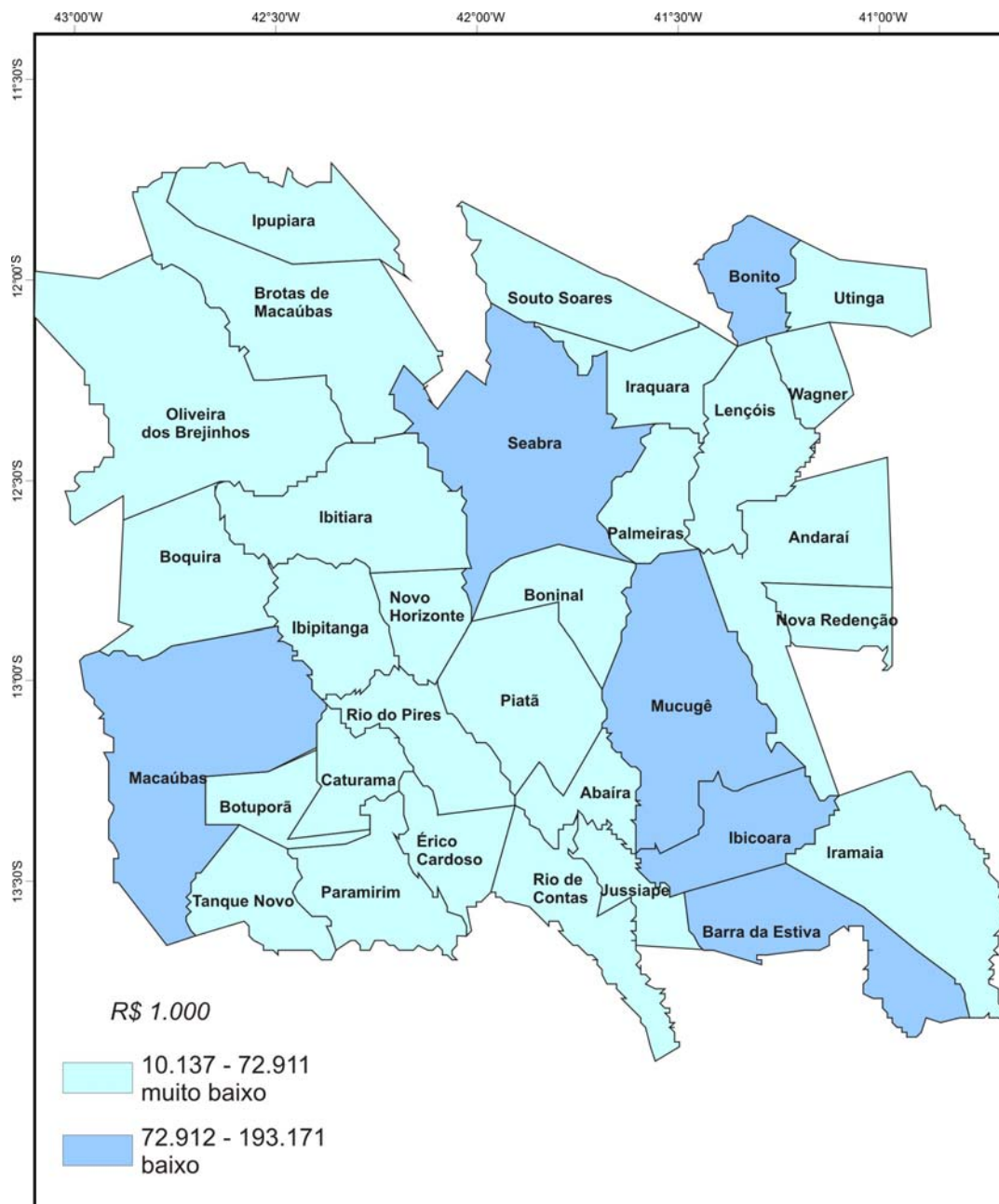


Figura 4.12 – Distribuição IDS para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.

O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante determinado período, e é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. A quase totalidade dos municípios (82%) se enquadra na classe de PIB muito baixo, evidenciando baixa atividade econômica (Figura 4.13). Apenas Mucugê, Ibicoara e Barra da Estiva estão na classe superior (baixo), graças a atividade do agronegócio, Bonito devido ao incremento à produção do café, Macaúbas devido a exploração mineral (pedra ornamental), e Seabra como centro econômico regional (Figura 4.14). Entretanto toda a região tem PIB muito baixo, evidenciando baixas condições econômicas.

O PIB *per capita*, que é um indicador que avalia o grau de desenvolvimento de um país ou região, revela na região em estudo, uma diferenciação, com variação entre o médio e o muito baixo. Dessa forma o PIB *per capita* entre as classes baixo e muito baixo abrange 88% dos municípios (Figura 4.15), e apenas quatro municípios (Bonito, Lençóis, Mucugê e Ibicoara) situam-se entre médio baixo e médio (Figura 4.16).

Todos esses índices, representados nas figuras e gráficos, mostram que existem muitas disparidades na região, onde algumas áreas apresentam padrão de desenvolvimento mais elevado que outras, a depender do índice analisado, mas, sem caracterizar homogeneidade entre elas, pois, cada município apresenta perfil diferenciado. Por exemplo, a porção leste, denominada Chapada Oriental que se caracteriza pela produção mineral, sobretudo do diamante, hoje economicamente está vinculada ao turismo, já discutido no capítulo 3. Nenhuma outra área dentro da RE apresenta essa peculiaridade, embora existam ocorrências minerais em outros municípios (Macaúbas, por exemplo), bem como atrativos naturais (ainda que não amplamente apropriados). A borda oeste apresenta características diversas da chamada Chapada Lavrista, inclusive não havendo praticamente nenhuma interação entre elas (nem em termos de transporte, nem econômica). As relações comerciais, segundo dados da SEI (2007) são quase que exclusivamente com a região do São Francisco. Também aí as atividades agrícolas são diferenciadas e mais ligadas a agricultura familiar, enquanto na borda leste vários projetos ligados ao agronegócio estão instalados e com tendência a expansão. Também a parte sul da região, em especial Paramirim (pólo agrícola de agricultura irrigada) e Rio de Contas estão vinculadas a dinâmica econômica de Vitória da Conquista.



Adaptado de Lobão (2010).

Figura 4.13 – Distribuição PIB para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.

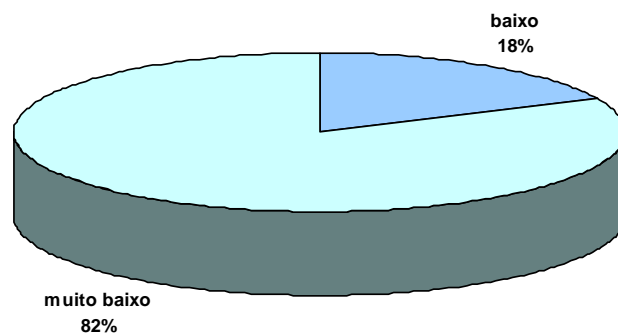
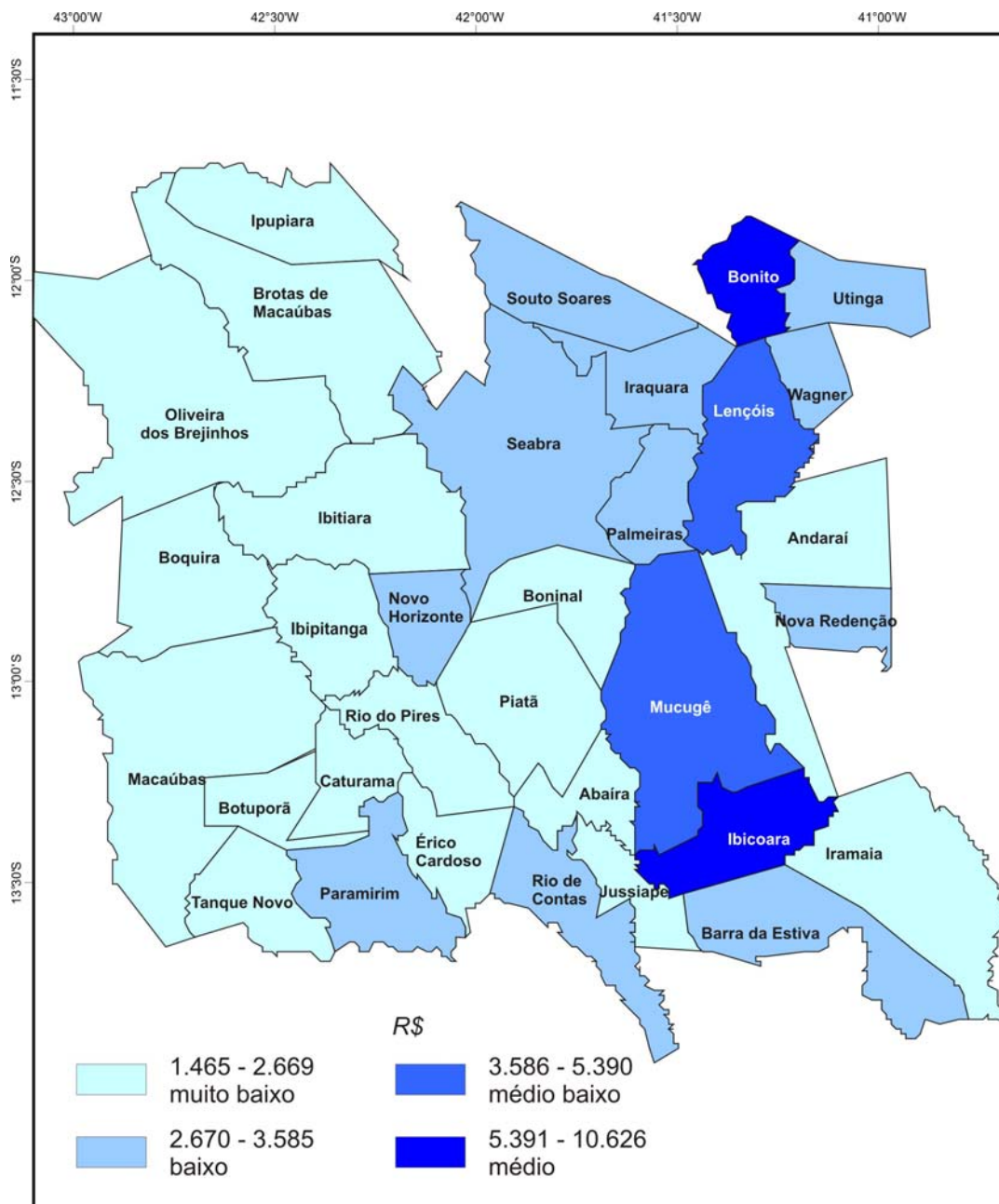


Figura 4.14 – PIB para a Região Econômica Chapada Diamantina.



Adaptado de Lobão (2010).

Figura 4.15 – Distribuição PIB *per capita* para os municípios da Região Econômica Chapada Diamantina.

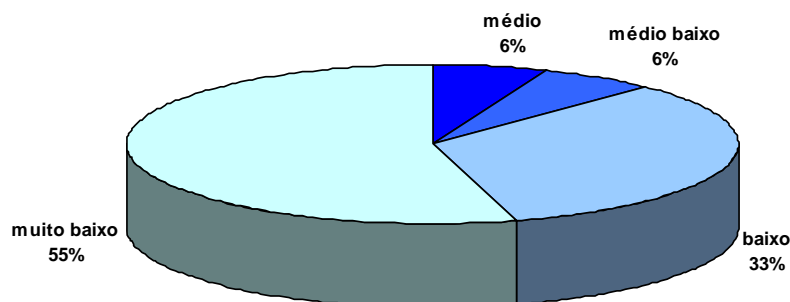


Figura 4.16 – PIB *per capita* para a Região Econômica Chapada Diamantina.

4.3.2 Cenários geoeconômicos

Os cenários geoeconômicos têm sido abordados por muitos analistas, sempre em escala macro. Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e, conseqüentemente, da Guerra Fria, se delineou uma nova ordem, na qual as fronteiras nacionais estariam se extinguindo, dando lugar a um mundo unipolar sob a égide dos EUA, criando nessa perspectiva, a ideia de uma paz mundial duradoura, e um cenário econômico internacional estável.

Segundo Pinto e Balanco (2007, p. 7):

Essa compreensão do sistema econômico internacional foi o ideário do *mainstream* econômico e político durante toda a década de 1990, permeando inclusive todas as estratégias do governo Clinton, durante os seus dois mandatos, voltaram-se fortemente à crença de que o poder pacífico dos mercados, e força econômica convergente da globalização, consolidariam finalmente o império mundial cosmopolita, pacífico e democrático, sob a liderança benevolente dos Estados Unidos”

Entretanto essa mudança configurou uma nova realidade, na qual as guerras militares foram substituídas pelos conflitos econômicos, com o surgimento de novas potências econômicas que diversificaram o cenário geoeconômico, e passaram a ameaçar a pretensa hegemonia estadunidense. A geoeconomia traz no seu bojo o enfraquecimento do Estado, a presença de novos atores (sobretudo as empresas transnacionais) e a mudança no enfoque da soberania estatal que justifica a ingerência nos Estados Nacionais face às necessidades globais.

Luttwark (1999) considera que o papel da economia na nova ordem mundial demonstra que a disputa não é mais militar, ideológica, mas, sim comercial, tendo nesse novo alinhamento a competição entre os EUA, Japão, União Europeia, e China que se entre põem para conquista de mercados e tecnologia.

A realidade atual é que ao invés de um mundo no qual as políticas nacionais guiam as forças econômicas, uma economia global leva a um mundo em que as forças geoeconômicas extra nacionais ditam as políticas nacionais. Dessa forma, o que fica evidente é que a geoeconomia secundariza o Estado, mas, não o dispensa, pois, depende dele para legitimá-la. Ela defende a nova lógica do poder.

Embora essa discussão de cenários econômicos tenha sido colocada em evidência mais recentemente, na verdade ela já era vinculada aos ciclos econômicos anteriores a essa nova discussão teórica, em outra escala. Na área de estudo, por exemplo, o ciclo da mineração, entre o fim do século XIX e começo do século XX,

gerou um cenário econômico regional, que inseriu a região no contexto mundial, no auge da exploração do diamante, como já tratado anteriormente nesta tese.

Posteriormente, ao longo do século XX, mais precisamente no fim desse século, a região foi englobada por mais dois ciclos econômicos, que geraram cenários diversificados, o turismo e o agronegócio, mas, que se caracterizaram por introduzir mudanças significativas, em especial o turismo, nas relações socioeconômicas da região.

4.4 AVALIAÇÃO DO CONTEXTO GEOECONOMICO NO DESENVOLVIMENTO DA CHAPADA DIAMANTINA

Antes de tudo, cabe ressaltar que regionalizar não é simplesmente recortar o espaço a partir de parâmetros genéricos e quantitativos, deve envolver também a vertente cultural (é nesse contexto que a RE Chapada Diamantina se fragmenta) onde se evidenciam os pressupostos de que fala Haesbaert (1999), quando diz que:

[...] a diversidade territorial, enquanto fundamento para a regionalização em seu sentido mais geral, se manifesta sob duas grandes formas, a produção de particularidades, do desigual (diferenças de grau), que vincula os espaços em distintas escalas, e a produção de singularidades, do específico (diferenças de natureza), em geral mas não exclusivamente de base local, sem correlação obrigatória com realidades geográficas em outras escalas (HAESBAERT, 1999, p. 24).

O contexto geoeconômico da Chapada Diamantina recorte de estudo, envolve como já citado, os cenários econômicos que levou ao desenvolvimento da região, e promoveram modificações já tratadas no capítulo 3. Esses cenários, por sua vez estão ligados à globalização. Nesse contexto, a globalização teve papel importante por ter promovido a inserção da região na economia mundo. Assim se vende a região por intermédio de seus atrativos, os turistas, sobretudo os que se interessam pelo exótico/diferente vêm, trazem seus hábitos que a região procura atender, gerando uma inter-relação entre o local e global.

Conforme Giddens (1991), a globalização

[...] provoca mudanças em escala mundial numa mistura complexa de processos, que frequentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação, fruto da intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos

ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991, p.69).

Entretanto, essa inserção da Chapada Diamantina no processo de globalização, não se dá de maneira plena, mas, de forma segmentada, pois, nem todos os atores são globalizados (parte da população local fica à margem do processo). Também em contraponto ao processo, existe a preocupação em preservar, por meio de ações de resistência afirmativas de valores e identidades locais (socioculturais), pois, é por intermédio desses localismos que ela se insere no contexto mundial.

No processo de globalização está inserido o capitalismo que acentua as desigualdades, no momento em que elege parte da sociedade para ser absorvida e territorializada, enquanto descarta outra parte, por não atender as especificações para tal. Esse processo também deflagra uma reação por meio de movimentos sociais, o de preservar a identidade, no sentido de transformá-la num recurso, como atrativo para aqueles globalizados, e como forma de resistência para os excluídos. Essa fica evidenciada na região entre a população envolvida com o turismo, e aquela ainda atrelada à mineração, respectivamente.

Fica evidente assim que a globalização e a fragmentação estão intimamente associadas, e englobam o binômio global local, também chamado de glocal/glocalização por Robertson (1995). Segundo Haesbaert:

Muitos autores vêm, de forma simplista, o global associado com processos de totalização, de generalização/universalização, e o local com processos de fragmentação, de particularização/singularização, como se o global fosse o lócus da homogeneização e o local o da fragmentação (HAESBAERT, 1999, p.25).

Na região em estudo, onde são conflitantes as tendências homogeneizantes e heterogeneizantes, ao tempo em que os processos globais se instalam (*internet*, serviços, costumes, dentre outros.), o local se expande globalizando-se, quando coloca para o mundo características locais, dentre elas a geodiversidade, responsável em parte por essas características.

A Geodiversidade tem, assim, importante papel nesse contexto do desenvolvimento econômico, pois, ela foi a base do cenário econômico da mineração que gerou o primeiro ciclo econômico da região, e é também a base do cenário econômico com base no turismo. Ela também se constitui em um novo marco para o reordenamento territorial da área de estudo (recorte já definido

anteriormente), a borda leste da RE Chapada Diamantina, pois, foi responsável pela consolidação do turismo, bem como das áreas protegidas (UC), como vetores de uso, promovendo uma reapropriação do espaço social, utilizado pela nova atividade, bem como do espaço ambiental que passou a ser regulado pelos planos de manejo. A falta de fiscalização atua como um entrave a sua efetiva consolidação. Essa falta de fiscalização leva a conflitos devido a invasão por outras atividades, das áreas protegidas.

Acreditamos que não há muitas alternativas aos cenários existentes, podendo, entretanto as atividades a eles relacionadas, serem mais bem aproveitadas/utilizadas. O agronegócio, melhor estruturado, sobretudo com melhoria do transporte para facilitar o escoamento, pode ser uma alternativa para ser incrementada concomitantemente a atividade turística.

A ação do Estado, ainda que se observe o progressivo enfraquecimento da capacidade de regulação dos estados nacionais, sobre os diversos aspectos que dizem respeito às relações com a sociedade e o mercado, poderia vir na forma de um mapeamento de geossítios, elaboração de mapas de trilhas atualizados, com as demarcações dos mesmos, visando facilitar o acesso. Alguns geossítios deveriam ser fechados (as grutas, por exemplo), o que dificultaria a degradação, sendo criado um controle de visitação, inclusive com acesso mediante pagamento, o que geraria emprego e renda, por intermédio da oferta de serviços como lojas, lanchonetes, banheiros, guias, dentre outras atividades. Atualmente, só em dois locais existe tal estrutura, nas ruínas da vila dos garimpeiros, em Iगतu, e no Projeto Sempre Viva, em Mucugê.

Portanto, os cenários econômicos ajudam a evidenciar que não se verifica a pretensa homogeneidade da RE Chapada Diamantina.

Entretanto, no início desta década, Golin (2002), trata em sua obra A FRONTEIRA, o fato de que região deve ser entendida como espaço socioeconômico construído historicamente. Não obstante prevalece a ideia nos meios acadêmicos, de que a região consiste numa particularização dos locais e sua individualização, embora isso não seja tão característico na RE Chapada Diamantina.

Segundo Zarur:

[...] a apropriação socialmente majoritária entende que esta parte – a região – pertence, com maior ou menor autonomia, ao todo. De qualquer modo, região é vista como alguma coisa reconhecível em sua especificidade, em um território de contornos senão precisos ao menos suficiente claros e que

abriga características culturais definidas. A região tende, pois, nesta corrente do imaginário, a ser visto como fixo, duradouro – ou até permanente –, que se distingue comparativamente de outras regiões, do conjunto de um país e, mesmo, de qualquer outra região de qualquer outro país (ZARUR, 2000, p. 53).

Assim, as regiões existem como resultado da apreciação e organização das experiências e subjetividades humanas, com origem em circunstâncias históricas, reproduzidas por meio da socialização.

No caso da RE estudada, pode-se entender que existe uma predominância territorial da chapada lavrista, que se apresenta como representante da Chapada como um todo. Isso nos leva a pensar também que essa hegemonia vem sendo consolidada pela absorção de influxos de outras culturas trazidas pelo fluxo de migrantes de variadas procedências que vieram se estabelecer na área, mas, também pelo forte apelo de *marketing* que se faz dessa porção da RE.

Dessa forma, vale registrar que se quer desconstruir o conceito homogeneizador de região que indicava a atividade mineradora do diamante, como generalizado em toda RE, o que não é verdade, podendo inclusive se afirmar que na atualidade estão se configurando sub regiões, em função das novas atividades que vem surgindo, ligadas ao agronegócio.

CONCLUSÃO

A escolha da região econômica Chapada Diamantina para estudo, além da motivação de cunho pessoal, pelo encantamento inicial deve-se ao ressurgimento da mesma a partir da década de 1970, depois de um longo tempo de esquecimento, para renascer com o turismo. Esse renascimento teve como respaldo a mineração e o patrimônio geológico, novas vertentes de desenvolvimento que surgiram incrementadas pelo governo estadual, e incorporadas por um grupo local que enxergou nessas atividades a possibilidade de mudanças. No entanto, esse revigoramento só foi possível devido à multiplicidade do meio abiótico encontrada na região.

A região da Chapada, situada na parte central do estado da Bahia, tem sua história geológica ligada ao sistema Espinhaço-Chapada Diamantina, o qual remonta ao Paleoproterozóico. Essa história é anterior à fragmentação do supercontinente Gondwana, ocorrida no Mesozóico, que resultou na geração dos continentes sulamericano e africano e do oceano Atlântico. Do Paleoproterozóico ao Recente, todo esse conjunto rochoso foi palco de uma série de processos geológicos os quais deram origem às rochas e ao modelado, com ênfase para os processos morfogenéticos, que delinearam as formas e estruturas atuais, que constituem a Geodiversidade da Chapada Diamantina. Esse aspecto foi fundamental para a inserção humana e em sua fixação na área.

A princípio, a ocupação da Chapada da Diamantina era constituída pela população autóctone, como comprovam as inscrições rupestres encontradas em algumas grutas e lajedos, a exemplo daquelas situadas no município de Iraquara. Além disso, a área foi também ocupada por índios pescadores, provavelmente vindos do litoral, fugindo da perseguição do colonizador. Foram esses índios os responsáveis pelo combate aos primeiros desbravadores que se aventuravam pela região, à procura de novas áreas para se estabelecer e criar áreas de pecuária, já que essa atividade causava conflito com a lavoura na região do litoral. Essa fase da ocupação já pode ser vinculada às condições físicas locais (geodiversidade), tais como clima, solo, recursos hídricos e, conseqüentemente, cobertura vegetal. Nesse contexto utiliza-se o termo geodiversidade numa perspectiva que foge da visão vinculada exclusivamente ao aspecto de patrimônio natural/geológico, mais voltado à geomorfologia e ao substrato onde as atividades ocorrem.

Nesses primórdios da ocupação humana pelos povos colonizadores, muito embora o estado tenha sido o doador das terras, a instalação foi feita pelos atores (vaqueiros, donos das terras, capatazes, escravos), que trouxeram a atividade pecuária, praticamente sem a participação do Estado na organização da mesma.

Essa atividade promoveu a vinda de um fluxo populacional que, apesar de pouco intenso, adensou a ocupação e gerou maior circulação através da região. Em decorrência desse movimento de circulação foram então encontrados os primeiros diamantes nos leitos dos rios. Essa descoberta veio a estabelecer uma instalação mais eficaz, pois, resultou numa atividade econômica de grande importância, tendo projetado a região no cenário internacional.

Paralelamente, essa atividade foi também responsável pelas grandes transformações pelas quais a região passou, com destaque para a vinda de grandes levadas de migrantes à procura de oportunidades de negócio e trabalho, no rastro da nova atividade. Em consequência, surgiram as primeiras povoações que originaram as cidades. Essas se situavam sempre próximas das áreas de exploração e eram responsáveis pelo sustento da atividade, oferecendo o suporte operacional necessário (lojas, armazéns, dentre outros).

Com a geração de riqueza, os povoados cresceram e se transformaram em locais que procuravam reproduzir as grandes cidades, com a construção de casas de arquitetura suntuosa, além da adoção de outras marcas que demonstrassem a opulência regional.

O modo de vida local foi também fortemente afetado pelos costumes trazidos por essa população. Destaca-se aqui a desterritorialização de parte da população que trabalhava na base da produção (garimpeiros, sobretudo) e a reterritorialização da população mais abastada, que assimilou esse estilo social.

Cidades como Lençóis (chamada Capital das Lavras), Mucugê, Andaraí e Igatu se transformaram em espaços luminosos, pois passaram a ser a imagem da região. Enquanto isso, o espaço da produção, que era a base de toda economia, se tornava um espaço opaco, pois tudo ganho no garimpo era gasto nas cidades, das mais diversas formas (diversão, gêneros de primeira necessidade, entre outras), num fluxo econômico onde o setor primário fortalece o terceiro setor.

Algumas dessas cidades, a exemplo de Lençóis e Mucugê, chegaram a abrigar mais de trinta mil habitantes. Trata-se de um número significativo, levando-se

em conta a época em que essas cidades floresceram (fim do século XIX, começo do século XX) e a precariedade de acesso às mesmas.

Entretanto, esse apogeu teve um ciclo curto. Com a queda do preço do diamante, face à expansão das novas jazidas descobertas na África do Sul, houve um forte declínio na exploração, promovendo um forte impacto negativo na atividade econômica da região. Essa Influência decisiva dos acontecimentos no decurso da história foi levemente atenuada pelo fato de que os depósitos de diamante da Chapada são ricos em carbonados (variedade policristalina do diamante, usada como abrasivo pela indústria). Foi da Chapada que saiu grande parte dos carbonados usados em ferramentas utilizadas na perfuração de rochas durante a abertura e construção do Canal do Panamá.

A decadência econômica da Chapada face ao fim do ciclo do diamante teve como consequência um grande êxodo populacional que se refletiu nas cidades. As marcas deixadas por essa fase, suas rugosidades, estão até hoje presentes na região, a exemplo da vila de Igatu, que no auge do ciclo do diamante chegou a ter por volta de quinze mil habitantes e hoje conta com menos de quinhentos.

Após esse curto período de transformação e opulência, a região entrou num período de letargia. Alguns garimpeiros mais apegados à tradição (forte sentimento de pertencimento) continuaram a batear as aluviões dos rios, na esperança de achar algum diamante; as cidades praticamente definharam, passando a ter atividades mínimas; a atividade econômica se reduziu à agricultura de subsistência. A região passou então a ser dominada pela política dos coronéis (oligarquias), cujo poder emanava dos latifúndios, sendo a maior parte da população refém desse poderio econômico.

A exploração dos diamantes, na forma adotada na região, o garimpo, deixou outras marcas expressivas no meio abiótico: os passivos ambientais. Essas marcas, como por exemplo, as marmitas, grunas e represamentos, se tornaram atrativos, ainda que tecnogênicos, que juntamente com os representantes naturais passaram a ser encarados sob o novo aspecto: poderiam se tornar força motriz para o setor econômico, isso por intermédio da atividade turística.

No fim do século XX, entre as décadas de 1970 e 1980, o poder público resolveu investir no turismo do estado por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) que foi concebido para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região

Nordeste e para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. Por intermédio desse programa foram construídos hotéis nos principais pólos visando atrair maior número de turistas e estimular o desenvolvimento regional. Na Chapada, o primeiro hotel construído no âmbito desse programa foi o Hotel de Lençóis. Entretanto, já havia em Lençóis um movimento local com objetivo semelhante.

No contexto desse programa foi construído o Aeroporto Horácio de Matos, no município de Lençóis (a aproximadamente 20 km da sede). Há ainda que se ressaltar o importante passo que se deu em 1973 para o desenvolvimento do turismo na região da Chapada, com o tombamento da cidade de Lençóis como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).

A partir daí procurou-se investir na região no sentido de consolidar essa nova atividade, com ênfase na potencialidade da região para o turismo ecológico e de aventura, bem como o contemplativo (o chamado ecoturismo). Por essa razão podemos considerar o turismo como a lógica dominante, ou podemos melhor dizer, primordial, no momento atual. Entretanto, tem de coexistir com a mineração, que mesmo proibida, ainda persiste, graças à falta de fiscalização, e muito provavelmente devido à força do poder econômico, decorrente do novo *boom* da mineração no mundo.

Consideramos que associado a esse tipo de incremento, poderia haver maior incentivo ao turismo de eventos (congressos, simpósios) além da promoção de eventos artísticos e literários (festivals de música, exposições, feiras literárias, e outras manifestações artísticas culturais).

Deveriam ser também implementadas ações que garantissem uma infraestrutura mínima de acessibilidade e permanência aos atrativos (geossítios), com vistas a facilitar a visita de todos, incluindo idosos e pessoas com dificuldades de locomoção. Tais melhorias iriam certamente aumentar o fluxo de turistas na área. Uma alternativa possível seria o estabelecimento de uma taxa de acesso, a exemplo do que se pratica em vários ambientes voltados ao ecoturismo em outras partes do mundo (*Grand Canyon* - EUA, Parque Nacional *Blue Mountains* - Austrália, Parque Nacional *Torres Del Paine* - Chile, Parque Nacional Terra do Fogo - Argentina, dentre outros).

A vertente do turismo bem estruturado pode ser a base principal da economia da região em estudo, pois, há um patrimônio que pode ser explorado

continuamente, sem maiores custos e com capacidade infinita de atração de novos visitantes. O momento para tal é mais que oportuno, considerando que os indicadores geoconômicos vêm apontando para a incorporação de novos mercados consumidores. Faz-se, no entanto, necessária a atenção quanto à regulação do uso, obedecendo à capacidade de suporte de cada atrativo.

Dentre todos os distintos cenários econômicos a região que já teve, o turismo tem todos os elementos para se consolidar como o principal. A expansão da atividade turística tornará claro que o conjunto de partes que formam a atual Região Econômica da Chapada Diamantina não é homogêneo. A Chapada lavrista se resume ao recorte aqui adotado, não se estendendo por todos os 33 municípios que a compõe, os quais têm aspectos sociais, econômicos e culturais muito diversos.

Porém, tem-se buscado novas alternativas para geração de renda ampliando a perspectiva dos habitantes da área e, mais uma vez, a Geodiversidade tem papel fundamental. Uma dessas alternativas é a agricultura, pois, a Chapada, com seus recursos hídricos (rios Paraguaçu, Contas, Preto, Santo Antônio, Mucugê e Paramirim) e com a sua diversidade rochosa apresenta áreas extremamente favoráveis à atividade agrícola de médio e grande porte, principalmente em solos desenvolvidos sobre rochas do tipo argilito e siltitos da formação Açuruá (grupo Paraguaçu), rochas carbonáticas e pelíticas das formações Caboclo (grupo Chapada Diamantina) e Salitre (grupo São Francisco), por serem mais ricos em nutrientes. Atualmente, além da agricultura de base familiar, na Chapada podem ser encontrados grandes projetos agrícolas irrigados, que transformaram a região num importante pólo de produção de grãos, frutas e hortaliças.

Assim, podemos afirmar que do ponto de vista histórico, foi a Geodiversidade da Chapada Diamantina que forneceu os subsídios econômicos que possibilitaram sua ocupação. Em consequência, visando conter e controlar a destruição acelerada desses ambientes e assegurar a sustentabilidade de seu uso, foram criadas, por ação governamental, as Unidades de Proteção, tais como o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara e, por ação populacional, o Parque Municipal de Mucugê. Essas unidades, apesar de terem sua existência pautada nos mecanismos legais, coexistem com conflitos externos e internos não resolvidos por falta de efetivo humano ou por falta de vontade política.

Apesar de a Chapada Diamantina ser comumente apresentada ao mundo por intermédio dos seus geoespaços (que fazem parte da sua Geodiversidade), ela está inserida como um todo no contexto da globalização, como um macroespaço. A cidade de Lençóis ocupa de forma não oficial o lugar de cidade símbolo da Chapada Diamantina na Bahia e, em consequência disso, tem apresentado uma maior capacidade de atrair investimentos para melhoria de sua infraestrutura, o que dá suporte às atividades turísticas. Curiosamente, essa cidade desempenhava papel semelhante na época do ciclo da mineração.

Por outro lado, consideramos que a Chapada Diamantina está integrada à lógica territorial do mundo globalizado, graças, sobretudo às recentes facilidades tecnológicas promovidas pela *internet*, que de uma forma rápida e democrática torna essa região visível para o mundo. Como resultado dessa visibilidade, a região tem atraído, além de turistas, muitos aventureiros à procura do exótico, do inusitado, sendo que alguns desses terminam por vezes se estabelecendo na região.

Até o encerramento desta pesquisa, não constatamos nenhum investimento estrangeiro de porte na região estudada. Todos os estrangeiros entrevistados/contatados fazem parte daquele grupo de pessoas que se encantaram com a região e resolveram se estabelecer, montando algum negócio (quase sempre uma pousada), como forma de sobrevivência. Todos os empreendimentos de porte são de grupos locais ou regionais, a exemplo do Hotel Portal de Lençóis, pertencente a uma rede baiana que possui estabelecimentos em outras cidades do estado. Nenhum dos entrevistados declarou ter outra atividade, além do próprio estabelecimento.

Consideramos que, muito embora as atividades de exploração mineral na região sejam vistas como danosas ao meio ambiente, existe a possibilidade de uma exploração sustentável, conquanto que os órgãos responsáveis desempenhem seus papéis de conscientizadores, fiscalizadores e reguladores da atividade. A propósito, existe uma possibilidade de retorno futuro da atividade mineral na região, em escala empresarial, caso as pesquisas em curso, voltadas para descobertas de kimberlitos (rocha-mãe dos diamantes), sejam bem sucedidas.

No que diz respeito às UCs, existem vários estudos que tratam do tema mineração *versus* áreas de preservação, mostrando que é possível haver atividade mineral exploratória nessas unidades. Há, no entanto que se atentar para os critérios de definição da escolha das áreas a serem consideradas UCs, para que as mesmas

não se tornem vulneráveis a interesses econômicos seja do capital privado nacional ou internacional, em detrimento dos interesses das esferas municipais, estaduais ou federais.

Para finalizar, podemos afirmar, com base nas observações e dados levantados no âmbito deste trabalho, que o povoamento da região da Chapada Diamantina, no estado da Bahia, teve como principal vetor a sua Geodiversidade, das mais diversas formas e com intensidades diferenciadas. Sem dúvida alguma, a correlação Geodiversidade *versus* Lógicas Territoriais, tem na Chapada Diamantina, um dos seus grandes exemplos.

REFERENCIAS

ABREU, J.C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800): os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília: UnB, 1963.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D.M. **A invenção do nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, F.F.M.; HASUI, Y.; BRITO NEVES, B. B.; FUCK, R. A. 1977. Províncias Estruturais Brasileiras. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DO NORDESTE, 8, 1977, Campina Grande. **Atas...** Campina Grande, Soc. Bras. Geol.

AMORIM, C.C. Discutindo o conceito de região. **Revista Estação Científica On line.** Juiz de Fora (MG), ano II, n. 04, p. 01-19, abr./mai. 2007.

ANDRADE, M.C. **A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000).** São Paulo: Contexto, 2000.

ANDRADE, M.C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BAHIA. GOVERNO DO ESTADO. **Plano Plurianual para o período 1992-1995.** 1991. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/frame/default.asp> >. Acesso em: 14 set. 2010.

BAHIA. **Legislação Estadual.** Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em 17 nov. 2009.

BANDEIRA, R.L. **Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos.** Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006.

BARRETO, M.M. **Manual de iniciação do turismo.** 7. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

BELTRÃO, M. Observatório de Central modifica conceito do Brasil pré-histórico (reportagem). **A Tarde,** Salvador, 26 de jul. 1995.

BENI, M.C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia do turismo.** Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

Bonfim, L.F.C. **Mapa de Trilhas e Pontos Turísticos do Parque Nacional da Chapada Diamantina**, Bahia. Escala 1:100.000. Projeto Chapada Diamantina, Convênio CPRM e IBAMA, executado pela Superintendência Regional da CPRM de Salvador. 2001.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. **Le lien territorial**: entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le Territoire) n. 20 (inverno). Paris: L' Harmattan-CNRS, 1996.

BORGES, E.F.; ANJOS, C.S. dos; SANTOS, P.S. Estudos de Detecção de Mudança da Paisagem no Pediplano Cimeiro – Chapada Diamantina (BA). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14, **Anais...** Natal, Brasil, 25-30 abril, 2009, INPE, p.5657-5662.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BREMAEKER, F.E.J. de. As receitas dos municípios do estado da Bahia em 2009. Estudo técnico nº 114. **Sefin – M Bahia**. Fórum Permanente de Secretários de Finanças dos Municípios do Estado da Bahia. set. 2010.

BRILHA, J.B.R. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na vertente geológica. Viseu: Palimage Editora, 2005.

BRITO NEVES, B.B. 2002. Main stages of the development of the sedimentary basins of South America and their relationship with the tectonics of supercontinents. **Gondwana Research**, v. 5, p. 175-196.

BRITO NEVES, B.B. A Tafrogênese Estateriana nos Blocos Paleoproterozóicos da América do Sul e Processos Subseqüentes. **Geonomos**, v. 3, n. 2, p. 1-21. 1995.

BRITO NEVES, B.B. América do Sul: Quatro Fusões, Quatro Fissões e o Processo Acrescionário Andino. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 28, n. 3, p. 01-20. 1999.

BRITO NEVES, B.B.; PEDREIRA DA SILVA, A.J.C.L. Diamictitos e “Cap Dolomites” Sturtianos Sobre o Grupo Jacobina - Araras, Norte de Campo Formoso, Bahia. **Geol. USP Sér. Cient.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 11-27. 2008.

BUENO, E. **Capitães do Brasil**: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CABEZA, A.M. **Ordenación del territorio en America Latina. Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciências sociais.** Universidade de Barcelona, v. VI, nº 125, 1 out. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocritica/nova-ig.html>>. Acesso em 31 jan.2011.

CALÓGERAS, J.P. **As minas do Brasil e sua legislação.** Rio de Janeiro, 1938.

CAMARGO, L.H.R. de. **A ruptura do meio ambiente:** conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a Geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTELLS, M. **La question urbaine.** Paris: François Maspero, 1973.

CAZES, G. **Le Tourisme en France.** Paris: Presses Universitaires de France – PUF, 1995.

CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA – CEPLAB. **Bacias hidrográficas.** Salvador: CEPLAB, 1979.

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM. **Dados sobre recursos minerais.** 2004. Disponível em: <<http://homologa.geoportal.cbpm.ba.gov.br/sigweb/ApresentacaoServidorMapas.php>> Acesso em: 22 set. 2009.

CONCEIÇÃO, A.A.; RAPINI, A.; PIRANI, J.R.; GIULIETTI, A.M.; HARLEY, R.M.; SILVA, T.R.S.; SANTOS, A.K.A.; CORREIA, C.; ANDRADE, I.M.; COSTA, J.A.S.; SOUZA, L.R.S.; ANDRADE, M.J.G.; FUNCH, R.R.; FREITAS, T.A.; FREITAS, A.M. M.; OLIVEIRA, A.A. Campos rupestres. In: JUNCÁ, F.A.; FUNCH, L.; FRANCA-ROCHA, W.J. (orgs.) **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

CORRÊA, R.L. **Região e organização do espacial.** São Paulo: Ática, 1986.

CRUZ, R.C.A. da. Turismo, território e o mito do desenvolvimento. In: **Espaço e Geografia.** Brasília: Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia, ICH-UNB, Ano 3, nº 1, jan-jun, 2000, p. 19-26.

DANDERFER, A.; DARDENNE, M. A. Tectonoestratigrafia da Bacia Espinhaço na porção centro norte do cráton do São Francisco: registro de uma evolução poliiistórica descontínua. **Revista Brasileira de Geociências.** n. 32. v. 4: dez. 2002

DELGADO, I.M. et al 2003. Geotectônica do Escudo Atlântico. In: A. BIZZI, C. SCHOBENHAUS, R.M. VIDOTTI E J.H. GONÇALVES (eds.). **Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil**, capítulo V, CPRM, Brasília, 2003.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. **SIGMINE**. Disponível em: < 2010 in: <http://sigmine.dnpm.gov.br/> >. Acesso em: 31 jul. 2010.

DERBY, O.A. The Serra do Espinhaço. Brazil. **Journal of Geology**, n.14. 1906.

DIAS, J.E.; GOMES, O.V. de O.; GOES, M.H. de B.O uso do geoprocessamento na determinação de áreas favoráveis a expansão urbana no município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Geografia**, v. 13, nº 2, jul/dez 2004. UFRJ. Rio de Janeiro. PRODETUR/NE II – PDITS Chapada Diamantina

ETCHEVARNE, C. Pinturas rupestres da região de Iraquara (Chapada Diamantina, Bahia). **Revista do Instituto de Arqueologia**, ISSN 0084-9189, n. 46, 2007.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, 1994.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B.; ACHESON, J.A Tragédia dos Comuns: Vinte e Dois Anos Depois. In: DIEGUES, Antônio C.; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001.

FERREIRA, A.B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

FERREIRA, A.B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, T.M.A Geoeconomia como determinante nas relações internacionais da nova ordem mundial. In: **Jus Navigandi** nº 763 (6 ago. 2005). Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7109>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

FLEXOR, M.H.O. Núcleos urbanos planejados do século XVIII. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. v. 1, n. 2, 1988.

FONSECA, R.; BARRIGA, F.J.A.S. Agrogeologia: um conceito geológico de rejuvenescimento de solos degradados. **Revista Eletrônica de Ciências da Terra**, v.9, n. 9, 2010, Portugal.

FREIRE, F. **História Territorial do Brasil**: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Tipografia do "Jornal do Comércio" de Rodrigues & Cia., 1906, v.1

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra, Almadina. 1980.

FUNCH, L.S.; FUNCH, R.R.; GIULIETTI, A.M.; QUEIROZ, L.P.; FRANÇA, F.; MELO, E.; SANTOS, T.; GONÇALVES, C.N.; HARLEY, R. Florestas estacionais semidecíduais. In: JUNCÁ, F.A.; FUNCH, L.; FRANCA-ROCHA, W.J. (orgs.) **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

FUNCH, R. **Chapada Diamantina**: uma reserva natural. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, 1982.

GARCEZ, L.A.L. **Planejamento urbano**: síntese das doutrinas e teorias urbanísticas. Curitiba: UFPR, 2002.

GAURRIERI, M.C.M.; HIRUMA, S.T. A Expansão urbana no planalto de Campos do Jordão. Diagnóstico geomorfológico para fins de planejamento. **Revista do Instituto Geológico**, São Paulo. n. 25, v. 1/2, 2004.

GEHLEN, I.; RIELLA, A. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, n.11, Porto Alegre, jan./jun. 2004.

GIUDICE, D.S. **Impactos ambientais em áreas de ocupação espontânea** – o exemplo do Calabar – Salvador – BA. Salvador: 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

GIUDICE, D.S.; SOUZA, R.M. Mineração e organização do espaço na Chapada Diamantina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 2006, ARACAJU. 43. São Paulo, SP: Sociedade Brasileira de Geologia - SBG, 2006. **Anais...** CD-ROM.

GIUDICE, D.S.; SOUZA, R.M. e. A Importância da atividade turística no desenvolvimento local: o caso da Chapada Diamantina - Bahia. **Revista de Investigación y desarrollo local** – TURyDES, (Universidad de Malaga), ano 7, v.3, abr. 2010a. Malaga/Espanha.

GIUDICE, D.S.; SOUZA, R.M. e. As Cidades da Mineração na Chapada Diamantina - Bahia. **Revista Geonordeste** (UFS), ano XX, n.1, jul/dez/2009b, p. 199-216.

GIUDICE, D.S.; SOUZA, R.M. e. Geodiversidade e Lógicas Territoriais na Chapada Diamantina. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE (UNIFACS)**, ano XI, n.19, Jan/2009a, p. 65-74.

GIUDICE, D.S.; SOUZA, R.M. e. Geologia e Geoturismo na Chapada Diamantina. **Revista Gestión Turística** (Valdivia) (Universidad Austral de Chile), ano 7, n.14, Dic/2010b, p. 1-9..

GOLIN, T. **A fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, J. Povoamento da Chapada Diamantina. **Revista IGHB**. Bahia, n. 77, 1952.

GONÇALVES ALCOFORADO, F.A. **Os Condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia**. Barcelona: 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia Física e Análise Geográfica Regional, Univerdad de Barcelona.

GONÇALVES, C.W.P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOOGLE EARTH versão 5.2.1.1588. Data da compilação 1 set. 2010. Hora da compilação 11:06:01 manhã. Renderizador DirectX 9. Sistema operacional Microsoft Windows (6.0.6002.2). Driver de vídeo 00008086 (00007.00014.00010.01409). Tamanho máximo da textura 4096x4096. Servidor kh.google.com. Imagem capturada em 23 set.10.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. London: John Wiley & Sons Ltd., 2004.

GUANAES, S.A. **Meu quintal não é parque**. Campinas: 2006. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GUANAES, S.A. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra: garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina - BA**. 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micro-política: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes. 2005

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia do PPGG/UFF**: Niterói, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HARDIN, G. 1968. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162.

HARDT, L.P.A.; HARDT, C.; OBA, L.T. Planejamento do desenvolvimento urbano sustentável. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO URBANA. **Anais...** Curitiba, Agosto, 2003.

HARLEY, R.M.; GIULIETTI, A.M.; GRILO, A.S.; SILVA, T.R.S.; FUNCH, L.; FUNCH, R.R.; QUEIROZ, L.P.; FRANÇA, F.; MELO, E.; GONÇALVES, C.N.; NASCIMENTO, F.H.F. Cerrado. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L.; FRANCA-ROCHA, W.J. (orgs.) **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

HELMSING, A.H.J. Externalities, Learning and Governance: new perspectives on local economic development. **Development and Change**: The Hague, v. 32, n.2, 2001.

HOSE, T.A. Geotourism. Selling the Earth to Europe. In: MARINOS, P. G.; KOUKIS, G. C. TSIAMBAOS, G. C.; STOURNAS, G. C. (eds.) **Engineering Geology and the Environment**. Rotterdam, Netherlands: Balkema, 1997.

HOSE, T.A. Selling the Story of Britain's Stone. **Environmental Interpretation**, v. 2, 1995, p.16-17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Acervo biblioteca digital**. Coleção Digital. Documentação territorial. 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio - CENTRO NACIONAL DE ESTUDO, PROTEÇÃO E MANEJO DE CAVERNAS – CECAV. **Relatório demonstrativo da situação atual das cavidades naturais subterrâneas – por unidade da Federação**: estado da Bahia. 2008. Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/cecav> >. Acesso em: 13 out. 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – **ICMBio**. 2010. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2010.

JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: John Wiley & Sons, 1969.

KARMANN, I.; PEREIRA, R.G.F.A.; MENDES, L.F. Caverna do Poço Encantado, Chapada Diamantina, Bahia: patrimônio geológico e biológico. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (ed.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio091/sitio091.htm>>. Acesso em 1 fev. 2010.

KIERNAN, K. Book review: Geodiversity. Valuing and Conserving Abiotic Nature by J. M. Gray, **Journal of Quaternary Science**, v.19, n. 8.

KING, L. C. Geomorfologia da Região Oriental do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n.2, ano 18. Rio de Janeiro, 1956.

KOZLOWSKI, S. Geodiversity. The concept and scope of geodiversity. **Przegląd Geologiczny**, v. 52, n. 8/2, 2004

LABASSE, J. **Que regiões para Europa?** Lisboa: Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, 1993. Tradução Joaquim Nogueira Gil.

LAUREANO, F.V.; CRUZ Jr, F.W. Grutas de Iraquara (Iraquara, Seabra e Palmeiras, BA). In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (ed.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio018/sitio018.htm>>. Acesso em 1 fev. 2010.

LAZZERINI, F.T. **Geodiversidade**. 2005. Disponível em: <<http://www.geodiversidade.blogspot.com>>. Acesso em 3 dez. 2009.

LEFÈBVRE, H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1972.

LEPRUN, J.C. **A erosão, a conservação e o manejo do solo no nordeste do Brasil**: balanço, diagnóstico e novas linhas de pesquisa. Recife: SUDENE, Departamento de Recursos Naturais. 1981.

LIMA, M.A. Planejamento urbano: utilização do Sistema de Informação Geográfica – SIG, na avaliação socioeconômica e ecológica – um estudo de caso. In: ROMEIRO, A.R.; REYDON, B.P.; LEONARDI, M.L.A. (coord.). **Economia do meio ambiente**: teorias, políticas, e a gestão regional. Campinas: Unicamp, 2006.

LOBÃO, J.S.B. **Análise socioambiental na região semiárida da Bahia**: geoprocessamento como subsídio ao ordenamento territorial. 2010. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe.

LÓPEZ, J.R. Los desafíos del estudio de la geodiversidade. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 46, n. 1, 2005.

LUTTWAK, E.N. Give War a Chance”. In: **Foreign Affairs**, July/August 1999. Disponível em: http://isuisse.ifrance.com/emmaf/base/give_war_a_chance.html. Acesso em: 6 maio. 2010.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria Geral. **Projeto RADAMBRASIL** Folhas SC. 24/25; Aracaju/Recife e SD 24 Salvador; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro, 1983.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PORTUGAL. **Carta Europeia de Ordenamento do território**. DGOT: Lisboa, 1988.

MOLINA, J.; MERCADO, M. Patrimonio geológico-minero y geoturístico. enfoque conceptual y de casos en Colombia. In: VILLAS-BÔAS, R.C.; MARTINEZ, A.G.; ALBUQUERQUE, G. de A.S.C. de. (eds.) **Patrimonio geológico y minero en el context del cierre de Minas**. Rio de Janeiro: CNPq/CYTED, 2003.

MONTE-MÓR, R.L. de M. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1998.

MONTE-MÓR, R.L. de M. **A gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

MUMFORT, L. **The city in history**. London: Martin Secker & Warburg, 1961.

MUÑOZ, E. **Georecursos culturales**. Geologia Ambiental. Madrid: ITGE, 1988.

NASCIMENTO, M.A.L. do; RUCHKYS, U.A.; MONTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo**. São Paulo: SBG, 2008.

NEVES, E.F. Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada? **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 19/20, p. 239-250, 1997.

NOLASCO, M.C. **Registros geológicos gerados pelo garimpo, lavras diamantinas – Bahia**. Porto Alegre, 2002. Tese (doutorado em Geologia): Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OSTROM, E.; MCKEAN, M.A. 2001. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antônio C.; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**, São Paulo: Nupaub-USP.

PARQUE NACIONAL CHAPADA DIAMANTINA. **Plano de manejo**. 1995. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2010.

PEDREIRA, A.J.A. **Serra do Sincorá, Chapada Diamantina: beleza paisagística e paleopláceres de diamante**. Salvador: CPRM/Sigep, 2004.

PEDREIRA, A.J. **O Supergrupo Espinhaço na Chapada Diamantina**. Tese (Doutorado em Geologia); Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PEDREIRA, A.J. Registro da sedimentação em uma margem continental no Precambriano: Formação Guiné, Chapada Diamantina, Bahia. **Revista de Geologia**, n. 7. 1995.

PEDREIRA, A.J.; BOMFIM, L.F.C. Morro do Pai Inácio. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. (ed.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio072/sitio072.htm>>. Acesso em: 1 fev. 2010.

PEDREIRA, A.J.; DOSSIN, I.A.; UHLEIN, A.; DOSSIN, T.M.; GARCIA, A.J.V. Kibaran (Mid-Proterozoic) evolution and mineralizations in Eastern Brazil. **IGCP 255 Newsletter**, n. 2: 1989.

PERES FILHO, A. Sistemas Naturais e Geografia. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.p.333-336.

PESSOTI, Gustavo Casseb. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB – 1975/2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano VIII, n. 14, p. 78-89, jul. 2006.

PINTO, E.C; BALANCO, P. **O eixo geo-econômico mundial e a inserção da América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas**. Disponível em: <www.bnb.gov.br/content/2007>. Acesso em 3 abr. 2010.

PINTO, U.R. **Legislação Mineral e Ambiental**. 9 ed., Brasília: Gráfica Valci, 2005.

PIRES, E.L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 8, nº 2, p.155-163, set. 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PRODETUR/NE II – PDITS Chapada Diamantina. 1999.

QUEIROZ, L.P.; FRANÇA, F.; GIULIETTI, A.M.; MELO, E.; GONÇALVES, C.N.; FUNCH, L. S.; HARLEY, R.M.; FUNCH, R.R.; SILVA, T.S. Caatinga. In: JUNCÁ, F. A.; FUNCH, L.; FRANCA-ROCHA, W.J. (orgs.) **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A.A.B. (Org.) **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2007.

RODRIGUES, A.B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUEZ, J.M.M. Desenvolvimento sustentável: níveis conceituais e modelos. In: RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E.V. da. (org.) **Desenvolvimento local sustentável**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.

SACK, R.D. **Human territoriality**: its teory and history. Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, T.F. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. 2 ed., Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SANCHES, A.L.; MISI, A., KAUFMAN, A.J.; AZMY, K. As sucessões carbonáticas neoproterozóicas do Cráton do São Francisco e os depósitos de fosfato: correlações e fosfogênese. **Revista Brasileira de Geociências**. n. 37. v. 4 – suplemento. dez. 2007. Disponível em: < www.sbgeo.org.br>. Acesso em 13 ago. 2010.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SCLIAR, C. **Geopolítica das Minas do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO - SECTUR; SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - SUDETUR. **Plano de Manejo: área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara**. Salvador: IOB, 1998.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SMARH. **Bacias hidrográficas do estado da Bahia**. Salvador. Salvador, SRH, 2006. 2 ed.. 2006

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios baianos**: 1998, 2000, 2002, 2004. Salvador: SEI, 2006. v. 1, 2, 3 e 4 Bianual.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. 2007. Salvador. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110>. Acesso em: 22 ago. 2010.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. 2004. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/images/bahia_sintese/xls/povoados.../1.1.1_2004.xls> Acesso em: 22 ago. 2010.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO - SRH. **Plano Diretor de Recursos Hídricos** – Bacia do rio de Paraguaçu. Salvador, 1993a.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO - SRH. **Plano Diretor de Recursos Hídricos** – Bacia do rio de Contas. Salvador: Geohidro, 1993b.

SHARPLES, C. **Concepts and principles of geoconservation**. 2002. Documento PDF disponibilizado na Tasmanian Parks & Wildlife Service website. Disponível em: <<http://www.parks.tas.gov.au/geo/conprin/define.html>>. Acesso em: 27 de outubro de 2009.

SHARPLES, C. Geoconservation in forest management - principles and procedures. **Tasforests**, v. 7, p. 37-50, Forestry Tasmania, Hobart, dez. 1995.

SILVA, C.A. da; PEREZ FILHO, A. Geografia, Turismo e Análise Sistêmica. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

SILVA, C.R. da. (ed.) **Geodiversidade do Brasil**: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, J.X. da.; CARVALHO FILHO, L.M. Índice de geodiversidade da restinga da Marambaia (RJ), um exemplo do geoprocessamento aplicado a geografia física. **Revista de Geografia**, v. 17, n.1, 2001.

SILVA, J.X. da. et al. Índices de geodiversidade: aplicações de SIG em estudos de biodiversidade. In: GARAY, I.; DIAS, B.F.S. (orgs.). **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILVA, T.C.; TRICART, J. **Estudos de Geomorfologia da Bahia e Sergipe**. Salvador: IOB, 1969.

SILVEIRA, M.L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. In: REDES, Santa Cruz do Sul, v.15, n.1, p. 74-88, jan/abr. 2010.

SOUZA, E.J.C. de. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia**: regionalização e planejamento. Salvador: 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências – Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Bahia.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STANLEY, M.. **Geodiversity**. Earth Heritage. n. 14, 2000.

STUEVE, COOK, S.D.; DREW, D. **The geotourism study**; Phase I Executive Summary. Travel Industry Association of America, 2002. 22 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SUDENE. **Regionalização para o desenvolvimento do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1991.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. **Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001. 120 p. 1 CD-ROM.

TAVARES, L.H.D. **História da Bahia**. Salvador: Correio da Bahia, 2000.

TEIXEIRA, C. **Mineração na Bahia**: ciclos históricos e panorama atual. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998.

UDERMAN, S.A Indústria de Transformação na Bahia: Características Gerais e Mudanças Estruturais Recentes. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 2, n. 3, set. 2005.

VALCARCE, E.G.; CORTÉS, A.G. **El patrimonio geológico**. Bases para su valorización, protection, conservación y utilización. Ministério de Obras Públicas, transporte y Medio Ambiente (MOPTMA). Dirección general de información y evaluación Ambiental. Serie monografias. Madrid, 1996.

VAN STRAATEN, P. Geodiversity, Biodiversity and the Origin of Crops. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ROCHAGEM, 1. **Anais...** Brasília, 2009.

VEIGA, A.T.C. A. **A geodiversidade e o uso dos recursos minerais da Amazônia**. Terra das Águas, Brasília: NEAz/UnB, n.1, 1999.

VILHENA, L. dos S. **A Bahia do Século XVIII**. [Salvador]: Itapuã, 1969, v.2.

VILHENA, L. dos S. **Recompilação de notícias soteropolitanas e brasílicas**: contidas em XX cartas, que da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, escreve hum amigo a outro em Lisboa. [Salvador]:IOB, 1922, 983 p. Comentadas por Braz do Amaral. Livro i, II e III, Ano 1802.

WEIDENBEN, F.W. Origin and use of the term "getope" in German-speaking countries. In: O´HALLORAN, D.; GREN, C.; HARLEY, M.; STANLEY, M.; KNILL, J. (eds) **Geological and landscape conservation**. London: Geological Society, 1994.

WIMBLEDON, W.A.P. L'identificazione e la selezione dei siti geologici, priorità per la geoconservazione. 52-53. IN: Poli, G. (ed). **Geositi**: testimoni del tempo. Bologna: Regio Emilia-Romagna, 1999.

ZARUR, G. de C. L.(org.). **Região e nação na América Latina**. Brasília: UnB, 2000.

Apêndice A
Artigo: As cidades da Mineração na Chapada
Diamantina

AS CIDADES DA MINERAÇÃO NA CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA

Dante Severo Giudice⁶⁹
Rosemeri Melo e Souza⁷⁰

RESUMO

O processo de desenvolvimento urbano sempre acontece respaldado por uma atividade econômica que o desencadeia. Dentre essas atividades, a mineração tem sido responsável pelo crescimento de muitas cidades no mundo, dentre elas Sudbury (Canadá), e que não foi diferente no Brasil, bem como no estado da Bahia. O nosso caso de estudo, a Chapada Diamantina, situada na parte central do estado da Bahia, teve seu desenvolvimento alavancado pela mineração (principalmente de diamante), uma das atividades econômicas mais importantes existentes no mundo, já que tudo ou praticamente tudo que necessitamos nos dias atuais, é mineral. Dessa maneira, no século XIX, com o auge da exploração de diamante, começaram a surgir, junto aos garimpos, os núcleos urbanos, embriões das cidades, que é o foco deste trabalho, no qual procuramos evidenciar sua formação e dinâmica. Essas cidades se tornaram centros dessa atividade e elas tiveram um desenvolvimento urbano surpreendentemente rápido, com melhoria das edificações, consolidação do comércio, introdução de uma incipiente industrialização, além do crescimento demográfico. **Palavras-chave:** mineração, Geografia Urbana, Chapada Diamantina.

MINING CITIES IN DIAMANTINA CHAPADA – BAHIA

ABSTRACT

The urban development process always happens during any economic activity from which it come from. Among those activities the mining process has become the one responsible for the grown up of many cities around the world, such Sudbury in Canada, and it is quite obvious in Brazil too at Bahia state as well. At the Chapada Diamantina study, located at the central portion of Bahia state, had its



own development taken place by mining activities, mainly diamond one, which is one of the most important economic activity in the globe, as we can see in nowadays. In such aspect, since XIX century on the highest top of diamond exploration, it starts together some garimpos, the urban core, the beginning of some cities, which became the main core for such activities as they grown up very fast, with much better constructions building, good local trade, industrialization as well and increasing on the population.

Keywords: mining, Urban Geography, Chapada Diamantina.

LAS CIUDADES DE MINERÍA EN CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA

RESUMEN

El proceso de desarrollo urbano siempre ha acontecido respaldado por una actividad económica que lo desencadena. De entre esas actividades, la minería ha sido responsable por el crecimiento de muchas ciudades en el mundo, entre ellas Sudbury (Canadá), y no ha sido diferente en Brasil, así como en el estado de Bahia. En nuestro caso de estudio, la Chapada Diamantina, situada en la parte central del estado de Bahia, ha tenido su desarrollo incentivado por la minería (principalmente del diamante), una de las actividades económicas más importantes existentes en el mundo, ya que todo o casi todo lo que necesitamos en los días actuales, es mineral. De esa forma, en el siglo XIX, con el apogeo de la explotación de diamantes, empezaron a surgir los núcleos urbanos, embriones de las ciudades que son el foco de ese trabajo, dónde procuramos evidenciar su formación y dinámica. Esas ciudades se tornarían centros de esa actividad, y tuvieran un desarrollo urbano sorprendentemente rápido, con mejoría de las edificaciones, consolidación del comercio, introducción de una incipiente industrialización, más allá del crecimiento demográfico.

Palabras clave: minería, Geografía Urbana, Chapada Diamantina.

INTRODUÇÃO



O processo de desenvolvimento urbano sempre acontece respaldado por atividades econômicas que o desencadeia. Dentre essas, a mineração tem sido responsável pelo crescimento de muitas cidades no mundo, tal como ocorrido em Sudbury (Canadá), e que não foi diferente no Brasil, mais especificamente, no estado da Bahia.

Neste trabalho denominamos Chapada Diamantina a toda área englobada pela região econômica baiana homônima, mas o nosso caso de estudo, se restringe ao local histórico ou lavrista, representado pelas cidades do diamante. Assim sendo, a parte central do estado da Bahia (Figura 1), formada por serras, teve seu desenvolvimento fomentado pela exploração de ouro e principalmente do diamante. Dessa forma, a história da ocupação populacional local está diretamente ligada ao **ciclo da mineração**⁷¹, uma das atividades econômicas mais importantes existentes no mundo, já que tudo ou praticamente tudo que necessitamos nos dias atuais é mineral.

Esse povoamento começou em Jacobina, situada ao norte da Chapada Diamantina, por volta de 1701, com a descoberta das primeiras jazidas de ouro. Embora vedada, a exploração perdurou até a liberação do garimpo naquele local, por meio da Carta Régia, de 5 de agosto de 1720. A fase áurea do ciclo do ouro baiano durou quase dois séculos, até os primórdios do século XX, quando a descoberta de jazidas em Minas Gerais provocou uma queda de 75% em seu preço no mercado internacional. Entretanto, a proibição da mineração clandestina em outras localidades continuou por mais um século, no entanto novas áreas de diamantes foram descobertas na Chapada. Em 1822, houve uma grande migração de pessoas para essas áreas, devido à legalização dessa prática furtiva, alavancando a ocupação territorial, dando início à implantação de vilas e povoados (NOLASCO, 2002).

A questão do crescimento das cidades está estritamente ligada ao processo histórico de urbanização que por sua vez introduz a problemática do movimento progressivo da civilização. Para Ferreira (1986, p. 561), desenvolvimento corresponde ao “[...] estágio econômico, social e político de uma comunidade, é caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, ou seja, os recursos naturais, o capital e o trabalho”. Outro conceito reconhecido o define como sendo “[...] o processo de articulação das estruturas políticas, sociais e econômicas do país com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população” (RODRIGUEZ, 2001, p. 2).

Segundo Castells (1973), o termo urbanização tem dois sentidos distintos: a) concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade, e b) difusão de sistemas de valores, atitudes, e comportamentos denominados **cultura urbana**. Esse procedimento está sempre ligado a uma ação desencadeadora, que no caso da região econômica Chapada Diamantina foi a mineração.

Dessa maneira, no século XIX, com o auge da exploração de diamante, começaram a surgir, junto aos garimpos, os núcleos urbanos, embriões de Mucugê, Rio de Contas, Barra da Estiva, Igatu, Andaraí e Lençóis, que se tornaram centros dessa atividade e que tiveram um crescimento surpreendentemente rápido, com melhoria das edificações, consolidação do comércio, introdução de uma incipiente industrialização, além do incremento demográfico.

Cabe aqui definir o termo cidade que é derivado do latim *civitate*, e é interpretado por Ferreira (1986, p. 403) como um “[...] complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i.e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural”, e que Garcez (2002, p. 87) declara ser “[...] o espaço preenchido continuamente por um aglomerado humano, denso e permanente, que se ocupa, na sua maioria, de atividades não agrícolas, constituindo uma cultura heterogênea definida por suas funções e por gênero de vida”.

Assim, essas localidades, em especial Lençóis que em seu apogeu abrigou um grande contingente populacional atraído pela prática mineira, se enquadram nos conceitos expostos como fruto de um processo fisicoterritorial de conformação do ambiente construído, relacionado com o termo cidade, como também um fenômeno social, econômico e institucional, correlato ao vocábulo urbano (HARDT e colaboradores, 2003, p. 5). O florescer de Lençóis incitou o interesse do capital internacional, ali representado pelo vice-consulado francês, que para alguns autores era apenas um escritório que intermediava a compra do diamante entre garimpeiros e os joalheiros europeus, pois:

[...] Não há documentos oficiais do governo francês que comprovem a existência desse sub-consulado e do seu funcionamento no século passado. Entretanto, nos documentos do estado da Bahia há referências oficiais sobre uma casa comercial pertencente a funcionários do governo francês (GUANAES, 2001, p. 57).

A **febre** da riqueza começou a gerar uma série de lutas políticas na região. Com as crescentes descobertas de diamantes, duas grandes correntes migratórias com grandes diferenças sociais e culturais começaram a entrar em confronto na região. Uma originária do planalto central, do alto sertão baiano e do vale do São Francisco, e outra proveniente do extremo leste baiano, constituída por comerciantes do Recôncavo, descendentes ou mesmo portugueses, que representavam os interesses da Coroa. Esses enfrentamentos geraram constante desordem até o início do século XX, quando em plena decadência da mineração, as rixas familiares atingem uma violência nunca vista na Chapada Diamantina. Disputas e conflitos deixaram muitos povoados incendiados e a economia sertaneja totalmente aniquilada, até o fim da Revolução de 1930, quando as armas finalmente foram entregues e muitos coronéis foram presos e encaminhados a Salvador (NOLASCO, 2002).

O fim do efêmero ciclo do bem mineral levou à decadência essas localidades, entretanto já havia sido instalada a **rede urbana**, que neste trabalho são denominadas as cidades do diamante, guardando traços urbanísticos que caracterizavam a época do apogeu. Essas **rugosidades**, como denominado por Milton Santos, viriam servir de atrativos, a partir do século XX, para o turismo.

O CONTEXTO DAS CIDADES COLONIAIS

O Brasil, do final do século XVIII até o início do XX, era um extenso território de baixíssima ocupação populacional, concentrada basicamente no litoral. Poucos centros comandavam a extração de recursos naturais em amplas regiões, sendo o restante das localidades composto por meras aldeias, acampamentos, povoados, missões e, em casos especiais, vilas, constituindo o que poderia se denominar uma **rede urbana**. O próprio sistema colonial baseado no latifúndio, no trabalho escravo e no monopólio comercial da Coroa Portuguesa impedia a expansão e a consolidação da base cidadina, no entanto:

As vilas e cidades coloniais no Brasil e em toda América Ibérica, diferiam claramente das cidades do capitalismo mercantil na Europa. Enquanto aquelas foram o espaço privilegiado onde a cidadania foi (re) constituída tornando-se o lócus da revolução burguesa, as formas urbanas nas colônias ibero-americanas foram expressões de um poder altamente centralizado representado e exercido pelo Estado

monárquico absolutista. Entretanto da mesma forma como a cidade capitalista embrionária expressou as contradições básicas do sistema feudal e absolutista na Europa, eventualmente destruindo-o por dentro para dar origem a um novo modo de produção e sua nova classe dominante, a cidade colonial se tornou o espaço social onde as contradições do sistema colonial apareceram mais claramente. À medida que o produto social extraído no campo da colônia ganhou importância, também o ganharam as vilas e cidades e acentuando as contradições do sistema. Os conflitos para controlar os espaços de poder que as cidades coloniais representavam envolveram o Estado colonial, a Igreja, o capital comercial, e outros interesses locais e regionais da colônia que incluíam demandas e pressões colocadas pelos grupos sociais mais explorados, tais como os trabalhadores urbanos, índios, mestiços e escravos negros. Em lugar nenhum da colônia tais conflitos entre as formas urbanas nascentes e o sistema colonial foram tão expressivos como nas cidades mineradoras (MONTE-MÓR, 2001, p. 30).

Dessa forma, as cidades da mineração contribuíram de modo substancial para a integração macrorregional do território brasileiro, já que abrigavam as levadas de migrantes que afluíam às localidades mineradoras, caracterizadas por ser um grande vazio demográfico, e com dificuldades de transporte, tendo em vista que, em geral, se situavam em áreas inóspitas, portanto, foram responsáveis pela efetiva ocupação da área interior da colônia. Ainda que frágil a rede de lugares centrais de apoio à produção extrativa mineral, teve impactos diretos na ocupação dos rincões nacionais, pois:

A natureza exclusivamente extrativa da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) onde a concentração do excedente coletivo, a base de organização social comunitária, a ordem legal e o poder constituídos e o lócus da festa se encontram no espaço/obra coletiva. De outro lado, implica no fortalecimento de uma região complementar, tão vasta quanto a intensidade da economia urbana que a gerou, oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho implícita ao necessário abastecimento daquela forte e setORIZADA economia. A grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade

econômica (e cultural, dado o apelo das **febres mineradoras** de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade (potencial, pelo menos) da atividade mineradora, gerou os mercados (urbanos) até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou fazendas e engenhos escravagistas. O resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc. (MONTE-MÓR, 2001, p. 4-5).

Os debates sobre evolução e/ou da história cultural urbana, raramente, trazem à tona as localidades ligadas à mineração, cujos exemplos contemporâneos são as locações inglesas de extração de carvão, razão pela qual os relatos centrados nelas são poucos. É notório que a atividade mineradora produz um recinto bem diferente da tradicional cidade política, historicamente tida como sede de controle de um espaço de produção externo, não só no Brasil, mas também no mundo. Os ambientes oriundos da exploração mineral vêm questionar a tese de que as cidades surgiram dos avanços tecnológicos do campo, e é a partir daí que se pode melhor compreender as especificidades encontradas em Minas Gerais e seu impacto na urbanização e formação do espaço brasileiro.

Dentro da discussão da organização do espaço urbanorregional, dois aspectos devem ser levados em consideração, a natureza e amplitude da organização regional e a urbanidade que caracteriza as localidades industriais, espaço que encerra a produção, a distribuição e a reprodução que se constituiu, desde o século XVIII como elemento integrante central da realidade presente em Minas Gerais. As principais características das cidades da mineração era que elas se constituíam de uma população livre expressiva, muitas vezes maior que a mão de obra escrava, um fato raro na colônia. Elas possuíam uma classe média urbana desenvolvida, que exigia um comércio e demais atividades capazes de atender as novas necessidades, inclusive culturais, o que levou a ampliação e diversificação das funções urbanas fundamentais, e aprofundou, tanto localmente quanto regionalmente, a divisão socioespacial do trabalho, e se traduziu num sistema urbano jamais visto na colônia.

A produção de um espaço regional derivado de atividades mineradoras tem paralelos em várias partes do mundo e no Brasil, particularmente em Minas Gerais. Segundo Monte-Mór (1998, p. 3), a



cidade que progride com base nos recursos minerais localmente definidos é uma comunidade de base industrial, necessariamente integrada em um sistema regional maior. Entretanto, na Chapada Diamantina, esse desenvolvimento aconteceu dissociado de tal premissa, já que as povoações surgiram da emergência de uma economia urbana forte, centrada na exploração mineral, o que carecia de uma oferta de serviços e bens manufaturados, para atender essa **burguesia** citadina (JACOBS, 1969, p. 136). É a transformação da localidade política em uma mercantil (LEFEBVRE, 1972, p. 231), e caracterizada, segundo Mumford (1961, p. 468), pela transição da centralidade dos locais politicoideológicos (templos, palácios) para os comerciais, mas especificamente, para a praça do mercado.

Tais diferenças ficam evidentes no texto de Monte-Mór (1998, p. 5), no qual ele afirma que:

As cidades mineradoras mineiras foram assim, muito mais do que espaços de produção mineral, desde suas origens espaços de organização sócio-política e religiosa, além de centros de comando de uma ampla economia regional que se estruturou no seu entorno. Nesse sentido, constituíram-se de fato como cidades na acepção total do termo: espaços de concentração de um excedente econômico expresso na qualidade do espaço urbano e na monumentalidade das edificações; espaços de intensa organização social e política, geradoras de novas práticas sociais; e espaços de forte expressividade simbólica, cultural e religiosa na sua organização arquitetônica e urbanística.

Assim sendo, dentro do processo de urbanização na Chapada Diamantina, destaca-se Lençóis que surgiu em meados do século XIX, como extensão da descoberta de jazidas de diamantes na região de Mucugê e expandiu surpreendentemente sua área de influência. Contam os antigos que por volta de 1844 o Senhor Cazuza do Prado e o seu escravo vieram de Mucugê e terminaram por descobrir diamantes:

O escravo encheu os piquais e o senhor mandou o pajem vendê-los à Chapada Velha. O homem foi então preso como ladrão de estrada, mas sabida a história, o povo partiu em busca da nova lavra. Essa corrida, fazia com que, quem chegasse na época poderia ver de cima da serra os tetos das barracas estendidas, como se fosse uma verdadeira **cidade de lençóis**, daí a origem do nome. A notícia da descoberta propagou-se mais ainda e para lá vieram aventureiros de toda a parte da Província. Alguns de poucos recursos, outros



abastados, opulentos e com grandes recursos, inclusive numerosa escravatura, mas todos com o mesmo ideal: adquirir riquezas na **Cidade de Lençóis** (TEIXEIRA, 1998, p. 15-16).

O garimpo era um local típico nas lavras diamantinas com seus ranchos, suas bateias e outros instrumentos peculiares à região e utilizados na busca de diamantes e carbonados desde os primeiros tempos de mineração. As jazidas dessas pedras preciosas ficavam em algumas planícies, leitos de rios, riachos e nos canais naturais, mas eles são originados da desagregação de uma **rocha mãe**, até os dias atuais, não detectada. Esse bem mineral era considerado o **rei das pedras**, e na lida os homens trabalhavam intensamente ao som do disco giratório e do bater rítmico das águas na roda que impulsionava a indústria e fazia brilhar ainda mais as gemas que serviam de adereço para as damas da sociedade, e incrementava a expansão das cidades do entorno.

AS CIDADES DE MINERAÇÃO NA CHAPADA DIAMANTINA

No auge do ciclo, a região de Lençóis foi a maior produtora mundial de diamantes, posição hoje ocupada por Angola. A riqueza gerada com a mineração desse bem mineral possibilitou na época a importação de moda, estilo e novidades da Europa. Como a pedra era abundante em toda a região, outras cidades, como Andaraí, Mucugê, Igatu, Palmeiras, Guiné e Caeté Açu, também se desenvolveram como mostra a Figura 2, que evidencia a importância dessa gema sobre o processo de urbanização das mesmas, o que será detalhado a seguir.

MUCUGÊ

Fundada na década de 1840, foi a primeira localidade baiana onde foram descobertos diamantes de grande valor. Teve outras denominações como São João do Paraguaçu, Santa Isabel do Paraguaçu e Paraguaçu Diamantino. As suas importantes riquezas minerais fizeram com que ela tivesse crescimento vertiginoso, atingindo quase 25.000 habitantes no apogeu da exploração da pedra preciosa (Figura 2a). A queda dessa produção associada aos eventos climáticos que assolaram a região, como a grande seca de 1877, causou também um declínio populacional. A população oscilou entre



o fim do século XIX e o início do século XX, quando o carbonado, variedade do diamante, atingiu altos valores no mercado internacional, devido à construção do canal do Panamá, quando era utilizado para perfurar as rochas para abertura da referida ligação Atlântico-Pacífico. Por volta de 1910 a cidade possuía mais de 30.000 habitantes, mas a partir daí, com a descoberta do carbonado na África, ela entrou em decadência, e passou a viver em função da modesta atividade agrícola (café e cereais). Nos anos 80 do século passado, ela retoma o crescimento populacional, com o incremento do turismo, mas nunca atingindo aquele contingente humano (NOLASCO, 2002).

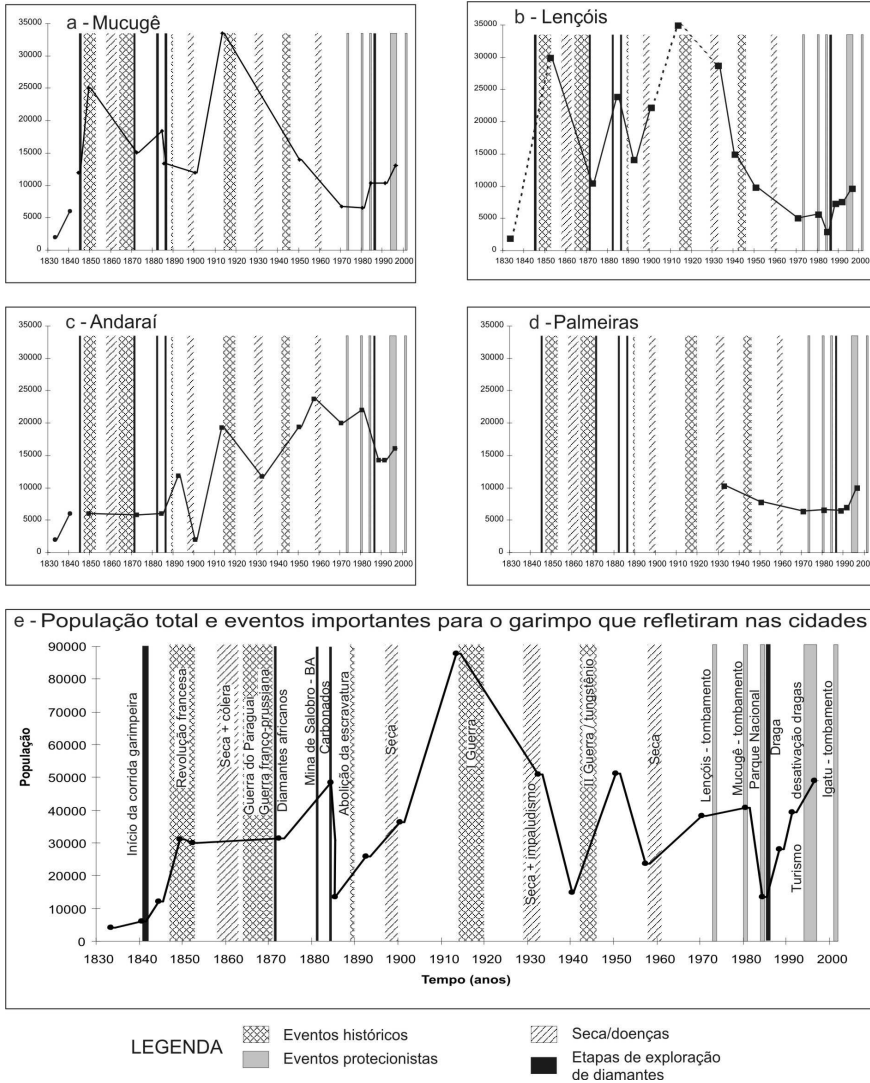


Figura 2 - Variação da população de quatro cidades da região econômica baiana Chapada Diamantina, no período de 1830 a 2000. Fonte: Nolasco (2002).

LENÇÓIS

Irrompeu em 1845, com os achados das pedras preciosas (Figura 2b). Foi elevada à condição de vila em 1856, e em 1864 à categoria de cidade. Tornou-se a **Capital das Lavras**, e passou a ser

apontada como **Vila Rica da Bahia**. Teve seu crescimento ligado aos mesmos motivos do desenvolvimento de Mucugê, no entanto teve uma maior ocupação humana. Durante os anos em que a mineração esteve no auge operacional, ostentou uma situação privilegiada, quando se tornou centro comercial de grande importância dado o movimento que então se processava em sua urbe. Tal como acontecido em Mucugê, sofreu os fortes impactos causados pela decadência das lavras minerais, sendo resgatada com o advento do turismo (NOLASCO, 2002).

ANDARAÍ

Nascida da ampliação das ricas minas de Mucugê, mas nunca chegou a ter a importância das já comentadas localidades. Teve origem por volta de 1845, quando se estabeleceram os primeiros ocupantes do vale do Andaraí (Figura 2c). Segundo Gomes (1952, p. 233), “desta ocupação ao surgimento de uma localidade apenas mediam dias”.

A expansão foi rápida, entretanto só em 1888 alcançaria a condição de vila, e três anos depois a de cidade. Diferentemente das demais, teve seu crescimento no período de declínio daquelas, entre 1960 e 1980, devido às atividades agrícolas. O aumento populacional decorrente das atividades turísticas somente veio a surgir mais tardiamente que as demais, no fim do século passado.

PALMEIRAS

O povoamento teve início na segunda metade do século XVIII (Figura 2d), quando pequenos agricultores se fixaram em Lavrinhas, que mais tarde se tornaria Palmeiras. O apogeu se deu com a descoberta das lavras de diamantes, às margens do rio Lajedinho, que atraíram principalmente a partir de 1855, garimpeiros de outras regiões da Chapada. Com a exploração do bem mineral, se torna um próspero arraial, ostentando um imponente casario abrigando cerca de 10.000 habitantes, sem, contudo, rivalizar com Lençóis e Mucugê, (NOLASCO, 2002).

Apesar da prosperidade, o povoado de Palmeiras, permanecia ligado a Lençóis, sendo elevado à categoria de vila só em 1890, e à cidade no ano seguinte.

Não apresentou significativas alterações no contingente humano, sofrendo pequeno declínio no fim do século XX e com retomada de crescimento devido ao ecoturismo destinado ao vale do Capão, a 20 km da sede.

Como demonstrado na Figura 2e, a variação do conjunto de habitantes das quatro cidades enfocadas neste trabalho está intimamente ligada aos eventos históricos regionais e nacionais, a exemplo da abolição que fez com que os escravos libertos migrassem, causando queda populacional (fim do século XIX), e do incremento do turismo, com base nas **cicatrizes** deixadas pela mineração, que vem propiciando a fixação de novos moradores nessas localidades desde as últimas décadas do século XX.

APOGEU E DECADÊNCIA

Teixeira (1998, p. 13) relata que, após atingir a notoriedade devido as suas reservas minerais, a região transformou-se no maior centro do coronelismo e de seus sectários, retratando uma característica bem diversa das demais áreas mineiras, mas bastante típica no norte/nordeste do Brasil.

No sertão baiano, homem valente já foi sinônimo de jagunço. Lutador por ideal ou profissão, mas, não era o mesmo que cangaceiro. Era soldado sertanejo, a serviço de uma causa e de um chefe, que desconhecia o medo no campo de batalha. Horácio de Matos, que dominou a região das Lavras Diamantinas, foi o último e o maior de todos os chefes da jagunçada. O próprio governo de Epitácio Pessoa foi obrigado a assinar com ele um acordo de pacificação, e a Coluna Prestes teve de mudar sua rota depois que invadiu os seus domínios.

Com o fechamento do garimpo, a partir de meados do século passado, as cidades da mineração na Chapada Diamantina enfrentaram grande crise econômica, pois deixou de existir seu principal meio de subsistência, e os benefícios por ele trazidos não foram capitalizados no sentido de deslanchar o desenvolvimento, muito provavelmente pela estrutura socioeconômica arcaica reinante (NOLASCO, 2002).

Nos dias atuais, a exploração ainda continua, mas de forma mais lenta. Apesar das pesquisas continuarem a indicar uma grande probabilidade em se localizar o filão principal dos diamantes, uma nova corrida a esse bem seria pouco plausível de ocorrer, pois, essa



nova fase seria muito mais voltada para grandes empreendimentos (empresas), o que poderia acarretar numa expansão das cidades, mas de uma forma bem diferente da inicial, mais próxima da tradicionalmente conhecida. Entretanto, o rastro deixado pelo período áureo da mineração aliado aos atrativos naturais, fizeram surgir uma nova perspectiva econômica – o turismo – que vem modificando a dinâmica local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mineração como toda atividade econômica é fomentadora do desenvolvimento urbano. No caso da Chapada Diamantina ela foi a principal responsável pelo surgimento e expansão das cidades que se multiplicaram para garantir a sua sustentabilidade, pois, devido a precariedade das vias de circulação, era imprescindível a existência de um local onde se concentrasse a infraestrutura essencial à manutenção dos garimpos, principalmente o comércio, ligado aos gêneros de primeira necessidade ou à negociação das pedras preciosas, além de outros empreendimentos eminentemente citadinos.

Assim sendo, a mineração tornou-se a propulsora desse crescimento bem como a responsável pela disseminação dessa **cultura**, tendo em Lençóis o seu principal exemplo, onde era grande a influência de costumes da Europa. O fortalecimento da rede lugares centrais beneficiou não somente a mineração; a agropecuária também foi impulsionada, além do incremento na oferta de serviços e ampliação da rede de transportes. Na Chapada Diamantina, foi o valor de uso do próprio diamante que produziu a dinâmica econômica da região, sendo as povoações as organizadoras e mediadoras.

Entretanto, a efervescência civilizatória que caracterizou as cidades da mineração com geração de riquezas, grande afluxo demográfico, demanda de produtos importados, tentativas repetidas de produção local (sempre reprimidas pelo poder central), intenso mercantilismo e incremento do terceiro setor, construiu de fato uma economia urbanorregional que teve forte impacto no Brasil. No entanto, na Chapada Diamantina, ao contrário do ocorrido em Minas Gerais, a urbanidade não garantiu a pujança após a exaustão das minas, e a tradição local se arrefeceu, levando à decadência desses povoamentos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. **La question urbaine**. Paris: Ed. François Maspero, 1973.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GARCEZ, L. A. L. **Planejamento urbano: síntese das doutrinas e teorias urbanísticas**. Curitiba: UFPR, 2002.
- GOMES, J. Povoamento da Chapada Diamantina. **Revista IGHB**. Bahia, n. 77, p. 221-238, 1952.
- GUANAES, S. A. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra: garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina - BA**. 2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; OBA, L.T. Planejamento do desenvolvimento urbano sustentável. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO URBANA. Curitiba, Agosto, 2003.
- JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: John Wiley & Sons, 1969.
- LEFÈBVRE, H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1972, cap. 2 e 3.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1998.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. **A gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.
- MUMFORD, L. **The city in history**. London: Martin Secker & Warburg, 1961.
- NOLASCO, M. C. **Registros geológicos gerados pelo garimpo, lavras diamantinas – Bahia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PEDREIRA, A. J. 1994. **O Supergrupo Espinhaço na Chapada Diamantina**. Tese (Doutorado em Geologia); Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 126 p.



RODRIGUEZ, J. M. M. Desenvolvimento sustentável: níveis conceituais e modelos. In: RODRIGUEZ, J. M. M. & SILVA, E. V. da. (org.) **Desenvolvimento local sustentável**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.

SCHOBENHAUS, C. **O Proterozóico Médio no Brasil com ênfase na região centro-leste**: uma revisão. Tese (Doutorado). 1993. Universidade de Freiburg, Alemanha.

TEIXEIRA, C. **Mineração na Bahia**: ciclos históricos e panorama atual. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998. 208 p.: il.

UHLEIN, A., CHAVES, M. L. S. C. O Supergrupo Espinhaço em Minas Gerais e Bahia: correlações estratigráficas, conglomerados diamantíferos e evolução geodinâmica. **Rev. Bras. Geoc.**, v.31, p.433-444, 2001.

Apêndice B
Artigo: Geodiversidade e Lógicas Territoriais
na Chapada

GEODIVERSIDADE E LÓGICAS TERRITORIAIS NA CHAPADA DIAMANTINA

DANTE SEVERO Giudice¹
ROSEMERI MELO E SOUZA²

Resumo

A Chapada Diamantina situada na parte central do Estado da Bahia, apresenta uma rica geodiversidade que vem a ser o conjunto de recursos naturais de valor científico/cultural, educativo e/ou recreativo, e se constitui por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos minerais, rochas, solos e outras manifestações geológicas que permitem conhecer, estudar e interpretar a história geológica da terra, bem como os processos que a modelaram. Estes elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente, são fundamentais na compreensão das lógicas territoriais na região, que teve a sua mais importante territorialização, ligado ao ciclo da mineração, em especial ao diamante, que criou a estrutura de sustentação, levando ao desenvolvimento da região, expressa no surgimento das cidades e no florescimento do comércio. Este ciclo deixou marcas profundas, o que serviu de base para uma nova territorialização – o turismo – que surgiu da exploração das rugosidades da mineração, e dos atrativos naturais, resultantes da modelagem morfológicas, representados por estruturas de relevo, cachoeiras, grutas, etc. Desta forma, podemos considerar o turismo como a lógica primordial, já que envolve também a mineração e suas marcas que mesmo proibida, ainda persiste, graças à falta de fiscalização, e muito provavelmente devido a força do poder econômico, decorrente do novo 'boom' da mineração no mundo.

Palavras chave: Geodiversidade, Lógicas Territoriais, Territorialidade, Chapada Diamantina.

Abstract

The Chapada Diamantina high plateau, located at the central area of the Bahia State, at Northeastern Brazil, contains a rich geodiversity represented by an assemblage of cultural/scientific, educational and, or, recreational, high valued, natural resources made up by peculiar geologic and geomorphologic structures and formations, diverse mineral deposits, varied rock and soil types, that allow to observe, study and understand the geological story of the Earth as well as the processes that interfered on it. These elements of geodiversity, very well geographically constricted, are fundamental for the comprehension of the territorial logics of the region, that were also deeply marked by a mining cycle, specially of diamond exploitation, specially active in 1800's and the first decades of 1900's that resulted in a complex structure of commercial support for the involved population, with the rising of important and picturesque towns and villages. That mining cycle, now practically extinct, left deep imprints in a until then almost under populated area that together with the beautiful natural landscape, represented by the presence of high mountains and waterfalls, and exquisite limestone and sandstone caves, resulted in a new territorial arrangement for the area: the adventure and the cultural tourism. Therefore it is possible to consider the tourism as the primordial logic for the

Chapada Diamantina development using both its nature and the imprints of the mining cycles over it.

Keywords: Geodiversity, Territorial Logics, Territoriality, Chapada Diamantina.

JEL: R11.

1. Introdução

A Chapada Diamantina está situada na parte central do Estado da Bahia (Figura 1), região esta que foi objeto de diversas regionalizações oficiais, tais como regionalização em micro-região homogênea, pelo IBGE (1967), regionalização como micro-regiões geográficas, também pelo IBGE (1991), e a mais recente a regionalização econômica, instituída pela SEI-SEPLANTEC/Ba (1997), que dividiu o Estado em quinze regiões econômicas, sendo a chapada uma delas, englobando 33 municípios, dentre eles Lençóis, Mucugê, Andaraí e Rio de Contas.

Geologicamente é produto de uma inversão de relevo, já que corresponde aos remanescentes de uma bacia sedimentar que se instalou sobre o Cratón de São Francisco a cerca de 1.8 bilhões de anos atrás (Proterozóico Médio), sendo recoberta, posteriormente bacia do Bambuí, de 1,1 a 0,6 bi de anos (Proterozóico Superior ao Eo Cambriano).

Assim sendo os recursos econômicos minerais estão relacionados a diversos contextos geológicos da Chapada. O ouro, descoberto ainda

¹ Geógrafo/Geólogo. Mestre em Geografia pela UFBA. Professor Assistente do IFCH da UCSAL – Departamento de Geografia. dasegu@gmail.com

² Geógrafa. Doutora pela UNB. Professora Associada do DGE/UFES, NPGE/UFES e PRODEMA/UFES. rosemirimeloesouza@gmail.com.

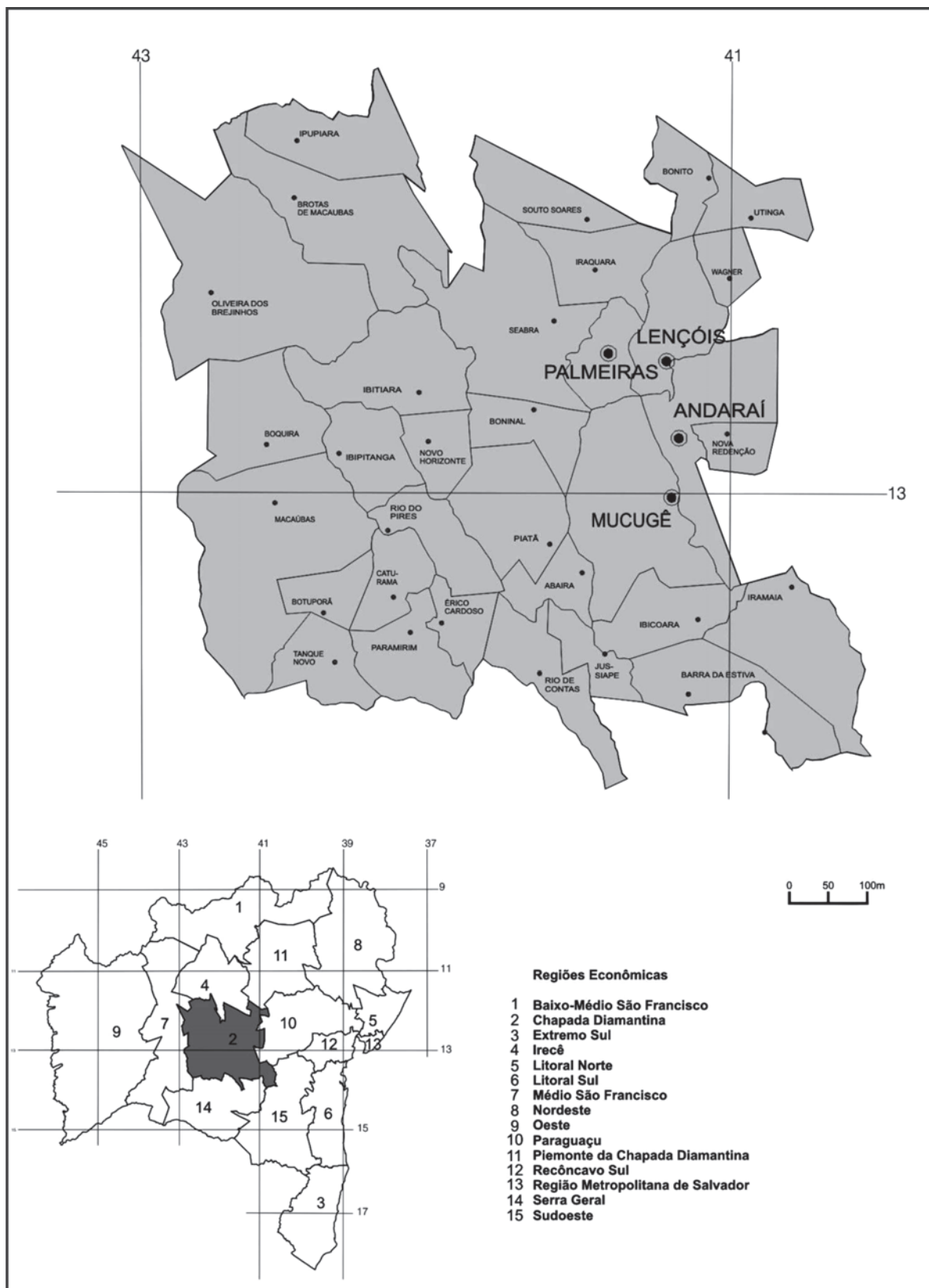


Figura 1 – Chapada Diamantina: localização.

Fonte: Mapa das Regiões Econômicas do Estado da Bahia, CBPM, 2004.

“ A geodiversidade é o suporte fundamental para o desenvolvimento e evolução de qualquer forma de vida, incluindo a humana... ”

no século XVIII, pelos bandeirantes, é encontrado associado a veios de quartzo que cortam toda a seqüência, na borda oeste, com destaque para a faixa entre Rio de Contas e Gentio do Ouro, do Grupo Rio dos Remédios. Já a borda leste tornou-se famosa, a partir do século XIX, pela exploração de diamantes aluvionares, que denominou a Chapada, produto da desagregação de conglomerados diamantíferos (*placers*) do Grupo Morro do Chapéu.

Estes recursos estão intimamente ligados a geodiversidade que engloba as estruturas permitiu a sua formação.

2. Discutindo a geodiversidade

O termo geodiversidade ainda não é consensual, mas existe muita preocupação com a sua conceituação. Começou a despertar atenção recentemente, já na década de 1990. Patrimônio natural e geodiversidade são o conjunto de recursos naturais de valor científico/cultural, educativo e/ou recreativo, e se constitui por formações e estruturas geológicas, morfologia, depósitos sedimentares, minerais, rochas, fósseis, solos e outras manifestações geológicas que permitem conhecer, estudar e interpretar a história geológica da Terra, os processos que a modelaram, os climas e paisagens do passado e presente, e a origem e evolução da vida sobre este planeta.

A geodiversidade é o suporte fundamental para o desenvolvimento e evolução de qualquer forma de vida, incluindo a humana, e, é difícil de compreender que as questões relacionadas com a geoconservação, raramente são tratadas com o mesmo grau de profundidade que a bioconservação, mesmo porque elas estão intimamente relacionadas.

Nesta perspectiva, vários autores, a maioria deles ligados a geologia, começaram a se dedicar ao estudo da geodiversidade, o que veio a contribuir para o detalhamento do conceito.

Assim, em 2004, Kiernan definiu a geodiversidade como a natural extensão da diversidade geológica (rochas, minerais, fósseis) geomorfologia (processos morfológicos) e feições dos solos. Isso inclui suas semelhanças, interações, propriedades, interpretações, e organização.

A perspectiva de o termo ser mais abrangente fica evidente em Lazzerini (2005), quando ele afirma que:

O termo geodiversidade pode ser resumidamente considerado como a diversidade do Reino Mineral terrestre. Aborda aspectos das ciências geológicas, climáticas, geográficas e biológicas do Planeta Terra.

Levando-se em consideração que o patrimônio geológico e geodiversidade são o conjunto de recursos naturais de valor científico, cultural, educativo e/ou recreativo, e com base na Declaração de Girona, de 1997, sobre Patrimônio Geológico, que diz:

A conservação dos lugares de interesse geológico é absolutamente necessária e indissociável da de Patrimônio Natural e Cultural em geral, uma característica das sociedades culturalmente avançadas. Qualquer política ambiental e de conservação da natureza que não contemple adequadamente a gestão do Patrimônio Geológico, nunca será uma política ambiental correta. É necessário que os responsáveis das diferentes instituições, sejam públicas ou de outra natureza, se movimentem ativamente numa campanha de sensibilização no conjunto da população, a fim de criar uma concepção de que o Patrimônio é um bem de todos.

Podemos afirmar que também o patrimônio natural, é uma expressão da geodiversidade, conforme Kozłowski (2004) que a define:

Geodiversidade é a natural variedade na superfície da terra, referente aos aspectos geológicos e geomorfo-

lógicos, solos e recursos hídricos, tão importantes quanto outros sistemas criados como resultado de processos endógenos e exógenos e atividade humana. Conjuntamente com a biodiversidade forma os elementos determinantes que possibilitam o suporte e sustentabilidade do desenvolvimento.

Desta forma, nos parece claro que a geodiversidade, apesar de ser um termo muito ligado a geologia, é plenamente aplicada a geografia como afirma López (2005), que por sua vez, define geodiversidade como:

a distribuição espacial de complexos territoriais diferenciados em distintas escalas geográficas. Seu estudo comporta dois desafios metodológicos centrais: a) a elaboração de modelos de multiescalaridade e, b) o desenho de métodos de leitura e interpretação dos lugares no espaço global.

Tal conceito pode ser complementado, pela definição de Silva et al. (2001) que afirma:

o conceito de geodiversidade engloba a expressão da variabilidade das características ambientais de uma determinada área geográfica, cabendo ao pesquisador escolher os parâmetros ambientais (mapeamento, plano de informação), componentes da base de dados georreferenciada que possa servir como base para aferição da geodiversidade.

Na verdade são diversas as ações da sociedade para assegurar o seu desenvolvimento que transformam o espaço natural em espaço geográfico, e por isso se faz necessário compreender a complexidade e diversidade dos ecossistemas para entender como o processo se dá. Como afirma Kozłowski (op. cit.) o desenvolvimento das sociedades está intimamente ligado as condições abióticas, e a geodiversidade foi fundamental para o incremento da diversidade biológica durante a evolução geológica, tendo a litosfera um significado importante na criação e desenvolvimento da vida. Assim sendo, faz-se necessário à proteção da geodiversidade, como feição indispensável a proliferação da vida.

A geodiversidade inclui a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na terra, em suma, a natureza abiótica. Neste contexto, os minerais, em particular, o diamante e o ouro, foram os primeiros agentes, dentro da lógica territorial, de estruturação do espaço na Chapada Diamantina, e que serviram, juntamente com outros, todos ligados de alguma forma à geologia, para esta segunda etapa, 'comandada' pelo turismo, numa 'nova lógica' e com 'novos contornos', já que traz para a região uma nova dimensão, dinâmica e mais eficaz, pois não está sujeita a exaustão, o que dá uma garantia, se bem estruturada, de um desenvolvimento duradouro para a região.

Desta forma, ao se formar no Proterozóico Médio, a Chapada Diamantina assumiu formas morfológicas condicionadas tanto pela estrutura sedimentar que 'facilitou' o seu modelamento, quanto pela tectônica superimposta que deu origem a serras alongadas, platôs e morros tabulares, como o Pai Inácio, e vales, ora estreitos, ora abertos, como o Vale do Paty (em Lençóis). O modelamento citado, envolve a ação da água, e do clima (ventos), num processo de intemperismo que deu a região feição morfológica características, com inúmeras cachoeiras, rios, grutas, alagadiços (maribus) que servem atualmente de atrativos para o turismo de vários matizes, seja ele ecológico, de aventura, ou mesmo contemplativo.

Estes atrativos são denominados *geossítios* que são definidos como qualquer localidade, área ou território onde é possível definir um interesse geológico-geomorfológico.

Aliado às feições geomorfológicas, o processo tectônico favoreceu a formação de uma seqüência sedimentar constituída de conglomerados, arenitos, etc, sendo os conglomerados portadores dos diamantes de aluviões (e secundariamente ouro) pertencentes à Formação Tombador. A exploração mineira formou *rugo-*

“ É provável que a região sofra um novo ‘surto’ de mineração, em função dos estudos que vem sendo realizados, visando encontrar a rocha matriz dos diamantes... ”

sidades (marcas deixadas na paisagem, resultante do modo de desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico) na região, como as cidades (Igatú, Lençóis e Mucugê, principalmente), mas também deixou outras 'marcas', como a vila abandonada dos garimpeiros, nas cercanias de Igatú, como também as transformações causadas no meio ambiente, que agora servem como atrativos ao turismo, associado aos atrativos naturais, descobertos graças a fase 'desbravadora' da mineração.

Assim, a geodiversidade forneceu/produziu a estrutura geolpogica que englobava as mineralizações, o que levou a exploração do território, com a utilização do bem mineral que serviu para apropriação do território. Por outro lado, produziu feições que são atrativos turísticos a serem preservados/conservados, e portanto devem ter seu uso/aceso regulado, através de áreas de preservação.

É provável que a região sofra um novo 'surto' de mineração, em função dos estudos que vem sendo realizados, visando encontrar a rocha matriz dos diamantes – kimberlitos – muito embora em outro nível, o empresarial, já que a exploração não seria mais 'artesanal', como no passado.

Enfim, estes elementos da geodiversidade, bem delimitados geograficamente, e que devido a sua peculiaridade ou raridade, apresenta valor científico, cultural ou econômico, deverão ser alvos de especial atenção nas políticas de desenvolvi-

mento, em especial nas de ambiente, e de ordenamento territorial, pois delas serão delineadas as lógicas territoriais.

3. As lógicas territoriais na Chapada Diamantina

As lógicas territoriais estão relacionadas a pontos de interesse no território, a serem apropriados pelo poder econômico, através do uso destes pontos por empresas que podem ser nacionais ou globais.

Conforme Santos & Silveira (2001):

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, e estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infra-estruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, e estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética.

A Chapada Diamantina seria aos olhos do poder econômico, um local considerado instrumental para sua existência produtiva, um 'espaço luminoso' segundo Milton Santos, e seria esse poder econômico que vem a desempenhar papel fundamental na lógica de funcionamento do território.

A Chapada Diamantina sofreu várias intervenções públicas desde a época da colônia no processo de expansão das fronteiras e a apropriação como forma de controle do território. Conforme Abreu (1963), já em 1553, expedições que partiram do recôncavo baiano, atingiram a região. Como as lavouras próximas ao litoral prosperavam, se fazia necessário buscar novas áreas para a pecuária, já que esta atividade interferia nas plantações, com o gado invadindo estas áreas.

O controle do território era fundamental para a consolidação da ocupação, e segundo Gonçalves (2004), é fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais.

“ ... pecuária teve na Bahia o seu primeiro grande centro de irradiação, e, em função disso, importância notável na vida econômica...”

Neste contexto, tendo o Estado como produtor do espaço, a geopolítica tem importância, ainda que alguns autores considerem que ela não tem um rigoroso critério científico. As afirmações de Andrade (1996) coadunam com estas premissas:

o saber geopolítico compreende uma tentativa de análise científica dos Estados... integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial... um saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço...”

Assim sendo, segundo Moraes (2004), a pecuária teve na Bahia o seu primeiro grande centro de irradiação, e, em função disso, importância notável na vida econômica da capitania, e fez a influência baiana expandir-se, colonizando o chamado “serão de dentro”.

A região, no entanto era já ocupada e conforme Bandeira (2006) já em 1586, é mencionado por Gabriel Soares, a existência de aborígenes da tribo Maracá, que ocupava o vale do Paraguaçu, a Serra do Sincorá, até o Rio de Contas.

Tal afirmativa é corroborada por Sampaio (1955) que confirma a ocupação e o domínio dos Maracás na região central da Bahia, quando da sua pesquisa etnográfica realizada no sertão do estado. Afirma ele:

Em fins do século XVI, quando da entrada de gente do litoral se multiplicaram, ampliando a conquista, os Maracás, vizinhos dos Cariris da serra do Guererú, ainda eram assinaladas como senhores e dominadores dessa região granítica do cur-

so médio do Paraguassú, desde as margens desse rio, até o rio de Contas, ao sul.

Desta forma, a pecuária veio se apropriar do território, ocupado ainda que esparsamente, pelos aborígenes, conforme citado também trabalho da SEI (2001):

No século XVI, no sertão, interessava a conquista do grande rio, o São Francisco, e não faltaram tentativas. Uma delas, promovida pelos bandeirantes vindos da capitania de Minas Gerais, prosseguiu de sul ao norte, passando pelas fazendas Carinhonha, Parateca, Passagem das Rãs e Bom Jesus da Lapa. Os que partiam de Minas Gerais vieram, também, para combater os índios na Serra do Sincorá, em direção a Maracás, Lençóis, Serra do Orobó e Jacobina.

Guattari & Rolnik (2005) afirmam no livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo* que “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos”.

Já Gonçalves (op. cit.), considera que território, na perspectiva de dar conta do desafio ambiental contemporâneo, se torna uma categoria central, na medida em que comporta, na sua materialidade, a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço, o que caracteriza bem as lógicas territoriais na Chapada Diamantina, onde a mineração, mesmo proibida, ainda gera atritos com a atividade turística.

Para López (op. cit.) o território comporta uma dupla diversidade, a que provém da própria natureza, e a que deriva dos processos sociais, particularmente a produção, o povoamento e a circulação. Ele afirma que a geodiversidade se define como um conceito relativo a distribuição espacial de complexos territoriais dife-

renciados por seus atributos espaciais e descritivos, em distintas escalas geográficas, e isso implica dizer que a análise da geodiversidade envolve problemas conceituais e metodológicos.

Por outro lado Souza (1995), considera que território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. No ponto de vista de Faissol (1994), território ainda é a forma de organização política, onde um sistema de autoridade pode ser instituído, seja pelo consentimento, seja pela força. Entretanto, para Santos (1994), na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

Assim sendo, levando em consideração que existia uma população estabelecida na região, ainda que de forma dispersa, isso evidencia, no nosso ponto de vista, a existência de uma primeira fase de territorialização, causada pelo estabelecimento da atividade pecuária.

3.1 – A mineração como forma de territorialização

Durante este processo de ocupação pela atividade pecuária, ou no decorrer dele, se descobre a mineração, fruto da geodiversidade geológica que propiciou a formação ‘das ocorrências de ouro e diamante’. Isso implicou em lógicas de apropriação do território que teve influência de atores locais (os coronéis, moradores, etc.), e de atores externos representados pelo poder público que queria/pretendia regular a atividade, através de uma geopolítica que atendesse as pretensões ‘estaduais’ e ‘federalis’, sem atentar muito para o local. Afinal, ao poder público interessava a descoberta de minerais, principalmente do ouro que era o objetivo dos colonizadores, e já havia sido encontrado pelos espanhóis desde a sua chegada ao continente.

“ Como nunca foram descobertas a “matriz” (kimberlitos) que continham os diamantes, as pedras existentes nos leitos dos rios começaram a escassear... ”

Assim, a colonização da Chapada Diamantina se intensifica com a exploração do ouro e do diamante, o que consideramos constituir uma segunda fase de territorialização.

A territorialidade reflete a interação entre agentes/atores que atuam na transformação das relações entre o homem e o meio, e claro também são transformados.

Segundo Raffestin (1993) a territorialidade é complexa e reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial, pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral.

Na área de estudo, o processo inicial de territorialização criou rizomas que consolidaram a ocupação do território, através da exploração da mineração. Desta forma se criou a estrutura de sustentação que levou ao desenvolvimento da região, expressa de várias maneiras, tais como o florescimento do comércio, que fez com que até um vice-consulado fosse criado em Lençóis, fato contestado por alguns autores. Como nunca foram descobertas a “matriz” (kimberlitos) que continham os diamantes, as pedras existentes nos leitos dos rios começaram a escassear, e com a descoberta de regiões mais promissoras, a mineração declinou, mas nunca cessou totalmente. O Estado e o privado conjuntamente, talvez por interesses internacionais, mantiveram a região num “stand by”, havendo uma segmentação do desenvolvimento, do qual veio a se libertar com o surgimento do turismo, baseado também, mas não somente, nas raízes deixadas pela mineração,

como muito propriamente Teixeira (1998) relata.

Segundo Haesbaert (2004) as multiplicidades constituem a própria realidade, propondo assim superar as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma, e afirma que embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades, ‘estas’ não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito”, ressaltando que seu “modelo de realização”, portanto, não é a hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma. Ainda segundo Haesbaert, o rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades, e que neles podem existir segmentaridades, chamadas linhas de fuga ou de desterritorialização efetiva, que permitem ultrapassar segmentos e limiares, rumo ao desconhecido, ao inesperado e ao ainda não existente.

Por outro lado, agenciamento, na concepção de Guattari e Rolnik (op. cit.), se refere a uma noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, etc. Já Haesbaert (op. cit.) afirma que o agenciamento é uma multiplicidade que inclui tanto linhas molares quanto moleculares. Por seu lado, Goodchild (1996), diz que agenciamento trata-se de “um conjunto de partes conectadas que tem uma consistência”.

Tendo em vista que o território, por compor um agenciamento e ser desta forma formado por “agenciamentos maquínicos” e “agenciamentos coletivos de enunciação”, como diz Haesbaert, possui intrinsecamente a dinâmica de “des” e “re” territorialização, processos que Deleuze e Guattari (1972) definem, de modo simplificado, como o movimento pelo qual se abandona o território, a opção de linha de fogo, e movimento de construção do território, respectivamente.

Haesbaert (op. cit.) aborda três premissas sobre desterritorialização, estabelecidos por Deleuze e Guattari,

denominados de “teoremas”: 1. “Jamais nos desterritorializamos sozinho, mas no mínimo com dois termos, e cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. Importante não confundir a reterritorialidade com o retorno a uma territorialidade primitiva”. 2. “De dois elementos ou movimentos de desterritorialização, o mais rápido não é forçosamente o mais intenso ou o mais territorializado”. 3. “Pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge assim um segundo sistema de reterritorialização, vertical, de baixo para cima (...). Em geral, as desterritorializações relativas (transcodificações) se reterritorializam sobre uma desterritorialização absoluta”.

Cabe aqui definir ou esclarecer a diferença entre desterritorialização absoluta e relativa, e para tal, nos reportamos a Haesbaert que diz ser a desterritorialização relativa, o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização, enquanto que a desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível.

Assim, a mineração causou a desterritorialização dos atores envolvidos na expansão e apropriação pela pecuária, causando uma nova territorialização, com a corrente migratória causada por esta atividade. Na verdade, esse fato, demonstra a entrada de novos atores na região, o que causou uma reapropriação do território, com a recriação de novas formas geográfica no espaço da Chapada Diamantina.

A colonização do ouro, que se iniciou quase ao mesmo tempo nos estados de Minas Gerais e Bahia, ao longo da Cordilheira do Sincorá, teve uma importância muito grande na economia mundial. Durante quase todo o século XVII o Brasil foi o maior fornecedor desse metal, sendo responsável por cerca de 44% do ouro produzido no mundo. Desses, boa parte financiou a Revolução Industrial na Inglaterra, e o fausto de Portugal, que construiu seus maiores monumentos nesse período.

“ A região era dominada por coronéis, todos pertencentes às famílias de latifundiários que se apossaram da terra, e a dominavam da forma que lhes aprovinham, impondo suas vontades políticas... ”

Do ciclo do ouro nasceram, na chapada sul, cidades como Brumado e Rio de Contas, que detinham a condição de mais importantes entrepostos comerciais da região. Esta posição seria arrebatada, por volta de 1845, por Lençóis, considerada a partir de então como a “Rainha das Lavras” no ciclo do diamante, atraindo novas levas de garimpeiros para a região mais oriental da Chapada Diamantina. O diamante passava a ser o novo objetivo ao qual se dedicavam todos os esforços e quando não a própria vida.

A essa nova fronteira confluíam diversos tipos de homens, de sertanejos do Vale do São Francisco (lavradores e boiadeiros), até comerciantes do Recôncavo. Esta mistura heterogênea de origens e interesses, aliados a um crescimento demográfico espantoso, iriam resultar em tensões e conflitos sangrentos.

A região era dominada por coronéis, todos pertencentes às famílias de latifundiários que se apossaram da terra, e a dominavam da forma que lhes aprovinham, impondo suas vontades políticas, nomeando todo escalão administrativo, desde delegados a professores. Neste contexto de dominação, eram respaldados por jagunços, e faziam suas próprias leis, desconhecendo o governo institucional, mandando eliminar desafetos, e dando proteção aos responsáveis, desafiando o estado brasileiro.

Para se ter uma idéia da poderosa atração exercida pelas lavras do diamante, em poucos anos Lençóis passou de simples acampamento de garimpeiros, para condição de cidade mais importante do interior baiano. De um amontoado de barracas de pano, que vistas de longe se assemelhavam a lençóis estendidos ao vento – daí o nome da cidade, segundo uma das versões –, tornou-se um primoroso conjunto de casa e palacetes em estilo colonial, onde circulavam bens importados de capitais européias. Em poucos meses a população chegou a 25 mil habitantes, e os garimpeiros, como formigas, subiam a serra, viviam em locas nas pedras. Nas cidades gastavam todo o dinheiro que obtinham e logo retornavam ao trabalho, prontos para uma nova oportunidade.

O ciclo diamantífero foi intenso e efêmero. Enquanto o do ouro levou mais de um século para se acabar, vinte e cinco anos foi o tempo suficiente para que a decadência se abatesse sobre as cidades que viviam do diamante. A descoberta das minas da África do Sul, em 1865, e a concorrência que fizeram com as já não tão abundantes lavras diamantinas provocaram o ocaso dessa civilização. A valorização do carbonado – variedade de diamante, de qualidade inferior para lapidação, mas de grande utilidade industrial, utilizadas na fabricação de brocas para perfurar rochas, viria a atenuar essa decadência. A Chapada Diamantina passaria a fornecer esse produto que era bastante procurado, no início deste século, durante a construção do Canal do Panamá.

Esgotando-se gradativamente seu poderio econômico, restava ainda a força dos coronéis que disputaram, até 1930, o poder político nos sertões da Bahia. Recrudesciam os conflitos pela posse da terra, pelo prestígio junto aos governos Estadual e Federal, quando a violência atingiu proporções inéditas na região.

Este poder paralelo é explicitado por Teixeira (1998):

No sertão baiano, homem valente já foi sinônimo de jagunço. Lutador por ideal ou profissão, jagunço

não era o mesmo que cangaceiro. Era soldado sertanejo, a serviço de uma causa e de um chefe, que desconhecera o medo no campo de batalha. Horácio de Matos, que dominou a região das Lavras Diamantinas, foi o último e o maior de todos os chefes jagunços. O próprio governo de Epitácio Pessoa foi obrigado a assinar com ele um acordo de pacificação, e a Coluna Prestes teve de mudar sua rota depois que invadiu seus domínios.

O abandono e a degradação vieram como parte de um ciclo que se cumpriu, mas abrindo novas perspectivas de renascimento para o futuro, tendo em vista o contexto em que foi encerrado, sem que houvesse a certeza de que os jazimentos estavam esauridos, já que só se explorou os depósitos aluvionares, e muitos garimpeiros, na sua maioria homens velhos, ainda viviam na obscuridade, principalmente, do diamante.

Apesar do evidente processo de desterritorialização, os garimpeiros continuavam apegados ao seu sentimento de pertencimento que levaram consigo por longo período até que a nova fase de renascimento com o turismo se estabeleceu o que vem a gerar conflitos.

3.2 – O turismo e a reterritorialização

O turismo, que se desenvolveu a partir da curiosidade do homem em conhecer novas terras, novas culturas, só conhecidas através da literatura, teve grande impulso quando os meios de comunicação começaram a evoluir, criando facilidades para que esses deslocamentos pudessem ser

“ O abandono e a degradação vieram como parte de um ciclo que se cumpriu, mas abrindo novas perspectivas de renascimento para o futuro... ”

“... não foi o impulso do governo estadual o ‘start’ para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas uma lei municipal em Lençóis...”

mais rápidos e mais acessíveis à todos, é segundo Ferreira (2003), viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse, é também o conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo, e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.

O circuito turístico da Chapada difere das demais regiões, pois tem características peculiares, assim com a intenção de descentralizar os pólos, ela foi dividida em cinco circuitos: o do Diamante, do Ouro, da Chapada Norte, da Chapada Sul, e da Chapada Velha. Aqui vamos nos ater ao circuito do diamante – Chapada Diamantina – onde em verdade se concentram os investimentos, e onde houve maior distribuição espacial dos equipamentos turísticos.

Assim sendo, a partir das décadas de 1970/1980, na tentativa de incrementá-lo, com o intuito de resgatar a região do processo de letargia que ela mergulhou com o fim do ciclo da mineração que a levou ao apogeu, na primeira metade do século XX, se instala, o que consideramos uma terceira fase de territorialização, baseada na geodiversidade do patrimônio natural, associada as rugosidades, tais como a estrutura urbana, com cidades com características próprias, mudanças/modificações na paisagem, e sobretudo as novas relações de poder, deixadas pela mineração.

Ao contrário do que se divulga, não foi o impulso do governo estadual o ‘start’ para a utilização do turismo como forma de resgatar a Chapada Diamantina da letargia causada com a queda da mineração, mas uma lei municipal em Lençóis, de 1961, criando um Conselho Municipal de Turismo. A partir daí muitos esforços foram empreendidos, inclusive a luta pelo tombamento de Lençóis como Cidade Monumento Histórico Nacional, que veio a acontecer em 1973. Conforme Brito (2005):

O título e a condição de Cidade Monumento por si só não garantia a preservação do patrimônio de Lençóis, uma vez que alguns imóveis continuavam sendo demolidos e outros tinham a fachada descaracterizada. Com o tombamento – mesmo diante dos percalços enfrentados – Lençóis chamou a atenção da imprensa passando a ser alvo de reportagens que destacavam o patrimônio arquitetônico da cidade, começavam a dar relevo às suas belezas naturais e também contribuíram para realçar o seu potencial turístico.

Somente em 1974 surge a primeira ação efetiva e planejada do Governo do Estado para promover o turismo na Chapada Diamantina, através da Empresa de Turismo do Estado da Bahia – Bahiatursa, através do projeto “Identificação do Potencial Turístico do Estado”, o que gerou, segundo Brito (op. cit.), o documento *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia para a implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê* que além de analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios também efetua o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações culturais e dos principais casarões destas cidades.

Apesar de se basear também na mineração, esta nova fase apresenta lógicas territoriais peculiares, pois imprime uma nova feição, livre das imposições dos coronéis da época da mineração, mas ainda muito ligada a interesses políticos locais.

Desta forma, a Chapada Diamantina, a partir do fim da década de

1970, passou a viver um tempo de “renovação social e econômica”, muito embora ainda muito aferrada à nostalgia do tempo perdido, devido principalmente ao incentivo público ao turismo.

Por outro lado, o lançamento do Plano de Desenvolvimento Turístico da Chapada Diamantina voltado de forma significativa para o chamado ‘Circuito do Diamante’, levanta a bandeira do uso eco-turístico como modo único de preservação dos elementos naturais. E assim, mesmo considerando os problemas sociais decorrentes, o documento não deixa margem a dúvida de que a mineração deve morrer para que o turismo floresça. Essa decisão se deveu ao fato da mineração, representada pelo garimpo, nunca se adaptou aos novos padrões ambientais, até porque a fiscalização em toda os níveis, sempre foi falha, o que levou ao embargo de toda a atividade, em 1996, por tempo indeterminado. É nesta década que segundo Brito (op. cit.) as ações governamentais apoiando o tombamento da cidade, implantando a pousada de Lençóis e criando o Parque Nacional, propiciaram as condições para a segunda fase iniciada na primeira metade dos anos 90 com investimentos significativos visando atrair a implantação de empreendimentos privados na região.

A ação governamental efetivamente acontece com a criação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR-BA – que visava buscar recursos junto aos órgãos internacionais para construir a infra-estrutura que deveria atrair o investidor privado.

Assim sendo, o principal agenciador deste incremento turístico foi a princípio o próprio governo do Estado, através de um projeto que construiu vários hotéis em pontos considerados de potencial turístico, dentre eles o primeiro hotel de porte de Lençóis. No rastro deste, outros empreendimentos de pequeno porte se seguiram, e com o incremento do PRODETUR, grupos privados começaram a se instalar na região, principalmente nas cidades de Len-

çóis, Mucugê, Rio de Contas e Andaraí. Atualmente a cidade de Lençóis, e secundariamente Mucugê, se destacam pela infra-estrutura montada para atender a demanda turística, o que a nosso ver, pode se tornar danosa, tendo em vista a fraca sustentabilidade em que vem sendo montada. Esta estrutura turística é embasada na forte potencialidade da região para o turismo ecológico (ecoturismo) e de aventura, bem como o turismo contemplativo, já que a região possui grande beleza cênica, parte da sua geodiversidade.

Segundo Brito (op. cit.):

Como forma de enfatizar a vocação ecoturística da região, o discurso presente nos documentos governamentais, utilizando à mesma narrativa identificada no material de divulgação turística dos lugares, salienta que a Chapada Diamantina é composta por 'atributos naturais infinitos' formando 'um conjunto inesgotável para a contemplação', onde a 'natureza, praticamente intocada, é a grande atração' (BAHIA, 1993). Com todos estes incompatíveis atributos, a Chapada Diamantina é 'um verdadeiro santuário ecológico', cuja imponência e a beleza das paisagens 'provocam um encantamento contemplativo em todos aqueles que a visitam'. Depois de ressaltar a quase virgindade do lugar ('praticamente intocada') assegura o prazer da viagem quando garante: 'descobrir a Chapada é travar o mais íntimo contato com a natureza.

A Preserva da natureza é representada pelas unidades de conservação – territórios protegidos – que são englobados pela lógica de apropriação do turismo, já que são atrativos ecológicos. Fica no ar a questão: Protegidas para que? Preservação dos atrativos ou especulação para o futuro, como reserva de recursos?

Nesse cenário, os recursos naturais são de grande significado, e alguns projetos vêm sendo desenvolvidos no sentido da sua preservação. Neste contexto, os principais setores interessados são o hoteleiro, o de transporte, e o comércio que têm se organizado no sentido de facilitar o incremento do turismo. Assim, por exemplo, o setor hoteleiro ao se es-

tabelecer, forçou junto aos órgãos públicos, a construção do aeroporto e a criação de linha aérea regular, abrindo também a perspectiva de vôos fretados (charter).

No entanto, Lençóis atrai para ela todas as referências sobre a Chapada Diamantina, ainda que os atrativos estejam em outros municípios. Novos atores foram incorporados, profissionais diversos, que fugindo das cidades grandes vieram se estabelecer na região. Junto com eles vieram pessoas para administrar empreendimentos hoteleiros, agências de viagem, etc. Estes novos atores são territorializados, mas o processo não absolve as populações locais, que no mínimo encontra espaço em trabalhos de importância menor e obviamente mal remunerado, já que não são qualificados, sendo, portanto territorializados mas não inseridos no contexto da lógica de produção do contexto internacional.

Com base na nossa vivência na região, podemos dizer que existem muitos geossítios, mas que nem todos são geoespaços, já que não são ainda apropriados, e apesar de inseridos na geodiversidade regional, as articulações destes geoespaços é feita de modo fragmentado, ainda que Lençóis funcione como pólo catalisador, pois é através dela que eles são articulados ao mundo globalizado.

Desta forma o turismo vem se tornando a mais promissora das atividades desenvolvidas na Chapada Diamantina, principalmente no município de Lençóis, que possui a melhor infra-estrutura, mas também em Mucugê, Andaraí e Rio de Contas, todos com razoável infra-estrutura hoteleira e de serviços.

Além da arquitetura colonial dessas duas cidades, e dos extraordinários atrativos naturais da região, hoje o visitante pode apreciar manifestações folclóricas como o jarê (uma variante local do candomblé tradicional), o carnaval de Rio de Contas, a lamentação das almas durante a Semana Santa, a Festa do Divino, também em Rio de Contas, ternos de reis, marajudas, romarias e outras festas, e adquirir produtos artesanais, dentre os quais se destacam a renda-de-

“ ... o turismo refaz a geografia na medida em que através de projetos e ações leva a produção do espaço turístico... ”

bilro, crochê e filé, artesanato de palha, madeira com metal, cerâmica e garrafinhas coloridas (elaboradas com areia de cores diversas), uma das principais criações da Chapada e comercializada em Lençóis.

Estes atrativos, digamos, adicionais contribuem para a consolidação das lógicas territoriais do turismo que envolveu o poder público e a iniciativa privada que tomou as rédeas desta lógica, impondo uma forma própria e peculiar, onde o local não é importante, e sim a necessidade de oferecer aquilo que o visitante/turista deseja.

Assim sendo, o turismo refaz a geografia na medida em que através de projetos e ações leva a produção do espaço turístico, conjugando três grupos de ações estratégicas que contemplam a articulação de recursos naturais, monumentos e núcleos históricos, espaços de uso potencial turísticos, infra-estruturação de estradas, aeroportos, e dos núcleos urbanos.

4. Considerações finais

Podemos concluir que os processos de (dês) e (re) territorialidade estão muito entrelaçados na Chapada Diamantina, onde num primeiro momento houve uma territorialização, na perspectiva de ocupação do território, abrindo no sertão áreas de pecuária, já que tal atividade no litoral, estava 'prejudicando' a agricultura que era de grande importância econômica. Neste processo de expansão se descobre os bens minerais que gerou um segundo processo de territorialização pela mineração, mas sem que houvesse ruptura no processo, que só veio acontecer com a decadência da atividade mi-

“ ... a geodiversidade na região, serve como base para se entender como funciona a lógica territorial, onde as condições geológicas propiciaram a existência de diamante e ouro... ”

neira, e que promoveu uma “des”. Posteriormente, com o advento dos impulsos do turismo, sofre a região uma “re” territorialidade. Assim, a Chapada Diamantina tem grande importância no contexto internacional como área ainda muito preservada e possuidora de muitos atrativos, o que termina inserindo-a no circuito internacional e conseqüentemente na lógica territorial globalizada.

Portanto, a geodiversidade na região, serve como base para se entender como funciona a lógica territorial, onde as condições geológicas propiciaram a existência de diamante e ouro que levaram a ocupação da região e o surgimento das cidades, que depois seriam utilizados como atrativos juntamente com os recursos naturais, para uma nova fase de territorialização que viria dar novos contornos econômicos, promovendo o desenvolvimento local. Este desenvolvimento tem como base as políticas públicas (ou geopolíticas), principalmente estaduais que a partir da década de 1980 procurou incentivar o turismo como forma de resgatar a região da estagnação econômica.

Em síntese podemos afirmar que na área de estudo o turismo é o responsável pelas novas formas econômicas de ocupação do espaço, já que foi e está sendo o responsável por essa nova forma de territorialização, atraindo investimentos diversos que num primeiro momento vem causando o ‘crescimento’ da região. Entretanto não podemos deixar de afir-

mar que a mineração foi a responsável pelo desencadeamento do processo de ocupação que levou ao estágio atual de crescimento.

Com base no nosso nível de conhecimento atual, podemos considerar o turismo como a lógica dominante, ou podemos melhor dizer, primordial, mas que coexiste com a mineração, e mesmo sendo esta proibida, ainda persiste, graças à falta de fiscalização, e muito provavelmente devido à força do poder econômico, decorrente do novo ‘boom’ da mineração no mundo.

Referências

- ABREU, J.C. de. **Capítulos de história colonial (1500-1800): os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: UnB, 1963.
- ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território; Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BANDEIRA, R.L. **Chapada Diamantina: história, riquezas e encantos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, EGBA, 2006.
- BRITO, F.E.M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: Edufba, 2005.
- DELEUZE G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1972.
- FAISSOL, S. **O Espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- FREUDEMBURG, W. Addictive economies: extractive industries and vulnerable localities in a changing world economy. **Rural Sociology**, 57(3), 1992.
- GONÇALVES, C.W.P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOODCHILD, P. Deleuze and Guattari: **Introduction to the politics of desire**. Londres: Saga Publications, 1996.
- GUATTARI, F & ROLNIK, S. **Micro-política: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- KIERNAN, K. ‘Book review: geodiversity. valuing and conserving abiotic nature by J. M. Gray’, **Journal of Quaternary Science**, 19 (8) 833-834 (2004) [A4].
- KOZŁOWSKI, S. Geodiversity. The concept and scope of geodiversity. In: **Przegląd Geologiczny**, vol. 52, n° 8/2, 2004.
- LAZZERINI, F.T. **Geodiversidade**. Disponível em: geodiversidade.blogspot.com . Acesso em 03.12.06.
- LÓPEZ, J.R. Los desafíos del estudio de la geodiversidade. In: **Revista Geográfica Venezolana**, vol. 46 (1), 143-152, 2005.
- MORAES, A.C.R. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território do Brasil no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SAMPAIO, T. **Os naturalistas viajantes e a etnografia indígena**. Bahia: Livraria Progresso, 1955.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território; Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.
- SILVA, J.X. da. et al. Índices de geodiversidade: aplicações de SIG em estudos de biodiversidade. In: GARAY, I.; DIAS, B.F.S. (Orgs.). **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- SOUZA, M. J. L. de. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO.I. E. de; GOMES, P. C. da C. , CORREA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TEIXEIRA, C. **Mineração na Bahia: ciclos históricos e panorama atual**. Salvador: Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, 1998. 208 p.: il.

Apêndice C
Artigo: A Importância da atividade turística no
desenvolvimento Local:
O caso da Chapada Diamantina – Bahia



Vol 3, Nº 7 (abril/abril 2010)

**A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DA CHAPADA
DIAMANTINA - BAHIA**

**LA IMPORTANCIA DE LA ACTIVIDAD TURISTICA EM EL
DESSAROLLO LOCAL: EL CASO DE CHAPADA DIAMANTINA -
BAHIA**

**THE TOURISTIC ACTIVITY VALUE ON THE LOCAL
DEVELOPMENT: THE CHAPADA DIAMANTINA CASE - BAHIA**

Dante Severo Giudice¹

Rosemeri de Melo e Souza²

¹Geógrafo/Geólogo, Mestre em Geografia pela UFBA, Doutorando em Geografia pelo NPGeo/UFS. Professor Assistente do Curso de Geografia do ICH/UCSAL.

²Geógrafa, Doutora pela UNB, Professora Associada do DGE/NPGeo/ e PRODEMA/UFS. Líder do Geoplan.

Resumo

A Chapada Diamantina, situada na região central do Estado da Bahia, guardou durante praticamente meio século, suas potencialidades turísticas que

englobavam o legado da época áurea do diamante e os atrativos naturais. A indústria do turismo vem sendo incrementada em todo o mundo e desta forma vem se destacando como propulsora do desenvolvimento local, incentivada pelos poderes públicos nas várias esferas (mundial, regional e local), através de vários programas. No Brasil isso não é diferente, várias regiões, dentre elas a Chapada Diamantina, vem se beneficiando de tal incentivo. A abordagem parte da consideração do caráter político e geográfico do desenvolvimento turístico como um fenômeno que, no decurso das últimas décadas do século XX, vem afetando sensivelmente as áreas de destino e a maneira como os governos, particularmente nas esferas subnacionais, assimilam tal processo como necessidade e/ou oportunidade de “desenvolvimento econômico enraizado no próprio território”. Neste contexto de desenvolvimento local, é fundamental a reflexão sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e do ambiente do entorno. Abrangendo assim, não só fatores econômicos, como também a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, por intermédio do maior acesso aos direitos básicos dos cidadãos, através da participação e do respeito aos limites dos recursos naturais, pensando em gerações futuras.

Palavras chaves: desenvolvimento local, turismo, gestão local, Chapada Diamantina.

Resumen

La Chapada Diamantina, situada en la región central del Estado de Bahía, conservó, durante prácticamente medio siglo, sus potencialidades turísticas que englobaban el legado de la época de oro del diamante y de los atractivos naturales. La industria del turismo está siendo incrementada en todo el mundo y de esta manera se va destacando como propulsora del desarrollo local, incentivada por los poderes públicos en varias esferas (mundial, regional, y local) a través de diversos programas. En Brasil eso no es diferente y varias regiones, dentro de ellas la Chapada Diamantina, se ven beneficiadas con tal incentivo. El abordaje parte de la consideración del carácter político y geográfico del desarrollo turístico como un fenómeno que, en el curso de las últimas décadas del siglo XX,

han afectado sensiblemente las áreas de destino y la manera como los gobiernos, particularmente en las esferas subnacionales, asimilan tal proceso como necesidad y/u oportunidad de “ desarrollo económico enraizado en el propio territorio”. En este contexto de desarrollo local, es fundamental la reflexión sobre conceptos básicos que, en último análisis, están directamente implicados en el escenario formado por la propia dinámica de la vida y del ambiente del entorno .Abarcando así, no solamente factores económicos, sino también la mejora en la calidad de vida de las poblaciones involucradas, por intermedio del mayor acceso a los derechos básicos de los ciudadanos, a través de la participación y del respeto a los límites de los recursos naturales, pensando en las generaciones futuras.

Palabras claves: desarrollo local, turismo, gestión local, Chapada Diamantina.

Abstract

The Chapada Diamantina region is located at the center portion of Bahia state and has kept during almost a half century its touristics potentiality which covered all the most important diamont time and its natural atractives. The tourism industry has being increasing all around the whole world and such way it come up to be a main piece for the local development, encouraged public powers in several escales like worldwide, regional and local ones, throughout several programs. In Brazil is not different by the way and in some regions, like Chapada Diamantina which i gaining such kind of incentive, specially by state government which looks for to take out the region from its economical stagnation whcih was about to happens since the mining cycle. Since the 70´s the goverment state decide to invest in using such potentialities through political state actions which characterize in such way the public political aspect and the whole tourims dynamical in Brazil and in Latin America as well. The real approach comes from the treatment gives to the political geographical aspect of touristic development as a phenomenon in what since the last decades from the XX Century i come to implies in terms of sensibility the real destinations areas and the way like the goverment, paticularly on the subnational party where they can assimilate such process as a necessity and or opportunity of economical development whcih is part of its own territory. On this context the local development is quite basic the thinking over the basic concepts which are by the

way towards connected in a scenario made up by dynamicity of life itself and from the environment around. To covering up in this way not only by the economical factors but also by the improvement in a population quality of life involved with a most wanted access to the basic rights from the citizens involved, throughout the participation and concern to the research natural limits, thinking of on the generations to come.

Keywords: local development, tourism, local administration, “Chapada Diamantina”.

Introdução

Em função do incremento da indústria do turismo, resolvemos desenvolver este artigo, com o objetivo de analisar/avaliar a importância do turismo no desenvolvimento local. No Estado da Bahia, na região da Chapada Diamantina (Figura 1), especificamente área de nosso particular interesse, o turismo vem se destacando como propulsor do desenvolvimento local, graças principalmente ao incentivo do governo estadual, objetivando tirar a região da estagnação econômica que aconteceu com o fim do “ciclo da mineração”.

A partir da década de 1970, o governo do Estado decidiu investir no aproveitamento destas potencialidades através da articulação das políticas estaduais que caracteriza, grosso modo, o contexto das políticas públicas e a dinâmica do turismo no Brasil e na América Latina.

Neste contexto de desenvolvimento local, é fundamental a reflexão sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e do ambiente do entorno. Abrangendo assim, não só fatores econômicos, como também a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, por intermédio do maior acesso aos direitos básicos dos cidadãos, através da participação e do respeito aos limites dos recursos naturais, pensando em gerações futuras.



Conceituando o Desenvolvimento Local

Objetivando conhecer melhor o que é *Desenvolvimento Local* em sua essência, podemos começar buscando entender o significado de *desenvolvimento*” que FERREIRA (...) define como “1. Ato ou efeito de desenvolver (-se) (...). 2. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso. 3. Estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, i.e., os recursos naturais, o capital e o trabalho”. Mas o que seria mesmo o ato ou efeito de desenvolver ou desenvolver-se?

No primeiro sentido, o ato ou efeito de desenvolver, dá margens a várias interpretações, tais como o chamado desenvolvimento no local, onde a localidade é somente a sede do desenvolvimento, sem que haja um comprometimento com a comunidade, com a sua cultura e identidade, ou, às vezes até buscando sua participação, mas limitando o desenvolvimento simplesmente ao fazer para acontecer, sem uma preocupação com a sustentação.

Dentre as ações desenvolvimentistas, podemos destacar o Plano Marshall, no fim da Segunda Guerra Mundial, que visava desenvolver e reconstruir a Europa, ainda que impondo uma condição paternalista, assistencialista, e, sobretudo imperialista, nas ações empregadas. De acordo com MARTINS (2002:52):

“O termo *desenvolvimento* tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia” que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades.”

Existem ainda outros sentidos, o primeiro é a interpretação do desenvolvimento para o local, onde “os agentes externos” são os promotores do desenvolvimento e a comunidade se envolve participando num sentido de participação generalizada, e o segundo é o desenvolvimento local, conceituado por ÁVILA (2000 : 69), como sendo:

“O Núcleo conceitual do *desenvolvimento local* consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendem as pessoas em seus ‘status quo’ de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar(diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, direta e cotidianamente lhe dizem respeito.”

E também por MARTINS (2002 : 51), quando afirma que:

“Está claro que aspectos fundamentais que identificam tal mudança de paradigma chegam até nós nas leituras e nas discussões sobre desenvolvimento local, que é muito mais do que um conceito. Entende-se aqui que a dificuldade de entender (por conseguinte de aceitar) o desenvolvimento local é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis e mesmo opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento.”

É de fundamental importância uma revisão de posturas, onde não haja espaços para fetiches e radicalismos de qualquer espécie, nem tampouco para concepções restritas de cultura, para que o conceito de desenvolvimento adquira novo significado. Neste sentido, o processo endógeno denota que a realidade do *desenvolvimento local*, é um processo que parte da iniciativa local, dinamizando e solidarizando a comunidade, na busca do novo que levará a descoberta das potencialidades locais, derrubando o mito de que o “progresso” só acontece por iniciativas e modelos exógenos.

No entanto, como afirma FREY (2003:165):

“Faltam, particularmente nos países em desenvolvimento, condições e ferramentas adequadas de gestão para implementar iniciativas afetivas de desenvolvimento local, capazes de promover um desenvolvimento sustentável no âmbito das comunidades locais, respeitando as exigências da justiça social. Faltam estruturas e instituições de governança local apropriadas para estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores locais em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local”.

Essa nova concepção de *desenvolvimento*, implica a quebra de um paradigma que se formou através dos tempos, vindo da ideologia capitalista, de concepção “mecanicista fragmentária”, para um outro de concepção “holística-integrada” (CAPRA apud Martins, 2002:57). Assim sendo, a conceituação de um novo modelo de desenvolvimento deve englobar além da integração e da sustentação, também participação e solidariedade comunitária do próprio local enquanto

espaço físico, e de sentimento de “pertencimento” ao local, pois como afirma MARTINS, o simples fato de participar não mostra o grau de envolvimento. De acordo com o referido autor (2002:53):

“A participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora. Negligencia-se a participação mesmo quando se empreendem todos os esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. O esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresses, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isso significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa”.

Assim, fica evidente que a comunidade tem papel preponderante no desenvolvimento local, e que “o verdadeiro diferencial deste desenvolvimento não se encontra em seus objetivos (bem estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento” (MARTINS, 2002:52). Fica desta maneira evidenciado o quão complicado será o caminho para este estágio, tendo em vista que vivenciamos na atualidade, um mundo voltado para idéias de um “capitalismo selvagem”, de intensa competitividade por bens, e que caminha para um momento de ruptura, pela própria necessidade de desprendimento, dentro de um contexto social-comunitário, onde o indivíduo define seu destino, devendo desta forma procurar, em seu interior, as formas para lutar de forma participativa, conjunta e solidária, contra tudo aquilo que não está de acordo, procurando valorizar a si próprio e seu território. Desta forma, a solidariedade comunitária como resultado de um processo de desenvolvimento, é uma das bases para que o ser humano seja fortalecido, na busca do pleno bem estar e da harmonia.

Por outro lado, o contexto da globalização obriga o estabelecimento de processos eficazes de manutenção de um alto nível de competitividade, não somente das empresas, mas do sistema econômico total. Este requisito baseia-se na necessidade de conquistar vantagens competitivas que permitam a ampliação de mercados e/ou representam a defesa à exposição competitiva determinada pela abertura do mercado. Assim, o modelo de arranjos produtivos (APLs) aparece e vem sendo analisado como um mecanismo que vem a contribuir para o desenvolvimento local. Os APLs representam redes de empresas ligadas pela mesma cadeia produtiva, fortemente interdependentes e intensamente articuladas. Essas empresas são integradas em sistemas colaborativos de produção e inovação, formando parcerias e alianças estratégicas. As empresas organizadas dessa forma estão em melhor posição competitiva do que aquelas que atuam de forma isolada. Segundo PORTER (2000:20):

“Arranjo produtivo local, sistema produtivo local ou ainda cluster, são termos utilizados para representar aglomerados de atividades produtivas, localizadas em determinado espaço geográfico, que possuem grande afinidade econômica e são desenvolvidas por empresas autônomas de pequeno, médio e até de grande porte, intensamente articuladas, formando um ambiente de negócios onde prevalecem relações de recíproca confiança entre as diferentes partes envolvidas.”

Retomando-se o conceito de desenvolvimento local, pode-se com maior clareza compreender o sentido de solidariedade neste processo e observar que ela não é simplesmente a cultura da ajuda aos mais carentes, mas sim, uma ação conjunta que visa combater os problemas que causam o mal-estar. Desta forma, seria a ajuda, a união e a participação de todos em um território, contando para isso com a contribuição de agentes externos (exógenos), para passar de um estado ruim para outro melhor, uma vez que crescem novas formas de solidariedade que complementarão, reforçarão, corrigirão, ou até substituirão aquelas ações de solidariedade e de parceria que estão sendo levadas a termo.

É evidente que território e territorialidade tem muita importância neste contexto. Como território entende-se, segundo LEMOS et. al. (2003:3):

“o espaço socialmente construído, dotado não apenas dos recursos de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais, que lhes dão expressão, e de formas sociais de organização da produção. Como espaço social, o *território* é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de poder e dominação. Assim, o território é tanto *lócus* de produção de bens e acumulação de capital como *lócus* de construção de arranjos institucionais do poder instituído, mas mutante, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e coordenação”.

E como territorialidade, segundo HAESBAERT (2004:87): “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos”.

Em síntese, território seria um local no planeta onde uma comunidade tomou posse e desenvolveu suas relações culturais, sociais, comunitárias e ambientais, e territorialidade seria o sentimento de posse dessa comunidade pelo local.

Retornando mais uma vez o conceito de desenvolvimento local, vê-se o território como a base do desenvolvimento, e a comunidade, e a comunidade, através das características intelectuais, culturais, ambientais e de trabalho que lhes são peculiares, será o agente e o beneficiário do desenvolvimento, como afirma MARTINS (2002: 52-54):

“Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. Quando se fala de “local”, está-se referindo à escola das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade”.

Por esta ótica, a territorialidade é importante meio de se atingir os objetivos do desenvolvimento local. Acreditar em seu território, conhecer suas potencialidades, cultivar o sentimento de pertencimento a um espaço-território, são fontes de motivação da população.

Outro fato importante a ser lembrado são os dinamismos existentes nos territórios e entre os territórios, pois eles fomentam o desenvolvimento e a sinergia, ou seja a troca de energia entre as localidades, dando maior opção de enfrentamento dos problemas e adversidades sociais existentes, pois desenvolvimento deve ser encarado como uma forma de combate a pobreza.

Desenvolvimento local e a construção do social

O desenvolvimento econômico local de uma comunidade depende de fatores relacionados às pessoas envolvidas, seja de natureza urbana ou rural, e no tipo de empreendimento econômico que melhor atenda a estas comunidades. É necessário que os governos locais ajudem nesta soma de fatores para que os resultados sejam satisfatórios (HELMSING, 2001).

O desenvolvimento econômico local vem tendo grande impulso no Brasil, e conseqüentemente tem contribuído para a construção do social, principalmente a partir da década de 1990. Segundo AMARAL FILHO (2002:15):

“a estratégia de desenvolvimento de sistema produtivo (econômico) local, não importa qual seja a nomenclatura (distrito industrial, cluster, ou entorno inovador) te ganho uma revelada preferência da parte das políticas públicas de desenvolvimento regional e local, com mais ênfase nos países desenvolvidos que nos países subdesenvolvidos”.

Para COELHO (2000:1), ao se fazer uma análise das experiências mais significativas de desenvolvimento econômico local, podem ser identificados três modalidades de ação local:

“Levando-se em consideração alguns aspectos básicos que as diferenciam, a primeira modalidade apresenta um desdobramento modernizador de formas de atuação tradicionais na área urbanística ou político-administrativa; a segunda modalidade refere-se aquelas experiências que vêm ancoradas em ações locais de geração de trabalho e renda; e a terceira modalidade são experiências de constituição de patos territoriais e de redes de desenvolvimento econômico local”.

Ainda segundo COELHO (2000:2), a terceira modalidade de ação é a que mais se aproxima do que ele define como desenvolvimento econômico local, por envolver elementos constituintes essenciais. Assim, considera tal desenvolvimento como:

“a construção de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável”.

Fica evidente que o termo desenvolvimento local passou a ser vinculado à formas de assistencialismo, sem a real preocupação com uma dimensão maior, mais abrangente, que vise um desenvolvimento mais integrado e sustentável, sendo que para tal se faz necessário o envolvimento da vertente ambiental, social e ético-política. Assim, torna-se essencial que se pense uma nova institucionalidade do local com base em quatro ambiências principais, a econômica, a ecológica, a social e a política, muito embora elas estejam interconectadas.

Conforme enfatiza COELHO (2000:1) o foco estratégico do desenvolvimento econômico local, tem uma especificidade e uma intencionalidade. A especificidade é por ele considerada, o fato de sempre ter sido pensado desenvolvimento econômico num sentido amplo, dentro das esferas federais, e intencionalidade devido ao fato do desenvolvimento local aparecer como resposta da sociedade as mudanças, criando sujeitos sociais locais com potencial de transformar, que terminam por tornar-se promotores do desenvolvimento.

COELHO (2000:2) ressalta que “a análise dessas experiências deve ser feita numa visão sistêmica, para que não fiquemos num debate pendular entre o local e o global, ou ainda, entre fatores endógenos e exógenos”. Se bem que, segundo HAESBAERT (1999:25), eles se interpenetram, e essa dinâmica local-global, pode:

“envolver desde circuitos globais ‘paralelos’ ou não integradores (para quem está fora dos seus circuitos), até circuitos globais integradores, como o de um

valor ou hábito local que e projeta para vários outros grupos ao redor do mundo”.

Podemos considerar que o desenvolvimento local é de grande importância na construção do social e que traduz uma estratégia territorial diante do impacto de fragmentação econômica e sócio-espacial gerada pelas novas redes e fluxos econômicos. Assim, a dimensão territorial se expressa num caminho de construção social no qual se desenvolvem formas distintas de cooperação.

Como destaca COELHO (2000:10-11), o desenvolvimento local deve ser sempre pensado como um pacto territorial, onde a idéia-força de desenvolvimento e alta mobilidade de recursos locais se fazem presente, tendo como significando:

“uma estratégia integrada de instituições locais no enfrentamento da fragmentação territorial e exclusão econômica, social e cultural; fortalecimento de lideranças locais, tanto comunitárias e sindicais como empresariais; criação de uma identidade e um sentimento de solidariedade social e territorial que rompam com o individualismo exacerbado; fortalecimento de um controle social e de uma cultura de responsabilidade pública; mobilização de diferentes culturas criando redes e uma interconectividade que opera uma dimensão coletiva e quebra o isolamento; mobilização de saberes locais criando uma cultura de projetos que quebra com a dependência a agentes externos” .

Desta forma, se faz necessário compreender que os processos de desenvolvimento local são construídos historicamente, e é uma atividade social, da qual fazem parte vários atores sociais, que compõem uma comunidade heterogênea e segmentaria, mas que ao discutir os problemas locais, consolidam a identidade e o território enquanto sujeitos sociais.

Turismo e desenvolvimento local

O crescimento do setor terciário aliado a uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho, são uma tendência da economia mundial na atualidade. Por

esta razão as atividades do turismo se impõem e se apresentam com um novo perfil. A partir dos anos de 1960, a indústria do lazer e turismo é dinamizada, mas dando ênfase a vertentes mais ligadas ao turismo cultural, e ao ecoturismo. Com o advento do PNMR – Plano Nacional de Municipalização do Turismo, na década de 1990, são delineadas as geopolíticas que vão orientar/sistematizar o setor, voltando o enfoque para as ações locais e envolvendo a reorganização de espaços, a questão ambiental e a gestão do território. Este PNMT evoluiu para PNRT – Programa Nacional de Regionalização do Turismo, e posteriormente para a Programa de Roteirização, mas que na verdade tem a mesma essência.

Entretanto o turismo não representa uma categoria de análise, pois não possui ainda referencial e, portanto autonomia que permita individualiza-lo, a fim de se proceder a um estudo isolado da atividade, e por não ter ainda metodologia própria, só é possível analisá-lo dividindo-o em sub-sistemas. Assim, o turismo não é técnica nem ciência com independência e faz uso de princípios e recursos dos mais variados ramos do conhecimento, como da administração, economia, sociologia, história, e geografia que ocupa um papel de destaque, uma vez que ele provoca mudanças do objeto desta ciência: o espaço.

Desta forma surge como destaque a chamada região turística, que se define por um volume de frequência de pessoas, serviços e equipamentos turísticos, e o mais importante, tendo uma imagem característica. Assim, a idéia ou noção de região é repensada ou reconfigurada com outra visão, dentro de um nível de complexidade que abrange a produção, a circulação e o consumo, sendo que na atualidade ocorre uma predominância da circulação sobre a produção, de bens, serviços, e pessoas.

MILTON SANTOS (2002:59) alerta:

“que hoje a mobilidade se tornou uma regra e se ‘tudo voa’, um processo de desterritorialização cada vez mais se intensifica. O lugar de consumidor seja em nome da melhoria de serviços, seja em nome da melhoria de produtos, é uma condição quase que compulsória na malha produtiva atual”.

O turismo também implica na noção de distância que por sua vez está ligado a extensão e que remete a idéia de circulação. Assim sendo, fica claro ser estreita a relação entre turismo e circulação humana, onde o “turista-cliente” funciona como instrumental de uma cadeia produtiva. Tomando como base a circulação humana e subjetividade, podemos discutir a relação turismo e desenvolvimento local, procurando descobrir uma ligação entre a idéia de circulação com o termo turismo que etimologicamente tem sua origem no radical *tour* do latim e no verbo *tornare*, significando assim giro e volta. Fica assim a assertiva de como a relação turismo e desenvolvimento local podem ser compreendidos a partir das condições de turista-consumidor, morador e nativo. Tal questionamento remete às categorias de espaço, lugar e não-lugar, e levando em consideração que espaço é lugar vivido ou praticado, fica evidenciado que são as ações humanas que imprimem vida aos lugares. Assim, concordamos com SANTOS (2002:61), ao pensar o espaço como:

“...conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar...”

Levando em consideração esta concepção de espaço, pode-se afirmar que o turismo é um fenômeno estruturante de territorialidade, prática social e econômica que vem produzindo modos de vida dependendo da intensidade e forma como se organiza, e se recria. Esse posicionamento enfatiza a dimensão cultural das atividades turísticas percebendo que a cultura, enquanto um recriar, é um modo de intermediação global. Muito provavelmente é por isto que se denomina “alma de um lugar” os costumes, instituições, arquitetura, configuração territorial e as multiplicidades de formas e tempos na e da paisagem.

Por outro lado, o turismo deve ser planejado tentando encontrar equilíbrio entre a eficiência do crescimento econômico, igualdade na distribuição social dos recursos, e respeitando as limitações ambientais. Esta tarefa constitui-se numa engenharia complexa onde interesses antagônicos entram em conflito, exigindo especialistas habilidosos e projetos bem elaborados.

O turista sempre busca um meio diferente do seu, e invariavelmente é atraído pela *imagem-imã* do lugar, imagens que são sacralizadas pelos cartões postais, e são “vendidas” como mercadoria. Estas características diferenciam as condições de morador, turista e nativo, refletindo modos de “pertencimento”, direitos políticos e os direitos de intervir na vida política do lugar. De acordo com MILTON SANTOS (2002), o valor do espaço depende das ações que ele é susceptível de acolher, existindo uma relação de acessibilidade e cidadania que evidencia a combinação das práticas de turismo e os efeitos que produzem nos modos de vida. Por outro lado estas práticas de turismo são redefinidas pelas especificidades dos processos sócio-culturais da localidade, levantando uma grande preocupação em se repensar a gestão contemporânea, partindo das referências locais e do funcionamento em rede, e levando a repensar os limites “local-global” e a noção de lugar.

A idéia de glocalidade de Milton Santos vem evidenciar os “atravessamentos” de forças num plano macro na cotidianidade, sinalizando a existência de uma rede de interligação entre os pólos “local-global”, tendo a força do lugar como contraponto aos moldes invasores de modelos globalizantes. No caso do turismo, alguns cenários passam a ter a “mesma cara”, devido a reprodução de formas e modelos, ou ainda se as ações visando ao desenvolvimento se restringem a áreas ocupadas pela população não residente, o que termina estabelecendo uma aparente relação entre turismo e desenvolvimento local, nada verdadeira.

Desta forma o turismo como desafio ao desenvolvimento contempla o lugar, ressaltando a “vocaçã dos lugares”, aqui entendido como lugar geográfico ou lugar-identitário. Na atualidade, vivemos num mundo das imagens, aliás, da proliferaçã incessante de imagens. O mundo todo, e em especial os lugares de interesses turísticos (cidades, balneários, museus, etc.) são virtualmente “visitados” através de um site, ou nas imagens de televisão, cinema, revistas, propagandas que tornam o planeta paradoxalmente “disponível”, mas nem sempre acessível, no sentido da experimentaçã, do estar presente, do vivenciar, do sentir, do acontecer. O lugar “é acontecer solidário da vida cotidiana, e cada lugar se define pelas existências corpórea e relacional” (SANTOS: 2002:256).

Assim sendo, ao discutir o lugar, SANTOS (2002:256) introduz os termos tecnosfera e psicosfera, como um conjunto indissociável que redefinem os espaços da globalização, e afirma:

“A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Tanto a tecnosfera (mundo dos objetos) quanto a psicosfera (esfera de ação) são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas”.

O turismo, portanto, se caracteriza por um campo relacional que é caracterizado pela passagem para o turista e pela permanência para o residente, e assim na categoria residente-morador existem os desdobramentos, ou seja, aqueles que nasceram no lugar e os que vieram para o lugar. Entretanto, como considera SANTOS (2002:238) o “lugar” tem sua importância na produção do homem:

“Mas num mundo de movimento, a realidade e a noção de resistência do homem (...) não se esvaem. O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A “residência”, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem”.

No contexto do turismo como desenvolvimento local, os APLs, também podem ser utilizados desde que se faça pequenas reformulações de maneira a adaptá-la às particularidades da atividade. O turismo envolve amplas relações intersetoriais sendo necessário identificar, organizar e articular a sua cadeia produtiva para fazer-se uma análise sistêmica. Este enfoque integrado colabora significativamente para o desenvolvimento de políticas administrativas e para o planejamento turístico. Segundo BARBOSA & ZAMBONI (2000:16), o mapeamento do arranjo produtivo do turismo é feito a partir de uma interação que envolve atrativos, infra-estrutura turística, instituições de apoio local, instituições de apoio supralocal, o meio urbano e o meio rural, bem como a posição ocupada

por cada um dos atores e as correlações que eles estabelecem entre si. Através da extensa avaliação da cadeia produtiva do turismo é possível localizar o estágio do desenvolvimento do arranjo produtivo e identificar as potencialidades e os pontos que estão prejudicando uma integração competitiva. Esse diagnóstico fornece instrumentos para a criação de ações estratégicas que fomentem soluções para as fragilidades detectadas, desafio que cabe tanto ao setor público quanto à iniciativa privada.

Aliado a questão do desenvolvimento local está a questão da gestão da atividade turística que como qualquer outra atividade econômica não é simples, principalmente devido as peculiaridades do “produto turístico”, tais como a intangibilidade, a não possibilidade de estocagem e conseqüentemente a não possibilidade de troca.

Na região da Chapada Diamantina, nossa área de interesse, o turismo a partir do fim da década de 70, passou a ser incrementado visando resgatar a estagnação econômica decorrente do declínio da mineração que teve seu apogeu na primeira metade do século XX, aproveitando-se das ‘rugosidades’ deixadas pela mineração, representadas pelas cidades da mineração, com sua arquitetura que marcou época, dos resquícios dos garimpos, e dos ‘geosímbolos’ ou ‘geossítios’ representados pela sua geodiversidade através dos produtos turísticos naturais. Segundo Fonseca (2005), os objetivos das políticas públicas de turismo, são redefinidos a fim de que este possa contribuir para o bem estar da população residente.

A região em estudo, há muito tempo vem despertando atenção principalmente pelos seus atrativos naturais, decorrentes das ações físicas, através da ação dos rios, dos ventos, num trabalhamento que produziu paisagens de rara beleza cênica, onde se destacam córregos e rios cristalinos (como o Serrano), áreas alagadas (como Marimbus), belas cachoeiras (como a da Sibéria), serras esculpidas (como a região do Pai Inácio), grutas (como a Gruta Azul) que associado ao clima ameno, devido a altitude, se tornaram por conseguinte de grande valor para a exploração turística.

Assim sendo o turismo na Chapada Diamantina é explorado na forma de lazer e recreação, sobretudo no triângulo Lençóis – Mucugê – Andaraí, localizado na zona limítrofe do Parque Nacional da Chapada, onde o ecoturismo é a principal prática, mas também na forma contemplativa da paisagem de rara beleza cênica.

As formas de relevo da Chapada Diamantina, responsável pelos aspectos paisagísticos que atraem a atividade turística estão condicionadas tanto pela sua estrutura sedimentar como pela tectônica superimposta. Na borda oeste, de Botuporã até Rio de Contas, dobramentos mais apertados, associados a faixas de cisalhamento, de grande extensão, favoreceram a formação de serras alongadas, de direção N-NW, com vales suspensos, estreitos, intercalados. Aí está o Pico dos Barbados, de 2033 m, ponto culminante da Bahia e do Nordeste. Na borda leste, de Lençóis a Morro do Chapéu, o dobramento mais aberto, com sinclinais e anticlinais de larga amplitude, favoreceram a formação de platôs e morros tabulares (mesas), com altitudes de cerca de 1000 m, tais como os conhecidos Morro de Pai Inácio, em Palmeiras e o próprio Morro do Chapéu, que dá o nome à cidade, intercalados a vales abertos, como o vale do Paty, em Lençóis. Amplos platôs calcários são encontrados ao norte da chapada, na região de Irecê.

Desta forma, a Chapada Diamantina se enquadra na forma do turismo paisagístico, com atrativos de cachoeiras, corredeiras, mananciais hídricos, cavernas, grutas, canyons, balneários, entre outros. Este tipo de turismo se faz na forma do turismo contemplativo, científico, de aventura ou ecoturismo, cultural e o agroturismo (Bordest, 1999).

Considerações Finais

O papel do poder público na organização e planejamento da atividade turística representa peça fundamental para o desenvolvimento do setor, tendo como princípio a defesa dos interesses públicos, e a sua gestão deve ter como objetivo a integração econômico social, além de agir no sentido de impedir e controlar os “efeitos nocivos do turismo”. Entendemos como efeitos nocivos, a implantação de infra-estrutura de forma ambientalmente inadequada, levando ao comprometimento dos ecossistemas.

Ressaltamos que o patrimônio natural da região da Chapada Diamantina é muito grande. A implantação de áreas de proteção e criação de parques, por si só não leva a preservação desse patrimônio, seja pela falta de fiscalização, por razões diversas que não vamos aqui discutir, seja pela falta de uma maior conscientização da população, visitante ou local, de que este patrimônio é de todos e a todos cabe a sua preservação. Esta é uma questão educacional de base, quando se incute a noção de cidadania e de coletivo.

Entretanto, uma localidade que pretende incentivar o desenvolvimento do turismo, deve investir em qualificação profissional para a população local, e aí entram as políticas públicas, que se forem efetivas, contribuem para que as comunidades das localidades onde ele ocorre, sejam participativas do processo de desenvolvimento. Por seu lado, as empresas que aí forem se instalar devem se organizar, já que vão compartilhar o mesmo território e a mesma cadeia produtiva, num processo de parceria, onde a prática da colaboração não invalida a rivalidade e a competição, caracterizando um arranjo produtivo local que se for devidamente estruturado, otimiza a atividade turística, trazendo benefícios para as empresas, turistas e a economia local.

Assim, na Chapada Diamantina, estes incentivos foram feitos através de políticas públicas, iniciadas com a construção de hotéis, o que despertou o interesse de turistas e atraiu a iniciativa privada, gerando a multiplicação de serviços e estruturando a região para um fluxo mais contínuo de visitantes que se reflete hoje no desenvolvimento local, onde a reboque da infra-estrutura para

atender a demanda turística, houve considerável desenvolvimento que se reflete no cotidiano, e fica bastante visível principalmente para aqueles que conheceram a região em fins da década de 1970.

Referências

AMARAL FILHO, J. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: Ana Célia Castro (Org.). Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ÀVILA, V.F. de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local: Campo Grande (MS), v.1, n.1, p. 63-76, 2000.

BARBOSA, M. A.C.; ZAMBONI, R.A. Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS. Brasília: IPEA/CEPAL, 2000.

BORDEST, S.M.L. (Org.). Matutando turismo. Cuiabá: Eudfmt, 1999.

COELHO, F. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: Desenvolvimento econômico local no Brasil: as experiências recentes num contexto de descentralização. Santiago (Chile): Cepal/GTZ, 2000.

FERREIRA, A.B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, M.A.P. da Espaço, políticas de turismo e competitividade. Natal: Edufrn, 2005.

FRASER, J.; LEOPOFSKY, J; HICK, E.L.; WILLIAMS, J.P. The construction of the local and the limits of contemporary community building in the United States. In: Urban Affairs Review: USA, vol. 38, n. 3, p. 417-445, 2003.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. Revista Sociologia Política: Curitiba, n. 21, p.165-185, 2003.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. Revista GEOgraphia do PPGG/UFF: Niterói, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELMSING, A.H.J. Externalities, Learning and Governance: new perspectives on local economic development. Development and Change: The Hague, v. 32, n.2, 2001.

LEMOS, M.B; SANTOS, F.; CROCCO, M. Arranjos produtivos locais industriais periféricos: os condicionantes territoriais das externalidades restringidas e negativas. In: Encontro Nacional de Economia, 31, 2003, Belo Horizonte (MG). Anais... Belo Horizonte: ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, 2003.

MARTINS, S.R. de O. Desenvolvimento local: questões teóricas e metodológicas. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local: Campo Grande (MS), v. 3, n.5, p. 51-59, 2002.

PORTER, M.E. Location, competition and economic development: local clusters in a global economy. Economic Development Quarterly: Harvard (USA). Sage publication periodicals press, v. 14, n.1, p. 15-34, 2000.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.

Apêndice D
Artigo: Geologia e Geoturismo na Chapada
Diamantina

GEOLOGIA E GEOTURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA**Autores****Dante Severo Giudice**

Geógrafo/Geólogo
Departamento de Geografia
Universidade Católica do Salvador
Brasil
dasegu@gmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Geógrafa
Doutora em Desenvolvimento Sustentável
Departamento de Geografia
Universidade Federal de Sergipe
Brasil

RESUMO

Os geólogos estiveram normalmente voltados aos estudos tradicionais referentes à caracterização composicional e estrutural das litologias, e a localização e estudo de jazidas. No entanto a geologia começa a atuar em outras vertentes, tais como o turismo, já conhecida como **Geoturismo**, que nasceu da idéia de se visitar os atrativos geológicos diretamente onde eles se encontram. A Chapada Diamantina, situada na parte central do estado da Bahia, detém grande potencial turístico, devido a sua geodiversidade, representado pelos **geótopos** ou **geossítios**, sendo necessária apenas uma sistematização de roteiros que efetivamente propiciem ao visitante conhecer e interpretar as feições existentes.

Palavras-chaves: Geologia, turismo, Chapada Diamantina.

RESUMEN

Los geólogos estuvieron normalmente orientados a los estudios tradicionales referentes a la caracterización composicional y estructural de las litologías, así como a la localización y estudio de yacimientos. Sin embargo, la geología empieza a actuar en otras vertientes, tales como el turismo, ya conocido como Geoturismo, que nació de la idea de visitar los atractivos geológicos directamente donde ellos se encuentran. La Chapada Diamantina, situada en la parte central del estado de Bahía, Brasil, tiene gran potencial turístico, gracias a su geodiversidad, representada por los geotopos o geositios, haciéndose necesario solamente una sistematización de los caminos que efectivamente lleven al visitante a conocer e interpretar las formas existentes.

Palabras claves: Geología, turismo, Chapada Diamantina

GEOLOGY AND GEOTOURISM IN LA CHAPADA DIAMANTINA

Authors

Dante Severo Giudice

Geógrafo/Geólogo
Departamento de Geografia
Universidade Católica do Salvador
Brasil
dasegu@gmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Geógrafa
Doutora em Desenvolvimento Sustentável
Departamento de Geografia
Universidade Federal de Sergipe
Brasil

ABSTRACT

Normally geologists have been devoted to their traditional research related to lithology and structural studies of rocks, their location on maps and to mining deposits as well. But those days are close to change because other aspects are now about to be discovered, geo-tourism, which is in fact the idea to just visit the geological points such as interesting sites, mountains and so on, where they can be found in nature. The Chapada Diamantina is located on the center portion of the state of Bahia, Brazil, and it has a great tourism potential to lure people from everywhere, because of great geo-diversity, i.e. its geological sites or outcrops. For this purpose, it is only necessary to systematize the roads that take the visitor who has special desire to know and to understand the places shown.

Key words: Geology, tourism, Diamantina plateau.

INTRODUÇÃO

A Chapada Diamantina localiza-se na parte central do estado da Bahia, abrange trinta e três municípios. Apresenta características singulares no que se refere a aspectos naturais. Trata-se de um santuário ecológico dos mais surpreendentes, de vida selvagem dificilmente encontrada em qualquer outra região brasileira, e por isso de grande importância para o geoturismo.

Conforme Hose (1997, p. 33), o geoturismo é “a atividade de prover subsídios que possibilitem aos turistas adquirir o conhecimento necessário para compreender a geologia e geomorfologia de um local além da apreciação de sua beleza cênica”.

Nessa região estão situadas as maiores elevações da Bahia (atingindo 1.800 metros de altitude) o que se transforma em mais um atrativo já que a escalada delas (Pico das Almas, por exemplo) é um dos roteiros mais procurados. Assim do alto da serra do Sincorá, a paisagem é deslumbrante, além guardar surpresas que levarão o visitante a descobrir rios de pedras coloridas, cascatas, cachoeiras e escorregadeiras naturais, que a ação da atividade geológica produziu, e também se transformaram em grandes atrativos turísticos da região.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE TURISMO

O turismo é uma das vertentes mais expressivas das sociedades ditas pós-industriais. O desenvolvimento do turismo está ligado tanto às políticas públicas, seja de forma espontânea ou por intermédio de planejamento, quanto ao setor privado, ou a uma ação conjunta dos dois. A atividade turística é considerada hoje uma indústria pouco poluidora, mas, na verdade, representa na atualidade uma das mais significativas formas de reprodução de capital e de captação de recursos no comércio internacional. Dessa forma, o turismo vem crescendo e se tornando um fenômeno internacional, onde se procura aventura, o autêntico e o inusitado de cada lugar, mas paradoxalmente se quer o conforto e a segurança de casa, bem como o *status* que a viagem oferece ao indivíduo. Na procura de sua própria epistemologia, o turismo é

Um fenômeno que por sua natureza complexa, reconhecida por todos os seus estudiosos, é um importante tema que deve ser tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio conexo, em que o enfoque geográfico é de fundamental importância, uma vez que, por tradição, lida com a dualidade sociedade x natureza. Se esta característica basilar da Geografia foi sempre considerada como um elemento complicador, tido como responsável pela sua dificuldade de firmar-se como ciência no período moderno, cremos que no momento atual, à luz de novos paradigmas e com a emergência da questão ambiental, a situação vem-se

revertendo. Nunca o discurso geográfico foi tão valorizado, a ponto de ser apropriado por outras disciplinas. Este discurso tem sido, entretanto, superficial, permeado pela retórica, necessitando de aprofundamento para assumir a qualidade de texto (RODRIGUES, 1996, p. 22).

Na geologia turística, atualmente, vem-se desenvolvendo o aspecto ambiental, plenamente associado à Geografia Física, denominado turismo ecológico. No entanto, observa-se que

Estes referenciais teóricos da contemporaneidade correspondem ao paradigma emergente das ciências sociais, procurando-se romper com a dicotomia sujeito-objeto na pesquisa científica. Este enfoque é fundamental nos estudos do chamado turismo ecológico, em particular levando-se em consideração os paradigmas de ecologia profunda, que exigem o abandono da perspectiva antropocêntrica para um enfoque biocêntrico, em que o homem é considerado uma das espécies da natureza. Preservar a natureza, então, significa preservar o próprio homem (RODRIGUES, 1996, p. 30).

Entretanto, essa modalidade de turismo é tida como alternativa e teoricamente é capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural (englobando o geológico) e cultural. Por outro lado, esse uso racional sob o rótulo de ecológico, pode legitimar velhas práticas do turismo tradicional predatório, já que muitas vezes o turista não está educado para tal, e as limitações existentes, não lhes são impostas, para não afugentá-los.

Segundo Becker (2004), a política nacional de turismo no Brasil é inconsistente, desarticulada e ambígua quanto aos seus propósitos, contemplando hoje no país o ecoturismo como um dos principais programas de turismo.

Por outro lado

A indústria do turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, o maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação, surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica, para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza (EMBRATUR/MMA, 1994, p. 7).

Atualmente, após a exploração turística do mundo como um todo, são os grandes geossistemas, com a sua geodiversidade, e até então preservados, do **mundo tropical** ou subdesenvolvido, em particular dos continentes africano e latinoamericano, os também denominados espaços de reserva de valor, que são agora chamados a entrar em cena, e serem apropriados pelo turismo internacional, pois, essa atividade

[...] nessas regiões expressa-se como verdadeiro processo civilizatório, podendo ser comparado às conquistas expansionistas das metrópoles nos territórios coloniais, na fase do capitalismo concorrencial, seja na exploração dos minérios, seja na monocultura de produtos tropicais de exportação (RODRIGUES, 1996, p. 7).

Dessa forma, os países de economia periférica, em particular do mundo tropical, com grandes e diversificados recursos turísticos naturais e culturais, têm sido objeto da intervenção por meio de megaprojetos de empresas de capitais transnacionais que dominam hegemonicamente o mercado mundial. Esses projetos têm efetivamente captado divisas, porém, a um alto custo para as populações locais e para o meio natural.

Assim sendo, mesmo nos locais mais inacessíveis, o turismo se instala com voracidade e alta tecnologia, causando total descaracterização no lugar, que passa a assumir nexos sofisticadamente urbanos, como na Chapada Diamantina, a 450 km de Salvador.

OS ATRATIVOS TURÍSTICOS E A GEOLOGIA

Seguramente, geologia e turismo têm muitos pontos em comum, e o turismo geológico representa uma das possibilidades para o geólogo de fazer o grande público conhecer e apreciar o território com outros olhares, pois,

[...] são muito poucos os turistas que como os geólogos têm capacidade de apreciar mais intimamente as belezas da natureza. Os geólogos interpretam também as maravilhosas estruturas internas e os efeitos dos potentes choques e majestosos escorregamentos de grandes massas de rocha que foram pouco a pouco esculpindo a crosta terrestre. O geólogo sente também a perfeita harmonia que associa as formas externas e as internas, produzida como uma sequência de causa e efeito (DESIO, 1987, p. 9).

Faz-se necessário aqui introduzir dois conceitos importantes quando se trabalha com geoturismo: um é o de patrimônio geológico, importante componente do patrimônio natural, pode ser definido como um georrecurso não renovável que pelo seu

valor cultural, estético, econômico, funcional, científico, educativo, deva ser preservado para as gerações vindouras. O outro é o de geossítio, ou seja, sítio geológico ou sítio de interesse geológico, que pode ser qualquer território onde se consegue definir um interesse geológico-geomorfológico para conservação.

Dessa perspectiva surge o termo geoturismo que pode ser definido como turismo com base nos atrativos geológicos, que delineiam a paisagem, tais como cascatas, grutas, dentre outros, que têm uma história a contar, a história da Terra, cuja explicação vem da geologia. Entender como as paisagens tiveram origem pode vir a ser um argumento muito interessante, e a compreensão da Terra pode ser um motivo válido para se empreender uma fascinante excursão – a descoberta e o entendimento das belezas geológicas visitadas diretamente onde se encontram.

O Ecoturismo na Chapada Diamantina

No Brasil, e principalmente na Chapada Diamantina, pode-se praticar o geoturismo, tendo em vista que existe um dos mais belos e variados patrimônios geológicos do mundo.

Assim sendo, a região da Chapada Diamantina há muito tempo vem despertando atenção pelos seus atrativos naturais, decorrentes das ações físicas que produziram serras esculpidas (como a região do Pai Inácio); pela ação dos rios que deram origem a áreas alagadas (como Marimbus), belas cachoeiras (como a da Sibéria), grutas (como a Gruta Azul); dos ventos, num processo de trabalhamento que veio produzir paisagens de rara beleza cênica (Morro do Camelo); aliados a um clima ameno de altitude; tornando-se, assim, de grande valor para a exploração turística.

O turismo na Chapada Diamantina é bastante explorado, na forma de lazer e recreação, sobretudo entre as cidades de Lençóis, Mucugê e Andaraí, localizadas na zona limítrofe do Parque Nacional da Chapada Diamantina, onde o ecoturismo tem se apresentado como a principal prática econômica. As formas de relevo da Chapada Diamantina (Figura 1), responsáveis pelos aspectos paisagísticos que atraem a atividade turística estão condicionadas tanto pela sua estrutura sedimentar como pela tectônica superimposta.

Figura 1: Morro do Pai Inácio – anticlinal composto de arenitos flúvio-deltaicos e

eólicos (Fm. Tombador), sobre argilitos e siltitos (Gr. Paraguaçu).



Fonte: www.vicfoto.br

A região entre Botuporã e Rio de Contas, situada na borda oeste da Chapada Diamantina, apresenta dobramentos apertados, associados a faixas de cisalhamento, de grande extensão, os quais favoreceram a formação de serras alongadas, tais como o pico dos Barbados, de 2033 m, ponto culminante da região Nordeste, de direção NNW, exibindo vales suspensos, estreitos, intercalados (PEDREIRA, 2004). Na borda leste, entre Lençóis e Morro do Chapéu, predomina um dobramento mais aberto, com sinclinais e anticlinais de larga amplitude, que favorece a formação de platôs e morros tabulares (mesas), tais como o morro de Pai Inácio (Figura 1), em Palmeiras e o morro do Chapéu, cujas altitudes não ultrapassam a 1000 m, intercalados a vales abertos, como o do Paty, em Lençóis. A porção nordeste, região de Iraquara, constitui um planalto cárstico que se desenvolveu nos carbonatos neoproterozóicos da Formação Salitre (MISI, 1979), onde são encontradas grutas de grande porte como a lapa Doce (mais de 12 km) e Torrinha (mais de 6 km de extensão).

Dessa forma, a Chapada Diamantina se enquadra na forma do turismo paisagístico, com atrativos supracitados, onde se destaca a cachoeira do Sossego (Figura 2), situada no município de Lençóis. Esse tipo de turismo se faz na forma contemplativa, científica, de aventura ou ecoturismo, e cultural (BORDEST, 1999).

Várias são as possibilidades de roteiros (trilhas), sendo que muitas delas já estão delimitadas e são utilizadas. No entanto, a maioria delas não visa aspectos geológicos em si, mas as estruturas deles decorrentes. Sugerimos um roteiro que parte da localidade de Capão, município de Palmeiras, até a cachoeira da Fumaça (Glass), que tem uma extensão de aproximadamente cinco quilômetros, de acesso com grau de dificuldade médio, devido à parte inicial, onde se tem de vencer a escarpa ocidental da serra do Sincorá. O restante é feito na parte plana, os Gerais, até atingir o topo da cachoeira que cai de uma altura de 420 metros, através de um abismo originado numa fenda geológica, e edificada em arenitos fluviais e eólicos, fraturados (LIMA; NOLASCO, 1997).

Assim sendo, é evidente a correlação entre a geologia e o turismo na Chapada Diamantina, uma vez que as atrações estão vinculadas as estruturas geológicas, abrigadas nas unidades de conservação, que se constituem em espaços protegidos, e que por lei preservam os recursos naturais e ecológicos da região.

TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

A nova ordem econômica mundial avança na direção do crescimento do setor terciário, que aliado a uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho ditam as tendências do mercado mundial. Por essa razão, as atividades do turismo se impõem e se apresentam com um novo perfil, com vertentes mais ligadas ao turismo cultural e ao ecoturismo.

No entanto, o turismo não é técnica nem ciência com independência. Ele é uma atividade que faz uso de princípios e recursos dos mais variados ramos do conhecimento, como da administração, economia, sociologia, história, e geografia que ocupa um papel de destaque, uma vez que provoca mudanças do objeto dessa ciência: o espaço.

Dentro desse contexto, toma limites a região turística, ou seja, um local caracterizado pela frequência de visitantes aliada a um volume de serviços e equipamentos turísticos. Assim, a ideia ou noção de região é repensada ou reconfigurada com outra visão, dentro de um contexto de complexidade que abrange a produção, a circulação e o consumo, com predominância da circulação sobre a produção, quer seja de bens, serviços, ou pessoas.

O turismo também implica na noção de distância que por sua vez está ligado a extensão e que remete a ideia de circulação, onde o turista-cliente funciona como instrumental de uma cadeia produtiva. Por outra perspectiva, observa-se que turismo é somente uma atividade econômica aliada a uma prática social. Ele é um fenômeno estruturante de territorialidade, que vem produzindo modos de vida dependendo da intensidade e forma como se organiza, e se recria. Esse posicionamento enfatiza

a dimensão cultural das atividades turísticas percebendo que a cultura, enquanto um recriar é um modo de intermediação global.

O turista sempre busca um ambiente diferente daquele que está inserido diariamente sendo atraído pela **imagem-imã** de um lugar, que pode ter sido conhecida em uma visita virtual a um *site*, ou nas imagens de televisão, cinema, revistas, cartões postais, propagandas que tornam o planeta paradoxalmente **disponível**, mas nem sempre acessível, no sentido da experimentação, do estar presente, do vivenciar, do sentir, do acontecer. Dessa forma, o turismo contempla o lugar, aqui entendido como lugar geográfico ou lugar-identitário, ressaltando a sua **vocação**. O lugar “[...] é acontecer solidário da vida cotidiana, e cada lugar se define pelas existências corpórea e relacional” (SANTOS, 2002).

O turismo, portanto, se caracteriza por um campo relacional que é caracterizado pela passagem para o turista e pela permanência para o residente, e assim na categoria residente-morador existem os desdobramentos, ou seja, aqueles que nasceram no lugar e os que vieram para o lugar.

Essas características diferenciam as condições de morador, turista e nativo, refletindo modos de **pertencimento**, direitos políticos e os direitos de intervir na vida política do lugar. Mas, o valor do espaço depende das ações que ele é susceptível de acolher, existindo uma relação de acessibilidade e cidadania que evidencia a combinação das práticas de turismo e os efeitos que produzem nos modos de vida (SANTOS, 2002). Por outro lado, essas práticas de turismo são redefinidas pelas especificidades dos processos socioculturais da localidade, levantando uma grande preocupação em se repensar a gestão contemporânea, partindo das referências locais e do funcionamento em rede, e levando a repensar os limites local-global e a noção de lugar.

Sendo assim, o turismo deve ser planejado tentando encontrar equilíbrio entre a eficiência do crescimento econômico, igualdade na distribuição social dos recursos, e respeitando as limitações ambientais. Essa tarefa torna-se um intrincado jogo onde interesses antagônicos entram em conflito, exigindo especialistas habilitados e projetos bem elaborados.

Na década de 1990, foi criado o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que descreveu as políticas que visavam a orientação, como também, a sistematização de ações locais com o intuito da reorganização de espaços, levando em conta a questão ambiental e a gestão do território. Posteriormente, foram implantadas mudanças nesse plano, o qual passou a constituir o Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), e transformado no Programa de Roteirização com conteúdo bem similar ao PNRT.

No contexto local, o modelo de arranjos produtivos (APLs) pode ser utilizado desde que se façam pequenas reformulações de maneira a adaptá-lo às particularidades

da atividade. Os APLs representam redes de empresas ligadas por cadeias produtivas, fortemente interdependentes e intensamente articuladas. Essas organizações são integradas em sistemas colaborativos de produção e inovação, formando parcerias e alianças estratégicas. Como o turismo envolve amplas relações intersetoriais se faz necessário identificar, organizar e articular a sua cadeia produtiva de modo a se produzir uma análise sistêmica.

Esse enfoque integrado colabora significativamente para o desenvolvimento de políticas administrativas e para o planejamento turístico. Em uma primeira etapa, procede-se o mapeamento do arranjo produtivo do turismo que é feito a partir de uma interação que envolve atrativos naturais, infraestrutura turística, instituições de apoio local, instituições de apoio supralocal, o meio urbano e o meio rural, bem como a posição ocupada por cada um dos atores e as correlações que eles estabelecem entre si (BARBOSA; ZAMBONI, 2000). Por intermédio da extensa avaliação da cadeia produtiva do turismo é possível localizar o estágio do desenvolvimento do arranjo produtivo e identificar as potencialidades e os pontos que estão prejudicando uma integração competitiva. Esse diagnóstico fornece instrumentos para a criação de ações estratégicas que fomentem soluções para as fragilidades detetadas, desafio que cabe tanto ao setor público quanto à iniciativa privada.

Aliado à questão do desenvolvimento local está a gestão da atividade turística que como qualquer outra atividade econômica não é simples, principalmente devido as peculiaridades do **produto turístico**, tais como a intangibilidade, a não possibilidade de estocagem e conseqüentemente a não possibilidade de troca.

Na região da Chapada Diamantina, nossa área de interesse, o turismo a partir do fim da década de 70, passou a ser incrementado visando resgatar a estagnação econômica decorrente do declínio da mineração que teve seu apogeu na primeira metade do século XX. Esse processo tornou-se mais efetivo com o aproveitamento das **rugosidades** deixadas pela atividade mineira e dos **geossimbolos** ou **geossítios** representados pela sua geodiversidade nos produtos turísticos naturais. Diante disso, verifica-se que os objetivos das políticas públicas de turismo são redefinidos a fim de que esse possa contribuir para o bem-estar da população residente (FONSECA, 2005).

IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS DO GEOTURISMO NA CHAPADA

Evidentemente que associado a toda beleza cênica produzida pela ação geológica está a questão da fragilidade dos geossítios existentes na Chapada Diamantina, que a natureza levou eras para construir e que não são **renováveis**. Por isso, se faz necessária muita precaução na utilização desses atrativos, já que os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à implantação de infraestrutura exigida pela atividade econômica, que muitas vezes é feita de forma ambientalmente inadequada,

como, por exemplo, edificação de meios de hospedagem em áreas não urbanizadas; como à circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares.

Essas práticas, quando mal estruturadas, podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem. Assim, o planejamento fisicoterritorial é o único instrumento capaz de evitar ou de minimizar possíveis impactos sobre esses ambientes. No que se refere à circulação de pessoas, os impactos mais comuns, decorrentes do turismo, sobre ambientes naturais, são aqueles associados à produção de dejetos e de lixo e, em grande parte dos casos, à incapacidade das municipalidades de lidar com a presença de uma dada população flutuante sobre seus territórios. Há também os impactos ambientais decorrentes do pisoteio das trilhas em áreas de mata, em decorrência de caminhadas feitas pelos grupos de turistas. Esses impactos, apesar de não quantificáveis, podem trazer consequências danosas.

O patrimônio natural da região da Chapada Diamantina é muito grande. A implantação de áreas de proteção e criação de parques, por si só, não leva à preservação desse patrimônio, seja pela falta de fiscalização, por razões diversas que fogem do escopo deste trabalho, seja pela falta de uma maior conscientização da população, visitante ou local, de que esse patrimônio é de todos e a todos são responsáveis pela sua preservação. Essa é uma questão educacional de base, quando se incute a noção de cidadania e de coletivo.

É evidente que falta, também, a profissionalização do turismo nessa região, afinal, nem nossos vizinhos menos desenvolvidos, oferecem visitação de graça aos seus patrim nios naturais. Não se trata de privatizar a **natureza** como afirmam alguns, mas regular e sistematizar o seu uso. Isso, além de trazer emprego e gerar recursos, cria uma infraestrutura básica que protege o atrativo da a o de turistas vândalos que adoram levar um *souvenir* de grutas e cavernas, ou registrar seus nomes nas rochas para a **posteridade**.

Tendo em vista que nem todos os atrativos são passíveis de serem **fechados**, nos locais abertos deve-se sistematizar a fiscaliza o e incrementar um processo de conscientiza o junto ao visitante.

Enfim, as agressões aos ambientes naturais podem soar como um exagero para alguns, no entanto para ambientalistas atentos, as transforma es a eles impostas pelo homem, podem representar verdadeiros desastres ecológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo e, conseqüentemente, o geoturismo têm como objetivo principal propiciar aos turistas que suas expectativas sejam alcançadas, de modo mais abrangente possível. No entanto, deve-se ter em mente que a salvaguarda das características gerais e específicas da população local é fundamental para que seja possível atingir a sustentabilidade. O geoturismo está intimamente vinculado ao meio ambiente, e dessa forma ao patrimônio ambiental (incluído o geológico), uma peça chave, uma vez que a política de preservação do meio ambiente almeja o controle do crescimento, sem que os atrativos percam a sua feição original. Assim sendo, o geoturismo sustentável procura contemplar exatamente esse equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

No nosso caso particular, consideramos que:

- Faz-se necessário, para a consolidação do geoturismo na Chapada Diamantina, a existência de treinamento dos guias locais, com o objetivo de capacitá-los para, ao receberem os visitantes, falarem sobre a geologia local, que é o fator que rege a principal fonte de renda deles, e
- Deve ser elaborado um trabalho socioeducativo, utilizando folder simples, cartilhas, ou outros meios de comunicação visual, com o intuito de difundir a geologia e integrá-la com a comunidade em geral, divulgando os conhecimentos técnicos numa linguagem simples e de maneira clara, sem a utilização do **geologuês** usual.

BIBLIOGRAFIA

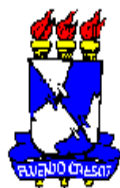
- **Barbosa, M. A. C.; Zamboni, R. A.**(2000) Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito-MS. Brasília: IPEA/CEPAL.
- **Becker, B. K.**(2004). *Amazônia*. Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- **Bordest, S. M. L.** (1999) (Org.) *Matutando turismo*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1999.
- **Desio, A.** (1987) *Sulle vie delle sete dei ghiacci e dell'oro*. Novara: Instituto Geografico de Agostini, 1987.
- **EMBRATUR/MMA.** (1994). *As diretrizes para uma política nacional de ecoturismo da Embratur*. Brasília: EMBRATUR/MMA, 1994.
- **Fonseca, M. A. P.** (2005). *da Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: Edufrn, 2005.
- **Hose, T. A.** (1997). Geotourism. Selling the Earth to Europe. In: MARINOS, P. G.; KOUKIS, G. C. TSIAMBAOS, G. C.; STOURNAS, G. C. (eds.) *Engineering Geology and the Environment*. Rotterdam, Netherlands: Balkema, 1997.
- **Lima, C. C. U. De; Nolasco, M. C.** (s/f) *Lençóis, uma ponte entre a geologia e o homem*. Feira de Santana: UEFS,
- **Misi, A.** (1979) O Grupo Bambuí no estado da Bahia. In: INDA, H. A. V. *Geologia e Recursos Minerais no Estado da Bahia*, Textos Básicos. Salvador: CBPM, 1979.
- **Pedreira, J. A.**(2004) *Serra do Sincorá, Chapada Diamantina: beleza paisagística e paleoplácetes de diamante*. Salvador: CPRM/Sigep, 2004.
- **Rodrigues, A. A. B.** (1996)(Org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- **Santos, M.** (2002) *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

Recibido: 04/03/2010

Aprobado:01/11/2010

Arbitrado anonimamente

Apêndice E
Formulário para as Entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTREVISTA

1. LOCAL:
2. ESTABELECIMENTO:
3. PROCEDENCIA DOS PROPRIETÁRIOS:
4. PROCEDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS:
5. .COMO CAPTAM OS TURISTAS:
6. ASSOCIAÇÃO COM AGÊNCIAS:
7. QUAIS E ONDE:
8. PROCEDÊNCIA DOS TURISTAS:
 - 8.1- NACIONAIS:
 - 8.2 - ESTRANGEIROS:
9. TIPO DE TURISMO QUE OPERA (Para as agências):
10. PERTENCE A ALGUM GRUPO:
11. ATUAM EM OUTRAS ATIVIDADES:

Anexo A
Regiões Econômicas da Bahia

1 – REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

CAMAÇARI	MADRE DE DEUS
CANDEIAS	SALVADOR
DIAS D'AVILA	SÃO FRANCISCO DO CONDE
ITAPARICA	SIMÕES FILHO
LAURO DE FREITAS	VERA CRUZ

2 – REGIÃO LITORAL NORTE

ACAJUTIBA	INHAMBUPE
ALAGOINHAS	ITANAGRA
APORÁ	JANDAÍRA
ARAÇÁS	MATA DE SÃO JOÃO
ARAMARI	OURIÇANGAS
CARDEAL DA SILVA	PEDRÃO
CATU	POJUCA
CONDE	RIO REAL
ENTRE RIOS	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ
ESPLANADA	SÁTIRO DIAS

3 – REGIÃO RECONCÂVO SUL

AMARGOSA	MUNIZ FERREIRA
ARATUÍPE	MURITIBA
BREJÕES	MUTUÍPE
CABECEIRA DO PARAGUAÇU	NAZARÉ
CACHOEIRA	NOVA ITARANA
CASTRO ALVES	SALINAS DA MARGARIDA
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	SANTA TEREZINHA
CRUZ DAS ALMAS	SANTO AMARO
DOM MACEDO COSTA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS
ELISIO MEDRADO	SÃO FELIPE
GOVERNADOR MANGABEIRA	SÃO FELIX
ITATIM	SÃO MIGUEL DAS MATAS
JAGUARIPE	SAPEAÇU
JIQUIRIÇA	SAUBARA
LAJE	UBAÍRA
MARAGOJIPE	VARZEDO
MILAGRES	

4 – REGIÃO LITORAL SUL

AIQUARA	ITAJU DO COLÔNIA
ALMADINA	ITAJUÍPE
APUAREMA	ITAMARI
ARATAÇA	ITAPÉ
AURELINO LEAL	ITAPITANGA
BARRA DO ROCHA	ITUBERÁ
BARRO PRETO	JITAÚNA
BUERAREMA	JUSSARI
CAIRU	MARAÚ
CAMACÃ	MASCOTE
CAMAMU	NILO PEÇANHA
CANAVIEIRAS	NOVA IBIÁ
COARACI	PAU BRASIL

DÁRIO MEIRA
FLORESTA AZUL
GANDU
GONGOJI
IBICARAÍ
IBIRAPITANGA
IBIRATAIA
IGRAPIÚNA
ILHÉUS
IPIAÚ
ITABUNA
ITACARÉ
ITAJI
ITAJIBA

PIRAÍ DO NORTE
PRES. TANCREDO NEVES
SANTA CRUZ DA VITÓRIA
SANTA LUZIA
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA
TAPEROÁ
TEOLÂNDIA
UBAITABA
UBATÃ
UNA
URUÇUCA
VALENÇA
WENCESLAU GUIMARÃES

5 – REGIÃO EXTREMO SUL

ALCOBAÇA
BELMONTE
CARAVELAS
EUNAPÓLIS
GUARATINGA
IBIRAPÕA
ITABELA
ITAGIMIRIM
ITAMARAJU
ITANHÉM
ITAPEBI

JUCURUÇU
LAJEDÃO
MEDEIROS NETO
MUCURI
NOVA VIÇOSA
PORTO SEGURO
PRADO
SANTA CRUZ DE CABRÁLIA
TEIXEIRA DE FREITAS
VEREDA

6 – REGIÃO NORDESTE

ABARÉ
ADUSTINA
ÁGUA FRIA
ANTAS
ARACI
BANZAÉ
BIRITINGA
CANSANÇÃO
CANUDOS
CHORROCHÓ
CÍCERO DANTAS
CÍPÓ
CONCEIÇÃO DO COÍTE
CORONEL JOÃO SÁ
CRISÓPOLIS
EUCLIDES DA CUNHA
FÁTIMA
GLÓRIA
HELIÓPOLIS
ITAPICURU
JEREMOABO
LAMARÃO
MACURURÉ

MONTE SANTO
NORDESTINA
NOVA SOURE
NOVO TRIUNFO
OLINDINA
PARIPIRANGA
PAULO AFONSO
PEDRO ALEXANDRE
QUEIMADAS
QUIJINGUE
RETIROLÂNDIA
RIBEIRA DO AMPARO
RIBEIRA DO POMBAL
RODELAS
SANTA BRÍGIDA
SANTA LUZ
SÃO DOMINGOS
SERRINHA
SÍTIO DO QUINTO
TEOFILÂNDIA
TUCANO
UAUÁ
VALENTE

7 – REGIÃO PARAGUAÇU

AMÉLIA RORIGUES	MACAJUBA
ANGUERA	MAIRI
ANTONIO CARDOSO	MARCIONÍLIO SOUZA
BAIXA GRANDE	MUNDO NOVO
BOA VISTA DO TUPIM	NOVA FÁTIMA
CANDEAL	PÉ DE SERRA
CAPELA DO ALTO ALEGRE	PINTADAS
CONCEIÇÃO DE FEIRA	PIRITIBA
CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	RAFAEL JAMBEIRO
CORAÇÃO DE MARIA	RIACHÃO DO JACUÍPE
FEIRA DE SANTANA	RUI BARBOSA
GAVIÃO	SANTA BÁRBARA
IAÇU	SANTANÓPOLIS
IBIQUERA	SANTO ESTEVÃO
ICHÚ	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS
IPECAETÁ	SERRA PRETA
IPIRÁ	TANQUINHO
IRARÁ	TAPIRAMUTÁ
ITABERABA	TEODORO SAMPAIO
ITAETÉ	TERRA NOVA
LAJEDINHO	VÁRZEA DA ROÇA

8 – REGIÃO SUDOESTE

ANAGÉ	ITORORÓ
BARRA DO CHOÇA	JAGUAQUARA
BELO CAMPO	JEQUIÉ
BOA NOVA	LAFAYETE COUTINHO
BOM JESUS DA SERRA	LAGEDO DO TABOCAL
CAATIBA	MACARANI
CAETANOS	MAIQUINIQUE
CÂNDIDO SALES	MANOEL VITORINO
CARAÍBAS	MARACÁS
CRAVOLÂNDIA	MIRANTE
ENCRUZILHADA	NOVA CANAÃ
FIRMINO ALVES	PLANALTINO
IBICUÍ	PLANALTO
IGUAÍ	POÇÕES
IRAJUBA	POTIRAGUÁ
ITAMBÉ	RIBEIRÃO DO LARGO
ITAPETINGA	SANTA INÊS
ITAQUARA	TREMEDAL
ITARANTIM	VITÓRIA DA CONQUISTA
ITIRUÇU	

9 – REGIÃO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO

CAMPO ALEGRE DE LOURDES	PILÃO ARCADE
CASA NOVA	REMANSO
CURAÇÁ	SENTO SÉ
JUAZEIRO	SOBRADINHO

10 – REGIÃO PIEMONTE DA DIAMANTINA

ANDORINHA	MORRO DO CHAPÉU
ANTONIO GONÇALVES	OUROLÂNDIA
CAÉM	PINDOBAÇU
CALDEIRÃO GRANDE	PONTO NOVO
CAMPO FORMOSO	QUIXABEIRA
CAPIM GROSSO	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
FILADÉLFIA	SAÚDE
ITIÚBA	SENHOR DO BONFIM
JACOBINA	SERROLÂNDIA
JAGUARARI	UMBURANAS
MIGUEL CALMON	VÁRZEA DO POÇO
MIRANGABA	VÁRZEA NOVA

11 – REGIÃO IRECÊ

AMÉRICA DOURADA	ITAGUAÇU DA BAHIA
BARRA DO MENDES	JOÃO DOURADO
BARRO ALTO	JUSSARA
CAFARNAUM	LAPÃO
CANARANA	MULUNGU DO MORRO
CENTRAL	PRESIDENTE DUTRA
GENTIO DO OURO	SÃO GABRIEL
IBIPEBA	UIBAÍ
IBITITÁ	XIQUE –XIQUE
IRECÊ	

12 – REGIÃO CHAPADA DIAMANTINA

ABAÍRA	MACAÚBAS
ANDARAÍ	MUCUGÊ
BONINAL	NOVA REDENÇÃO
BONITO	NOVO HORIZONTE
BOQUIRA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS
BOTUPORÃ	PALMEIRAS
BROTAS DE MACAÚBAS	PARAMIRIM
CATURAMA	PIATÃ
ÉRICO CARDOSO	RIO DO PIRES
IBICOARA	SEABRA
IBIPITANGA	SOUTO SOARES
IBITIARA	TANQUE NOVO
IPIUPIARA	UTINGA
IRAQUARA	WAGNER
LENÇÓIS	

13 – REGIÃO SERRA GERAL

ARACATU	JUSSIAPE
BARRA DA ESTIVA	LAGOA REAL
BRUMADO	LICÍNIO DE ALMEIDA
CACULÉ	LIVRAMENTO DO BRUMADO
CAETITÉ	MAETINGA
CANDIBA	MALHADA DE PEDRAS
CONDEÚBA	MORTUGABA
CONTENDAS DO SINCORÁ	PALMAS DE MONTE ALTO

CORDEIROS
 DOM BASÍLIO
 GUAJERU
 GUANAMBI
 IBIASSUCÊ
 IGAPORÃ
 IRAMAIA
 ITUAÇU
 JACARACI

PINDAÍ
 PIRIPÁ
 PRESIDENTE JÂNIO QUADROS
 RIO DE CONTAS
 RIO DO ANTONIO
 SEBASTIÃO LARANJEIRAS
 TANHAÇU
 URANDI

14 – REGIÃO MÉDIO SÃO FRANCISCO

BARRA
 BOM JESUS DA LAPA
 BREJOLÂNDIA
 BURITIRAMA
 CARINHANHA
 FEIRA DA MATA
 IBOTIRAMA
 IUIÚ

MALHADA
 MATINA
 MORPARA
 MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO
 PARATINGA
 RIACHO DE SANTANA
 SERRA DO RAMALHO
 SÍTIO DO MATO

15 – REGIÃO OESTE

ANGICAL
 BAIANOPÓLIS
 BARREIRAS
 CANÁPOLIS
 CATOLÂNDIA
 COCOS
 CORIBE
 CORRENTINA
 COTEGIPE
 CRISTÓPOLIS
 FORMOSA DO RIO PRETO

JABORANDI
 MANSIDÃO
 RIACHÃO DAS NEVES
 SANTA MARIA DA VITÓRIA
 SANTA RITA DE CÂSSIA
 SANTANA
 SÃO DESIDÉRIO
 SÃO FÉLIX DO CORIBE
 SERRA DOURADA
 TABOCAS DO BREJO VELHO
 WANDERLEY